UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

TRABALHO PRODUTIVO EM KARL MARX
Novas e velhas questões

VERA AGUIAR COTRIM

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

TRABALHO PRODUTIVO EM KARL MARX
Novas e velhas questões

VERA AGUIAR COTRIM

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História Econômica da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan

São Paulo
2009

Para o Lu.

Também aos meus pais
e aos pequenos Lia, Theo, Raul e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito especialmente ao meu pai, Ivan, que não apenas sugeriu e demonstrou a importância do tema, como discutiu os desenvolvimentos dessa pesquisa; e à minha mãe, que leu, indicou e continuamente encorajou o trabalho. E conjuntamente a ambos, por terem apresentado o pensamento de Marx, oferecido uma perspectiva revolucionária de compreensão do mundo social que por outros meios não seria acessível e, por fim, pelo empenho e dedicação à minha formação geral e apoio prático em todos os momentos.

Pelo apoio além de qualquer medida, agradeço à vó Célia, ao vô Aloízio e a Tim, que deram conta de tudo, não apenas durante a pesquisa, mas sempre.

Às minhas queridas vó Maria, pelo otimismo, tia Zilda, pelo incentivo e à minha priminha Helena.

À Ana e ao Dani, pela disposição cotidiana de ouvir e conversar, pelas contribuições teóricas e pela revisão dos textos.

Ao Tô, que, nesse tempo de amizade e estudos conjuntos, contribuiu teórica e praticamente para essa pesquisa, além de encorajá-la continuamente.

Ao Sérgio, pela amizade, pela sensibilidade aos estudos de Marx, pelos grupos de discussões, e pelo trabalho conjunto no Núcleo 2 do Teatro Coletivo.

À Goreti, por compartilhar essa posição frente às questões humanas e ser uma importante interlocutora.

À Iracema, pela amizade, interesse pelo trabalho e interlocução.

Ao João, pelo entusiasmo com os estudos sobre trabalho, pelo contato que proporcionou com movimentos sociais rurais e urbanos, pela amizade e interlocução.

Ao Du, pelas conversas e esclarecimentos sobre as formas atuais do trabalho produtivo na indústria automobilística.

À Anete e ao Zé Antônio, pelo raro acolhimento e apoio pessoal.

À Lia, ao Theo, ao Pedro e ao Raul, pela alegria e entusiasmo.

À Nalva, pelo carinho e apoio cotidianos.

Ao *Cores*, por tornar o cotidiano mais vivo e garantir espaço para a pesquisa.

Ao Jorge, por sua constante disponibilidade para discutir as grandes questões, orientar a leitura dos textos de Marx, situá-los nos debates contemporâneos e, assim, por ter alçado a pesquisa a uma maior elaboração.

À Cida Rago e ao Lincoln Secco, por encorajarem o trabalho e proporem questões que, por sua real importância, não apenas contribuíram, mas reencaminharam a pesquisa.

Ao Chasin, *in memoriam*, por ter produzido uma análise radical e original do pensamento de Marx, fundada na inescapável necessidade revolucionária, da qual partiu meu estudo.

E ao Lu, por discutir cada passo do trabalho e se colocar como interlocutor incansável, por me levar a conhecer as oficinas domésticas de trabalho industrial, por ampliar meu tempo de estudo, resolvendo os problemas de outras ordens e tarefas cotidianas, e por todo apoio, incentivo e carinho.

Esta pesquisa contou com o apoio da CAPES.

RESUMO

Esta pesquisa examina a conceituação de Marx acerca do trabalho produtivo, tanto em suas determinações gerais, quanto como categoria econômica particular do modo de produção capitalista. Tem por objetivo, em primeiro lugar, explicitar o critério distintivo do trabalho produtivo com relação ao trabalho improdutivo na forma de sociabilidade capitalista, analisando a relação que ambas as categorias estabelecem com o capital social, bem como entre si. Com isso, pretende-se explicitar os fundamentos da unidade da classe trabalhadora e a base de sua oposição ao capital. Em segundo lugar, temos como finalidade expor as transformações concretas que o trabalho experimenta após a subsunção ao capital, em sua relação com a categoria de trabalho produtivo. Assim, abordamos o trabalho complexo e o trabalho imaterial como formas do trabalho produtivo para o capital, em sua conexão com o desenvolvimento da produtividade do trabalho social.

Palavras-chave: trabalho produtivo; trabalho improdutivo; trabalho complexo; trabalho imaterial; capital produtivo e improdutivo; produtividade do trabalho

ABSTRACT

This research examines Marx conception of productive labour concerning both its general determination and its existence as a particular economic category of capitalist mode of production. Firstly, it is aimed at eliciting the distinctive criteria of productive labour with regard to unproductive labour in capitalist form of sociability and analyzing the relationship that both categories establish with social capital, as well as to one another. On that basis, it is intended to show the chief principles of working class unity and its opposition to capital. Secondly, it is aimed at presenting concrete labour transformations after its subsumption to capital in respect to the category of productive labour. Thus, complex and immaterial labours as forms of labour productive to capital are approached in their connection to the development of productivity of social labour.

Key-words: productive labour; unproductive labour; complex labour; immaterial labour; productive and unproductive capital; labour productivity

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	02
ABREVIACÕES DAS OBRAS DE K. MARX	06
CAPÍTULO I - A DEFINIÇÃO MARXIANA DE TRABALHO PRODUTIVO	07
1. O trabalho em geral produtivo	09
2. A categoria econômica de trabalho produtivo	16
3. As determinações concretas do trabalho produtivo	34
4. O trabalho improdutivo	44
CAPÍTULO II – CAPITAL PRODUTIVO E CAPITAL IMPRODUTIVO	60
1. O capital produtivo	63
2. O capital mercantil ou capital socialmente improdutivo	84
3. O trabalho improdutivo como forma assalariada necessária à reprodução de capital	109
CAPÍTULO III – TRABALHO IMATERIAL E COMPLEXIFICAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	132
1. A definição acessória de trabalho produtivo: trabalho material e imaterial	132
2. Trabalho simples e trabalho complexo	144
3. O trabalho como categoria social em si mesma complexa: conhecimento e sociabilidade	154
4. O processo de complexificação do trabalho produtivo social sob a forma do capital	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
BIBLIOGRAFIA	209

APRESENTAÇÃO

A atual configuração do trabalho social caracteriza-se por sua imensa diversidade, tanto de atividades concretas, quanto das formas jurídicas que o regulamentam. Em sua apresentação cotidiana, o trabalho é trabalho do comércio, dos bancos, trabalho fabril, domiciliar, prestação de serviços pessoais, domésticos, trabalho de escritório, trabalho intelectual, artístico, serviços de transportes, de comunicação ou mídia, de educação, de saúde, pesquisa, funcionalismo público, trabalho rural, trabalho artesanal. O trabalho é também trabalho registrado, informal, autônomo, por tempo, por empreitada, por peça, por conta, temporário. O trabalhador é pessoa física assalariada, que vende sua força de trabalho, ou pessoa jurídica, que sob as mais diversas regulamentações vende o produto de seu trabalho, seja serviço ou mercadoria. Além disso, a magnitude dos salários ou pagamentos pelo trabalho, à parte sua legitimação jurídica, apresenta uma variedade cada vez maior. O trabalho não manifesta, pois, imediatamente sua unidade de classe, o caráter comum a todas as atividades efetivadas pelos indivíduos sociais não-proprietários, e que servem igualmente como forma exclusiva de acesso aos meios de vida para o trabalhador.

No período em que Marx desvendou as relações capitalistas de produção, a classe trabalhadora se apresentava de modo imediato como tal, e se identificava em conjunto com o trabalho operário. As outras funções do trabalho apareciam como o que de fato eram: secundárias, ou menos significativas da classe, independente das proporções em que as diversas atividades perfaziam na dinâmica social. O significado central da classe trabalhadora é sua condição de herdeira da história, ou seja, sua potencialidade concretamente determinada para revolucionar as relações de produção e engendrar um novo patamar histórico da reprodução social. O trabalho operário, como produto do desenvolvimento último da produtividade social, à época de Marx, consiste e se mostra como forma concreta de oposição ao fundamento do modo de produção capitalista, qual seja, a propriedade privada dos meios de produção da vida social.

Hoje, contudo, a produção social que tem no trabalho operário direto à máquina sua forma concreta mais desenvolvida explicita-se como a primeira configuração do modo de produção plenamente capitalista. O próprio capital experimentou desenvolvimentos subseqüentes que resultaram em diversas transformações nas formas concretas do trabalho e conduziram a uma diversificação das funções levadas a cabo

pelo trabalho social. Assim, nenhuma dessas funções se apresenta na imediatez como primordialmente significativa da classe trabalhadora. Além da pluralidade de atividades, o desenvolvimento capitalista engendrou ainda a diversificação das formas jurídicas que regulamentam a relação entre capital e trabalho. Estabeleceram-se regulamentações para o trabalho em que este se subordina a formas jurídicas mais próximas da regulamentação legal do capital, o que se expressa na transformação de parte dos trabalhadores em pessoa jurídica. Dessa maneira, a classe trabalhadora experimenta ainda a perda de sua delimitação jurídica.

Por conseguinte, assim como essas transformações históricas tornam imperioso o estudo das configurações atuais do trabalho para a compreensão da produção social e da forma nova que a potencialidade revolucionária da classe trabalhadora assume, explicitam a insuficiência de uma análise fundamentada nas formas jurídicas da relação entre trabalho e capital. A investigação deve visar às próprias relações sociais de produção, a oposição real entre trabalho e capital. A mais profunda e abrangente compreensão desta relação encontra-se na obra de Marx, que tem na explicitação da possibilidade revolucionária da classe trabalhadora seu fundamento e norte. Esta pesquisa tem por objeto a análise de Marx acerca do trabalho produtivo.

O trabalho produtivo é definido por Marx, em análise que abstrai a história concreta, como trabalho que produz (portanto, como todo o trabalho do ponto de vista de seu resultado), e em exame específico da forma de sociabilidade do capital, como trabalho produtivo para o capital. Consiste, pois, em tema privilegiado para a explicitação das relações capitalistas de produção, que embasam a compreensão das inúmeras atividades que têm em comum o fato de integrarem o trabalho social.

A análise do trabalho produtivo que Marx empreende alcança os fundamentos das relações sociais e desvenda a forma histórica capitalista destas relações em seus nexos essenciais. O trabalho produtivo para o capital é examinado em suas determinações distintivas como crítica radical a essa forma social do trabalho, isto é, como discernimento da potencialidade revolucionária da classe trabalhadora. A crítica econômica de Marx, ao desvelar as determinações centrais de um modo de produção, é base necessária de que deve partir o exame das transformações que o desenvolvimento das forças produtivas impôs ao trabalho produtivo em nossos dias. Este ponto de partida se impõe com maior veemência quando se observa, nas palavras de I. I. Rubin¹, que

¹ *A teoria marxista do valor*, p. 277, cf. bibliografia.

“Infelizmente, nenhuma parte da ampla literatura crítica sobre Marx está tão cheia de desacordos e confusão conceitual como a relativa a esta questão, tanto entre marxistas, como entre estes e seus adversários. Uma das razões dessa confusão é a idéia obscura que se tem das próprias concepções de Marx acerca do trabalho produtivo”. Assim, esta pesquisa pretende contribuir para o estudo das atuais configurações do trabalho trazendo à tona as formulações marxianas a respeito do trabalho produtivo em sua acepção geral, das categorias de trabalho produtivo e improdutivo no modo de produção do capital, bem como das determinações do trabalho complexo e do trabalho imaterial.

No interior do modo de produção capitalista, a determinação do trabalho como produtivo e improdutivo e a forma específica da mediação que se estabelece entre estas categorias do trabalho são aspectos fundamentais que permeiam a compreensão da produção social sob a divisão capitalista em classes e, portanto, das determinações centrais das classes. Por outro lado, o exame do desenvolvimento histórico do trabalho produtivo para o capital lança luz sobre a relação que as diversas formas concretas particulares do trabalho – individual e coletivo, material e imaterial, simples e complexo – estabelecem com as categorias de trabalho produtivo e improdutivo e, por conseguinte, com a forma social capitalista da produção.

Pretende-se examinar, em primeiro lugar, algumas das antigas questões presentes no debate marxista sobre o tema, das quais se destacam a delimitação das atividades capazes de incorporar valor ao produto, ou, em outras palavras, a discriminação do produto do trabalho humano passível de assumir a forma de capital, e o papel do trabalho improdutivo na produção capitalista. Em segundo lugar, algumas das novas questões que a expansão produtiva e as conseqüentes transformações no trabalho assalariado impõem à análise do trabalho produtivo. Entre elas, a subsunção da ciência, e do trabalho intelectual em geral, ao capital, e alguns aspectos relativos ao lugar que trabalho complexo ocupa na produção capitalista atual.

Dividimos o texto em três capítulos. O primeiro expõe as determinações gerais das categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, e tem a função de circunscrever a pesquisa à concepção marxiana.

No segundo capítulo, examinaremos as diferentes formas como o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo se relacionam com o capital social. Marx é o primeiro a distinguir entre essas categorias do trabalho no interior das relações capitalistas de produção, isto é, do trabalho diretamente assalariado pelo capital. Este se desdobra em capital produtivo e capital improdutivo por referência à categoria de

trabalho que empregam. A análise destas duas formas do capital serve à exploração do conjunto de mediações sociais que intervêm na relação entre as formas produtiva e improdutiva do trabalho. Além disso, a exposição dos nexos que perfazem essa relação explicita as determinações centrais da classe trabalhadora.

No último capítulo, lançamos mão da abordagem histórica do trabalho produtivo, com o objetivo de analisar o modo como o desenvolvimento histórico da forma capitalista das relações sociais engendra transformações no caráter concreto do trabalho produtivo. O eixo que coordena esta abordagem é o processo de complexificação social da produção, ou aumento progressivo da produtividade do trabalho, em sua conexão com as formas que a atividade individual do trabalho assume em cada grande fase do desenvolvimento capitalista. Pretendemos expor a progressiva subsunção ao capital das diversas atividades produtivas que compõem a produção social anterior, bem como as formas de trabalho engendradas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, impulsionadas pelas próprias relações sociais do capital. Estas formas do trabalho são examinadas sob seu aspecto concreto em seu vínculo orgânico com a divisão social do trabalho. Com isso, objetivamos analisar a interconexão entre o aprimoramento produtivo concreto e a expansão da forma de sociabilidade do capital, destacando as contradições que este desenvolvimento socialmente definido envolve.

Essa pesquisa tem, portanto, a finalidade de examinar a conceituação marxiana de trabalho produtivo nestes diversos aspectos e, com isso, reunir elementos que contribuam para fundamentar a investigação da forma particular que o trabalho e a classe trabalhadora assumem nos dias atuais.

CAPÍTULO I - A DEFINIÇÃO MARXIANA DE TRABALHO PRODUTIVO

O primeiro capítulo desta pesquisa tem como objetivo expor a conceituação da categoria de trabalho produtivo em Marx, em sua determinação positiva. Como temas desta primeira parte, abordaremos o trabalho produtivo em geral, a categoria econômica de trabalho produtivo para o capital, o trabalho improdutivo e o serviço, este último com relação à determinação do trabalho como produtivo e improdutivo.

Partimos da delimitação histórica que Marx estabelece ao conceituar o trabalho como produtivo ou improdutivo. Trabalho produtivo é, em Marx, uma categoria que, assim como as outras categorias econômicas que analisa, só pode ser definida com referência ao modo de produção social específico sob o qual se efetiva. As categorias econômicas não são e não podem ser tratadas como exterioridades empíricas ou dados da objetividade imediata, mas expressam formas objetivas das relações sociais que determinam a produção da vida material e, portanto, são sempre históricas ou datadas. Essa delimitação é original de Marx, e não concerne apenas ao trabalho produtivo: desde *Trabalho assalariado e capital*, de 1847, todas as categorias econômicas são tratadas como *relações históricas* (lembrar a conhecida passagem em que Marx compara a determinação do indivíduo social como escravo e da riqueza como capital) e, mesmo antes, nos *Manuscritos econômicos filosóficos*, de 1844, o trabalho alienado é examinado como uma forma social histórica das relações de produção.

Ao apontar o problema da análise levada a cabo pela economia política burguesa, Marx circunscreve historicamente a categoria econômica de trabalho produtivo que pretende analisar:

Só o tacanho espírito burguês, que considera absolutas e portanto formas naturais eternas as formas capitalistas de produção, pode confundir estas duas perguntas – que é *trabalho produtivo* do ponto de vista do capital, e que trabalho é em geral produtivo ou produtivo em geral – e assim ter-se na conta de muito sábio, ao responder que todo trabalho que produza alguma coisa, um resultado qualquer, por isso mesmo, é trabalho produtivo (*TMV, I*, p. 338).

O “tacanho espírito burguês”, que a obra da economia política burguesa deixa entrever, não distingue, de acordo com Marx, entre o trabalho produtivo em geral ou em geral produtivo, por um lado, e o trabalho produtivo do ponto “de vista do capital”, por outro. Essa confusão advém do fato de que “considera absolutas e portanto formas naturais

eternas as formas capitalistas de produção”. Apreende, dessa maneira, as determinações do trabalho produtivo específicas das “formas capitalistas de produção” e estende essas determinações à conceituação geral ou abstrata do trabalho produtivo, uma vez que desconhece outras formas de produção como diferentes na essência. Como não reconhece outros modos de produção que sejam determinantes do trabalho produtivo, apenas o “ponto de vista do capital” pode defini-lo e, assim, por ser único, apresenta-se como geral. Interessa examinar a distinção que Marx estabelece entre o trabalho em geral produtivo e o trabalho produtivo para o capital, fazendo do trabalho produtivo sob o modo de produção capitalista um caso específico, socialmente determinado, do trabalho produtivo em geral, que independe das determinações histórico-sociais particulares. Essa demarcação proposta por Marx é original. O foco de sua atenção a esse respeito recai sobre o trabalho produtivo no interior do modo de produção capitalista ou “*do ponto de vista do capital*”, uma vez que o objetivo amplo de sua obra econômica é desvendar a forma capitalista de organização social da produção com vista à sua superação. Com efeito, é a partir desse ponto de vista que a categoria de trabalho produtivo é estabelecida.

1. O trabalho em geral produtivo

Embora tenha como propósito central examinar o trabalho produtivo no interior do modo de produção do capital, Marx não deixa de definir o trabalho produtivo *em geral* e referi-lo em certos momentos. Estas passagens concernem invariavelmente à elucidação de algum aspecto do processo de trabalho em geral, isto é, da relação do homem com a natureza, sem consideração à forma social às relações de produção específicas que medeiam sua efetivação. Toma por ponto de partida a análise do processo de trabalho, que fundamenta igualmente todas as formas de sociabilidade, como uma atividade humana específica voltada a um fim determinado:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza. (...) No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (C, I, pp. 211-2).

Do ponto de vista daquele que trabalha, o trabalho é uma atividade consciente que recai sobre um objeto. O resultado desta atividade, posto que planejado, é seu produto. Se a atividade não se realiza sobre um objeto, mas apenas na imaginação, não há produto; se, por outro lado, a atividade não é consciente, ou seu resultado não existe previamente na imaginação de seu agente, então não é produto do trabalho. Além de ser a finalidade da atividade, o produto do trabalho é sua objetivação, concretiza-se em um objeto exterior alterando a sua forma:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido (C, I, pp. 214-5).

Do mesmo modo que a expressão *processo de trabalho* é utilizada por Marx quando pretende destacar o aspecto ativo do trabalho, ou focar a atividade, a expressão *trabalho produtivo* em sua dimensão geral é empregada quando a ênfase deve recair sobre o produto do trabalho, ou nas palavras de Marx, “Observando-se todo o processo

do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que (...) **o trabalho é trabalho produtivo**” (C, I, p. 215, grifo nosso). Neste ponto, Marx insere uma nota ressaltando que “Essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo algum adequada ao processo de produção capitalista” (C, I, p. 215, nota 7). Patenteia-se, pois, que o termo *produtivo* tem a função de explicitar um predicado inalienável do trabalho em geral, ou seja, do processo de trabalho em sua dimensão comum a todas as formas de sociabilidade, que consiste na necessidade de resultar em um produto ou objetivar-se de alguma forma. O termo *produtivo* utilizado para o trabalho em geral não é, portanto, uma caracterização restritiva do trabalho, com a finalidade de delimitar o trabalho produtivo em relação ao não produtivo, mas, ao contrário, cumpre a função de destacar a objetivação como uma determinação inalienável da atividade: todo trabalho, para sê-lo, precisa exteriorizar-se e, portanto, ter um produto. Nesse sentido – geral – todo trabalho é produtivo e, assim, não existe trabalho improdutivo, uma vez que aquilo que não se converte em ação objetiva ou atividade sensível, que não se faz objeto externo, não é trabalho. O termo designa apenas uma característica intrínseca ao trabalho. Por conseguinte, não há, em Marx, uma categoria de trabalho produtivo em geral, na medida em que trabalho produtivo não é uma categoria diversa da categoria trabalho, se tomarmos ambas em sua dimensão abstrata.

O trabalho produtivo em sua dimensão genérica expressa a produção humana em termos abstratos, e por essa razão é pressuposto da análise da forma de sociabilidade específica do capital. “A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição” (ICEP, p. 110). É útil apontar brevemente quais são estes traços comuns a toda produção humana, a fim de delimitar os elementos que constituem o trabalho produtivo em geral. Em primeiro lugar, produção é atividade prática consciente, e portanto implica um sujeito e um objeto que são, respectivamente, em termos os mais gerais, o homem e a natureza. Esse fato é o primeiro que confere unidade à história humana:

As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos (ICEP, p. 111).

Essa não é a única característica comum ao trabalho em geral, pois o sujeito da produção, na medida em que produz, compreende ainda outras determinações essenciais. A produção é necessariamente social, isto é, implica um coletivo de indivíduos e não pode ser desenvolvida por um indivíduo isolado. Esta necessidade advém do caráter consciente do trabalho, como atividade que se distingue por não ser imediatamente determinada pela natureza, seja do homem ou externa. “A produção do indivíduo isolado fora da sociedade (...) é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si” (ICEP, p. 110).

O caráter consciente ou social do trabalho predica-se da finalidade geral de toda de produção, qual seja, criar “um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas”. Por isso, a necessidade, critério da atividade produtiva, precede, como fator subjetivo, a produção: “No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”. A produção é meio de satisfação de necessidades que se realiza efetivamente com o consumo individual: consumir é satisfazer necessidades por intermédio de um objeto externo. Contudo, Marx ressalta que o consumo não se separa da produção, mas ao contrário, “A produção é imediatamente consumo” (ICEP, p. 114), e isso em três aspectos. Em primeiro lugar, a produção envolve o consumo subjetivo das forças vitais do indivíduo que produz: “o indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é um consumo de forças vitais” (ICEP, p. 114). Em segundo lugar, a atividade da produção é consumo objetivo de meios de produção, instrumentos e objetos de trabalho necessários para criar o produto. Destes, parte se incorpora e passa a formar o produto, parte se dissolve novamente na natureza, como ocorre, no exemplo de Marx, com a combustão. O consumo dos meios de produção denomina-se consumo produtivo: “A produção, enquanto é imediatamente idêntica ao consumo, o consumo, enquanto coincide imediatamente com a produção, chamam de *consumo produtivo*” (ICEP, p. 115). Não obstante, para além do consumo da energia e faculdades subjetivas e do consumo produtivo, Marx demonstra que o consumo propriamente dito, isto é, o consumo individual do produto objetivo, é também imediatamente produção. Isso caracteriza o trabalho produtivo como meio de satisfação de necessidades humanas, ou ainda, a produção objetiva como forma da produção do sujeito. Todo consumo é ao mesmo tempo produção do indivíduo que consome: “É claro que, por exemplo, na alimentação,

uma forma de consumo, o homem produz seu próprio corpo; mas isto é igualmente válido para qualquer outro tipo de consumo, que, de um modo ou de outro, produz o homem” (ICEP, p. 115). Ao consumir, o indivíduo molda sua natureza subjetiva. Embora coincidam de modo imediato, produção e consumo não são idênticos, pois “opera-se um movimento mediador entre ambos” (ICEP, p. 115): a produção é mediação do consumo na medida em que cria seu objeto, e o consumo é mediador da produção na medida em que cria, para o produto, o sujeito, sem o qual deixa de ser *produto*, tornando-se meramente um dado imediato.

O consumo é mediador da produção em dois sentidos. Em primeiro lugar, consiste no momento final da produção, no fator que completa a existência do objeto enquanto produto:

(...) por exemplo, um vestido converte-se efetivamente em vestido quando é usado; uma casa desabitada não é, de fato, uma casa efetiva; por isso mesmo o produto, diversamente do simples objeto natural, não se confirma como produto, não se *torna* produto, senão no consumo (ICEP, p. 115).

Além disso, o consumo produz novas necessidades, que são o impulso e a finalidade da nova produção. Cria, portanto, o momento ideal da produção, pressuposto da atividade prática.

A produção, por outro lado, cria o consumo não apenas porque gera seu objeto, mas porque gera a forma determinada do consumo por meio deste objeto:

A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo do consumo, ou seja, não só objetiva, mas subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor (ICEP, p. 116).

A produção cria o objeto e, com ele, a forma do consumo. Ademais, desenvolve as necessidades mediante o consumo determinado do objeto, isto é, cria novas carências a partir da existência do objeto, para o objeto. Marx exemplifica com a produção artística:

Quando o consumo se liberta da sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato (...), o próprio consumo, enquanto impulso, é mediado pelo objeto. A necessidade que se sente deste objeto é criada pela percepção do mesmo. O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria apenas um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto (ICEP, p. 116).

Desse modo, a determinação geral da produção segundo a qual o homem transforma a natureza moldando o objeto natural, com a finalidade de adequá-lo às necessidades humanas, significa não apenas a transformação objetiva, mas também subjetiva. Transformar a natureza exterior consiste ao mesmo tempo em moldar a natureza humana. A produção, como movimento contínuo de transformação da natureza objetiva e subjetiva se dá por intermédio da acumulação do trabalho passado, ponto de partida de toda produção. Assim, cada nova geração de indivíduos sociais não inicia novamente a produção com base na natureza imediata. A natureza que encontra, tanto a externa quanto a subjetiva, já incorporou os resultados da produção anterior, e por conseguinte o produto pregresso é o fundamento da nova produção. Isto define o caráter histórico da produção humana: o desenvolvimento produtivo se dá a partir do acúmulo do trabalho passado, incorporado nos meios objetivos e subjetivos de produção, ainda que estes sejam apenas, em princípio, experiências determinadas incorporadas como técnica na subjetividade dos indivíduos produtores: “Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem” (*ICEP*, p. 111). Assim, a história da produção é o movimento de qualificação ou complexificação do trabalho produtivo: a atividade dos indivíduos em determinado momento histórico é em primeiro lugar objetivação do trabalho passado do conjunto dos indivíduos sociais, reprodução do produto de desenvolvimento humano anterior².

A produção cria o mundo objetivo social a partir da apropriação, sempre social, dos resultados anteriores do trabalho. Este caráter histórico da produção exige que seja realizada por meio de relações sociais de produção e de distribuição, isto é, de determinada forma da organização social dos indivíduos. Por isso, os fatores expostos como elementos gerais da produção, nos quais se inclui a atividade humana, ou trabalho produtivo em geral, são necessariamente abstratos quando separados das relações sociais dos indivíduos: “Quando se trata, pois de produção, trata-se da produção em grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais” (*ICEP*, p. 110).

Marx se refere em diversas passagens ao trabalho produtivo nesse sentido genérico, e não há dificuldade para distingui-las dos momentos em que *trabalho*

² Abordaremos a determinação marxiana de trabalho complexo no terceiro capítulo desta pesquisa.

produtivo diz respeito à categoria econômica circunscrita ao modo de produção capitalista. Quando a expressão é utilizada com referência ao trabalho específico que produz valores de uso determinados, refere-se ao processo de trabalho em sentido geral e portanto significa trabalho que se objetiva ou que resulta em um produto particular. É o que ocorre na passagem abaixo:

O trabalho do fiandeiro, como processo de produzir valor-de-uso, é especificamente distinto dos outros **trabalhos produtivos**, e a diversidade se patenteia, subjetiva e objetivamente, na finalidade exclusiva de fiar, no modo especial de operar, na natureza particular dos meios de produção, no valor-de-uso específico de seu produto (C, I, p. 222, grifo nosso).

Como, por um lado, a referência à produção em geral, sem consideração pela forma de sociabilidade em que ocorre, é sempre uma abstração, e por outro, Marx pretende desvendar as relações capitalistas de produção, há passagens em que o nosso autor destaca a dimensão abstrata da produção ao abordar o trabalho produtivo no interior do modo de produção do capital. No contexto da análise de aspectos econômicos da forma social do capital, as passagens que qualificam como *produtivo* o *trabalho concreto*, isto é, produtor de valor de uso específico por meio de atividade determinada, referem-se também à sua acepção geral, como se percebe nos exemplos seguintes: “Se o **trabalho produtivo** específico do trabalhador não for o de fiar, não transformará ele o algodão em fio, não transferirá, portanto, os valores do algodão e do fuso ao fio” (C, I, p. 236, grifo nosso); ou ainda “Quando o **trabalho produtivo** transforma os meios de produção em elementos constitutivos de um novo produto, ocorre uma transmigração com o valor deles” (C, I, p. 242, grifo nosso). Em ambas as passagens, Marx examina o modo como o valor dos meios de produção são transferidos ao produto pelo trabalho concreto e, portanto, seu interesse é a explicitação de um aspecto do valor, elemento particular do modo de produção capitalista. Ainda assim, como aborda o trabalho concreto ou processo de trabalho que gera valor de uso, *trabalho produtivo* está sendo empregado em seu sentido geral.

Ao analisar as sociedades pré-capitalistas, Marx também utiliza o termo *produtivo* para designar o trabalho material, ou realizado pela classe *que produz* (valores de uso), como modo de distinguir as atividades da classe produtora e da classe dominante. Nesses casos, trata-se do trabalho produtivo em geral, pois Marx abstrai das relações sociais de produção e destaca o atributo do trabalho de gerar valores de uso.

Há ainda outro importante contexto em que *trabalho produtivo* é utilizado com referência ao processo de trabalho, isto é, em sua acepção geral. A produtividade do trabalho, que designa a relação entre a quantidade de valores de uso e a quantidade de tempo de trabalho necessária para sua produção, tem como referência o processo de trabalho, uma vez que a produtividade diz respeito à atividade específica, que utiliza meios de trabalho particulares, com a finalidade de produzir valores de uso determinados. Por isso, as mudanças na produtividade do trabalho são sempre condicionadas por elementos concretos da produção:

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento das ciências e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (C, I, p. 62).

A produtividade sempre se refere, por essa razão, a um tipo de trabalho específico e se comporta de modo relativamente independente com relação às outras espécies de trabalho. Assim, *produtividade do trabalho*, bem como o termo *produtivo* quando empregado com relação a ela, devem ser tomados em seu sentido geral, inclusive quando o contexto amplo em que aparecem é a análise da forma social do capital. É o que se reconhece na seguinte passagem: “O trabalho transfere ao produto o valor dos meios de produção por ele consumidos. Demais, o valor e a quantidade dos meios de produção mobilizados por dada quantidade de trabalho aumentam na medida em que este se torna **mais produtivo**” (C, I, p. 705, grifo nosso). Aqui, o trabalho se torna mais produtivo por gerar maior quantidade de valores de uso em menos tempo, devido ao incremento de seus meios técnicos específicos. Trata-se, pois, do processo de trabalho ou do trabalho concreto, e portanto da acepção geral de trabalho produtivo.

Marx é o primeiro a definir o trabalho produtivo em geral de modo distinto do trabalho produtivo para o capital, e sua análise de fato abstrai as formas históricas de sociabilidade e apresenta-se como geral. Por essa razão, não é uma categoria econômica, mas explicita um ângulo de abordagem do processo de trabalho como atividade humana vital, a saber, o ponto de vista do produto.

2. A categoria econômica de trabalho produtivo

A partir da definição de trabalho produtivo em geral, distinguem-se, pois, com clareza, as passagens do texto de Marx em que o termo é empregado com esse sentido. Assim, elas deixam de concorrer para a confusão conceitual ou ambigüidade com relação à definição de trabalho produtivo para o modo de produção capitalista.

No interior da forma capitalista da produção, o termo produtivo é um predicado restritivo do trabalho, que pretende discerni-lo do trabalho improdutivo ou não produtivo. É, portanto, uma categoria econômica. Desse modo, trabalho produtivo, como categoria econômica específica, é, em Marx, trabalho socialmente determinado, definido pela forma concreta das relações sociais por meio das quais se efetiva. Refere-se e existe apenas na forma social capitalista de produção, e não pode ser estendido a outras formas de sociabilidade, na medida em que sua substância é própria e exclusiva deste modo de produção, resultado exclusivo destas relações sociais históricas.

Marx define trabalho produtivo sob o modo de produção capitalista como trabalho que produz mais-valia e, portanto, é trabalho produtivo *para* o capital: “É *produtivo* o trabalhador que executa *trabalho produtivo*, e é *produtivo o trabalho* que gera diretamente *mais-valia*, isto é, que *valoriza o capital*” (*Cap. In.*, p. 71). Para compor a categoria de trabalho produtivo para o capital, a atividade deve não apenas produzir um resultado objetivo qualquer, ou ter um produto, mas resultar em um produto determinado. A definição de trabalho produtivo na forma social do capital não é apenas diferente, mas mais restrita, constituindo-se como um caso específico da definição geral. Pressupõe, portanto, a determinação abstrata, de modo que para ser produtivo, o trabalho sob a forma social do capital deve gerar produtos objetivos, ou valores de uso; isso não é mais suficiente, contudo, para delimitá-lo: há processos de trabalho, ou trabalhos produtivos na acepção geral, que não podem ser qualificados como produtivos no interior da forma social do capital. Embora a produção de um resultado objetivo ou produto concreto mantenha-se como condição do trabalho produtivo sob o capital, o critério que o define é outro, e subordina a determinação do trabalho produtivo em geral:

O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma

relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia (C, I, p. 578).

Esse critério definitivo que o trabalho na forma social do capital deve cumprir coincide com a finalidade principal e imediata da produção sob a forma capitalista: gerar mais-valia para a classe proprietária, fornecendo assim a substância da expansão de seu capital. Portanto, o critério de determinação do predicado *produtivo* é o próprio fim a que o trabalho criador de valor de uso socialmente se dirige quando organizado pelas relações capitalistas de produção.

A produção capitalista (...) é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (C, I, p. 578).

É relevante expor brevemente as categorias de valor e de mais-valia com o objetivo de indicar como o processo de trabalho, atividade em que os indivíduos criam valores de uso, se faz processo de valorização, em que a produção de valores de uso toma a forma da produção de capital³. Partimos, com Marx, da especificidade do produto gerado no modo de produção capitalista, isto é, da determinação mais imediata do valor do uso quando produzido sob esta forma social. O produto do trabalho sob a organização social do capital é gerado como mercadoria. A mercadoria define-se como valor de uso produzido para a troca. Deste modo, além de valor de uso, a mercadoria deve ter um valor de troca, que aparece primeiramente como uma proporção em que se trocam valores de uso. Mas para que duas coisas sejam postas em proporção e então trocadas é preciso que apresentem uma qualidade comum, algum aspecto qualitativo em que sejam comparáveis. Como os valores de uso caracterizam-se justamente por suas qualidades distintas, que os fazem capazes de satisfazer necessidades as mais diversas, para encontrar a qualidade comum a todos os valores de uso, é preciso justamente abstrair seu caráter útil, sua especificidade. Deixando de considerar suas qualidades específicas como valores de uso, resta às mercadorias ser produto do trabalho humano, trabalho objetivado:

³ A categoria econômica de capital bem como as formas que assume no processo de reprodução social são objeto do segundo capítulo desta pesquisa. Neste, serão também examinadas as taxas de mais-valia e de lucro.

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas então o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, câs, fio, ou qualquer coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais (*C, I, p. 60*).

Os valores de uso, à parte aquilo que os distingue e os torna úteis, têm em comum o fato de serem produto do trabalho humano. Essa qualidade comum é a substância da determinação do valor de troca das mercadorias que permite sua comparação e a conseqüente determinação da proporção em que são trocadas. Contudo, deve-se atentar para o caráter do trabalho que identifica as mercadorias. Se, para alcançar a determinação comum aos valores de uso, que consiste em seu valor, deve-se abstrair de sua especificidade útil, de suas formas e elementos próprios, tampouco se deve levar em conta o caráter concreto dos trabalhos diversos que os engendram, a atividade específica de produzir um valor de uso determinado. Desse modo, o que gera a propriedade comum a todas as mercadorias não é o trabalho em seu aspecto concreto, determinado, pois, ao abstrair do caráter útil das mercadorias, abstrai-se também a utilidade específica do trabalho que as produz:

Também não é mais o trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro, ou qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (*C, I, p. 60*).

O trabalho humano abstrato, “resíduo dos produtos do trabalho” quando deles se abstrai a utilidade específica e por conseguinte o caráter concreto da atividade, consiste na “objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi gasta” (*C, I, p. 60*). Esta é a qualidade comum a todos os produtos do trabalho que permite que sejam comparados, e assim estabelecida a proporção em que são trocados. O trabalho abstrato é pois a substância do valor das mercadorias: “Como configuração desta substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias. (...) O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor-de-troca é, portanto, o valor das mercadorias” (*C, I, p. 60*).

A mercadoria, forma elementar da riqueza no modo de produção capitalista, é unidade de valor de uso e valor. Como objeto produzido para a troca, exige ambas as

determinações: em primeiro lugar, deve ser socialmente útil, isto é, útil para outros indivíduos sociais, e, além disso, produzido pelo trabalho, caso contrário não conteria valor. O trabalho materializado na mercadoria é pois, de duplo aspecto. É trabalho concreto produtor de valor de uso determinado, isto é, trabalho produtivo em sua acepção genérica, e trabalho produtor de valor, que consiste unicamente no caráter de dispêndio de atividade humana em geral, trabalho abstrato. Este é o fator da mercadoria que determina seu valor, de modo que a quantidade de trabalho necessária à produção de cada mercadoria, medida pelo tempo de trabalho, exprime a magnitude de seu valor.

O caráter abstrato do trabalho, ou trabalho humano em geral, não é contudo, uma abstração intelectual das atividades específicas, levada a cabo com o objetivo de tornar comparáveis valores de uso que se definem pela multiplicidade, e assim possibilitar a troca. Ao contrário, ele é resultado da forma social da produção em que o conjunto dos valores de uso são criados com essa finalidade específica, qual seja, a troca. Todo trabalho, enquanto atividade, realiza-se no decorrer do tempo, e, por essa razão, todo produto, independente das relações sociais mediante as quais é gerado, contém tempo de trabalho humano. No entanto, o trabalho abstrato e seu resultado próprio, o valor, apenas existem socialmente, isto é, como fatores objetivos do trabalho e de seu produto, na medida em que a prática da troca entre resultados de produções privadas exige a comparação dos produtos e a definição da proporção em que são trocadas. Não é imediata a equiparação das atividades próprias ao camponês, ao fiandeiro e ao ourives, por exemplo, como formas do trabalho humano em geral. Apenas quando seus produtos são dispostos para a troca e efetivamente comparados, o valor passa a existir como uma objetividade social. As atividades concretas, por conseguinte, apenas apresentam socialmente sua qualidade comum de trabalho humano, que abstrai daquilo que as distingue, quando seus produtos são contrapostos enquanto valores. A generalização da produção para a troca subverte o conjunto das atividades produtivas em trabalho abstrato produtor de valor. Dessa maneira, o caráter abstrato do trabalho e o valor como seu produto específico são resultado do modo de produção que gera o conjunto dos valores de uso na forma de mercadorias. A mercadoria é pois valor de uso cuja determinação central consiste na capacidade de cristalizar trabalho humano homogêneo, ou em outros termos, valor de uso que serve como veículo de valor.

A criação do produto social como mercadoria pressupõe a forma privada da propriedade social. Mas esta se estabelece paulatinamente pelo domínio progressivo da produção para a troca sobre as velhas relações de produção. A conformação do *conjunto*

das relações sociais de produção para a finalidade de criar o produto na forma específica de mercadoria, ou seja, o estabelecimento do modo de produção social do capital, implica a propriedade privada como forma dominante da apropriação social. A condição da produção dos valores de uso sociais como mercadoria é, pois, a propriedade privada dos meios de produção, tanto objetivos (instrumentos e objetos), quanto subjetivos, a força de trabalho dos indivíduos sociais.

A propriedade privada define-se pela divisão do conjunto dos indivíduos sociais duas classes principais, em que uma se apropria do produto do trabalho social, e a outra é privada dos meios de produção e de vida. Por essa razão, a última se torna classe trabalhadora, e assalariada, na medida em que possui como único meio de produção sua força de trabalho individual. O trabalhador livre é aquele que não está vinculado a nenhum território e a nenhuma comunidade, e a ausência desse vínculo comunitário implica a separação entre o trabalhador e os meios ou condições de sua atividade (especialmente a terra). Quando o trabalhador perde o acesso aos meios de produção, impõe-se ao trabalho a condição assalariada. Assim, o modo de produção condicionado pela forma privada da apropriação social é a que se baseia, por um lado, no trabalhador livre não-proprietário e, por outro, em massas de riqueza privada. A apropriação privada do trabalho social materializado e a conseqüente expropriação da classe produtora caracterizam, pois, o processo histórico de formação da forma da propriedade peculiar à produção capitalista.⁴ O direito de cada indivíduo na apropriação do produto social é determinado, por sua vez, pela posição que ocupa nas relações sociais de produção, isto é, pela classe a que pertence.

A forma privada da propriedade impõe como finalidade da produção social a expansão da riqueza como valor. Isso porque a acumulação do produto do trabalho social é incompatível com sua forma de valor de uso. Assim, a criação de *valor excedente* se torna o fim a que se dirige a produção social. Esta finalidade é imposta à classe produtora, e se faz possível pela condição de privação que o trabalho assume. A forma mercadoria do produto social é adequada a esta finalidade da produção, que faz também da força de trabalho uma mercadoria, embora subjetiva, já que existe apenas como potência do indivíduo.

A mercadoria, como forma geral do produto social, não alcança essa condição casualmente, ou seja, com o objetivo de intercambiar valores de uso excedentes entre

⁴ Marx expõe esse processo histórico no capítulo sobre a acumulação primitiva, ao final do primeiro livro de *O Capital*.

grupos sociais ou comunidades. Dado que a finalidade da produção social é a expansão privada de valor, a mercadoria é a condição primeira do produto. Assim, o proprietário das condições de trabalho empreende a produção de mercadorias com o objetivo de acrescentar valor à sua propriedade primitiva. A produção de mercadoria como determinação central do produto do trabalho social é meio para a expansão da riqueza privada, expressa em valor, porque compreende a produção de mais-valia. As condições objetivas da produção tornadas propriedade privada, e postas para funcionar como meio de ampliar seu valor incorporando mais-valia, assumem a forma de capital.

Assim, a forma mercadoria do produto é necessária à realização do processo de trabalho como processo de valorização, isto é, um processo de criação de valor excedente como propriedade do capitalista. Historicamente, a subsunção da atividade produtiva social ao processo de criação de valor é levada a cabo paulatinamente pela expansão dos produtos gerados desde o princípio como mercadorias para alimentar a atividade comercial. Os meios de produção assumem, pois, a forma de capital quando o processo produtivo se faz processo de acrescer o valor prévio contido nesses meios: “Todo capital novo, para começar, entra em cena, surge no mercado de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro, sob a forma de dinheiro, que através de determinados processos deve transformar-se em capital” (*C, I*, p. 177). O proprietário de dada massa de valor expressa em dinheiro compra as mercadorias exigidas pelo processo de produção, meios de produção (instrumentos, materiais acessórios, matéria-prima) e força de trabalho, e os coloca para funcionar, isto é, os consome no processo produtivo. O consumo destas mercadorias deve gerar um valor maior do que aquele que contém, mas o consumo das mercadorias objetivas não cria novo valor. Se consumidas individualmente, seu valor desaparece; quando transformadas ou consumidas produtivamente, transferem seu valor para o novo produto, como ocorre, no exemplo de Marx, com o algodão que serve de matéria-prima ao fio. Entretanto, a força de trabalho é mercadoria subjetiva cujo valor de uso consiste na capacidade de trabalho: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (*C, I*, p. 197). Consumir a força de trabalho é fazê-la trabalhar, incorporando tempo de trabalho aos meios de produção. O consumo da força de trabalho pelo capitalista é a incorporação de valor ao objeto de trabalho, levada a cabo pela produção da mercadoria:

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (*C, I*, p. 197).

A força de trabalho adquirida como mercadoria acrescenta valor aos meios de produção ao transformá-los na nova mercadoria. Esta é criada como propriedade do capitalista na medida em que este dispõe dos meios e da força de trabalho. O novo valor, portanto, é igualmente gerado como propriedade do capitalista. Este deve, contudo, pagar as mercadorias que comprou, e assume-se que o faz pelo valor que elas contém. Assim, quando os meios de produção são pagos, o capitalista apenas transmuta seu dinheiro em uma forma adequada ao consumo de força de trabalho, e nada ganha com esta compra. Por outro lado, do novo valor criado no processo produtivo por meio da incorporação de tempo de trabalho abstrato à mercadoria, o capitalista deve deduzir o salário, ou valor da força de trabalho, mercadoria subjetiva comprada no mercado como todas as outras. Como se define o valor da força de trabalho? Nas palavras insubstituíveis de Marx:

O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por conseqüência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (*C, I*, p. 200-1).

O valor da força de trabalho identifica-se, portanto, com o valor total dos meios de subsistência suficientes para manter o nível de vida do trabalhador e sua família, “de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias” (*C, I*, p. 202). O valor da força de trabalho é pois o valor da reprodução da condição de trabalhador, indivíduo que tem como único meio de vida a venda de sua força de trabalho. Como se reduz à soma dos valores de determinados meios de vida, o valor da força de trabalho muda conforme o tempo necessário para produzi-los. Por isso, são fatores que alteram o valor da força de trabalho a produtividade do trabalho nos ramos da produção de meios de subsistência, as condições históricas que determinam o volume

e as espécies de necessidades, assim como a luta de classes, mediante a qual os trabalhadores organizados impõem necessidades ao capital.

O valor excedente criado como propriedade do capitalista consiste na diferença entre o valor gerado na produção e o valor que retorna ao trabalhador como salário. Assim, se na jornada de trabalho incorpora à mercadoria criada o valor referente a 10 horas de trabalho, retorna a ele como salário, valor de sua força de trabalho, o produto, expresso em dinheiro, equivalente, por exemplo, a cinco horas. Sua jornada se divide, pois, entre *tempo de trabalho necessário* à sua reprodução, ou seja, à produção do salário, e tempo de trabalho excedente. Durante esse tempo, o trabalhador incorpora valor ao produto como propriedade do capitalista, e por conseguinte, produz o valor excedente. O que permite que o processo produtivo seja um processo de valorização do capital nele despendido é o fato de que a força de trabalho produz valor maior, incorporado na mercadoria, do que o contido na força de trabalho, e que por essa razão é pago ao trabalhador. No processo de circulação em que o valor da mercadoria se realiza, o capital vende o que não pagou. A diferença entre o valor da força de trabalho e o valor do produto do trabalho é a mais-valia. Esta se define, pois, como o tempo de trabalho não-pago. A possibilidade da extração de mais-valia consiste, por sua vez, na transformação da força de trabalho, assim como do produto do trabalho social, em mercadoria.

A mais-valia não é o único produto da produção capitalista, mas é *essencialmente* seu produto. Sob o modo de produção do capital produzem-se os valores de uso que são veículos da mais-valia, bem como aqueles que não o são. Todos eles têm em comum o fato de serem valores de uso, isto é, produtos socialmente considerados úteis e portanto necessários ao conjunto ou a uma parte da sociedade, quer esta necessidade advenha “do estômago ou da fantasia”, como advertiu Marx no primeiro capítulo de *O Capital*. No entanto, a produção de mais-valia ou a contínua expansão do capital é a finalidade última e específica, a *essência* da produção capitalista, que subordina a si o caráter útil próprio do objeto no qual se concretiza. A produção é dirigida pela utilidade que tem para o capital ou, em outras palavras, para satisfazer a necessidade de acumulação privada de riqueza. O valor de uso que os produtos têm para o capital é sua propriedade inespecífica de concretizar valor – e não seu valor de uso próprio, singular – por meio da incorporação de trabalho abstrato objetivado. Analogamente, o valor de uso que a atividade do trabalho, ou, do ponto de vista do agente, a força de trabalho tem para o capital não é sua propriedade de criar objetos

particularmente úteis, mas sua capacidade de objetivar quantidade de trabalho superior ao que contém ou que é necessário para reproduzi-la. Como observa Marx:

O valor de uso da força de trabalho para o capital é justamente o excesso da quantidade de trabalho que ela fornece além da quantidade de trabalho que nela mesma se materializa e por isso é necessária para reproduzi-la. Fornece essa quantidade naturalmente na *forma determinada* inerente a trabalho de utilidade particular, como, por exemplo, trabalho de fiar, tecer etc. Mas, esse caráter concreto, que o capacita a configurar-se em mercadoria, não é seu *valor de uso específico* para o capital. Para este, seu valor de uso específico consiste em sua qualidade de trabalho em geral e no que a quantidade de trabalho que a força de trabalho realiza excede a quantidade de trabalho que ela custa (TMV, I, p. 395).

Segue-se daí que o critério da determinação do trabalho produtivo é o de ter como produto a mais-valia – e não o objeto útil que invariavelmente também resulta da produção de mais-valia.

Como o fim imediato e [o] produto *por excelência* da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia (Cap. In., p. 70, grifo nosso).

Trabalho produtivo é o termo utilizado por Marx para definir a relação social capitalista específica da atividade do trabalho com a objetividade exterior, com seus meios, isto é, objetos e instrumentos. Designa uma relação social de produção, ou seja, um modo histórico de organização social por meio do qual as relações de produção se estabelecem, os valores de uso são gerados e as necessidades satisfeitas. Está, portanto, na base da determinação específica de um modo de produção e é, em contrapartida, por ele engendrada. A mais-valia, resultado necessário do trabalho produtivo para o capital, é expressão material da relação social que esta forma do trabalho leva a cabo, e define a condição em que a força de trabalho, sua atividade, produto e apropriação se apresentam na particularidade do modo capitalista de produção da vida humana. É, por conseguinte, trabalho socialmente definido.

Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de *trabalho produtivo*, falamos, pois, de *trabalho socialmente determinado*, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho (Cap. In., p. 75).

Trabalho produtivo é, então, a categoria econômica que fundamenta a forma de sociabilidade do capital, na medida em que expressa o conteúdo de sua relação social de base. Sua definição equivale à explicitação de seu produto específico: a mais-valia, ou, em outros termos, a substância do capital. A definição, em termos gerais, de trabalho produtivo para o capital foi amplamente compreendida e repetida pelos comentadores de diferentes formas⁵.

Entretanto, com respeito a outras caracterizações menos gerais, ou às próprias concretizações deste princípio genérico, o tema do trabalho produtivo não apresenta o consenso que aparenta quando o examinamos apenas em sua definição. Dada a sua abrangência, pretende-se, nesta primeira parte da pesquisa, explicitar as determinações específicas do trabalho produtivo e alguns de seus desdobramentos conforme apresentam-se na obra de Marx. Como o objetivo desta primeira parte é caracterizar o trabalho que produz mais-valia ou capital, ou no que ele consiste, pode-se demonstrar, de início, o caráter secundário de algumas de suas determinações.

O trabalho produtivo é assalariado e produtor de mercadorias. No entanto, nenhuma dessas duas determinações, isoladas ou em conjunto, são suficientes para qualificar o trabalho como produtivo, uma vez que não bastam para caracterizá-lo como produtor de mais-valia e, por conseguinte, capital. Mercadoria e dinheiro, bem como a troca de força de trabalho por salário, estão presentes historicamente em outras formas

⁵ Citamos em seguida a maneira como alguns deles expuseram esta categoria: Claudio Napoleoni, em *Lecciones sobre el capítulo sexto (inédito) de Marx*: “Estamos discutindo o trabalho que se encontra na situação capitalista, não o trabalho humano em geral, e portanto, quando definimos este trabalho como produtivo, devemos defini-lo em função daquilo em cujo interior este trabalho se encontra na realidade; este trabalho está subsumido ao capital – aqui não importa se formal ou realmente – e por isso conta enquanto trabalha em função do capital; mas qual é o trabalho produtivo em função do capital? É o que produz capital, evidentemente” (p. 120). Isaak I. Rubin, em *Teoria marxista do valor*: “Somente o trabalho organizado sob a forma de empresas capitalistas, que tem a forma de trabalho assalariado, empregado pelo capital com a finalidade de extrair dele uma mais-valia, é incluído no sistema de produção capitalista. Este trabalho é trabalho produtivo” (p. 280); Ben Fine e Lawrence Harris, em *Para reler O Capital*: “A distinção estabelecida por Marx entre o trabalho produtivo e improdutivo é, na verdade, fácil de compreender. Se o trabalho produz mais-valia diretamente, é produtivo; se não, é improdutivo” (p. 54); Harry Braverman, em *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*: “Em essência, Marx definia o trabalho produtivo no capitalismo como aquele que produz valor de mercadoria, e, por conseguinte, valor excedente, para o capital” (p. 348); Ruy Mauro Marini, em *O conceito de trabalho produtivo – nota metodológica (1992-97)*: “A definição adiantada por Marx no livro I, capítulo XIV, de que ‘dentro do capitalismo, só é produtivo o operário que produz mais-valia ou que trabalha para fazer rentável o capital’ (I, p. 426), dá conta perfeitamente do conjunto do problema e já contém em forma embrionária os desdobramentos de que será objeto” (p.196); Lincoln Secco, em *Trabalho produtivo em Marx*, “É produtivo o trabalho que engendra mais-valia e se organiza formalmente sob princípios especificamente capitalistas, não importando assim a natureza material do produto” (p. 38); Paul Singer, em “Trabalho produtivo ou excedente”: “Não há dúvida de que Marx considerava apenas produtivo o trabalho que, no capitalismo, produz mais-valia” (p. 124); Ian Gough, em “Marx’s Theory of Productive and Unproductive Labour”: “O trabalho produtivo específico do modo de produção capitalista é trabalho que produz mais-valia” (p. 50).

de sociabilidade ou modos de produção, distintos do capitalista; por conseguinte, a mera existência da troca – seja de produtos do trabalho ou da força de trabalho por dinheiro – e do dinheiro – como meio de troca – não implicam em produção de capital. Também no interior da forma de organização social em que predomina o modo de produção capitalista, existe produção não-capitalista de mercadorias, ainda que em escala cada vez mais reduzida. Ademais e especialmente relevante para nossa pesquisa, há trabalho assalariado que, embora necessário e determinado pelo ciclo de reprodução do capital, não produz mais-valia.

Além de assalariado e produtor de mercadorias, outra determinação do trabalho produtivo é ser criador de produto excedente. É necessário pontuar, contudo, que a existência de trabalho excedente, bem como a exploração do trabalho, ou apropriação do produto excedente do trabalho por classe ou grupos dominantes, é comum à maior parte das formas sociais que as relações de produção assumiram ao longo da história. Portanto, o fato de a classe produtora fornecer trabalho excedente, ou de haver expropriação de parte do produto do trabalhador direto, em outros modos de produção, não faz com que seu trabalho possa ser qualificado como produtivo. O trabalho produtivo é especificamente produtor de mais-valia, isto é, produto excedente que assume a forma social de *valor* excedente; esta caracterização não se estende, portanto, à criação de *produto* excedente em qualquer outra forma social – inclusive sob a consideração de que a mais-valia ou valor excedente apenas ganha existência através do produto excedente particular do trabalho. Qualquer forma de realização de trabalho excedente está condicionada por relações sociais de produção. O aumento da produtividade do trabalho, proveniente do desenvolvimento das forças produtivas, cria a *possibilidade* do trabalho excedente ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário ou suficiente para sustentar os produtores. Esta possibilidade configura-se no tempo livre do trabalhador. Contudo, para que os produtores utilizem esse tempo livre para trabalhar para outrem ou gerar produto excedente, isto é, para realizar o que antes existe apenas como possibilidade, são necessárias relações sociais determinadas de produção, mais especificamente, a relação de coação de um grupo ou classe social sobre o conjunto dos produtores. A partir desta determinação geral, para que os trabalhadores criem produto excedente na *forma de mais-valia*, são necessárias relações sociais de produção especificamente capitalistas, ou em outras palavras, a coação social específica do capital.

À produção de mais-valia é imprescindível, pois, um conjunto de relações sociais capitalistas de produção, organizado para a finalidade de acumulação de capital. Essas relações determinadas de produção fazem o processo de trabalho – atividade de plasmar a matéria natural de modo a adequá-la à finalidade humana, e portanto comum a toda história humana – tomar a forma de um processo de valorização. Deste modo, o trabalho produtivo é a categoria que exprime a especificidade da *forma social* que o processo de trabalho assume quando a produção se torna “essencialmente produção de mais-valia”; é uma expressão cujo conteúdo se constitui das relações sociais que conferem forma capitalista à produção de valores de uso ou objetos úteis. Em outras palavras, trabalho produtivo e trabalhador produtivo são *o processo de trabalho na forma social de processo de valorização* do ponto de vista da atividade ou do agente⁶.

Assim, trabalho produtivo é uma categoria que se refere exclusivamente à sociabilidade histórica que cria o produto excedente como valor excedente. No interior desta forma social das relações de produção, contudo, há um conjunto determinado de trabalhos que podem ser denominados produtivos, uma vez que nem todas as atividades necessárias, que participam da produção ou reprodução social têm a mais-valia como produto. Cumpre, pois, reconhecer e caracterizar positivamente este conjunto com relação à produção do capital social em sua totalidade.

No primeiro volume de *Teorias da Mais-Valia*, Marx explicita as determinações do trabalho que produz diretamente mais-valia ou capital.

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. (Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada ou que restitui mais trabalho do que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio) (*TMV*, I, pp.132-3).

⁶ É por essa razão que alguns autores assumem uma definição bastante genérica do trabalho produtivo, pautada pela forma capitalista da atividade econômica geral: Altvater e Freerkhuisen, em “Sobre el trabajo productivo e improductivo”, afirmam que “O sentido da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo pode ser resumido assim: *todo trabalho que, dentro do sistema de produção burguês, permite a manutenção ou acréscimo de sua base, o capital, pode ser chamado produtivo, enquanto que todo trabalho que não é necessário no marco do sistema de produção burguês pode ser chamado improdutivo*”. Embora a definição não seja exata, pois, como se verá adiante, há trabalho improdutivo necessário ao sistema de produção burguês em escala significativa, ela advém da preocupação dos autores de referir as categorias econômicas à forma social que faz do processo de produção em geral um processo de produção essencialmente de capital.

O capital, valor que se acresce por meio da produção de mais-valia, é em última análise o produto do trabalho que se deve tomar por produtivo, (embora entre a produção de mais-valia incorporada à mercadoria e sua transformação em capital sejam necessárias atividades mediadoras improdutivas). O que caracteriza o trabalho assalariado trocado por capital como produtor de valor é seu caráter abstrato. O trabalho adquire esta sobre-determinação de abstrato, ou seja, qualitativamente indiferenciado e medido pelo tempo, a partir da generalização histórica da produção de mercadorias e pela ampla transformação da força de trabalho em mercadoria. Esta generalização ou abstração das qualidades concretas do trabalho o conforma como produtor de valor, para além de sua capacidade definitiva de engendrar valores de uso. É o trabalho em seu caráter abstrato, portanto, que reproduz o capital variável, e que produz ainda um excedente de valor apropriado pelo dono dos meios de produção. O trabalho abstrato é a forma social específica do trabalho que faz com que o produto excedente assuma a forma de valor excedente. “Só por esse meio [produção de mais-valia], mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital” (*TMV, I*, p. 132). O trabalho abstrato é, pois, aquele que faz com que a produção de mercadorias seja também produção de capital⁷. Por conseguinte, como “Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital” (*TMV, I*, p. 132), a caracterização do trabalho como produtivo ou improdutivo incide sobre seu caráter abstrato, ao passo que o caráter concreto do trabalho permanece alheio e inessencial a essa determinação: não se deve perguntar o que o trabalho produz, mas se o trabalho gera ou não valor.

Na passagem abaixo, Marx reafirma a necessária determinação do trabalho produtivo como trabalho abstrato gerador de valor e, mais especificamente, valor excedente:

(...) não é esse caráter concreto do trabalho, seu valor de uso como tal – a circunstância de ser, por exemplo, trabalho de alfaiate, sapateiro, fiandeiro, tecelão etc. – que constitui seu valor de uso específico para o capital e por isso o qualifica de trabalho produtivo no sistema de produção capitalista. O que constitui seu valor de uso específico para o capital não é seu caráter útil particular, tampouco as propriedades especiais úteis do produto em que se materializou, e sim seu caráter como o elemento criador do valor de troca, como trabalho abstrato; mais precisamente, não é a circunstância de representar, em suma, dada quantidade desse trabalho geral, mas a de representar quantidade maior que a contida em seu preço, isto é, no valor da força de trabalho (*TMV, I*, p. 395).

⁷ Abordamos o processo histórico que origina a forma abstrata do trabalho no terceiro capítulo desta pesquisa.

É preciso também considerar que, se o trabalho produtivo é aquele que se transforma diretamente em capital, o trabalho que se troca pela parte variável do capital, para ser considerado produtivo, deve fazer desse capital uma magnitude de fato *variável*. A quantidade de capital investida em salário deve *se expandir* no processo de consumo da força de trabalho pela qual foi trocada. O trabalho deve pois *produzir valor* em magnitude suficiente para pagar seu salário e gerar ainda um excedente ou mais-valia. Assumindo que, segundo Marx, capital é valor que se valoriza⁸, a criação de mais-valia faz com que o valor investido em força de trabalho assuma a característica de valor que cresce por si mesmo, e, portanto, de *capital variável*. Nas palavras de Marx:

Só o trabalho que se transforma diretamente em capital é *produtivo*; portanto, só o trabalho que faz do capital variável magnitude variável e, em consequência, torna o capital total $C = C + \Delta$. Se o capital variável, antes de se trocar por trabalho, for igual a x , de modo a se estabelecer a equação $y = x$, é produtivo o trabalho que converte x a $x + h$ e por conseguinte faz $y = x$, $y' = x + h$. Este, o primeiro ponto a elucidar: trabalho que produz mais-valia ou que é força que permite ao capital criar mais-valia, assumir a figura de capital, de valor que cresce por si mesmo (*TMV*, I, p. 388).

É importante ressaltar que, embora apenas a parcela do capital despendida na compra da força de trabalho varie diretamente pelo acréscimo de mais-valia, a magnitude investida em meios de produção, ou os próprios meios de produção, tornam-se capital por conta do consumo previamente projetado da força de trabalho como meio de produção de mais-valia. Isso porque, do ponto de vista geral, a atividade da força de trabalho não pode prescindir de meios de produção, cuja ausência impossibilita a própria produção em qualquer forma social em que se apresente. Mas também porque, na forma de sociabilidade de que se trata, a separação da atividade do trabalho com relação a seus meios objetivos é condição para a produção de valor excedente, pois consiste na coação especificamente capitalista do trabalho. O montante investido em força de trabalho assalariada se faz capital variável mediante a transformação de outra soma em capital constante: “Uma parte só pode transformar-se em capital *variável*, quando a outra se transforma em capital constante” (*TMV*, I, p. 390).

O capital constante é assim chamado porque seu valor não se amplia, é apenas transferido ao produto do trabalho por meio do processo de produção, mantendo-se

⁸ “O valor se torna valor em progressão, dinheiro em progressão e, como tal, capital. Sai da circulação, entre novamente nela, mantém-se e multiplica-se nela, retorna dela acrescido e recomeça incessantemente o mesmo circuito. $D - D'$, dinheiro que se dilata, dinheiro que gera dinheiro, conforme a definição de capital que sai da boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas” (*C*, I, p. 185).

constante o valor que ele representa no produto. É também por meio do trabalho que o valor do capital constante – meios de produção – é transferido ao produto, mas de modo distinto da criação de valor, que incorpora tempo de trabalho ou trabalho abstrato. O capital constante incorpora-se ao produto por meio do caráter útil e concreto do trabalho, que muda a forma do valor de uso dos meios de produção plasmando-os, através da atividade específica, no novo produto e fazendo desaparecer, integral ou parcialmente, os valores de uso anteriores que serviram de objeto e instrumentos de trabalho. O valor dos objetos úteis que se extinguem por meio da atividade do trabalho reaparece no novo resultado do trabalho, não por agregar-se nova quantidade de tempo de trabalho abstrato, mas porque os valores de uso anteriores mudaram de forma, transformaram-se em objeto diverso. É, pois, o caráter concreto da atividade do trabalho que transporta o capital constante, valor dos meios de produção, para o produto do trabalho: “Se o trabalho específico, produtivo, do trabalhador não fosse fiar, não transformaria o algodão em fio, nem portanto transferiria a este os valores do algodão e dos fusos” (C, I, p. 236). O trabalho produtivo acarreta, no processo de produção, um efeito duplo que se explica por seu duplo caráter: como simples incorporação quantitativa, isto é, abstrata, o trabalho agrega valor, mas é a qualidade específica ou concreta do trabalho incorporado no produto que conserva nele os valores previamente constituídos nos meios de produção.

A magnitude total investida na produção se faz capital pela efetivação de sua auto-valorização através do consumo da força de trabalho pelo capitalista, que a utiliza segundo seu desígnio, e do consumo dos meios de produção pela atividade do trabalho, no processo produtivo. O total investido na produção torna-se, pois, capital devido ao *trabalho produtivo*.

Só em virtude dessa conversão direta do trabalho em trabalho materializado pertencente não ao trabalhador e sim ao capitalista é que o dinheiro se converte em capital, inclusive a parte dele que assumiu a forma de meios de produção, de condições de trabalho (TMV, I, p. 390).

Trabalho produtivo é aquele que mantém uma relação específica com as condições de produção: a de conservar e acrescer o valor do trabalho materializado tornado independente da força de trabalho. Não é a mera compra da força de trabalho, como observamos, que transforma a magnitude nela investida em capital, mas o processo

efetivo de produção que faz do total investido em meios e força de trabalho elementos da auto-valorização do capital.

Trabalho produtivo portanto é o que - no sistema de produção capitalista – produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital (TMV, I, p. 391).

Ou ainda, do ponto de vista do trabalhador:

Trabalho produtivo é portanto o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital (TMV, I, p. 391).

Não obstante, deve-se destacar que “o capital só alcança esse *produto específico* do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de *trabalho produtivo*” (TMV, I, pp. 394-5). No mesmo sentido, esses fatores da produção, antes de se colocarem efetivamente no processo produtivo, são potencialmente capital devido à sua finalidade, ou ainda, na medida em que existem com essa destinação determinada: é necessária a troca *anterior* de dinheiro por meios de produção e força de trabalho. Daí Marx afirmar que são capital *em si*, ou seja, por sua condição anterior ao processo produtivo: força de trabalho e meios de produção existem, de antemão, de modo autônomo e, portanto, confrontam-se, o que impõe a conformação do trabalho como gerador de um produto que é capital, ou como trabalho produtivo. A relação específica entre o trabalho e as condições do trabalho, estabelecidas pela troca de trabalho materializado por tempo de trabalho vivo em maior quantidade, consumido pelo processo de produção, é o que expressa o termo *trabalho produtivo*, definido então por trabalho que se troca por capital e que produz seu próprio produto, e nele incluso os meios de produção, como capital. É, pois, a relação determinada entre a força de trabalho e os meios de produção, entre o trabalho e seu produto, entre atividade e objetividade.

Desse modo, quedam integralmente irrelevantes para a definição do trabalho como produtivo ou improdutivo a particularidade do valor de uso produzido, o conteúdo do trabalho ou seu caráter concreto específico. Por outro lado, o trabalho produtivo deve gerar valor de uso. Isso não apenas porque o trabalho produtivo na forma de sociabilidade do capital, como caso particular do trabalho *em geral* produtivo, deve

exteriorizar-se, resultando em um produto objetivo. Mas especificamente por definir-se como trabalho que produz mais-valia. A mais-valia tem como veículo necessário ou condição de existência a mercadoria.

Como Marx a define, a mercadoria é um *objeto* que consiste em unidade de valor de uso e valor, sendo esta sua característica definitiva: “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”(C, I, p. 57), ou seja, um valor de uso. Mas, “Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca” (C, I, p. 58), veículos de algo que deles se distingue; ou, novamente nas palavras de Marx, “Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso” (C, I, p. 59). Trabalho concreto e trabalho abstrato têm, pois, produtos distintos, mas são aspectos de uma atividade única. Assim como o valor de troca confere ao produto do trabalho humano a forma de mercadoria, o trabalho abstrato confere ao trabalho concreto a qualidade de produtor de mais-valia, e faz do processo de trabalho um processo de valorização. Então, conquanto adquiram a forma social de valor, trabalho abstrato e processo de valorização, estas categorias da produção não deixam de ser valor de uso, trabalho concreto e processo de trabalho, do mesmo modo que um ser vivo, embora tenha como característica definitiva o fato de ser *vivo*, não perde por isso sua qualidade de ser natural ou objetivo. A forma social do capital qualifica os elementos do processo de trabalho, conferindo-lhes uma sobre-determinação que se apresenta como característica definitiva. As determinações gerais do processo de trabalho não desaparecem, mas se mantêm qualificadas e subsumidas à forma capitalista da sociabilidade. Há, portanto, valores de uso que não são mercadorias, bem como mercadorias que não incorporam mais-valia, mas a mais-valia não pode prescindir da mercadoria ou do valor de uso:

O trabalho, para produzir *mercadoria*, tem de ser trabalho útil, produzir *valor-de-uso*, configurar-se num *valor-de-uso*. E por conseguinte só trabalho que se apresenta em *mercadoria*, isto é, em valores-de-uso, é trabalho que se permuta por capital. Este é um pressuposto por si mesmo evidente (TMV, I, p. 395).

Assim, o trabalho produtivo, cujo produto definitivo é a mais-valia, não é uma categoria apenas restrita ao modo de produção capitalista, mas se limita também a uma

atividade específica, um tipo de trabalho específico no interior desta forma de sociabilidade. Este trabalho é o de produzir mercadorias que incorporam mais-valia, ou valores de uso que lhe servem de suporte. Desse modo, a existência do trabalho produtivo está restrita à esfera da produção, pois é apenas no processo efetivo de produção que se produz mais-valia e, por conseguinte, capital; ou ainda, é produtivo “só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital” (*Cap. In.*, p. 70). Estão excluídas da categoria de trabalho produtivo, portanto, todas as atividades que se consomem no processo de realização das mercadorias ou esfera da circulação de valor que, embora intrínsecas ao processo global de reprodução do capital, não produzem mais-valia. Adiante, abordaremos a esfera da circulação em particular. Antes, é preciso determinar o que define o trabalho “consumido diretamente no processo de produção”.

3. As determinações concretas do trabalho produtivo

O processo de produção, como exposto acima, é o processo de transformação dos meios de trabalho em um produto específico, através da atividade do trabalho que conforma um novo valor de uso. Se este processo é ao mesmo tempo um processo de valorização, na medida em que o trabalho agrega mais-valia ao produto mediante a atividade de transformar valores de uso, isto significa apenas que o processo de produção assumiu a forma social de processo de criação de capital, subordinando a esta sua finalidade essencial o caráter especificamente útil do produto do trabalho, do mesmo modo que subordina o caráter concreto do trabalho a seu caráter abstrato. Assim, o trabalho consumido diretamente pelo processo de produção, ou trabalho produtivo, é aquele que concorre para a transformação do valor de uso, pois é apenas por meio da atividade do trabalho que recai sobre os objetos do trabalho, que esta mesma atividade pode agregar valor e mais-valia ao produto.

As atividades concretas que concorrem para a criação de um único valor de uso no modo de produção capitalista são diversas; todas elas têm em comum, contudo, o fato de que suas determinações específicas são necessárias e contribuem para a produção do objeto que é seu produto determinado. Estes vários trabalhos prestam-se à transformação do valor de uso de diferentes maneiras, de acordo com sua natureza e função próprias. O processo de produção se torna mais complexo conforme se desenvolvem as forças produtivas: quanto maior esse aprimoramento, mais raros se tornam os processos produtivos realizados pelo trabalhador individual⁹. É próprio ao movimento histórico de complexificação do trabalho social, e por conseguinte à forma social do capital estabelecer a produção como processo coletivo ou cooperativo de trabalho, em uma combinação de funções realizadas por diferentes trabalhadores. Cada função parcial da produção do valor de uso participa de modo mais ou menos direto da manipulação dos objetos de trabalho, compondo uma de suas partes materiais ou imateriais:

⁹ É apenas com a subsunção real do trabalho ao capital, caracterizado essencialmente pela transformação dos meios técnicos e da organização do trabalho em capital e estabelecido historicamente a partir do período da manufatura, que o trabalho produtivo se torna coletivo. Antes disso, quando o trabalho na produção é explorado pelo capital mercantil - período transitório ou de subsunção formal do trabalho ao capital - vale a definição de trabalho produtivo para o trabalhador individual. Esta distinção histórica será abordada no terceiro capítulo desta pesquisa.

O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre o qual incide o trabalho (C, I, p. 577).

Desse modo, o trabalho produtivo é, sob a forma social do capital, tipicamente coletivo, e os trabalhos consumidos *diretamente* pela produção favorecem de diferentes maneiras a transformação material do valor de uso que resulta desta produção composta por atividades concretamente distintas. Como o caráter cooperativo do trabalho produtivo é uma de suas determinações, o trabalhador, individualmente considerado, caracteriza-se como produtivo quando sua atividade compõe ou se configura como uma parcela do trabalho coletivo. Marx o explicita:

A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados (C, I, p. 577).

Por conseguinte, é trabalhador produtivo aquele que concorre para a manipulação material do valor de uso produzido, bem como aquele que toma parte no projeto de produção, no trabalho necessário ao desenvolvimento da tecnologia requerida, ou ainda, as atividades de manutenção dos meios de trabalho, entre outros: “Fisiologicamente, cabeça e mãos são parte de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e das mãos” (C, I, p. 577). Se “Mais tarde, se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários” (C, I, p. 577), isto, conquanto seja um aspecto determinante da forma capitalista de sociabilidade, não altera a categoria de trabalho produtivo para o capital, tampouco o fato de que somente a atividade de transformar valor de uso pode incorporar mais-valia ao produto. Então, todas as atividades que concorrem para esta transformação são frações do trabalho produtivo coletivo, não obstante caracterizarem-se como trabalho que opera sobre seu objeto material, colaborando de modo imediato para a transformação do valor de uso, ou como trabalho intelectual ou imaterial, tal como o de um engenheiro de produção, que favorece esta transformação de modo mediado. De forma imediata, ou com mediação, ambos contribuem *diretamente* para a transformação do valor de uso, pois são

inescapavelmente necessários à sua produção *específica* em dado estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

É importante destacar que o predicado coletivo é uma característica não apenas do trabalho produtivo para o capital, mas do trabalho produtivo em geral quando organizado cooperativamente. Marx o explicita ao afirmar que “A conceituação anterior de trabalho produtivo, **derivada da natureza da produção material**, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto” (grifo nosso). Esta conceituação diz respeito ao processo de trabalho independente de relações sociais de produção, uma vez que é derivada da *natureza* da produção material, isto é, dos pressupostos naturais da produção. Marx destaca que no momento em que as forças produtivas se desenvolvem ao ponto de exigirem uma organização cooperativa ou coletiva do trabalho, o trabalho produtivo em geral, que se objetiva em valores de uso, passa a ser uma categoria que se refere a este processo coletivo de produção e ao trabalhador coletivo, e não mais à produção individual ou ao trabalhador individualmente considerado. Isso é verdadeiro para o trabalho coletivo sob a forma capitalista da produção ou para outra forma social (futura) de organização coletiva do trabalho. Em termos sucintos, quando a produção social de valores de uso torna-se coletiva, o trabalho produtivo passa a incluir esta determinação.

Conforme exposto acima, o trabalho produtivo como categoria econômica própria do modo de produção do capital é sobretudo coletivo e limita-se à esfera da produção. Portanto, cada uma das diferentes atividades que contribuem para a transformação do valor de uso que resulta do trabalho coletivo é considerada produtiva, uma vez que, à medida que concorre para a criação do produto, incorpora nele seu tempo de trabalho, portanto valor e mais-valia. Nem todos os trabalhos necessários à esfera produtiva, contudo, podem ser tomados por produtivos. As atividades que, exigidas pelo processo de produção do capital, são indiferentes à particularidade do valor de uso que resultará do processo, devem ser consideradas improdutivas, pois não participam do processo de trabalho que cria a mercadoria e, por conseguinte, são incapazes de incorporar no produto seu tempo de trabalho.

Fazem parte deste grupo de trabalhos improdutivos necessários à esfera da produção as atividades de contabilidade e gerência capitalista dos empreendimentos produtivos privados. A particularidade concreta dessas atividades não guarda relação alguma com a mercadoria específica que resultará do processo produtivo do qual fazem parte. Esses trabalhos, indubitavelmente necessários à realização da produção

capitalista, são improdutivos na medida em que apenas contribuem para o funcionamento geral do processo produtivo: é indiferente à contabilidade o objeto a que se referem as grandezas trabalhadas, assim como para a gerência é inessencial a ocupação particular dos trabalhadores que devem ser supervisionados: um contador ou um gerente pode mudar de emprego, transferindo-se de uma fábrica de calças para uma siderúrgica, e ainda assim realizar a mesma função de contabilidade ou gerência, mas um costureiro não pode efetivar a atividade de um químico. Por essa razão, o tempo de trabalho despendido nessas atividades não se objetiva nos valores de uso e, portanto, não gera valor nem mais-valia; são pois trabalhos improdutivos no interior da esfera da produção.

Há que se excetuar, contudo, a função de organização do trabalho coletivo que não tem origem na forma social de produção capitalista, mas advém da *natureza* do trabalho combinado. Esta atividade dirige as produções coletivas particulares de acordo com a finalidade de gerar objeto útil determinado, e, passa a ser função necessária do processo de trabalho, indiferentemente às relações sociais de produção, tão logo este se torne coletivo:

(...) em todos os trabalhos em que muitos indivíduos cooperam, a conexão e a unidade do processo configuram-se necessariamente numa vontade que comanda e nas funções que não concernem aos trabalhadores parciais, mas à atividade global da empresa. É um trabalho produtivo que tem de ser executado em todo sistema combinado de produção (C, III, p. 508).

Portanto, a função de coordenação das atividades parciais se configura em trabalho produtivo na acepção geral do termo, exigido pela criação dos valores de uso. Como parte do processo de produção das mercadorias, sob a forma social do capital, é trabalho produtivo de valor porque incorpora o tempo de sua atividade à mercadoria criada. Na esfera produtiva, os trabalhos improdutivos são aqueles que não contribuem para a transformação do valor de uso.

Podem ser trabalhos produtivos os que produzem mercadorias materiais, aqueles que realizam transformações em outros valores de uso, os que se configuram em serviços, ou seja, mercadorias que sensivelmente não se separam da atividade de produzi-las, e ainda os que criam mercadorias imateriais. Logo após definir o trabalho produtivo para o capital, Marx destaca a indiferença da materialidade específica da mercadoria para sua determinação:

Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação (C, I, p. 578).

O produto do trabalho do mestre-escola não pode se fixar na matéria, ao contrário, desaparece tão logo termine seu processo de produção. É, portanto, relativamente a seu aspecto concreto, um serviço, definido por Marx como se segue: “Serviço nada mais é que o efeito útil de um valor de uso, mercadoria ou trabalho” (C, I, p. 226). Assim como uma mercadoria material pode não ter sido gerada por trabalho produtivo, também um serviço pode não ser realizado por um trabalhador produtivo. No entanto, não é sua característica de produto material, serviço, ou ainda, de produto imaterial, que determina o caráter produtivo do trabalho que o gerou, mas uma relação social determinada entre o trabalho e seus meios, entre o comprador e o vendedor de força de trabalho, que se expressa na incorporação de mais-valia ao produto do trabalho.

No exemplo de Marx, o trabalho do mestre-escola é produtivo porque trabalha “também para enriquecer o dono da escola”, pois gera uma mercadoria que numa “fábrica de ensinar” incorpora valor excedente, já que o valor pelo qual é vendida é maior que o pago pela força de trabalho que a produziu. Assim, ao ser vendida para os alunos, a mercadoria criada pelo mestre-escola possibilita a incorporação de mais-valia pelo dono da escola, proprietário dos meios e da força de trabalho necessários para produzi-la. Esta mercadoria, embora desapareça no momento em que termina sua produção, não deixa, por isso, de ser *objetiva*: objetiva-se na ação, por meio da linguagem; é, pois, um *objeto*, valor de uso com expressão material suficiente¹⁰ para tornar-se mercadoria, ainda que não possa fixar-se ou expandir sua duração para além do tempo de produção. É o mesmo o caso da cantora: “se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalhador produtivo, pois produz capital” (TMV, I, p. 396). Todo produto do trabalho, por ser objetivo, tem existência exterior socialmente reconhecida e é por isso passível de assumir a forma mercadoria. Marx cita

¹⁰ Na primeira parte de *A Ideologia Alemã*, Marx define a linguagem como “a consciência real, prática, que existe também para os outros homens”; que tem, por conseguinte, uma objetividade ou um meio material de exteriorizar-se: a linguagem é “uma matéria que aqui se manifesta como camadas de ar em movimento, de sons”, ou poderíamos dizer, de papel e tinta etc. É evidente que isto não faz de um texto um produto material, pois, embora tenha expressão material, seu conteúdo próprio não o é. Mas sua objetividade torna possível que ele assuma a forma mercadoria e, com isso, que se faça um veículo da mais-valia.

outros exemplos de trabalhos que geram mercadorias com forma imaterial e que são produtivos por se subordinarem às relações capitalistas de produção:

(...) o escritor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um *trabalhador produtivo*. (...) o **proletário intelectual** de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplos, compêndios de economia), é um *trabalhador produtivo*; pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para acrescer o valor deste vem à luz (TMV, I, p. 396, grifo nosso).

Essa espécie de trabalho é produtiva porque se realiza com a finalidade de fornecer valor excedente para o proprietário das condições de trabalho: em primeiro lugar, cria mercadoria, isto é, objetiva-se, e por isso dá origem a produtos que, por um lado, são socialmente úteis e, por outro, incorporam valor; em segundo lugar, o produtor é remunerado pelo valor da sua força de trabalho. O que o define como produtivo é a relação de consumo da força de trabalho pelo capital na esfera produtiva, que se expande mediante a incorporação de tempo de trabalho abstrato¹¹.

Dada sua determinação central de produzir a substância do capital, o trabalho produtivo, como exposto acima, está restrito à esfera da produção e não pode existir na esfera da circulação. Há, entretanto, processos produtivos que se estendem à esfera da circulação de produtos e se ocultam sob sua forma circulatória aparente. É o caso do trabalho requerido pela conservação de valores de uso, ou estoque, e pelo transporte. Ambos demandam quantidades de trabalho vivo e meios de produção. A força de trabalho consumida nesses ramos incorpora tempo de trabalho aos produtos estocados ou transportados na medida em que realizam transformações em seu valor de uso. No caso do estoque, a transformação consiste em retardar a degeneração dos produtos, e no caso do transporte, na locomoção, ou seja, uma transformação espacial que torna o produto apto para o consumo. Essas atividades agregam valor às mercadorias, fazendo-as valer mais. Acrescem, assim, o capital e, por conseguinte, podem ser consideradas produtivas. A transformação que exercem nos valores de uso, no entanto, não aparece como uma mudança de forma ou acréscimo de algum tipo. Ao contrário, essas atividades não deixam sinais de alteração sensível e desaparecem tão logo sejam realizadas. Mantêm-se no valor de uso, entretanto, como acréscimo em seu valor.

¹¹ Abordaremos detidamente as categorias de trabalho material e trabalho imaterial no terceiro capítulo da pesquisa, no qual trataremos da definição acessória que Marx fornece de trabalho produtivo como trabalho que se realiza em riqueza material.

Mais especificamente, o transporte é um processo produtivo que pode se configurar em serviço ou como fase de produção de uma mercadoria:

O que a indústria de transportes vende é a própria mudança de lugar. O efeito útil produzido está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transportes. Homens e mercadorias viajam com o meio de transporte, e seu deslocamento, seu movimento no espaço, é precisamente o processo de produção que ele realiza. O efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção; não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse, depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria (*C, II*, p. 65).

Quando o objeto sobre o qual atua são indivíduos, o trabalho do transporte produz como mercadoria o serviço de transportar; quando atua sobre mercadorias, sua caracterização como atividade produtiva explicita-se no fato de que os valores de uso apenas se completam, isto é, tornam-se objetos realmente úteis quando se encontram no local onde devem ser consumidos. Minérios ou petróleo, por exemplo, não são objetos úteis à indústria quando armazenados no local de onde foram extraídos, mas somente no interior da própria indústria. Assim, sua existência como valor socialmente útil apenas se completa com o transporte, que compõe assim uma parcela do processo produtivo dos valores de uso, ainda que não os acrescente quantitativamente. Com efeito, ao invés de aumentar os valores de uso, o transporte concorre para sua diminuição, devido a perdas inevitáveis:

O transporte não aumenta a quantidade dos produtos. Se eventualmente altera as qualidades naturais destes, essa alteração não é efeito útil almejado, e sim mal inevitável. Mas o valor-de-uso das coisas só se realiza com seu consumo, e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento delas, o processo adicional de produção da indústria dos transportes. Assim, o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte. Esse valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em mais-valia (*C, II*, p. 166).

O trabalho consumido pela indústria dos transportes é produtivo uma vez que acrescenta valor em função do tempo de trabalho incorporado, e transfere o valor dos meios de produção através de sua atividade específica, concreta – precisamente como qualquer atividade produtiva sob as relações capitalistas de produção. Essa atividade é portanto objetiva, sensível, material. Embora a transformação sensível do objeto

transportado desapareça, a determinação de seu valor é idêntica à de qualquer outra mercadoria:

Mas o valor-de-troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo valor dos elementos de produção (força de trabalho e meios de produção) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria de transportes (*C, II*, p. 65).

O valor de troca do transporte pode existir de modo autônomo e se realizar na forma de um serviço quando seu efeito útil é consumido individualmente, isto é, quando transporta pessoas e seus objetos particulares. Ou ainda, incorporar-se à mercadoria quando o transporte é consumido produtivamente, como meio de produção da mercadoria; neste último caso, o valor criado pela indústria do transporte é realizado por meio da mercadoria transportada:

Também no tocante ao consumo, esse efeito útil se comporta como qualquer outra mercadoria. Se é consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo; se produtivamente, sendo um estágio da produção da mercadoria que se transporta, seu valor se transfere à mercadoria como um valor adicional (*C, II*, p. 65).

Consumido de uma maneira ou de outra, o trabalho do transporte se caracteriza por fixar-se em seu objeto por meio da incorporação de *valor*. Como o expõe Marx:

Quando a mercadoria chega ao lugar de destino, essa alteração ocorrida no valor de uso desapareceu e se expressa apenas no valor de troca mais elevado, no encarecimento dela. E o trabalho real, embora não tenha deixado vestígio algum no valor de uso, realiza-se no valor de troca desse produto material, e assim, para essa indústria, como para as outras esferas da produção material, o trabalho se corporifica na *mercadoria*, embora não tenha deixado traço visível em seu valor de uso (*TMV, I*, p. 406).

Do mesmo tipo de trabalho produtivo são as atividades requeridas pelo estoque de capital produtivo – meios de produção que se encontram latentes no processo de produção – e de fundo de consumo individual. “Na realidade, - afirma Marx – os estoques existem sob três formas: a de capital produtivo, a de fundo de consumo individual e a de mercadorias em estoque ou de capital-mercadoria” (*C, II*, p. 157). Apenas as duas primeiras formas do estoque empregam trabalho produtivo, pois, uma vez que são necessárias ao processo de produção dos valores de uso que mantêm, agregam a eles tempo de trabalho. Essa transformação dos valores de uso, como

mencionado acima, consiste em retardar a sua deterioração, tanto do ponto de vista da qualidade quanto da quantidade.

Os estoques de capital produtivo, que do ponto de vista concreto consistem em meios de produção, e os de objetos de consumo individual são necessários para que esses valores de uso alcancem a possibilidade de serem consumidos, já que em toda forma social da produção não se produz apenas o que será consumido imediatamente. Esses dois tipos de estocagem são condição do intercâmbio de produtos e do próprio processo de trabalho em seu sentido geral, pois este tem como ponto de partida os resultados do trabalho anterior, ou seja, meios e objetos de trabalho previamente produzidos. Para a produção de valores de uso, portanto, são necessários meios de produção e objetos de consumo individual pré-existent, que devem ser estocados e mantidos de algum modo. Assim, o trabalho necessário à estocagem compõe o processo produtivo dos valores de uso e os torna aptos para o consumo. No modo de produção capitalista, o estoque de meios de produção, que tomam a forma social de capital produtivo, e o estoque de objetos de consumo individual encontram-se no mercado, na forma de mercadorias. O estoque social assume a forma de estoque de mercadorias, mas continua sendo parte do processo de produção dos valores de uso. As mercadorias em estoque que, em seu caráter útil, consistem em meios de produção e meios de reprodução da força de trabalho ou de consumo individual, são condição para a continuidade do processo produtivo e para o intercâmbio de produtos.

Na medida em que é necessário ao próprio processo de produção e de intercâmbio, ou “enquanto essa estagnação aparente for, portanto, forma de giro” (C, II, p. 164), o trabalho requerido pelo estoque é incorporado ao produto, acrescentando seu valor e configurando-se, por conseguinte, em trabalho produtivo. Marx assim o evidencia:

Enquanto o estoque de mercadorias é apenas a forma mercadoria do estoque – que, se não existisse como estoque de mercadorias, existiria em dada escala da produção social como estoque produtivo (fundo latente de produção) ou como fundo de consumo (reserva de meios de consumo) –, os custos exigidos pela manutenção do estoque, os custos de formação de estoques, isto é, o trabalho vivo ou materializado aí aplicados são apenas custos, transpostos, da conservação do fundo social de produção ou do fundo social de consumo. **Ao elevar-se o valor das mercadorias em virtude desses custos (...)** (C, II, p. 164, grifo nosso).

Do mesmo modo que no transporte, o trabalho da estocagem não muda a forma do valor de uso, nem o aumenta, mas concorre para uma transformação objetiva que se

expressa no produto como acréscimo de valor. O terceiro tipo de estoque, ao qual Marx se refere como “estoque de mercadorias propriamente dito”, demanda trabalho improdutivo, e será abordado abaixo, quando nos voltarmos à análise da esfera da circulação.

O trabalho produtivo no interior do modo de produção capitalista pode-se definir, em termos sintéticos, como a relação específica entre o produtor e os meios de produção em que estes se apresentam como meios de extração de mais-valia. Portanto, define-se como trabalho que, na troca pela parte variável do capital, confere valor excedente e com isso produz seu próprio produto como capital. Para a produção de capital, é necessária a incorporação de mais-valia ao produto, o que torna imprescindível para o trabalho produtivo criar ou transformar valor de uso; esta determinação faz do trabalho produtivo categoria restrita à esfera da produção. Como a produção capitalista é levada a cabo fundamentalmente pelo trabalho combinado, as determinações do trabalho produtivo referem-se sobretudo ao trabalhador coletivo. O trabalhador assalariado singular caracteriza-se como produtivo ao efetivar função parcial do trabalho coletivo.

O caráter útil específico do objeto que serve de veículo para a mais-valia, ou seu caráter concreto particular é, por outro lado, inessencial para a determinação do trabalho produtivo, uma vez que, por definição, todo valor de uso é objetivo e reconhecido socialmente, e portanto pode ser produzido e realizado como mercadoria. Assim, objetos materiais ou imateriais que circulam como mercadorias, bem como os serviços produzidos com a mediação de empresas capitalistas e vendidos como mercadorias, servem igualmente à incorporação de mais-valia e são, por conseguinte, passíveis de assumir a forma de *capital*. Do mesmo modo, as funções parciais materiais ou imateriais do trabalho coletivo da produção são igualmente efetivadas por trabalhadores produtivos para o capital.

4. O trabalho improdutivo

Antes de adentrarmos as determinações do trabalho propriamente improdutivo, é preciso mencionar um conjunto de atividades que, não sendo produtivas para o capital, não podem denominar-se estritamente improdutivas porque se realizam fora do ciclo de reprodução do capital, ou em outras palavras, não são realmente subordinadas ao modo de produção capitalista. Abrangem o trabalho dos produtores de mercadorias que possuem seus próprios meios de produção: pequenos proprietários de terra, artesãos, trabalhadores autônomos. Embora produzam mercadorias, não são assalariados, pois não vendem sua força de trabalho; como não empregam força de trabalho, não são capitalistas; sua atividade não está subsumida ao modo de produção do capital, e as categorias econômicas que dizem respeito a este modo de produção, como trabalho produtivo ou improdutivo, não podem ser aplicadas a ela. Segundo Marx, há economistas que sustentaram nesses casos que o produtor se apropria do valor excedente criado por ele mesmo, sendo capitalista e assalariado de si mesmo¹². Essa é uma expressão que, embora irracional – pois o que estabelece a relação entre o capital e o trabalho assalariado é a separação entre a força de trabalho e os meios de produção – demonstra a generalização das relações capitalistas de produção ou do *modus operandi* do capital para as atividades produtivas (ainda) não subordinados ao capital:

A dissociação patenteia-se a relação normal nessa sociedade. Onde não se verifica de fato, presume-se que exista (...) o que aparece aqui como fortuito é a *união*, e como norma a dissociação: daí manter-se a dissociação como relação, mesmo quando a pessoa congrega as diferentes funções. Sobressai aí de maneira contundente a circunstância de o capitalista como tal ser apenas a função do capital, e o trabalhador, função da força de trabalho. É pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes; e o artesão ou camponês, que produz com os próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho

¹² Adam Smith, por exemplo, estende as relações sociais de produção do capital para situações em que os atores desta relação não estão presentes: “Um artesão independente que possua um pequeno capital, suficiente para comprar matérias-primas e para garantir sua subsistência até que possa levar o produto de seu trabalho ao mercado, deveria ganhar ao mesmo tempo os salários que cabem a um operário e o lucro que obtém o mestre pela venda do trabalho do operário. Contudo, é comum designar lucro a totalidade do que ganha esse artesão, e também nesse caso confundem-se os salários com o lucro” (*A riqueza das nações*, p. 67). Smith assume de modo radical esta generalização das relações capitalistas de produção, aplicando seus princípios econômicos a atividades em que seus agentes inexistem, a ponto de considerar produtivos trabalhos como o acima mencionado, embora defina o trabalho produtivo como aquele que acrescenta algo ao capital (ver p. 413 do mesmo livro).

alheio, ou perderá seus meios de produção (...) e se converterá em trabalhador assalariado (TMV, I, pp.402-3).

Por assumir-se a dissociação do trabalho em relação a seus meios, própria ao modo capitalista de produção, como a “relação normal nessa sociedade”, as atividades de produtores que possuem seus meios de produção são consideradas improdutivas por não acrescerem o capital. Com efeito, embora a rigor não se realizem por meio de relações capitalistas, estas atividades de produção situam-se em numa dinâmica de sociabilidade em que o modo de produção do capital é dominante, e são de fato improdutivas para o capital. Não obstante, não são improdutivas por princípio, isto é, podem tornar-se produtivas para o capital uma vez que este passe a determinar as relações de produção, tendência apontada por Marx¹³.

A determinação do trabalho como produtivo ou improdutivo, entretanto, pressupõe o assalariamento e exige a análise da relação entre comprador e vendedor de trabalho, relação que não existe no caso de pequenos produtores que possuem meios de produção. Como definido acima, o trabalho produtivo expressa uma relação *determinada* entre o comprador e o vendedor da força de trabalho, em que o trabalho constitui-se em meio para acrescer o capital. No interior deste modo de produção existem circunstâncias sob as quais a força de trabalho é comercializada mas que não efetivam o critério do trabalho produtivo para o capital. Estas relações determinam duas classes de trabalho improdutivo: os que são trocados por renda e aqueles que, embora trocados por capital, implicam custo para o capital produtivo, na medida em que não criam mais-valia ou não fazem do capital variável “uma magnitude de fato variável”.

A primeira classe de trabalhos improdutivos inclui todos aqueles que, sendo assalariados, têm sua força de trabalho comprada com a finalidade de consumir individualmente sua utilidade específica ou produto concreto, e cujo salário, por conseguinte, é pago com renda. A compra da força de trabalho que tem por finalidade o valor de uso por ela produzido consiste na troca de uma mercadoria – força de trabalho – por *dinheiro como meio de troca*, não como capital. Marx compara (TMV, I, pp. 396-7), para exemplificar, o trabalho do alfaiate contratado por um capitalista para produzir

¹³ Sobre isto, Claudio Napoleoni afirma que “À primeira categoria [de trabalho improdutivo] pertence uma série de produtores de mercadorias que produzem estas mercadorias de modo não capitalista; no entanto, é possível pensar que esta produção de mercadorias esteja incluída em uma relação capitalista, e nesse caso, aqueles trabalhadores passariam de improdutivos a produtivos. Assim, são de fato improdutivos, por assim dizer, mas não em princípio” (*Lecciones sobre el capítulo sexto (inédito) de Marx*, p. 129).

uma calça que será consumida, com o trabalho do alfaiate que produz a mesma calça na fábrica do capitalista. No primeiro caso, o trabalho do alfaiate é improdutivo, pois se trocou pela renda, ou dinheiro que é meio de troca: $D - M$. A mercadoria entrou para o âmbito do consumo individual e o valor pago pela força de trabalho foi também consumido; no segundo, a mesma atividade é produtiva porque foi trocada por capital, gerando mais-valia para o capitalista: $D - M - D'$. Desta vez, o valor pago pela da força de trabalho não foi consumido, mas será realizado, juntamente com o excedente de valor que criou, quando a mercadoria for vendida. Nas palavras de Marx:

Compro o trabalho do alfaiate em virtude do serviço que presta como trabalho de alfaiate, para satisfazer minha necessidade de vestuário, ou seja, uma das minhas necessidades. O dono da alfaiataria compra-o para fazer 2 táleres com 1. Compro-o por produzir determinado valor-de-uso, por prestar determinado serviço. Ele o compra por fornecer mais valor-de-troca do que custa, como simples meio de permutar menos trabalho por mais trabalho (*TMV, I*, pp. 397-8).

Outro exemplo elucidativo de Marx é o do mestre-escola (*TMV, I*, p. 404). Expusemos acima que o professor em uma escola privada é um assalariado que troca sua força de trabalho por capital variável. Assim, é trabalhador produtivo para o dono da escola, que vende o produto de seu trabalho por um valor superior ao que investiu em salário e meios de trabalho, apropriando-se de mais-valia que nele se incorporou. Os alunos, ao contrário, que comprem do dono da escola o serviço produzido pelo professor, trocam-na por renda. Não têm como objetivo o dispêndio quantitativo da força de trabalho do professor, mas o conteúdo concreto ou valor de uso próprio de sua atividade, a saber, a especificidade de sua aula. Para os alunos, que são consumidores, o professor é, portanto, um trabalhador improdutivo: “Embora eles não sejam *trabalhadores produtivos* em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário” (*TMV, I*, p. 404). Deste modo, uma mesma atividade pode ser produtiva ou improdutiva, dependendo das relações de compra e venda da força de trabalho que servem de perspectiva de análise.

Os próprios *trabalhadores produtivos* podem ser para mim trabalhadores improdutivos. Por exemplo, mando forrar de papel as paredes de minha casa, e os forradores são assalariados de um patrão que me vende essa atividade: para mim, trata-se de uma compra como seria a da casa com as paredes forradas, trata-se de um dispêndio de dinheiro em mercadoria para meu consumo; mas, para o patrão que manda esses trabalhadores forrar as paredes, são eles trabalhadores produtivos, pois lhe fornecem mais-valia (*TMV, I*, p. 400).

Nos exemplos mencionados, Marx procura distinguir entre duas relações em que ocorrem a compra do mesmo trabalho, ora como força de trabalho que produzirá valor, ora como serviço, cujo resultado útil será consumido individualmente¹⁴. Portanto, o mestre-escola é produtivo para o dono da escola porque se incorpora à produção comandada pelo empresário-capitalista, mas não o é para o aluno, consumidor da mercadoria, para quem o dinheiro é meio de troca e a compra, parte da circulação simples de mercadoria. Por essa razão, é improdutivo. Claudio Napoleoni resume: “Em substância, o critério é bastante definido para que seja possível evitar erros. Em termos sintéticos, o critério é este: o trabalho produtivo se troca por capital; o trabalho improdutivo se troca por renda”¹⁵.

O trabalho que, para ser consumido individualmente, se troca por renda, é denominado serviço. Como a relação entre serviço e trabalho produtivo encerra alguma confusão, é importante dedicar um breve comentário aos serviços.

Marx definiu serviço como o *efeito útil* produzido por um trabalho que não existe como objeto autônomo, distinto da atividade de produzi-lo, e portanto não pode circular como mercadoria. Assim, o serviço é em geral identificado com o trabalho imaterial, isto é, que gera produto imaterial. No entanto, podem ser consideradas serviços diversas atividades que se realizam sobre objetos materiais definidos, como a do médico ou do carregador. O efeito útil de seu serviço distingue-se com clareza da atividade de produzi-los: a atividade de carregar é evidentemente diferente do efeito útil “ter a carga em local determinado”, assim como a intervenção médica se diferencia o efeito útil “cura”. Para utilizar um exemplo de Marx, o alfaiate empregado pelo consumidor para fazer uma calça realiza trabalho material, dado que o resultado é a calça, mas o trabalho é comprado na forma de serviço¹⁶. É serviço porque o que se compra é o “fazer uma calça”, mas o efeito útil que se tem em vista, a calça, distingue-se claramente da atividade comprada. Então, há serviço que recai sobre um objeto

¹⁴ I.I. Rubin explicita esta distinção: “Marx apenas afirma que se o trabalho de um tapeceiro fizer parte da economia doméstica do consumidor-cliente, não está incluído no sistema de produção capitalista. Só se torna produtivo quando se incorpora à economia de um empresário capitalista” (*A Teoria marxista do valor*, p. 282).

¹⁵ Napoleoni não examina o trabalho improdutivo que se troca por capital, situado fora da esfera da produção, que abordaremos adiante, mas destaca que o trabalho produtivo, além de ser comprado pelo capital, deve criar valor excedente para o capital: “(...) portanto o trabalho produtivo, precisamente enquanto se troca por capital, reproduz o valor deste capital pelo que foi trocado e algo mais; o trabalho improdutivo não reproduz sequer o valor pelo qual foi trocado (...)” (*Lecciones sobre el capítulo sexto (inédito) de Marx* p. 131).

¹⁶ Este exemplo foi extraído do artigo de Eisaburo Koga, “Problemas teóricos de la organización de las clases y del trabajo productivo”: “(...) o trabalho de um alfaiate é material, mas se o pago para fazer uma calça com um tecido que eu compro, pago por um trabalho que é um serviço” (p. 23).

material específico e realiza transformações em valores de uso, de forma que serviços não podem ser identificados com trabalho imaterial.

O serviço se define como uma atividade comprada com a finalidade de obter seu efeito útil, e portanto, como trabalho concreto, e pode ser material ou imaterial, isto é, o efeito útil que produz pode ou não recair sobre objeto material. Além disso, ainda que seu produto não possa separar-se, no âmbito sensível, da atividade de produzi-lo, todo serviço se distingue de seu efeito útil: o serviço de uma cantora, ou seu ato de cantar, é distinto do efeito útil, o canto, que se pretende consumir. Se considerados como *efeito útil*, de acordo com a definição de Marx, os serviços nunca são trabalho produtivo, pois sua força de trabalho não é comprada com vistas ao trabalho abstrato produtor de capital. A rigor, quando se adquire um serviço, não se compra força de trabalho, mas um produto que é seu efeito útil. No sentido de seu consumo, portanto, o serviço não se distingue das outras mercadorias compradas como valores de uso e consumidas individualmente. Entretanto, quando a mesma atividade é consumida pelo capital com a finalidade de extrair valor excedente, então não é mais possível denominá-la serviço, e sim trabalho produtivo¹⁷, independente do modo como se configura concretamente a mercadoria que dela resulta. Toda mercadoria, seja canto, aula escolar, máquina ou calça, produzida sob o comando do capital, será consumida após a venda, isto é, terá seu valor de uso específico consumido individualmente ou como meio de produção.

Entretanto, no interior destas relações de produção, quando a mercadoria produzida é a própria atividade, a confusão que se apresenta advém do fato de que o mesmo trabalho é comprado duas vezes. Em primeiro lugar, a força de trabalho é trocada pela parte variável do capital para realizar-se em seu caráter abstrato, tendo como finalidade a mais-valia e, em segundo lugar, a atividade é comprada, do proprietário capitalista, pelo consumidor que pretende se apropriar do valor de uso específico, e portanto como trabalho concreto. Uma vez que o trabalho trocado por renda é improdutivo, para quem consome a atividade do trabalho com a finalidade de usufruir de seu caráter útil particular, este trabalho não pode ser produtivo. O trabalho é sempre improdutivo para quem o compra *como serviço*. Ademais, se é trabalho

¹⁷ O serviço é a atividade do trabalho por sua função concreta. O trabalho produtivo é a atividade do trabalho por sua função abstrata de incorporar valor ao valor de uso. A força de trabalho é consumida pelo processo capitalista de produção enquanto atividade, e neste sentido, ponderando-se que o valor de uso que se consome não é a especificidade concreta, mas o caráter abstrato da atividade, toda compra de força de trabalho pelo capital é compra de um serviço: “Mas o decisivo foi o valor-de-uso específico da força de trabalho [para o capital], o qual consiste em ser ela fonte de valor, e de mais valor que o que contém. Este é o serviço específico que o capitalista dela espera” (C, I, p. 227).

produtivo para o capital, para que a mais-valia possa se realizar, será também sempre trabalho improdutivo para o consumidor de seu valor de uso. A força de trabalho não é, contudo, a rigor, comprada duas vezes, mas apenas uma, pelo capital. O consumidor compra o serviço do capitalista, a quem as mercadorias produzidas, e portanto também o serviço produzido, pertencem. Ademais, não compra força de trabalho, mas seu efeito útil particular, configurado seja em mercadorias, seja em serviços.¹⁸ Como qualquer mercadoria, também a realização do serviço, produzido ou não sob a forma capitalista das relações sociais, requer que seja trocado por renda e consumido individualmente, ou, o que dá no mesmo, consumido de modo improdutivo. Assim, uma vez que todo serviço é trabalho improdutivo para o consumidor individual, a análise de sua produtividade deve voltar-se para as relações sociais sob as quais ocorre sua *atividade de produção*, sendo indiferente para esta determinação o modo como é consumido.

Nessa classe de trabalhos improdutivos, cuja compra é parte da circulação simples de mercadorias, encontram-se ainda os dos funcionários do Estado, cuja força de trabalho é paga com renda, por meio dos impostos. Com efeito, independente da sua fonte, os impostos, em última análise, são deduções da renda individual ou dos rendimentos do capital e assim, embora útil ou necessário para o capital, o trabalho requerido pelos diversos serviços realizados pelo Estado são improdutivos:

Se - exemplifiquemos - todos os impostos *indiretos* se transformassem em *diretos*, nem por isso se deixaria de pagá-los, mas já não constituiriam adiantamento de capital, e sim um dispêndio de renda. A possibilidade dessa transmutação formal

¹⁸ Devido à necessidade de ser consumido, o serviço já foi erroneamente considerado improdutivo. Paul Singer, no contexto de sua discussão sobre os critérios geral e específico que Marx utiliza para definir o trabalho produtivo, confundiu o sentido da passagem sobre a produtividade do trabalho do mestre-escola: “A divergência entre os dois critérios também surge na citação à pág. 14: referindo-se aos professores assalariados, Marx diz que ‘embora eles não sejam *trabalhadores produtivos* face aos alunos, eles o são face ao empresário...’ [sublinhado no original (P. S.)]. Que estes professores assalariados sejam produtivos do ponto de vista de seu empregador é fácil de entender. Mas que eles não o sejam para os seus alunos só pode ser entendido se Marx estivesse operando com um outro critério, que *não o do capitalista*, do que é trabalho produtivo. E este efetivamente é o caso” (“Trabalho produtivo e excedente”, p. 118). Mas é precisamente porque Marx utiliza o critério do capitalista, segundo o qual trabalho produtivo é aquele que produz capital, que a atividade dos professores assalariados é improdutiva para os alunos. Estes compram o trabalho do professor visando consumir seu efeito útil, como serviço, ao passo que o dono da escola compra a mesma atividade como trabalho produtivo. Ademais, o trabalho do professor não é comprado diretamente pelos alunos, mas por meio da escola: os alunos pagam o capitalista – com renda – pela mercadoria que oferece no mercado; a confusão existe apenas porque esta mercadoria é um serviço, cujo consumo é simultâneo à atividade de produção e requer contato direto do consumidor com o produtor. É, pois, apenas sob o critério de trabalho produtivo para o capital que, para os alunos, o trabalho do professor pode ser definido como improdutivo. Do ponto de vista da acepção geral de trabalho produtivo – trabalho que resulta em valor de uso social – o trabalho do professor é produtivo, especialmente para os alunos que consomem seus produtos.

mostra sua exterioridade, indiferença e acidentalidade em relação ao processo capitalista de produção (*Cap. In.*, p. 74).

A segunda classe de trabalhos improdutivos abarca aqueles que são necessários ou inerentes ao ciclo de reprodução do capital, mas que significam custo para o capital global investido na produção, isto é, são pagos com a mais-valia extraída do processo produtivo. Em termos sintéticos, os trabalhos que a compõem se distinguem da primeira classe de trabalhos improdutivos, em primeiro lugar, por configurarem-se como diretamente necessários para o capital, em pelo menos uma de suas fases e, em segundo lugar, por serem trocados por capital variável, e não por renda, representando por isso custo para o capital produtivo social. Nessa classe de atividades consiste o trabalho improdutivo propriamente dito: se o critério para a definição de trabalho produtivo é a finalidade capitalista, o trabalho improdutivo é aquele que, efetivando-se no interior do ciclo de reprodução do capital, não produz mais-valia. O trabalho que se troca por renda não compõe o ciclo de reprodução do capital. O trabalho improdutivo propriamente dito abarca todas as atividades que se situam fora do trabalho coletivo da esfera produtiva, mas são trocados por capital e por essa razão se subsumem a ele. São improdutivas para o capital, constituindo custo, porque seu tempo de trabalho não gera valor – e portanto mais-valia – na medida em que não se incorpora em valores de uso, isto é, não geram mercadorias. São desta classe de improdutivos os trabalhos referentes à realização das mercadorias, na esfera da circulação, e os que são necessários à circulação de valor em geral; abrangem, portanto, toda força de trabalho utilizada pelo capital mercantil. O trabalho da contabilidade e supervisão, ainda que façam parte da esfera produtiva, pertencem também a esta segunda classe de trabalhos improdutivos, pois além de indubitavelmente imprescindíveis ao processo de produção do capital, não aumentam o capital e representam custo¹⁹.

A força de trabalho desses trabalhadores improdutivos é paga com capital variável. No entanto, este trabalho, por não incorporar valor, não é capaz de fazer do capital com que foi pago “uma magnitude de fato variável” (*TMV, I*, p. 388), condição da criação de mais-valia e do trabalho produtivo. Assim, o capital variável, porque despendido em salários, quando gasto com atividades que não interferem diretamente na transformação do valor de uso, acaba por comportar-se, sob este aspecto, como o capital

¹⁹ Os mecanismos pelos quais o conjunto desses custos improdutivos é pago, especialmente o salário dos trabalhadores improdutivos da circulação, serão expostos no segundo capítulo da pesquisa. Por ora interessa apenas caracterizar as atividades improdutivas consumidas pelo capital.

constante: tornam possível ao capital completar seu ciclo de reprodução, e portanto sua expansão, mas não contribuem para o aumento de sua magnitude. Ao contrário, implicam deduções do valor excedente gerado na esfera produtiva: a força de trabalho assim empregada não cria mais-valia, mas precisa ter seu valor repostado pelo capital. O valor de sua força de trabalho é regulado pelos mesmos princípios que regulam o valor da força de trabalho do trabalhador produtivo. Assim, são necessários e improdutivos para o capital social.

Os trabalhos improdutivos requeridos na esfera da circulação estão restritos às atividades da circulação pura, isto é, que alteram apenas a forma do valor, fazendo-o circular, mas não geram nenhuma transformação no valor de uso. A circulação pura é circulação especificamente de valor, e não comporta a circulação de produtos, realizada, como já foi apontado, pelo transporte, e que consiste em atividade produtiva que se estende à esfera da circulação. Nas palavras de Marx:

Abstraímos aí totalmente de processos eventuais de produção que prosseguem no processo de circulação, podendo existir deles dissociada por inteiro a atividade comercial. Assim, a indústria de transportes e expedição podem ser, e na realidade são, ramos inteiramente diversos do comércio” (*C, III*, p. 387).

A circulação de valor consiste no comércio ou na operação de troca propriamente dita, isto é, da compra e da venda, ou transferência de propriedade, que transmuta a forma do valor de capital-dinheiro para capital-mercadoria ($D - M$), como na compra de meios de produção e força de trabalho, ou de capital-mercadoria para capital-dinheiro ($M' - D'$), como na venda de mercadorias. O trabalho do comércio tem a função, necessária à realização do capital, de transmutar a forma do valor para realizá-lo e, assim, permitir a continuidade do processo produtivo; mas não produz valor, porque não incorpora tempo de trabalho em objetos úteis. Sua função é necessária à reprodução do capital, mas com referência à produção do capital social, é sempre improdutiva. Essa categoria de trabalho é exigida pela circulação porque a produção se realiza no interior das relações capitalistas, ou seja, têm como finalidade a produção de valor. A produção e a realização do valor, isto é, sua incorporação ao capital, processo sintetizado no ciclo de reprodução do capital, demanda a constante mudança de forma do valor. A circulação pura é circulação de capital e se dá mediante a conversão incessante do valor de uma forma a outra, de mercadoria em dinheiro, deste em meios de produção, ao passo que a circulação de valores de uso é parte de qualquer processo

produtivo e intercâmbio social material. Ainda que ambos os tipos de atividades sejam efetivadas sob o comando de um único capital comercial, isto significa que este capital, ao lado das atividades de circulação de valor, leva a cabo ainda as atividades produtivas relativas à circulação de produtos. Deve-se, pois, distingui-las:

Para nosso objetivo de determinar o que diferencia especificamente essa figura do capital [mercantil], temos de abstrair daquelas atividades reais. Quando o capital que funciona apenas no processo de circulação, em particular o capital comercial, associa em parte as suas funções àquelas atividades, não se patenteia ele em sua forma pura. Esta se evidencia quando se eliminam e se afastam aquelas atividades (C, III, p. 362).

Marx destaca o caráter improdutivo do trabalho na esfera da circulação na seguinte definição:

A lei geral é: *todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma da mercadoria não acrescentam a este valor*. São apenas custos para realizar o valor, para fazê-lo passar de uma forma para outra. O capital despendido nesses custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improdutivos necessários da produção capitalista (C, II, pp. 165-6).

As atividades requeridas por esta *forma* específica da circulação, própria ao modo de produção capitalista, são inessenciais às determinações materiais do intercâmbio de valores de uso ou produtos de trabalho. Uma vez que a produção social organize-se sob diferentes relações sociais, a circulação de valor desaparece. Esta é histórica, como o próprio valor, e suas atividades são requeridas sobretudo nesta forma de sociabilidade. Não obstante a força de trabalho utilizada pela esfera da circulação seja assalariada e tenha seu valor regulado por princípios idênticos aos que definem o valor da força de trabalho produtivo, as atividades que efetuam a circulação de valor ou capital são alheias aos valores e uso e portanto incapazes de incorporar valor:

O cômputo dos valores das mercadorias, a contabilidade deste processo, os negócios de compra e venda, ao contrário, não influem sobre o valor-de-uso em que existe o valor das mercadorias. Relacionam-se apenas com a forma do valor das mercadorias (C, II, p. 156).

Não apenas as atividades comerciais, mas o conjunto dos trabalhos que têm por objeto a forma valor do produto social, “o cômputo dos valores”, como no caso da contabilidade, não podem incorporar valor. No entanto, embora não o criem, tais

atividades são específicas da forma de sociabilidade que gera seu produto na forma de valor, e existem em função da necessidade de realizá-lo ou incorporá-lo de modo privado. É também no contexto da delimitação das atividades que são inerentes ao processo de trabalho e intercâmbio de produtos, por um lado, e aquelas que são necessárias e determinadas apenas pela forma de sociabilidade do capital, por outro, que Marx distingue os dois tipos de estoque que apresentamos acima como produtivos, e o terceiro tipo, definido como “estoque de mercadorias propriamente dito”. Como exposto acima, os dois primeiros tipos de estoque, de capital produtivo e de fundo de consumo, utilizam trabalho produtivo porque são materialmente necessários para tornar o produto apto para o consumo, e portanto inerentes ao processo de produção social. Quando ocorre sob o modo de produção capitalista, cujo produto existe apenas sob a forma mercadoria, o estoque nesses dois tipos necessários à circulação assume também forma mercadoria, pois é estoque de valores de uso situado no mercado.

Com o “estoque de mercadoria propriamente dito” ocorre o inverso: ele é a forma estoque da mercadoria. A formação deste tipo de estoque ocorre quando há uma interrupção na circulação, em oposição ao estoque cuja parada é condição do movimento da circulação. Essa interrupção pode ser involuntária, tendo sua origem em circunstâncias de mercado alheias ao projeto do capitalista, como a redução da procura por determinada mercadoria, ou voluntária, quando o proprietário subtrai suas mercadorias do mercado para aguardar momento mais vantajoso para a venda. Assim, não advém de uma necessidade material do intercâmbio de produtos, mas da forma capitalista da produção, ou pela forma de mercado assumida pelo intercâmbio. Esse tipo de estoque é portanto alheio às determinações do valor de uso e estabelecido pela circulação pura de valor. Assim, o trabalho que esse estoque demanda configura-se como custo para o capital e portanto como trabalho improdutivo:

Os custos de circulação determinados pela formação de estoque, quando considerados consequência exclusiva do tempo que levam os valores existentes para passarem da forma mercadoria para a forma dinheiro - isto é, quando decorrem unicamente da forma social estabelecida do processo de produção (apenas de ser o produto produzido como mercadoria e de ter por isso de transformar-se em dinheiro) -, participam inteiramente do caráter dos custos de circulação (...) (C, II, p. 156).

A distinção entre os tipos de estoque é exemplar no que diz respeito à diferença que Marx estabelece, para a determinação do trabalho como produtivo ou improdutivo,

entre as metamorfoses formais e materiais na esfera da circulação. As metamorfoses formais são sempre improdutivas porque não se relacionam com a transformação do valor de uso e por isso mudam a forma do valor, mas não o aumentam. Nesta classe de trabalhos improdutivos incluem-se ainda os requeridos pela efetivação das funções de crédito em geral e pelo capital a juro. O trabalho assim empregado é, a um tempo, improdutivo para o capital e especialmente necessário e estabelecido por essa forma de sociabilidade:

Trata-se aqui apenas do carácter geral dos custos de circulação decorrentes da metamorfose meramente formal. (...) As formas relativas à conversão pura do valor, resultantes de determinada forma social do processo de produção, são elementos fugazes, quase imperceptíveis da atividade do produtor individual de mercadorias, quando estão juntas de suas funções produtivas, com elas se entrelaçando. Essas formas, entretanto, podem adquirir aspecto impressionante nos custos de circulação em massa, com a mera entrada e saída de dinheiro, com a movimentação monetária autónoma, concentrada em grande escala, como função exclusiva de bancos etc. ou de caixas das empresas individuais. O que não se deve esquecer é que os custos de circulação não mudam de carácter, por se alterar sua configuração (*C, II*, p. 152-3).

O trabalho improdutivo que realiza metamorfoses formais é necessário à forma de sociabilidade do capital, se configura em custo para o capital e, além disso, é determinado por esse modo de produção, e desaparecia com ele no caso de outra forma de sociabilidade se estabelecer. O trabalho da contabilidade faz parte desta classe de trabalhos improdutivos para o capital, uma vez que, necessários, representa custo para o capital. Não obstante, a atividade improdutiva da contabilidade não pertence ao conjunto de funções que advêm unicamente da forma de sociabilidade do capital, mas é especialmente necessária à organização social ou coletiva do trabalho, quaisquer que sejam as relações sociais de produção por meio das quais se realize. Mostra-se especialmente importante e nas organizações coletivas do trabalho uma vez que efetiva a racionalidade sob a qual os diversos trabalhos particulares realizam uma única produção. Consiste, pois, em atividade determinada pela natureza do trabalho cooperativo, e não exclusivamente pela forma de sociabilidade do capital. Neste modo de produção, esta função é improdutiva por não contribuir para a expansão da substância do capital.

Nosso autor distingue entre os custos de circulação e os da contabilidade como se segue:

Há, entretanto, certa diferença entre os custos oriundos da contabilidade, do dispêndio improdutivo do tempo de trabalho em geral, e aqueles oriundos apenas do tempo gasto em compra e venda. Os últimos decorrem de determinada forma social do processo de produção, a que tem por objetivo produzir mercadorias. A contabilidade, por controlar e sumariar idealmente o processo, torna-se tanto mais necessária quanto mais o processo se desenrola em escala social e perde o caráter puramente individual; é portanto, mais necessária na produção capitalista do que na pequena produção dispersa dos artesãos e camponeses, e mais necessária na produção de caráter coletivo do que na capitalista. Os custos da contabilidade, porém, reduzem-se com a concentração da produção e quanto mais ela se torna contabilidade social (*C, II*, p. 152).

Por configurar-se como atividade de efetivação da racionalidade capitalista, a contabilidade, assim como o trabalho de direção, para além do exigido pela coordenação do processo coletivo de trabalho, são desdobramentos da função do capitalista, que personifica o capital. Considerá-las improdutivas significa assumir que a atividade do capitalista, ou a propriedade do capital, ainda que investido na produção, é também improdutiva. Sobre a atividade de direção, Marx afirma que “(...) a direção capitalista é dúplice em seu conteúdo, em virtude da dupla natureza do processo de produção a dirigir que, ao mesmo tempo, é processo de trabalho social para produzir um produto e processo de produzir mais-valor” (*C, I*, p. 385). Enquanto atividade de coordenação do processo coletivo de produzir valores de uso, a direção se configura em trabalho produtivo; como direção capitalista da produção, cuja necessidade advém da oposição entre esta direção e o trabalho assalariado, é trabalho improdutivo:

(...) esse trabalho de direção é necessário em todos os modos de produção baseados sobre a oposição entre o trabalhador – o produtor imediato – e o proprietário dos meios de produção. Quanto maior essa oposição, tanto mais importante o papel que esse trabalho de supervisão desempenha. Atinge por isso o máximo na escravidão. Mas é também indispensável no modo capitalista de produção, pois o processo de produção é nele ao mesmo tempo processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista (*C, III*, p. 508).

O modo de produção do capital, na medida em que se realiza com base na exploração do trabalho assalariado, demanda tempo de trabalho social, em cada um dos empreendimentos privados, para regular a relação com os trabalhadores durante o processo produtivo, ou ainda, impor ao trabalho a racionalidade própria ao capital. Esta necessidade é própria da forma de sociabilidade que subordina o trabalho ao capital, e se distingue com clareza das atividades de supervisão do processo coletivo de trabalho, “tarefas comuns que derivam da própria natureza da coletividade” (*C, III*, p. 508), e que por essa razão são produtivas:

Com o desenvolvimento, o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores, entregando-a a um tipo especial de assalariados. Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contramestres, inspetores, capatazes, feitores), que, durante o processo de trabalho, comandam em nome do capital. O trabalho de supervisão torna-se sua função exclusiva (C, I, p. 385).

A atividade de controle capitalista da produção, ainda que efetivado por trabalho assalariado, mantém-se como trabalho improdutivo.

É importante ressaltar que toda a força de trabalho que o capital compra é necessária de algum modo para que o ciclo de reprodução do capital se realize. Como “o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente”, e que consome trabalho “como fermento de seu próprio processo vital” (C, I, p. 357), não há força de trabalho comprada pelo capital que não seja rigorosamente necessária ao seu processo vital, pois o dispêndio desnecessário de capital contradiz sua lógica de expansão. Assim, o caráter necessário do trabalho para o capital não interfere em sua caracterização como produtivo ou improdutivo, mas serve apenas para a distinção entre as classes de trabalho improdutivo: os que são trocados por renda não são diretamente necessários ao capital, embora possam sê-lo indiretamente, como no caso do trabalho empregado pelo Estado. Os serviços do Estado são, sob diferentes critérios, úteis para o capital, e nesse sentido, necessários, porém não diretamente, isto é, não para seu ciclo de reprodução²⁰. Os trabalhos que, necessários de algum modo à reprodução de capital, implicam custo para o capital na medida em que não repõem sequer o valor da própria força de trabalho são chamados por Marx de *falsos custos de produção* (*faux frais de production*). Os custos de produção são “falsos” porque advêm exclusivamente da forma social capitalista de produção. Os impostos são também falsos custos de produção, mas a força de trabalho dos funcionários do Estado, que não é trocada diretamente por capital variável, pertence à primeira classe de trabalhos improdutivos.

²⁰ Como bem apontam L. Harris e B. Fine, em *Para reler O Capital*: “Devemos ressaltar que não se está discutindo, na categorização dos funcionários do Estado, se desempenham uma função útil para o capital. Não pode haver dúvida de que o fazem, o mesmo ocorrendo, é claro, com os trabalhadores do comércio. A questão é que não produzem mais-valia diretamente, e portanto constituem trabalho improdutivo, e sua utilidade para o capital advém apenas de seu papel ‘indireto’, seu papel nos processos que apóiam a produção de mais-valia pelo trabalho produtivo, mas que, em última análise, dependem dela” (p. 52).

Contudo, do ponto de vista do capital mercantil individual, as atividades de circulação pura, ou o investimento de capital comercial, bem como de capital a juro, permite a apropriação de uma parcela da mais-valia socialmente produzida, e só por essa razão estas atividades puderam se tornar empreendimentos capitalistas autônomos, ou seja, separados da esfera produtiva. Para que estes empreendimentos se realizem, determinadas quantidades de trabalho são necessárias, e a força de trabalho que empregam, portanto, é responsável por sua efetivação. A força de trabalho consumida nas funções de circulação produz, pois, o lucro do capital, na medida em que torna possível a apropriação de parcelas da mais-valia social. Seu próprio salário é uma apropriação da mais-valia gerada na esfera produtiva, uma vez que seu trabalho não produz valor algum e com isso não repõe o valor de sua força de trabalho. Este valor é determinado, como já mencionamos, pelo mesmo princípio que rege o valor da força de trabalho produtiva - soma do valor dos objetos necessários para a manutenção da vida do trabalhador como trabalhador, independente da magnitude do valor que produza ou do produto concreto de seu trabalho.

O fato de possibilitar ao capitalista que se aproprie de parte da mais-valia socialmente produzida faz com que Marx afirme que os trabalhadores do comércio, ou seja, aqueles cuja função é estritamente a de realizar a circulação do capital, embora não produzam valor no sentido da produção social total, podem ser *para o capital mercantil*, considerados produtivos:

O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais-valia, **o que para esse capital é a mesma coisa**; esse trabalho não pago é portanto fonte de lucro. De outro modo, a empresa comercial nunca poderia ser explorada em grande escala, nem de maneira capitalista (*C, III*, p. 392, grifo nosso)²¹.

O trabalho na circulação é produtivo para o capital singular que dele se beneficia, uma vez que são as atividades dos trabalhadores da circulação que possibilitam a incorporação de lucro, e portanto de uma parcela da mais-valia socialmente produzida. Tais atividades são produtivas apenas do ponto de vista do capital individual, e não podem ser tomadas como socialmente produtivas. Esta passagem do texto de Marx já foi utilizada como justificativa desta confusão, qual seja,

²¹ Os mecanismos pelos quais os capitais mercantis atraem para si parcelas da mais-valia social, os meios que a concorrência entre os capitais utiliza para direcionar parte mais-valia social ao pagamento dos custos de circulação, bem como o trabalho não-pago dos trabalhadores improdutivos, serão abordados no segundo capítulo.

a consideração da atividade na circulação como produtiva²². O que especialmente nos interessa apontar a respeito da postura teórica que assume o trabalho da circulação pura como produtivo é o fato de que leva a uma minimização do aspecto peculiar à produção sob a forma capitalista. O trabalho produtivo para o capital se define como produção de capital, isto é, processo de trabalho que produz seu produto na forma social de valor, e por isso, sem deixar de ser processo de trabalho, assume a forma social de processo de valorização. Capital, valor que se expande continuamente por meio do processo produtivo, é a forma da riqueza sob este modo específico de sociabilidade. Trabalho produtivo é o trabalho que produz especificamente esta riqueza. Assim, é a forma social das relações de produção do capital que define o trabalho produtivo, e não a dinâmica social de distribuição da riqueza, mesmo considerando que as diversas determinações da circulação sejam motivadas e estejam fundadas sobre as relações de produção, e que também influenciem estas relações. O capital produz constantemente as particularidades de suas formas de distribuição de riqueza, mas o comércio de mercadorias e de dinheiro (capital a juro) existem em outras formas de sociabilidade como dinâmicas de distribuição de riqueza, bem como a exploração do trabalho - apropriação do produto excedente dos trabalhadores - compõe os outros modos de produção passados. É a singularidade da riqueza produzida pelo trabalho que se subsume ao capital – produto sob a forma de valor, e valor excedente - que determina, do ponto de vista de seu resultado, o trabalho produtivo. Ademais, mesmo do ponto de vista do trabalho produtivo em geral – aquele que se objetiva em valores de uso – o trabalho da circulação pura, que realiza as metamorfoses formais do valor, não pode ser considerado produtivo. Trabalho produtivo é sempre aquele que produz valores de uso sociais, e não pode ser confundido com aquele que opera a circulação formal. Por conseguinte, o

²² Com base nesta afirmação de Marx, segundo a qual os trabalhadores da circulação “produzem” o lucro para o capital mercantil, Ruy Mauro Marini, em “O conceito de trabalho produtivo – nota metodológica (1992-97)”, assume que estes trabalhadores fazem parte da categoria dos produtivos. Lançando mão da definição de trabalho produtivo enunciada no livro I (capítulo XIV) - “dentro do capitalismo, só é produtivo o operário que produz mais-valia ou que trabalha para fazer rentável o capital” - Marini afirma que “ao considerar o trabalhador da circulação que se ocupa principalmente da venda (assim como da contabilidade, embalagem, classificação etc.) Marx sustenta que ele é pago mediante o desembolso de capital variável por parte do capitalista que opera nessa esfera, proporcionando a ele mesmo um lucro positivo e contribuindo, assim, para uma maior rentabilidade de seu capital. Assim, do ponto de vista da definição dada no livro I, estamos diante de um trabalhador produtivo, dado que ‘faz rentável’ o capital, qualquer que seja a forma sob a qual este se apresenta” (p. 199). Este trabalhador de fato faz rentável o capital singular que o emprega. Contudo, a delimitação do trabalho produtivo e improdutivo em Marx refere-se ao capital social, e não haveria necessidade de distingui-los caso todo trabalho empregado por qualquer capital individual, na medida em que contribui de uma forma ou de outra, com sua atividade concreta, para a incorporação de lucro, fosse por isso tomado por produtivo. A distinção entre o trabalho socialmente produtivo e o trabalho individualmente produtivo será tratada no capítulo seguinte.

trabalho produtivo para o capital, deve, em primeiro lugar, produzir e, além disso, produzir a riqueza específica do modo de produção do capital e assim, configurar-se em fundamento desta forma de sociabilidade particular.

Tomar o trabalho da circulação por produtivo implica operar duas generalizações que fariam a categoria perder toda sua possibilidade de explicar o modo de produção do capital: por um lado, assumindo como produtivo todo o trabalho diretamente necessário ao capital - isto é, todo o trabalho que o capital emprega – tornar-se-iam indistintas as esferas da produção e da circulação; por outro lado, o lucro mercantil esteve historicamente presente sob relações de produção não-capitalistas; caracterizar como produtivo o trabalho que o torna possível levaria a uma expansão da categoria para outras formas de sociabilidade. Por ambas as razões, o trabalho produtivo deixaria de ser uma categoria econômica, pois perderia seu poder de expressar as relações de produção específicas em que o trabalho produz a riqueza própria ao capital.

O capítulo seguinte tem por objetivo examinar a relação entre o capital produtivo e os capitais mercantis, socialmente improdutivos, nas duas formas em que se apresenta, a saber, capital comercial e capital financeiro. Pretende-se analisar a especificidade das atividades que levam à valorização de cada uma das formas que o capital assume, ou seja, como as diferentes funções do capital incorporam parte da mais-valia social. A partir disso, pretendemos explicitar a relação que os capitais improdutivos estabelecem com o trabalho produtivo e, inversamente, a relação do capital produtivo com o trabalho improdutivo.

CAPÍTULO II - CAPITAL PRODUTIVO E CAPITAL IMPRODUTIVO

Capital é valor que se valoriza, que se expande ou aumenta. Essa é a primeira e mais genérica de suas determinações. Seu “processo vital”, atividade que possibilita e garante a manutenção de sua existência enquanto capital, “consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente” (C, I, p. 357). O capital é portanto uma função do valor, o valor por sua capacidade específica de multiplicar-se, de atrair para si novas quantidades de valor. Valor é trabalho objetivado, passado ou morto, e se faz capital pela incorporação de mais-valia ou novas magnitudes de trabalho excedente objetivado. Como o valor é uma “objetividade impalpável, a massa pura e simples de trabalho humano em geral” (C, I, p. 60), corporifica-se em objetos que são em si mesmos distintos do capital, a saber, mercadorias (valores de uso que se realizam por meio da troca) e dinheiro (equivalente geral das mercadorias e como tal, medida do valor). Assim, o capital, como função de expansão do valor, apresenta-se objetivamente de diversas formas, ou ainda, nos vários objetos que servem de veículo para o valor. Apresenta-se, pois, como capital-dinheiro, capital-mercadoria – composto de mercadorias para venda – e capital produtivo – composto de meios de produção (meios, objetos e força de trabalho), mercadorias que serão consumidas no processo de produção. O ciclo de reprodução do capital, produção e realização contínuas do valor, que se define como unidade das esferas da produção e da circulação, demanda a recorrente metamorfose do capital de uma a outra dessas três formas.

A segunda determinação do capital é seu caráter privado, ou seja, somente funciona como capital o valor que se constitui como propriedade privada²³. Isto impõe a multiplicidade como condição de existência do capital: este existe apenas como diversidade de capitais autônomos de magnitudes determinadas. O palco onde os múltiplos capitais se relacionam é o mercado e a forma geral dessa relação é a concorrência: os capitais individuais se contrapõem para atrair para si acréscimos de valor, isto é, para levar a cabo sua expansão. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, as diferentes formas objetivas do capital, correspondentes às

²³ Essa segunda determinação é, historicamente, condição da primeira: os valores de uso só são produzidos *socialmente* como mercadoria, ou valor, quando se estabelece a propriedade privada como forma geral de apropriação do produto do trabalho social. Por outro lado, a constituição histórica da propriedade privada como forma social da apropriação resulta da paulatina ampliação da produção de mercadorias, que responde à expansão comercial.

diversas funções específicas de cada fase do ciclo de sua reprodução, autonomizam-se como capitais privados independentes. O valor que se encontra “na situação ou na forma de capital produtivo”, único “capital capaz de produzir valor e mais-valia” (*C, II*, p. 41), mantém-se nessa sua função específica separando-se, enquanto propriedade, das outras fases de sua realização, pertencentes à esfera da circulação. O capital-mercadoria, previamente produzido, torna-se do mesmo modo autônomo e, por sua função, faz-se capital comercial, que se efetiva pela compra e venda de mercadorias. É certo que “Todo capital novo, para começar, entra em cena, surge no mercado de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro, sob a forma de dinheiro, que, através de determinados processos, tem de transformar-se em capital” (*C, I*, p. 177), o que também é verdadeiro para cada nova rotação do capital produtivo ou comercial; por conseguinte, a forma capital-dinheiro é necessária em todas as fases autonomizadas do ciclo de reprodução do capital. Tornando-se propriedade privada independente, o capital-dinheiro desenvolve sua função específica de migrar de um investimento de capital a outro, possibilitada pela progressiva necessidade de ampliação do capital produtivo (e, conseqüentemente, também do capital comercial). Por essa sua função específica, efetivada pelo empréstimo ou aluguel de dinheiro, o capital-dinheiro faz-se capital a juro.

Todo capital individual, em qualquer uma de suas formas, desempenhando uma fase parcial do ciclo de reprodução, traz em si a capacidade de expandir-se, e o acréscimo de valor para o proprietário é alcançado por meio de diferentes processos. O capital a juro, forma mais pura e desenvolvida do capital, cobra um preço pelo aluguel do dinheiro – o próprio juro – regulado por uma taxa geral, ou seja, porcentagem referente à magnitude do valor emprestado. Sem outra ação no mercado senão o próprio empréstimo, e sem outra mediação que não a do tempo, o dinheiro retorna a seu proprietário ampliado, valoriza-se. Esse acréscimo de valor ao capital singular original, atraído por meio do empréstimo, faz com que o dinheiro funcione como capital. O processo de valorização do capital comercial se dá por meio da compra e venda de mercadorias: capital-dinheiro converte-se em capital-mercadoria e novamente em capital-dinheiro acrescido. O acréscimo, ou lucro comercial, consiste na diferença entre o preço de compra e preço de venda da mercadoria, e portanto advém da atividade da troca. O capital nessas formas, embora não seja empregado para a produção de mais-valia, apropria-se da mais-valia social sob a forma de lucro comercial ou juro, e apenas por isso pode funcionar como capital, valor que se expande. Mas tampouco os diversos capitais produtivos, que criam a mais-valia social por meio da exploração do trabalho

produtivo, apropriam-se de modo direto da mais-valia que individualmente produzem. A valorização de seu capital se dá pelo acréscimo de lucro, forma transfigurada que a mais-valia assume quando as relações de mercado, sintetizadas pela concorrência, se interpõem entre sua produção e realização. Toda apropriação individual de mais-valia é sempre mediada e indireta, porque se efetiva em suas formas transmutadas de lucro e juro, (que então se transformam parcialmente em renda, como na forma salário). Por outro lado, a mais-valia é sempre social, e se divide pelos múltiplos capitais, produtivos ou improdutivos, no mercado e por meio da concorrência, indiferentemente ao lócus de sua gestação. Exporemos em linhas gerais o modo e as razões pelas quais se faz necessário o desdobramento do capital em produtivo, comercial e financeiro, bem como os mecanismos que intermedeiam a produção e a apropriação da mais-valia, como fundamentos para a determinação do capital como produtivo e improdutivo, do ponto de vista individual e social. Interessa especialmente examinar a relação do capital socialmente improdutivo com o trabalho produtivo, mediada pelo capital produtivo, e, por fim, a relação do capital social com o trabalho improdutivo.

1. O capital produtivo

O ponto de partida deve ser a produção da mais-valia, o capital produtivo. A mais-valia é trabalho não-pago, valor incorporado ao produto do trabalho que excede o valor da força de trabalho, de que o trabalhador se apropria na forma de salário. O trabalhador incorpora aos meios de produção, expressão material do capital constante, quantidade de trabalho correspondente ao tempo de sua jornada, mas recebe sob a forma de salário, expressão do capital variável, apenas parte do valor que incorporou ao produto, ou seja, o valor referente a uma parte da jornada. O tempo total da jornada se divide, por isso, em trabalho necessário (para repor o valor da força de trabalho) e trabalho excedente. O valor gerado pelo primeiro repõe (ou produz) o capital variável, e o valor produzido pelo segundo é valor excedente ou mais-valia. Nas palavras de Marx:

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera para além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada (*C, I*, p. 253).

Assim, o valor invertido em meios de produção e força de trabalho se faz capital, expande-se. O valor previamente existente como propriedade do capitalista, transformado em meios de produção e força de trabalho consumidos no processo de trabalho produtivo, gera, também como propriedade do capitalista, um valor a mais. Essa mais-valia incorporada ao produto excedente faz-se ela mesma capital quando, na esfera da circulação, é transformada, primeiro em dinheiro por meio da venda do produto, depois em novos meios e força de trabalho, e então consumidos produtivamente. A inversão da mais-valia no processo produtivo permite sua reprodução em escala ampliada, e assim é transformada em capital, em um capital adicional. “Sabemos precisamente como ele se originou. É mais-valia capitalizada. Desde a origem, não contém ela nenhuma partícula de valor que não derive de trabalho alheio não-pago” (*C, I*, p. 680). O valor previamente expropriado paga novos meios e força de trabalho que, consumidos produtivamente, geram nova mais-valia.

Como o trabalho é o fator gerador de valor, a taxa de mais-valia é expressão da relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, ou seja, entre a magnitude da mais-valia e a do capital variável (m/v). Assim, embora o produto do trabalho contenha

o valor dos meios de produção, ou capital constante, este é transferido através da determinação concreta ou útil da atividade, necessária à incorporação quantitativa de tempo de trabalho, ou à determinação abstrata que o faz produtivo de valor. Mas, por ser apenas transferido, o valor expresso pelo capital constante deve ser abstraído da composição da taxa de mais-valia. Isso porque essa taxa mede a proporção entre a parcela apropriada pelo trabalhador e aquela que se configura em propriedade do capitalista no interior do *novo* valor gerado pela jornada de trabalho. A taxa de mais-valia mede, portanto, o grau de exploração da força de trabalho.

Contudo, não é essa a taxa que mede a ampliação do capital produtivo singular, uma vez que, além da força de trabalho produtivo, o capital deve transformar-se também em meios de produção – meios de sucção de trabalho – que configuram o capital constante. Para o capital individual interessa medir a diferença entre o valor apropriado após a venda da mercadoria gerada no processo de produção e aquilo que se gastou para produzi-la. Distinguem-se, pois, o custo social e o custo capitalista de produção da mercadoria. O primeiro, o custo real de produção de uma dada mercadoria, é idêntico ao seu valor, isto é, ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Nesse tempo, incluem-se tanto o trabalho vivo que a transformou na mercadoria específica, quanto o trabalho materializado nos meios de produção (matéria-prima e instrumentos, estes na medida de seu desgaste) consumidos no processo produtivo. Mas, “São duas magnitudes bem diversas o que a mercadoria custa ao capitalista e o que custa produzi-la” (*C*, III, p. 42), precisamente porque parte do trabalho vivo que compõe o valor da mercadoria – o trabalho excedente – não é pago, não encontra equivalente no capital consumido pela produção, e por isso incorpora valor que é *mais-valia*. Desse modo, enquanto o custo real da mercadoria compõe-se da soma do capital constante consumido, do capital variável adiantado e da mais-valia, o custo capitalista, ou preço de custo, compõe-se apenas da soma do capital constante e do capital variável: “O custo capitalista da mercadoria mede-se pelo dispêndio do *capital* e o custo real pelo dispêndio de *trabalho*” (*C*, III, p. 42).

Assim, os componentes do preço de custo são o capital constante e o capital variável. Esses fatores incorporam-se ao produto de modo distinto, por meio de diferentes funções do trabalho. O valor do capital constante reaparece no produto porque os meios de produção que são sua expressão material transformam-se de fato no novo produto por meio da atividade do trabalho em seu caráter concreto, mas esse valor já existia antes do processo produtivo. O valor do capital variável, por sua vez, é

substituído por trabalho vivo que incorpora novo valor ao produto, em magnitude que tanto repõe o capital despendido em salário quanto gera a mais-valia:

O trabalho vivo é sempre maior que o valor contido no capital variável e por isso configura-se em valor maior que o desse capital, valor determinado conjuntamente pelo número dos trabalhadores mobilizados pelo capital variável e pela quantidade de trabalho excedente que eles realizam (*C, III*, p. 196).

O excedente de valor gerado no processo produtivo, embora provenha especificamente do trabalho vivo não-pago e componha o custo real da mercadoria, conta para o capitalista como valorização do capital total, isto é, enquanto ganho que supera o preço de custo da mercadoria. Dado que o capital produtivo deve compor-se tanto da parte constante quanto da variável,

Para o capitalista tanto faz considerar que adianta capital constante, para tirar lucro do variável, ou que adianta o variável para valorizar o constante; que despende dinheiro em salário, para valorizar máquinas e matérias-primas, ou que adianta dinheiro em maquinaria e matérias-primas, para explorar trabalho (*C, III*, p. 60).

Para o capital, o preço de custo da mercadoria compõe-se apenas da parcela de trabalho incorporado que foi paga. Mas “o valor de uma mercadoria é igual ao valor do capital constante nela contido, mais o valor do capital variável nela reproduzido, mais o acréscimo desse capital variável, a mais-valia produzida” (*C, III*, p. 199-200), e assim, “O lucro do capitalista provém de ter para vender algo que não pagou” (*C, III*, p. 60). Este consiste, pois, no excedente do preço de venda da mercadoria sobre o preço de custo. Assim, o lucro do capital produtivo individual, embora apareça “como excedente do preço de venda sobre o valor imanente das mercadorias” (*C, III*, p. 62), é idêntico à mais-valia, que integra o valor ou custo real delas. Sua taxa é, contudo, diferente, pois deve ser deduzida da relação da mais-valia com o capital total, e não, como na taxa de mais-valia, com referência apenas ao capital variável. A taxa de lucro, por conseguinte, é “A razão (...) que existe entre a mais-valia e a totalidade do capital” (*C, III*, p. 61), m/C , de modo que expressa o grau de valorização de todo o capital²⁴.

²⁴ O preço de custo se define pelo valor dos meios de produção que de fato foram gastos ou incorporados na mercadoria produzida, e por isso, inclui o capital fixo apenas na medida de seu desgaste, já que o restante poderá ser incorporado na produção de nova massa de mercadorias. O lucro, contudo, é calculado com relação ao capital total, inclusive a parcela do capital constante fixo cujo valor não está contido na mercadoria gerada em uma rotação. Isso porque, para a produção da mercadoria, é necessário ter-se gastado anteriormente o valor total do capital constante fixo, uma vez que a máquina inteira é necessária para a produção de cada unidade de mercadoria.

São dois os fatores que determinam a taxa de lucro individualmente produzida: a taxa de mais-valia, que mede a valorização do capital variável, e a magnitude desse capital com relação ao capital total, ou seja, a proporção entre o capital variável e capital constante. Essa composição do valor do capital, chamada composição orgânica, é definida, em primeiro lugar, pela relação quantitativa entre trabalho e meios de produção, determinada em cada processo específico de trabalho, e, em segundo lugar, pelo valor dos meios de produção e da força de trabalho. A proporção entre meios de produção e quantidade de trabalho, denominada composição técnica do capital, é imposta pelas condições materiais do processo de trabalho: dada quantidade de trabalho consome diferentes meios de produção em quantidades determinadas. Por isso, em determinado nível de desenvolvimento histórico das forças produtivas, é composição necessária, tecnicamente estabelecida, dos fatores materiais do capital, isto é, das massas de trabalho e meios de produção. A composição técnica é, desse modo, extrínseca às relações de valor.

Quantidade determinada de força e trabalho, representada por número certo de trabalhadores, é necessária para produzir determinada quantidade de produto numa jornada, por exemplo, e inclusive para pôr em movimento, consumir produtivamente quantidade certa de meios de produção, de maquinaria, de matérias-primas etc. Determinado número de trabalhadores corresponde a quantidade certa de meios de produção e, por isso, determinada quantidade de trabalho vivo, a quantidade certa de trabalho já materializado nos meios de produção. Esta relação difere muito nos diversos ramos de produção e amiúde nas diversas modalidades da mesma indústria, embora eventualmente possa ser a mesma ou quase, em ramos industriais muito afastados entre si (*C, III*, p. 194).

Além da composição técnica do capital, o outro fator que define a composição orgânica é o valor dos meios de produção, que perfaz a magnitude do capital constante, e da força de trabalho, expresso no capital variável. Como qualquer outra mercadoria, o valor dos meios de produção é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los. Não mantém, por conseguinte, relação intrínseca alguma com o valor da força de trabalho, definida pelo mesmo fator. Assim, quantidade definida de força de trabalho é requerida para consumir determinada magnitude de meios de produção, mas a relação de valor entre ambos, capital constante e variável, não é imediatamente determinada por essa relação quantitativa concreta que é a composição técnica:

Por exemplo, certos trabalhos em cobre e ferro podem supor relação igual entre força de trabalho e massa de meios de produção. Mas, sendo o cobre mais caro que

o ferro, será diferente nos dois casos a relação entre a parte variável e a constante, e, por conseguinte, a composição de valor nos dois capitais globais (*C, III*, p. 194).

Assim, a composição orgânica do capital é casual com relação ao processo individual de valorização: cada espécie de mercadoria, enquanto produto especificamente útil, demanda meios de produção com valores diversos, bem como diferentes composições técnicas. A composição orgânica se determina tanto pela composição técnica, como pelos diversos fatores que interferem no preço dos meios de produção: o desenvolvimento no ramo de produção desses meios, que definem seu valor, e as relações mercantis de concorrência, que interferem no preço. A especificidade de cada processo de trabalho e os vários níveis de desenvolvimento das forças produtivas faz com que o capital produtivo de ramos diferentes, e também de um mesmo ramo, tenham composições orgânicas distintas.

Com isso, como o capital variável, porção do valor que efetivamente se valoriza, ocorre, em cada investimento produtivo, em importâncias diferentes com relação à totalidade do capital, os capitais produtivos de igual magnitude geram, com mesma taxa de mais-valia, taxas individuais de lucro diversas:

Como capitais em diversos ramos da produção, considerados percentualmente, ou seja, capitais de igual magnitude se repartem de maneira desigual em constante e em variável, mobilizando quantidade desigual de trabalho vivo e produzindo montante desigual de mais-valia, por conseguinte de lucro, difere neles a taxa de lucro, constituída justamente pela relação percentual entre a mais-valia e todo o capital (*C, III*, p. 199).

A taxa de lucro é calculada encontrando-se a parcela que o capital variável representa no capital total (v/C) e multiplicado-se essa razão pela taxa de mais-valia em um intervalo de tempo determinado ($m' v/C$), ou, como afirmado acima, dividindo a massa de mais-valia pelo capital total (m/C). Reparte-se, pois, a taxa de valorização do capital variável por todo o capital e então, embora as massas de mais-valia e de lucro produzidas individualmente tenham a mesma magnitude, a taxa de lucro é sempre inferior à taxa de mais-valia. No exemplo de Marx, para uma composição orgânica percentual do capital de 80 constante e 20 variável, a uma taxa de mais-valia de 100%, tem-se o valor da mercadoria de 120, massa de mais-valia ou lucro de 20, e taxa de lucro de 20% ($20/100$).

As variações de valor dos meios de produção e do salário interferem de modo distinto nas taxas de mais-valia e de lucro. Mantendo-se as outras condições, o aumento

do salário amplia a proporção do trabalho necessário com relação ao excedente no interior da jornada, reduzindo assim a taxa de mais-valia e, com ela, a de lucro. A redução do salário tem efeito contrário. O aumento do preço dos elementos que compõem o capital constante, por exemplo, da matéria-prima, reduz a taxa de lucro, bem como o montante de lucro ou mais-valia. Isso porque a mesma magnitude passará a comprar menor quantidade de meios de produção, e com isso absorverá menor tempo de trabalho vivo, mas mantém a taxa de mais-valia. A redução do valor do capital constante decorrente da queda do preço de seus elementos materiais também não altera a taxa de mais-valia, mas aumenta a de lucro.

Para iguais montantes de capital diferem as taxas de lucro porque, para igual taxa de mais-valia, mobilizando-se quantidades diversas de trabalho vivo, diferem as quantidades de mais-valia produzidas e por conseguinte de lucro (C, III, p. 197).

Assim, a formação da taxa de lucro engloba fatores que são alheios à taxa de mais-valia, mas, como lucro e mais-valia são de fato a mesma parcela do valor gerado na produção, ambas as taxas mantém estreita relação. A taxa de lucro aumenta quando aumenta a mais-valia com referência ao capital total, seja porque a massa de mais-valia ou lucro ampliou-se, ou porque o valor do capital constante reduziu-se:

A elevação da taxa de lucro deriva sempre de a mais-valia aumentar relativa ou absolutamente, do ponto de vista dos custos de produção, isto é, de todo o capital adiantado, ou de reduzir-se a diferença entre a taxa de lucro e a de mais-valia (C, III, p. 186).

Enquanto a taxa de mais-valia expressa uma relação intrínseca ao processo produtivo, a saber, a que existe entre o tempo de trabalho pago e o não-pago, não há relação imanente alguma entre a mais-valia e a totalidade do capital, pois um dado tempo de trabalho, sob um determinado grau de exploração (taxa de mais-valia), pode requerer capital constante de diversos valores, dependendo do caráter útil específico da mercadoria em que deve incorporar-se e do nível de aprimoramento dos meios de produção. A taxa de lucro expressa, portanto, uma relação casual entre o capital total e a mais-valia, pois, sob uma mesma taxa de valorização do capital variável, tem-se uma diversidade de taxas de lucro possíveis, assim como diferentes taxas de mais-valia podem casualmente resultar em igual taxa de lucro (se as composições orgânicas estiverem na razão inversa das taxas de mais-valia). Por apresentar “*o capital como relação consigo mesmo*”, uma relação em que, como soma inicial de valores, se distingue

do valor novo por ele mesmo criado” (*C, III*, p. 66), “o lucro é forma transfigurada da mais-valia” (*C, III*, p. 66).

O que caracteriza o lucro como forma transfigurada da mais-valia não é apenas o fato de que sua taxa é calculada com referência à totalidade do capital, mas o fato de que sua apropriação se realiza com a mediação do mercado, ou seja, no processo de circulação. Mais-valia é valor gerado no processo de produção capitalista, e lucro, valor incorporado pelo capital individual, na magnitude que excede o preço de custo, por meio das relações de troca de mercadorias na esfera da circulação. Assim, se a mais-valia é criada no interior do processo capitalista produtivo singular, o lucro é produzido dentro e fora da produção, nos processos de produção e de circulação. O lucro (mais-valia) produzido no interior de cada investimento produtivo de capital, isto é, contido na mercadoria, não é o mesmo que esse capital de fato realiza no mercado.

Enquanto a análise de Marx diz respeito ao capital produtivo individual, abstrai-se da relação entre os múltiplos capitais com o objetivo de isolar as categorias para explicitá-las, assumindo então que cada capital individual é um exemplar em escala diminuta do funcionamento do capital social. Sob essa dimensão de análise, o lucro é idêntico à mais-valia, e a taxa de lucro, uma forma diferente de relacionar as parcelas de valor que compõem o processo produtivo do capital, qual seja, a que corresponde à finalidade do capital. Esse modo de relacionar quantitativamente parcelas do capital que têm origens distintas e, portanto, diferem em qualidade, pode ser caracterizada como forma transfigurada porque obscurece o elemento criador de valor e mais-valia ao apresentar o capital, em sua expansão, como relação consigo mesmo: o trabalho aparece assim como um momento ou um custo específico do capital, e não o capital como produto da expropriação de trabalho objetivado. Contudo, Marx observa que “Até aí, a diferença entre lucro e mais-valia referia-se apenas à mudança qualitativa de forma, só existindo diferença quantitativa, nessa primeira ordem de transformação, entre taxa de lucro e taxa de mais-valia e não entre lucro e mais-valia” (*C, III*, p. 221).

O caráter transfigurado da mais-valia, incorporada como lucro, advém da necessidade de sua realização no mercado. A mais-valia é produzida, como exposto no Capítulo I, na forma de mercadoria, que só realiza o valor contido por meio da venda. A venda, para o capital que a produziu, é o processo de separação entre o valor e o valor de uso da mercadoria: aliena-se o valor em forma útil específica e obtém-se em troca o mesmo valor em forma adequada para tornar-se capital. A forma dinheiro é mercadoria

cujo valor de uso consiste em ser meio da circulação de mercadorias²⁵; essa sua propriedade permite a transformação do valor contido em capital, pois medeia a troca entre a mercadoria produzida, que contém mais-valia, e as mercadorias cujo consumo produtivo gera valor. Assim, o processo de realização da mais-valia contida nas mercadorias produzidas implica o mercado, cujas relações impõem regras próprias de distribuição da mais-valia socialmente produzida.

Quando chega ao mercado, na forma de mercadorias, a mais-valia gerada nos vários empreendimentos produtivos singulares transforma-se em mais-valia social, magnitude de valor cuja distribuição dependerá das relações de concorrência entre os diversos capitais singulares que buscam realizar o lucro. A forma transfigurada de lucro é a que realiza socialmente a mais-valia e a expressa como mais-valia social, produto do capital social. Essa forma, estabelecida fora do processo produtivo pelo mercado, reordena a realização da mais-valia particular dos diversos ramos. Assim, no processo de circulação, os montantes da mais-valia criada e do lucro incorporado descolam-se, de modo que o valor que o capital produtivo em um ramo determinado coloca no mercado é distinto daquele que retira dele. Isso se efetiva por meio do distanciamento dos preços com relação aos valores das mercadorias. A concorrência opera esse afastamento entre preços e valores de modo a diminuir as diferenças entre as taxas de lucro particulares, isto é, a nivelá-las. Estabelece, com isso, uma taxa geral de lucro para a qual tendem as realizações de lucro dos capitais particulares. Na realidade, pois, os montantes de mais-valia produzida e de lucro realizado em cada empreendimento não são iguais. Descrevemos abaixo, de modo esquemático, como as relações concorrenciais entre os múltiplos capitais processam a uniformização da taxa de lucro e com isso a separação entre a produção e a realização particulares de mais-valia.

Marx distingue os efeitos que a concorrência gera para os capitais de diferentes ramos da produção, isto é, que produzem espécies distintas de mercadorias, e os efeitos da concorrência entre os capitais que produzem a mesma mercadoria, isto é, de um único ramo. O nivelamento das taxas de lucro diz respeito aos diferentes ramos da produção, isto é, aos capitais *particulares*. Supõe, no entanto, o nivelamento dos preços das mercadorias de mesma espécie produzidas por capitais concorrentes, isto é, pelos capitais *singulares* em um único ramo da produção. Abstrairemos inicialmente, com

²⁵ Esse é o valor de uso primitivo do dinheiro. No interior do modo de produção capitalista, o dinheiro, por sua propriedade de expressar o valor em forma pura e assim poder se transformar em capital, torna-se a forma adequada da mercadoria capital, comercializada por meio do empréstimo. Abordaremos adiante esse outro valor de uso do dinheiro. Aqui, trata-se apenas do dinheiro como meio de circulação.

Marx, a concorrência entre os capitais singulares no interior de cada ramo, para isolar na análise os processos que nivelam as taxas de lucro. Em seguida, abordaremos a uniformização dos preços das mercadorias de mesma espécie produzidas por capitais singulares distintos.

Para cada capital particular investido na produção, importa o lucro que consegue realizar mediante a venda da mercadoria produzida, buscando, tanto no interior do processo produtivo quanto nas relações de mercado, a maior diferença possível entre o preço de custo e o preço de venda da mercadoria. Conforme expusemos, os diferentes capitais que produzem mercadorias têm diferentes composições orgânicas. Por essa razão, para a mesma magnitude de capital investido e para igual taxa de mais-valia, produzem montantes diversos de lucro (mais-valia) embutidos nas massas de mercadorias criadas, que podem ter também, pelo mesmo motivo, diferentes valores. Assumindo igual investimento de capital, são produzidos lucros particulares de diferentes magnitudes sob mesmo preço de custo. Quando o preço de custo é critério e ponto de partida da valorização de cada capital particular, abstrai-se da composição orgânica, bem como do valor e mais-valia produzidos, e com isso se igualam, pela magnitude do investimento, capitais de diversos ramos, que empregam forças produtivas de diferentes níveis de desenvolvimento, quantidades e qualidades distintas de trabalho e que produzem diversos montantes de mais-valia. Daí Marx afirmar que “Essa igualdade dos custos constitui a base da concorrência entre os capitais investidos, e a partir daí se forma o lucro médio” (*C, III*, p. 203).

Se as mercadorias com igual preço de custo fossem vendidas por seu valor, realizariam, cada uma, montantes diversos de lucro, e com isso, as especificidades concretas da mercadoria, por serem fator de determinação da relação entre força e meios de trabalho, e portanto também da composição orgânica do capital, exerceriam influência sobre a expansão individual do capital que a produz. Nesse caso, o valor de uso, por impor a composição técnica, seria fator relevante para a magnitude da expansão de cada capital produtivo particular, de modo que aqueles que produzem mercadorias com montante maior de mais-valia teriam velocidade de expansão maior que aqueles cujo produto possui menor quantidade de mais-valia.

Entretanto, o preço das mercadorias particulares não é idêntico ao seu valor. As relações entre oferta e procura concorrem para a sua determinação: quando a procura aumenta, os preços sobem; se diminui, os preços caem. Isso porque, no modo capitalista de produção, a distribuição do trabalho e do produto sociais não se dá por uma

regulação coletiva pautada nas necessidades pré-definidas dos indivíduos, mas pela desregulação própria à concorrência. Assim, a procura manifesta a “necessidade social” do ponto de vista do capital, isto é, expressa o quanto de valor social está disponível para cada espécie de mercadoria. Por essa razão, a quantidade de valor contida na mercadoria não determina imediatamente seu preço, pois a venda depende da “necessidade”, ou ainda, da quantidade de valor que o consumo social (produtivo ou individual) dispõe para cada espécie particular de mercadoria. Assim, o preço das mercadorias pode afastar-se do valor para mais ou para menos de acordo com a relação entre oferta e procura, fazendo o capital que as produz realizar lucro superior ou inferior ao contido.

Oferta e procura determinam-se mutuamente. É a oferta que gera o impulso inicial dessa relação de determinação mútua, uma vez que não há procura por aquilo que não existe. Assim, a criação de novas mercadorias é também a determinação da procura por essas mercadorias (e a propaganda comercial, forma de atrair maior montante de valor social para a mercadoria produzida por um capital privado específico, ou seja, de moldar a procura). Como, contudo, os capitais são concorrentes e atuam em oposição um ao outro, não controlam de modo absoluto a procura, que se movimenta com certo grau de independência no interior das possibilidades oferecidas pela produção capitalista. Essas oscilações na configuração da procura social por mercadorias impõem mudanças na oferta: impele os capitais a migrarem de um ramo a outro da produção. Assim, quando a procura por determinada mercadoria é maior que a oferta, permitindo a realização de maiores lucros, capitais de outros ramos afluem, atraídos pela existência de mercados desocupados, ampliando a oferta da mercadoria em questão e diminuindo a de outra que antes produzia. Se, em oposição, a oferta de determinada mercadoria é superior à procura, de modo a ocasionar queda no preço e, por conseguinte, na taxa de lucro, parte dos capitais que a produzem abandonam o ramo em busca de mercadorias que permitam ascensão do lucro. Nas palavras de Marx,

A concorrência entre os capitalistas (...) consiste em retirar gradualmente capital dos ramos onde o lucro está por algum tempo abaixo da média e em fornecer gradualmente capital para os ramos onde o lucro está acima dela; ou também em repartir progressivamente capital adicional entre esses ramos, em diferentes proporções (*C, III*, p. 486).

Por meio das migrações de capitais de um ramo de produção a outro, as relações entre oferta e procura se alteram em um movimento constante, influenciando os preços

das mercadorias e com isso a magnitude do lucro realizado em cada ramo. Assim, a imposição da procura sobre a distribuição de capitais entre os ramos da produção se dá por meio das flutuações do preço de venda das mercadorias²⁶. Mas o capital distribui-se pelos diversos ramos da produção de modo a fazer com que todos eles rendam a mesma taxa de lucro. Isso é resultado da busca concomitante de todos os capitais pelo maior lucro possível. A oferta e a procura de cada espécie de mercadorias tendem a se equilibrar de tal modo que os preços proporcionem lucros iguais, mediante os movimentos de migração dos capitais que alteram constantemente a relação entre oferta e procura das diversas mercadorias e, por conseguinte, seu preço. Assim, o valor total contido tende a ser realizado, ainda que de maneira desigual: parte das mercadorias realiza, por intermédio de preço de mercado mais alto, valor maior do que contém, e a outra parte, valor menor, em razão de seu preço de mercado mais baixo.

Afastando-se dos valores para mais ou para menos, os preços de mercado das mercadorias efetivam diversas compensações que conduzem à equiparação do lucro realizado pelos capitais de ramos particulares, que produzem sob diferentes composições orgânicas e portanto originam, com mesmo preço de custo, taxas de lucro diversas. Nos termos de Marx, “As taxas diferentes de lucros, por força da concorrência, igualam-se numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas” (*C*, III, p. 211). De fato, o lucro dos diversos capitais não se pauta pela mais-valia particularmente produzida, mas por uma divisão da mais-valia global entre os capitais, isto é, da mais-valia tornada social no mercado. Pauta-se na magnitude do investimento, ou seja, no preço de custo de cada espécie de mercadoria, sobre o qual incide o lucro social médio. Assim, a partir da mais-valia global produzida, que perfaz o rendimento do capital social, as relações concorrenciais que caracterizam o mercado estabelecem uma taxa de lucro média, que se divide pelos diversos capitais particulares como partes alíquotas desse capital total. Funcionando como parte alíquota do capital social, o lucro dos capitais particulares define-se, então, por uma taxa (percentual) média que não mantém relação com a produção de mais-valia de cada ramo particular, mas que se acrescenta ao preço de custo.

Os capitalistas dos diferentes ramos, ao venderem as mercadorias, recobram os valores de capital consumidos para produzi-las, mas a mais-valia (ou lucro) que

²⁶ As razões pelas quais a procura acima ou abaixo da oferta gera elevação ou queda do preço das mercadorias têm relação com o caráter útil das mercadorias e serão abordadas quando tratarmos do valor de mercado.

colhem não é gerada no próprio ramo com a respectiva produção de mercadorias, e sim a que cabe a cada parte alíquota do capital global, numa repartição uniforme da mais-valia (ou lucro) global produzida, em dado espaço de tempo, pelo capital global da sociedade em todos os ramos. (*C, III*, p. 211).

A magnitude da taxa geral de lucro se determina pela composição média do capital social, isto é, pela média entre as diferentes composições orgânicas dos capitais de ramos particulares, levando em conta a proporção que cada composição ocupa na produção social. Ou ainda, pela média das taxas particulares de lucro, sempre considerada a proporção dos capitais que geram cada uma das diferentes taxas de lucro. Nas palavras de Marx:

(...) a taxa geral de lucro é determinada por dois fatores: (1) pela composição orgânica dos capitais nos diferentes ramos, portanto pelas diferentes taxas de lucro dos vários ramos; (2) pela repartição do capital total da sociedade nesses diferentes ramos, portanto pela magnitude relativa do capital aplicado em cada ramo particular e, por isso, a uma taxa particular de lucro; vale dizer, pela proporção das cotas do capital total da sociedade absorvidas pelos ramos particulares da produção (*C, III*, p. 216).

O lucro real é, pois, indiferente à composição orgânica do capital em cada ramo e se define como realização de mais-valia em magnitude maior ou menor à produzida, e apenas casualmente igual. Essa coincidência ocorre quando a composição orgânica de um ramo particular aproxima-se da composição média do capital social, e portanto produz mais-valia ou lucro proporcional à mais-valia social média. Como cotas ou partes alíquotas do capital social, os capitais particulares remuneram-se pela taxa geral de lucro proporcional ao investimento (preço de custo). Isso faz com que a mais-valia se torne social: a magnitude do lucro do conjunto dos capitais mantém-se idêntica à da mais-valia socialmente produzida, mas os múltiplos capitais particulares valorizam-se proporcionalmente. E isso como resultado da concorrência ou busca pelos maiores lucros que levam a migrações desreguladas dos capitais de um ramo a outro: os capitais são atraídos para os ramos onde a procura excede a oferta, mas ao migrarem aumentam a oferta nesse ramo e reduzem em outro. A tendência ao nivelamento advém do caráter ininterrupto desse movimento. O oposto seria de fato inverossímil: uma vez que a determinação central do capital é a expansão particular (privada) do valor, a imobilidade contradiz sua essência. Assim, a concorrência confere caráter social à produção privada ao tornar social o seu produto próprio, a mais-valia, nivelando a participação no produto social pela magnitude do desembolso de capital.

A realização do valor das mercadorias na esfera da circulação transforma, por meio do nivelamento das taxas de lucro dos diversos ramos da produção, seu valor em *preço de produção*. Se o valor das mercadorias se define pela quantidade média de trabalho socialmente necessário para produzi-las, isto é, o valor contido nos meios de produção (capital constante), nos salários (capital variável), somados à mais-valia, então o preço de produção, como magnitude de valor que a mercadoria deve realizar no mercado, constitui-se do preço de custo (capital constante e variável adiantados) acrescido do lucro médio do capital social: “Os preços que obtemos, acrescentando a média das diferentes taxas de lucro dos diferentes ramos, são os *preços de produção*” (C, III, p. 210). Assim, se a mais-valia (ou lucro) produzida por um ramo particular da produção for proporcionalmente superior à mais-valia média gerada pelo capital social, o preço de produção dessa espécie de mercadoria será menor que valor que ela contém. Se, pelo contrário, um ramo da produção gera, proporcionalmente à magnitude do investimento, menos mais-valia ou lucro que a média, o preço de produção dessa espécie de mercadoria será superior ao valor. Como explica Marx, “Os preços de custo são específicos. O acréscimo de lucro ao preço de custo não depende de seu ramo particular da produção; é simples média percentual do capital adiantado” (C, III, p. 212).

O que cada mercadoria realiza é seu preço de produção, e o lucro do capital particular consiste na diferença entre o preço de custo (total de capital investido) e o preço de produção (preço de custo somado à taxa média de lucro):

Para o capitalista industrial, a diferença entre o preço de venda e o preço de compra de suas mercadorias é igual à que se estabelece entre o preço de produção e o de custo, ou, se consideramos a totalidade do capital social, à que existe entre o valor das mercadorias e o preço de custo para os capitalistas, o que se reduz à diferença entre a quantidade global do trabalho nelas materializado e a quantidade do trabalho nelas materializado mas pago (C, III, p. 381).

O valor total do conjunto das mercadorias é realizado por meio de seus preços de produção: “se uma mercadoria tem mais-valia demais, outra a tem de menos, e, por isso, os desvios do valor apresentados pelos preços de produção das mercadorias se compensam reciprocamente” (C, III, p. 214). O lucro do capital total é idêntico à mais-valia socialmente produzida, mas reparte-se uniformemente pelos diversos ramos da produção, e não de acordo com as taxas desiguais de lucro, determinadas pelas diferentes magnitudes de mais-valia geradas em cada ramo. Esse nivelamento das taxas

de lucro particulares se efetiva, pois, na realização de cada espécie de mercadoria, em seu preço de produção.

A transformação dos valores em preços de produção requer a existência prévia da taxa geral de lucro, que deve ser acrescentada aos preços de custo das diferentes espécies de mercadorias para constituir seu preço de produção. Essa média implica a generalização do modo capitalista de produção a tal ponto que os capitais particulares possam migrar de um ramo a outro, como atos de concorrência e em resposta aos desequilíbrios conjunturais entre oferta e procura de mercadorias, e assim produzir o nivelamento das taxas particulares de lucro. Os preços de produção pressupõem, portanto, que a produção social seja majoritariamente realizada sob as relações sociais do capital. Nessas condições, o próprio preço de custo das mercadorias, ou o capital adiantado para a produção, não é quantitativamente idêntico ao valor total das mercadorias necessárias ao processo produtivo, mas à soma dos preços de produção dessas mercadorias. Isso se aplica tanto aos meios de produção (capital constante), como ao conjunto de mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (capital variável). O capital adiantado não expressa o valor dos meios de produção e da força de trabalho, mas seu preço de produção. Não inclui, portanto, a mais-valia contida nas mercadorias de que necessita, mas o lucro médio a elas acrescido, ou seja, parte alíquota da mais-valia social. Porque os capitais constante e variável expressam o preço de produção das mercadorias que os compõem, e não seu valor, a taxa média de lucro gerada no mercado pelas relações de concorrência, ou seja, fora da esfera da produção, torna-se fator que contribui para a determinação da magnitude do capital produtivo.

Abordamos até aqui os diferentes ramos da produção abstraindo a concorrência existente no interior de cada ramo, ou seja, assumindo que cada espécie de mercadoria é produzida por um único capital que concorre apenas com os capitais de outros ramos. Por isso, o preço de produção foi identificado ao preço de venda das mercadorias. O preço de produção não é, contudo, idêntico ao preço pelo qual as mercadorias são de fato vendidas, pois a taxa geral de lucro não é a única mediação entre valor e preço levada a cabo pela concorrência. A concorrência opera o nivelamento das taxas de lucro dos diversos ramos da produção, mas pressupõe a uniformização dos preços das mercadorias produzidas por capitais concorrentes no interior de um mesmo ramo: “a existência da taxa geral de lucro (...) supõe que as taxas de lucro consideradas de per si em cada ramo particular de produção já estejam reduzidas a outras tantas taxas médias” (*C*, III, p. 210).

Do conjunto de capitais que produzem a mesma espécie de mercadoria, pode haver – e de fato há – empreendimentos singulares de diversas composições orgânicas. Isso faz com que cada unidade da mercadoria produzida sob essas diferentes condições tenham valores, preços de custo e mais-valia ou lucro contidos diversos: uma mesma magnitude de capital com composição orgânica superior (mais capital constante e menos variável) lança mão de mais alto nível de desenvolvimento das forças produtivas e por isso alcança maior produtividade do trabalho. Por conseguinte, produz maior quantidade de mercadoria em determinado tempo do que um capital de composição orgânica inferior. Assim, o tempo de trabalho contido em mercadorias da mesma espécie varia conforme as condições sob as quais são produzidas, sendo em geral menor em composições orgânicas superiores. Entretanto, o valor das mercadorias não é definido empiricamente pelo tempo de trabalho específico contido, mas pelo tempo de trabalho médio socialmente necessário. Isso porque o trabalho abstrato, substância do valor, é dispêndio inespecífico de força de trabalho medido pelo tempo. Tem como condição de existência a generalização da forma assalariada do trabalho, pois, apenas quando o conjunto da produção social é realizado sob a forma do assalariamento podem-se comparar os diversos trabalhos concretos dos indivíduos e equipará-los por seu aspecto meramente quantitativo. Assim, o trabalho abstrato é por natureza médio e o valor das mercadorias se mede pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou necessário em média, para produzi-las.

O tempo de trabalho requerido para a produção de certa mercadoria depende dos meios e da forma como é ela produzida, ou seja, resulta do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da organização do trabalho, e portanto varia historicamente. Sob a forma social do capital, mercadorias de mesma espécie são produzidas sob condições distintas *concomitantemente*: essa forma social específica da produção gera a necessidade de desenvolverem-se as forças produtivas no âmbito privado e acarreta a coexistência de diversas condições de produção ou níveis de desenvolvimento produtivo em um mesmo momento e lugar; em outras palavras, de diversas composições orgânicas de capital oferecendo suas mercadorias de mesma espécie em um mercado único. O fundamento dessa determinação histórica – de possibilitar a convivência de vários níveis de forças produtivas – é a concorrência, relação que manifesta a necessidade de expansão privada imanente ao capital.

Uma vez que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário para sua produção, os exemplares de mercadorias da

mesma espécie têm sempre o mesmo valor. Independentemente das condições de sua produção, exemplares da mesma espécie de mercadoria, em um mesmo mercado, têm seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los em condições médias, isto é, pelo grau de aprimoramento produtivo em que a maior parte das mercadorias dessa espécie é produzida. Esse valor que uniformiza as mercadorias de mesma espécie, abstraindo das condições específicas sob as quais os diversos capitais individuais desse ramo produzem, ou seja, de suas composições orgânicas, Marx denomina *valor de mercado*. O valor é, pois, substância social, e por isso não se define empiricamente pelos tempos de trabalho realizados de fato sob um ou outro capital singular. Por conseguinte, tempos de trabalho empíricos iguais, que produzem a mesma espécie de mercadorias, podem gerar distintas magnitudes de valor, ou inversamente, um montante determinado de valor pode requerer mais ou menos tempo de trabalho real para ser produzido, dependendo das condições em que se produz, isto é, se o grau de aprimoramento técnico das forças produtivas que utiliza é inferior, superior ou igual ao médio.

A uniformização do valor das mercadorias de mesma espécie em valor de mercado faz com que os capitais individuais realizem uma corrida pela redução dos preços de custo da produção²⁷, a fim de realizar lucro acima do médio: produzindo com preço de custo menor que o médio, engendram-se mercadorias com valor contido menor que o de mercado. Isso possibilita a apropriação da mais-valia gerada por capitais concorrentes que produzem igual mercadoria com preço de custo mais elevado, ou mesmo a dominação do mercado de capitais concorrentes, por meio da redução do preço da mercadoria. O valor de mercado permite aos capitais individuais que produzem com menor custo (ou, dado o preço de custo, em maiores quantidades) realizar lucro superior

²⁷ A corrida pela redução dos custos de produção impõe a necessidade de ampliação da produtividade do trabalho. Assim, o motor do desenvolvimento contínuo das forças produtivas, que distingue o modo de produção do capital do conjunto dos modos de produção anteriores, é a concorrência. Embora ele mesmo seja produto de um salto qualitativo de forças produtivas, o modo capitalista de produção distingue-se por se alimentar do desenvolvimento produtivo, mantendo e aprofundando as relações sociais de produção que o determinam, ao contrário dos outros modos de produção, em que o salto qualitativo das forças produtivas implica a degeneração das relações sociais sob as quais a produção ocorre e a conseqüente transformação do próprio modo de produção. Contudo, Marx afirma (*Grundrisse*, 582-600) que o desenvolvimento capitalista é contradotório. Esta forma privada de apropriação que determina a concorrência como relação central consiste também em empecilho para a expansão das forças produtivas, especialmente após a generalização das relações capitalistas, que torna as forças produtivas sociais. Isso se explicita em acordos entre empresas concorrentes de mesmo ramo para retardar o emprego de novas tecnologias na produção até que a antiga tenha rendido determinado lucro, ou a ausência de desenvolvimento tecnológico em atividades para as quais a oferta de força de trabalho é abundante, ou ainda, a impossibilidade de aplicação de tecnologia já existente na produção de novos valores de uso, que substituiriam ramos da produção onde hoje se empregam grandes volumes de capitais, como no caso da energia. Abordaremos em linhas gerais esta contradição no Capítulo III.

ao médio, e com isso avançar sobre os mercados de outros capitais do ramo. Esses capitais são em geral os pioneiros em tecnologia, que alcançam maior produtividade do trabalho, mas também aqueles que empregam força de trabalho com salários mais baixos²⁸. A taxa de lucro dos capitais singulares que, inversamente, produzem sob custo mais elevado, é inferior à taxa geral. Quando as melhores condições de produção tornam-se a condição média, o valor de mercado da mercadoria correspondente diminui, isto é, menor quantidade de trabalho passa a ser socialmente necessária, em média, para produzi-la.

A existência do capital como multiplicidade de capitais que se relacionam pela concorrência origina a taxa geral de lucro e faz com que o valor da mercadoria se configure, pela intermediação do mercado, em preço de produção. O valor de mercado é, pois, o preço de produção médio das mercadorias de mesma espécie. Os reais preços de produção da mesma espécie de mercadoria produzida por diferentes capitais singulares variam conforme se distinguem os preços de custo. Desse modo, a incorporação da taxa geral de lucro ao preço de custo médio implica empiricamente em taxas individuais de lucro diferentes para mesmo investimento de capital. Se, por exemplo, um capital singular produz determinada espécie de mercadoria com custo mais elevado que a média desse produto particular, não é possível, de fato, acrescentar a taxa média de lucro ao preço de custo individual, pois o custo que conta socialmente para o valor de mercado de cada tipo de mercadoria também é médio. Assim, parte do valor que, no preço de produção médio, consiste em lucro deve ser gasta nesse empreendimento específico para pagar os custos mais altos da produção. Por conseguinte, nesse caso, a taxa individual de lucro é menor do que a média. Se, ao contrário, os custos de produção são mais baixos, o acréscimo da taxa média de lucro proporcional ao custo médio implica em taxa individual de lucro superior à média, porque parte do valor gasto em custos no preço de produção médio é, nesse caso, incorporada como lucro.

Contudo, o valor de mercado, ou preço de produção médio, não determina ainda diretamente o preço de mercado das mercadorias, isto é, o preço pelo qual são efetivamente vendidas. É o preço de mercado que determina a magnitude da realização efetiva do lucro individual. Na realidade, esse preço só expressa o valor de mercado

²⁸ Quando a concorrência entre os trabalhadores torna possível a superexploração do trabalho, isto é, a redução dos salários a níveis inferiores ao do valor da força de trabalho, mesmo com composição orgânica inferior pode-se alcançar preço de custo mais baixo.

quando a relação entre oferta e procura se equilibra. O preço de mercado aproxima-se e afasta-se do valor de mercado devido ao desequilíbrio na relação entre oferta e procura. Como já foi mencionado, a procura é, sob o modo de produção do capital, expressão da “necessidade social” e, por conseguinte, o critério social de definição da utilidade. A procura determina, ainda que *a posteriori*, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada espécie de mercadoria. Como mercadoria é em primeiro lugar valor de uso, apenas a quantidade socialmente útil, ou seja, que responde à procura existente no mercado, pode realizar-se como mercadoria; portanto, se a oferta exceder a procura, apenas o valor representado pela quantidade de mercadoria para a qual há procura existe socialmente como valor de uso, ou utilidade social. O restante das mercadorias e do tempo de trabalho que sua produção consumiu não é útil para a sociedade e não se configura, portanto, como valor de uso. Assim, não pode existir como mercadoria e como valor. Quando a procura é menor que a oferta, o valor das mercadorias em quantidade correspondente à procura deve dividir-se com as demais: o preço de mercado de cada exemplar da mercadoria se torna inferior ao valor de mercado, e parte pode permanecer invendável. Se a procura excede a oferta, ocorre o oposto: há socialmente mais valor disponível para essa mercadoria do que ela de fato contém, e seu preço de mercado torna-se mais alto que o valor de mercado. Cada exemplar dessa espécie de mercadoria, além do valor de mercado, passa a mobilizar um valor adicional referente à quantidade dessa mercadoria que, sendo definida pela procura como socialmente necessária, não se produziu. A venda da mercadoria cuja oferta é reduzida com relação à procura realiza desse modo valor social incorporado em outras mercadorias, cuja oferta é superior à procura. Dessa maneira, as relações entre oferta e procura, determinadas pela concorrência, fazem com que o preço de mercado das mercadorias se situe acima ou abaixo de seu valor de mercado. No primeiro caso, os capitais do ramo que produzem em condições mais produtivas realizam lucro superior ao médio e, no segundo, aqueles que produzem em condições inferiores podem chegar a não realizar sequer o preço de custo.

Desse modo, a taxa geral de lucro é uma lei que representa uma tendência geral, mas não pode ser entendida como uma divisão igualitária e fixa de lucro na proporção do investimento de cada capital singular. Ela vale, de modo geral, para o nivelamento dos lucros nos diferentes ramos da produção capitalista: origina-se da concorrência que, ao mesmo tempo em que uniformiza as taxas de lucro e, precisamente por essa razão, gera tanto o superlucro quanto a derrocada de capitais singulares. Ou seja, esse

nivelamento geral da realização da mais-valia social é resultado de inúmeros desníveis, pontualmente observáveis, que a concorrência produz em seu movimento contínuo.

A concorrência entre capitais de mesmo ramo uniformiza o valor das mercadorias de mesma espécie, produzidas sob diferentes condições ou níveis de desenvolvimento produtivo, em um valor de mercado. Quando há equilíbrio entre oferta e procura, a concorrência entre esses capitais impõe as condições sociais médias de produção, isto é, o valor de mercado, como referência para o preço de mercado. Nessas condições, o preço real da mercadoria aproxima-se do preço de produção médio (valor de mercado), forma em que o valor das mercadorias se transfigura quando a mais-valia torna-se social e se divide pelo capital social. Sob a condição do desequilíbrio, o preço de mercado distancia-se do valor de mercado, para mais ou para menos. Entretanto, a concorrência que determina as relações entre oferta e procura, e com elas as variações do preço de mercado com relação ao valor de mercado, não é a que se estabelece entre os capitais que produzem mesma espécie de mercadorias, mas sim a que se dá entre os capitais de ramos diversos. Pois são as migrações de capitais de um ramo a outro da produção que alteram as quantidades de mercadorias de cada espécie que serão produzidas, e assim acarretam o equilíbrio ou desequilíbrio conjuntural entre oferta e procura.

A oposição entre os capitais de diversos ramos é condição para que capitais de um mesmo ramo concorram, porque os próprios capitais produtivos demandam, por um lado, os meios de produção que têm de ser produzidos como mercadorias e, por outro, força de trabalho. Esta deve ser reproduzida, o que requer diversas espécies de valores de uso produzidos como mercadorias, já que a própria força de trabalho é assalariada, quer dizer, configura-se ela mesma como mercadoria. Se há, pois, capitais concorrentes em um único ramo, é porque já se estabeleceu a concorrência entre capitais de diversos ramos, que produzem os meios de produção e os de reprodução da força de trabalho. Os capitais produtivos representam, no mercado, tanto a oferta da mercadoria que produzem, quanto a procura por outras mercadorias que compõem o processo produtivo. No mercado, a procura, tanto para consumo produtivo quanto individual, determina a quantidade de mercadoria de cada espécie que se deve produzir e estabelece, por conseguinte, a quantidade de trabalho social a ser despendida para a produção de cada valor de uso. Entretanto, como a procura é privada e se expressa apenas no mercado, ela é sempre posterior à produção, no sentido de que a produção não se define pela necessidade social previamente estabelecida.

Todo o valor produzido socialmente realiza-se por meio do preço das mercadorias. Esse preço é o próprio valor transfigurado pelos diversos processos que intermedeiam produção e circulação do valor. Os preços de mercado das mercadorias efetivam compensações que garantem que a mais-valia social seja integralmente realizada, mas não de acordo com a magnitude de sua produção individual ou particular (nos diversos ramos). As realizações desiguais de lucro conferem à mais-valia, pois, o seu caráter social. A concorrência em suas múltiplas determinações, forma da circulação do produto social no modo de produção capitalista, é a mediação necessária entre produção e realização de lucro. Nesse movimento de mediação, o valor individualmente produzido transforma-se em valor social, a mais-valia individual em mais-valia social, o capital singular em capital social. Isso porque, quando entra no mercado, o valor produzido sob um investimento particular de capital passa a compor o valor social, que será então, por meio das relações de concorrência, síntese da forma mercantil de intercâmbio social, repartido entre esses capitais independentemente da magnitude do valor produzido por meio de seu investimento. Socialmente, a quantidade de mais-valia de que o capital se apropria é idêntica ao total da mais-valia produzida; mas, individualmente, os fatores que determinam a magnitude da mais-valia produzida em cada investimento de capital não definem o montante que cada capital individual incorpora como lucro. Assim, os preços de venda realizam o valor das mercadorias, mas não na magnitude que de fato contém: parte delas realiza valor menor que o contido, deixando de realizar uma fração de seu valor, enquanto a outra parte realiza o seu valor acrescido de um valor extra que não contém. A determinação do montante de realização individual de mais-valia é extrínseca ao processo produtivo e própria à esfera da circulação, com suas relações específicas.

Uma vez que a mais-valia, depois de extraída dos trabalhadores produtivos e incorporada às mercadorias que são propriedade dos capitais que os empregam, torna-se social no mercado por meio de relações próprias ao capital, o conjunto do trabalho produtivo é explorado pelo capital produtivo social. Embora o trabalho produtivo seja diretamente explorado pelo capital singular que o emprega, o produto excedente (mais-valia) que o trabalho produtivo gera nos múltiplos processos de produção não é imediatamente incorporado pelo capital singular sob cujo comando as mercadorias são criadas. Inversamente, por meio da mediação do mercado, pelo qual as mercadorias devem passar para que a mais-valia nelas contida se realize, transfigurando-se em lucro, parcelas da mais-valia total, definidas pelas relações de concorrência, são apropriadas

pelos múltiplos capitais indiferentemente à propriedade primitiva das mercadorias. Assim, a propriedade da mercadoria produzida não implica diretamente a propriedade do montante determinado de mais-valia que contém. Por conseguinte, a exploração direta de um coletivo definido de trabalhadores produtivos não se reverte em incorporação imediata, ou propriedade, do produto excedente gerado. Quando as mercadorias chegam ao mercado, a mais-valia total que contém passa a ser alvo da concorrência entre os capitais. Desse modo, o caráter social que a mais-valia adquire com a mediação das relações próprias à esfera da circulação é também o caráter social da exploração do trabalho produtivo pelo conjunto dos capitais produtivos. O trabalho produtivo social é, portanto, explorado pelo capital produtivo social. Essa mediação que o mercado realiza, enquanto locus do intercâmbio social, entre produção e realização do capital, fazendo com que os capitais se valorizem pela taxa geral de lucro, é também o que permite que capitais particulares funcionem como capital sem, contudo, explorar diretamente o trabalho produtivo e gerar valor. Permite, em suma, a exploração do trabalho produtivo pelo capital improdutivo, que abordaremos em seguida.

2. O capital mercantil ou capital socialmente improdutivo²⁹

O capital mercantil é desdobramento do capital produtivo e se define, em oposição a este, como capital que não se retira da esfera da circulação, permanecendo sempre retido no mercado. Existe em duas formas distintas, como capital comercial e capital a juro, que se distinguem pela especificidade da atividade que os valoriza, bem como pela relação que estabelecem com o conjunto do capital social. Partimos do ciclo de reprodução do capital produtivo, forma em que o capital social empreende a criação da mais-valia, substância de sua valorização, e que por esse motivo fundamenta a reprodução específica de ambas as variedades do capital mercantil.

O ciclo de reprodução do capital industrial, produtivo, tem início no mercado, onde, na forma de dinheiro, compra mercadorias que são meios de produção, tanto objetivos quanto a força de trabalho, meio subjetivo de produção; e termina no mercado, com a venda da mercadoria produzida, transformando-se novamente em dinheiro o valor empregado em meios de produção e o valor excedente gerado na produção da mercadoria. Assim, o ciclo de reprodução do capital produtivo envolve diversas mudanças de forma do capital: de início, tem de existir como capital-dinheiro para adquirir, no mercado, meios de produção e força de trabalho; transforma-se então em capital produtivo, isto é, passa a existir em mercadorias cujo consumo é produtivo de valor; após seu consumo, na esfera da produção, o capital produtivo transforma-se em capital-mercadoria. Por meio da venda da mercadoria, esse capital toma novamente a forma de capital-dinheiro. Quando o capital produtivo se faz capital-mercadoria, não ocorre apenas uma mudança de forma, mas altera-se também a magnitude do valor. Esse acréscimo na magnitude do valor, que começa com uma operação mercantil de compra de meios de produção e por fim realiza-se com outra operação mercantil, deve-se à atividade produtiva para a qual o capital se recolhe entre uma e outra dessas

²⁹ Utilizamos neste item as expressões *capital produtivo* e *capital industrial* como sinônimos. Por capital industrial entendemos não apenas o capital investido na produção fabril, mas o conjunto dos capitais empregados na produção de valores de uso, isto é, na indústria no sentido amplo do termo, que abrange diversos ramos: “(...) espécie particular de capital industrial, como, por exemplo, a mineração, a agricultura, a pecuária, a manufatura, a indústria de transportes etc., que, em virtude da divisão social do trabalho, constituem ramificações determinadas e, por conseguinte, esferas especiais de aplicação do capital industrial” (C, III, p. 433). O capital mercantil define-se por realizar todas as atividades que lhe são próprias no interior do mercado; caracteriza-se, portanto, por ser não-industrial, ou, o que é o mesmo, improdutivo. Existe em duas formas: o capital comercial, que se incorpora tanto em dinheiro como em mercadorias, e o capital financeiro, que existe apenas como dinheiro e tem no capital a juros sua forma própria de valorização.

operações: “As mercadorias compradas pelo capitalista industrial, antes de serem lançadas ao mercado para a venda, percorrem o processo de produção, onde se produz a parte de seu preço a realizar-se depois como lucro” (*C, III*, p. 381).

Essa retirada do mercado que o capital em sua forma produtiva realiza consiste no tempo de gestação do valor, na objetivação de trabalho abstrato por meio da criação concreta do produto. Nesse processo opera-se a função de capital do valor. O trabalho produtivo multiplica o valor transformando as mercadorias compradas em mercadorias de forma útil distinta. Mas a mais-valia incorporada em valor de uso específico faz-se substância da expansão do capital apenas quando é separada de sua forma útil, isto é, quando a mercadoria é vendida; quando se transmuta de capital-mercadoria em capital-dinheiro. Esta última forma é necessária para que o capital reinicie seu ciclo de reprodução, no mercado, com nova compra de meios de produção e força de trabalho, ou seja, para fazer-se novamente capital produtivo acrescido do valor excedente previamente gerado. Conforme afirmamos acima, mercadoria invendável deixa de existir como valor, pois um produto só é mercadoria, veículo de valor, por sua capacidade de ser socialmente útil. A realização da mercadoria é o retorno do capital para o proprietário em sua forma pura, passível de investimento.

(...) a existência do capital como capital-mercadoria e a correspondente metamorfose por que passa na esfera da circulação, no mercado – transformação que se reduz a compras e vendas, ou seja, conversão de capital-mercadoria em capital-dinheiro e vice-versa – constituem fase do processo de reprodução do capital industrial e, por conseguinte, de todo o seu processo de reprodução (*C, III*, p. 362).

O processo de circulação que consiste na transformação do capital-mercadoria de diversos capitais autônomos em capital-dinheiro, faz parte, portanto, do processo de reprodução do capital social. Todo capital-mercadoria, sejam seus elementos meios de reprodução da força de trabalho, isto é, objetos de consumo individual, ou meios de produção, consumidos produtivamente por determinado capital, deve transformar-se em capital-dinheiro para continuar seu processo de reprodução. As operações de venda de mercadoria de parte desses capitais são compra de meios de produção para outros; para os primeiros é realização da mais-valia gestada na produção, para os últimos, início de um novo ciclo de reprodução. Para todos, as metamorfoses que ocorrem na esfera da circulação, por meio das operações mercantis, não geram valor, mas são movimentos inescapáveis do ciclo de reprodução do capital. Por isso, uma fração do capital social

existe sempre no mercado, seja como capital-dinheiro, prestes a se transformar em meios de produção e força de trabalho, ou capital-mercadoria em estoque no mercado. É importante ressaltar que parte do capital-mercadoria social permanece retido no mercado, mas os objetos nos quais se incorpora, isto é, as formas úteis específicas das mercadorias, mudam constantemente, num movimento contínuo em que o mercado é mediação entre os valores de uso advindos da esfera produtiva e retirados para a esfera do consumo:

(...) para cada capital em particular, a existência como capital-mercadoria e a metamorfose como tal constitui apenas uma fase transitória que ora desaparece ora se renova, um estágio efêmero na continuidade de seu processo de produção. Por isso, os elementos do capital-mercadoria que se encontram no mercado estão sempre mudando; continuamente se retiram do mercado e a ele voltam como novo produto do processo de produção (*C, III*, p. 362).

Como esses processos de circulação são constantemente necessários ao ciclo de reprodução, pois iniciam e finalizam cada nova rotação do capital produtivo, parte do capital social permanece sempre encerrado no mercado, o que significa que uma parcela do capital produtivo encontra-se sempre na forma de capital-mercadoria e capital-dinheiro: esse capital fica necessariamente retido na esfera da circulação, independente do caráter transitório das mercadorias. O capital produtivo que opera a venda da mercadoria e a compra de meios de produção sem a intermediação do comerciante precisa manter sempre uma fração do capital adiantado para a produção como capital-dinheiro, reserva monetária que servirá de meio de compra, assim como uma fração do capital na forma de produtos no mercado, capital-mercadoria em vias de transformar-se. Essa parcela do capital produtivo que se retém na esfera da circulação não se valoriza, mas, como custo improdutivo, deve ser adiantada para que a outra parte se valorize. Com isso, quanto maior o capital necessário às operações mercantis, menor é a valorização do capital total, isto é, a taxa de lucro. A redução da magnitude destinada aos processos de circulação influi, portanto, diretamente na ampliação da taxa de lucro. Como exporemos em seguida, a autonomia do capital de circulação com relação ao capital produtivo responde a essa necessidade do capital.

Todo capital-mercadoria toma de fato a forma de capital-dinheiro quando o valor de uso das mercadorias que o compõem separa-se do valor por meio da venda e adentra a esfera do consumo individual ou produtivo. Se o capital produtivo não vende diretamente o conjunto de suas mercadorias para o consumidor, mas para outro

capitalista que intermedeia o processo de circulação, com a finalidade de valorizar seu próprio capital, o capital-mercadoria egresso da produção torna-se capital comercial. Em outros termos, o capital-mercadoria tornado autônomo que, por meio de sua função de realizar a mais-valia gerada na produção, valoriza o capital particular daquele que se ocupa apenas das operações de compra e venda, faz-se capital comercial:

Quando essa função do capital que está no processo de circulação adquire autonomia como função particular de um capital particular, tornando-se, em virtude da divisão do trabalho, função própria de determinada categoria de capitalistas, converte-se o capital-mercadoria em capital comercial (*C, III*, p. 361).

O comerciante é um capitalista que valoriza seu capital sem que este seja empregado na produção de valor, mas por meio de sucessivas compras e vendas de mercadorias dos capitalistas industriais, mantendo seu capital cativo da esfera da circulação. Assim, efetiva o processo de valorização no mercado, em que, dispondo de capital na forma de dinheiro, compra mercadoria para em seguida revendê-la por preço superior. O capitalista comercial

(...) repete constantemente essa operação de comprar para vender, $D - M - D'$, a forma simples do capital, por inteiro encerrada no processo de circulação, sem interromper-se pelo intervalo do processo de produção, que se situa fora do movimento e da função que dela são próprios (*C, III*, p. 363).

Para o capitalista produtivo, a venda da mercadoria é a realização da mais-valia gerada na produção, isto é, a transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, $M' - D'$; para o capitalista comercial é a primeira das duas operações necessárias à valorização de seu capital, $D - M$. Mas para o capital-mercadoria, essa operação é apenas uma transferência de propriedade, pois, uma vez que não foi vendida ao consumidor, permanece no mercado. Essa transferência não realiza a metamorfose que o fará capital-dinheiro. Desse modo, o capital-mercadoria que existe no mercado como propriedade do comerciante é o capital produtivo em sua forma transitória de mercadoria, percorrendo o processo de circulação que possibilita sua transformação em dinheiro. O capitalista comercial antecipa, *para o capitalista produtivo*, o processo de circulação, embora o capital-mercadoria ainda não tenha circulado de fato.

O capital comercial, portanto, nada mais é do que o capital-mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que essa função, em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação

exclusiva de variedade especial de capitalistas, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a um investimento específico (*C, III*, pp. 364-5).

Ainda nas palavras de Marx, “parece ter ocorrido apenas uma mudança das pessoas que detêm esse capital” (*C, III*, p. 369). Mas, de uma função acessória do capital produtivo, que não cria valor e implica custo, a metamorfose do capital-mercadoria em capital-dinheiro, efetivada pelo processo de compra e venda das mercadorias, torna-se atividade que proporciona valorização de um capital autônomo:

Assim, o capital-mercadoria, quando capital comercial, toma a figura de uma espécie autônoma de capital, por adiantar o comerciante capital-dinheiro que só se valoriza e funciona como capital, ocupando-se exclusivamente em propiciar a metamorfose do capital-mercadoria, a função do capital-mercadoria, sua transformação em dinheiro, o que faz por meio de compra e venda contínuas de mercadorias (*C, III*, p. 368).

O comércio pode consistir em negócio autônomo porque é atividade que possibilita ao capital investido funcionar como capital, ou seja, expandir-se. O que permite ao comércio, que como função do capital produtivo social implica custo, tornar-se atividade que valoriza o capital particular do comerciante, é sua autonomização. Quando a fração do capital social que deve manter-se na circulação se torna propriedade dos capitalistas comerciantes, estes passam a dispor de um capital próprio, que investem com vistas à valorização. Contudo, a atividade comercial não muda sua natureza por alterar-se seu agente, isto é, não passa a gerar valor ao se tornar função de uma classe particular de capitalistas. Assim, por um lado, a autonomia do capital de circulação com relação ao produtivo não faz com que este engendre de fato uma nova valorização, social, antes inexistente, mas, por outro, permite-lhe atrair para si magnitudes de valor na forma de lucro. O que o advento do capital comercial, como autonomia da função do capital-mercadoria social, acarreta é uma transformação na relação entre o capital produtivo e o capital de circulação. Se o último era antes apenas função do primeiro, custo necessário de sua realização, ao separarem-se enquanto propriedade, isto é, ao tornarem-se propriedade de capitalistas distintos, passam a se relacionar da mesma forma que quaisquer capitais particulares autônomos: tornam-se concorrentes³⁰. É no

³⁰ O capital comercial é, historicamente, muito anterior ao capital produtivo, ou seja, ao modo capitalista de produção. Ao tratar do capital comercial, Marx aborda a conjuntura histórico-social em que, tendo se generalizado a produção como produção de capital, e por conseguinte a condição assalariada do trabalho, o conjunto da mercadoria comercializada é resultado da produção capitalista: “Só quando se implanta o modo capitalista de produção e o próprio produtor se torna comerciante, o lucro mercantil se reduz à parte

mercado, por meio das relações de concorrência tanto no interior do próprio ramo (comércio), quanto com os capitais investidos na produção que o capital comercial atrai para si o lucro comercial, forma de sua valorização.

Como variedade do capital mercantil, o capital comercial se valoriza no interior da esfera de circulação, especificamente por meio da compra e da venda de mercadorias. Assim, a magnitude do lucro comercial consiste, de modo geral, na diferença entre o preço de compra e o de venda das mercadorias. Como as transmutações formais das mercadorias não geram valor, o lucro de que o comerciante se apropria é parte da mais-valia socialmente produzida. Esta é criada apenas sob o capital produtivo, único que se retira da esfera da circulação para consumir trabalho produtivo e é, precisamente por essa razão, a base do modo capitalista de produção. O que se apresenta no mercado, contudo, é um conjunto diverso de capitais que se valorizam independente de serem empregados em atividade produtiva ou comercial. *É a própria valorização que confere a determinada magnitude de valor a função de capital*, e não o contrário: “Dinheiro – considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que acresce, que se expande” (C, III, p. 453). E essa expansão se dá, de fato, por meio do consumo produtivo do trabalho, ou o que é o mesmo, pelo consumo capitalista do trabalho produtivo; mas o capital comercial participa dessa expansão unicamente por meio da atividade da troca.

Como afirmado acima, parte do capital produtivo retém-se no mercado para realizar o processo de circulação. Quando essa parcela do capital se autonomiza da produção, o capital produtivo social deve pagar sua valorização na mesma proporção de qualquer parte alíquota do capital, isto é, o capital comercial deve expandir-se de acordo com a taxa média de lucro, caso contrário não poderia se constituir como um investimento capitalista autônomo. Isso não ocorre quando o capital produtivo realiza diretamente o processo de circulação, pois a parcela de seu capital aplicada improdutivamente, como custo necessário de reprodução, não se valoriza; além disso, o capital comercial mantém-se, quando autônomo, função do capital-mercadoria, pois sua

alíquota – da mais-valia global – que cabe ao capital mercantil, por sua vez parte alíquota do capital global ocupado no processo social de reprodução” (C, III, p. 385) Antes disso, o comerciante valoriza seu capital individual por meio de trocas desiguais: “É evidente que o lucro comercial puro, independente, não pode aparecer quando os produtos se vendem por seus valores. Comprar barato para vender caro é a lei do comércio. Não se trata, portanto, de trocar equivalentes” (C, III, p. 440).

atividade é a efetivação das metamorfoses formais do capital. Desse modo, para que o capital produtivo lance mão do comerciante para os processos de realização de seu capital, essa intermediação deve gerar uma redução dos custos de reprodução do capital. A concorrência produz uma divisão do trabalho de produção e circulação do valor entre os capitalistas que, não obstante a necessária valorização do capital comercial, reduz os custos sociais de reprodução do capital produtivo. Isso acontece mediante a minimização da parcela do capital social que permanece retida na esfera da circulação. Assim, parte maior do capital social pode ser empregada em atividade produtiva e, uma vez que a parte improdutiva se reduz, a taxa geral de lucro aumenta. Há quatro razões centrais pelas quais a autonomia do capital da circulação contribui para a redução da parcela do capital social que necessariamente não se valoriza.

Em primeiro lugar, o comerciante realiza, com mesmo desembolso de capital, as rotações de vários capitais produtivos: compra e revende mercadorias de diversos produtores antes que lancem nova remessa de mercadorias no mercado. Com isso, o capital comercial reduz a magnitude da reserva monetária necessária aos processos de circulação do capital social. Essa reserva, quando tornada capital comercial, pode dinamizar o movimento de circulação porque se liberta dos limites de uma produção isolada. Um capital produtivo particular, quando tem de se ocupar de todos os processos mercantis envolvidos na produção e realização de suas mercadorias, deve manter ociosa, por um lado, parte de seu capital-mercadoria que se encontra no mercado, e de outro, a reserva monetária necessária para a compra de novos meios de produção enquanto a mercadoria produzida não retorna como dinheiro. O capital comercial não se restringe por nenhuma produção específica e pode se relacionar com muitos capitais produtivos. Assim,

(...) ao servir em diferentes rotações, para converter em dinheiro sucessivamente diferentes capitais-mercadoria, comprando-os e vendendo-os um depois do outro, efetua como capital-dinheiro, em relação ao capital-mercadoria, a mesma função que o dinheiro com seus movimentos perfaz num período dado em relação às mercadorias (*C, III*, pp. 371-2),

ou seja, realiza muitas vezes o equivalente a seu valor. Com isso, considerando-se o capital social, o capital comercial reduz a reserva monetária destinada aos processos de circulação. Essa redução se acentua quando o dinheiro assume a função de meio de pagamento, em que se compra capital-mercadoria para pagamento futuro. Se o comerciante vende a mercadoria antes do prazo em que deve o retorno em dinheiro para

o produtor, não é preciso adiantamento algum de capital para a compra. O desenvolvimento dessa função do dinheiro também reduz a necessária parcela do capital social cativa da esfera da circulação.

Em segundo lugar, “converte-se a mercadoria mais rapidamente em dinheiro para o respectivo produtor” (*C, III*, p. 370), pois adianta para ele o capital-dinheiro, permitindo prontamente novo investimento na produção; além disso, de fato converte sua mercadoria em dinheiro em menos tempo, pois se dedica exclusivamente a essa atividade: “o próprio capital-mercadoria efetua mais prontamente sua metamorfose do que o faria nas mãos do produtor” (*C, III*, p. 370). Portanto, em termos relativos (para o produtor, cujo retorno em dinheiro é adiantado) e em termos absolutos (considerando-se a realização do capital-mercadoria social) o capital comercial reduz o tempo de circulação do capital produtivo. Como a rotação do capital industrial constitui-se do tempo de produção e do tempo de circulação, a redução deste último é também a do tempo de rotação. “Ao encurtar o tempo de circulação, [o capital mercantil] aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucro” (*C, III*, p. 375) do capital produtivo.

Além da redução tanto do tempo de circulação quanto da reserva monetária destinada aos processos de circulação, a divisão de trabalho que concentra as atividades mercantis em um grupo particular de capitalistas acarreta uma diminuição dos custos adicionais de circulação que se somam ao capital necessário para a compra de mercadorias, ou seja, da quantidade de meios e força de trabalho necessários para operar o comércio³¹. Ao concentrar as operações envolvidas na metamorfose de capitais-mercadorias de produtores diversos, utiliza menos força de trabalho e meios objetivos do que todos os produtores teriam de empregar se cada um realizasse por si mesmo suas atividades mercantis.³²

O capital comercial, por dedicar-se apenas a essa atividade e concorrer por intermédio dela com os outros capitais do ramo, investe na ampliação do mercado ou

³¹ Nesses custos de circulação propriamente ditos, distintos da reserva monetária necessária à compra e venda de mercadorias, inclui-se o salário do trabalhador improdutivo do comércio, de que trataremos adiante, no item 3 desse capítulo.

³² Há economia também de custos de circulação que consistem em “atividades reais”, processos produtivos que continuam na esfera da circulação, “como estocagem, expedição, transporte, classificação, fracionamento de mercadorias” (*C, III*, p. 380), tanto nos meios como na força de trabalho requerida. Como o afirma Marx, um depósito grande custa menos que vários pequenos, assim como o tempo de trabalho necessário à contabilidade que lida com números grandes é o mesmo que o que lida com números pequenos: “Quanto ao tempo que se gasta, tanto faz calcular com números grandes quanto com números pequenos” (*C, III*, p. 394).

criação de novos mercados. Esta é, a bem dizer, sua forma específica de aumentar a “produtividade”, além, evidentemente, da redução do dispêndio de capital com meios e força de trabalho. A ampliação dos mercados permite ao capital industrial produzir em maior escala e assim “favorece a produtividade do capital industrial e a respectiva acumulação” (*C, III*, p. 375).

Em resumo, “O capital mercantil não cria valor nem mais-valia” (*C, III*, p. 375), e por essa razão é improdutivo socialmente. Mas pode ser indiretamente produtivo, uma vez que a redução dos custos e do tempo de circulação aumenta a proporção do capital aplicado na produção, e a ampliação dos mercados a expande. Contribui, desse modo, para aumentar a escala em que o capital produz, expandindo e aprofundando o modo capitalista de produção, e “pode indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capital industrial” (*C, III*, p. 375). O capital comercial é, pois, um modo da divisão social do trabalho que torna menos custoso e por isso mais produtivo para o capital social o necessário processo de circulação do capital industrial. Mas mantém-se como um momento da reprodução do capital produtivo, que consiste na função do capital-mercadoria: “Trata-se de duas formas de existência diferentes, distintas do mesmo capital. Parte do capital total da sociedade encontra-se sempre no mercado nessa forma de existência de capital de circulação, em via de metamorfosear-se” (*C, III*, p. 362). É essa parte do capital que se torna propriedade dos capitalistas comerciantes, que autonomamente realizam suas funções próprias. “Essa fração encontra-se agora reduzida nas mãos do capitalista comerciantes” (*C, III*, p. 374), pois, ao se tornar autônomo, o capital comercial impõe a concorrência capitalista no interior do ramo. Fazendo das atividades mercantis seu único negócio, por meio do qual concorre para expandir-se, o capital comercial impele ao desenvolvimento da produtividade de tais atividades como qualquer outro capital, isto é, à redução dos custos, não de produção, mas, analogamente, de circulação.

Como o lucro que se incorpora ao capital comercial consiste na mais-valia gerada externamente pelo capital produtivo, que o primeiro apenas realiza por meio de metamorfoses formais, então, quanto menor a proporção de capital mercantil, tanto menor será o dispêndio do capital produtivo para os custos de circulação. Assim, o aumento da produtividade no ramo comercial (mais operações realizadas com mesmo dispêndio de capital), que possibilita a redução dos custos de circulação, significa uma redução também para o capital produtivo. Portanto, o capital comercial é indiretamente

produtivo para o capital industrial, ou, de modo geral, para a reprodução do capital social.

A participação na concorrência capitalista que a autonomia do capital comercial possibilita gera a produtividade indireta que este confere ao capital social. Também por meio da concorrência, esse capital de circulação se remunera de acordo com a taxa média de lucro. Por ser um capital particular que efetua uma fase do processo de reprodução do capital social no interior da concorrência,

(...) o capital que funciona de maneira autônoma no processo de circulação tem de proporcionar, como o que opera nos diversos ramos da produção, o lucro médio anual. Se o capital mercantil fornecesse lucro médio percentual maior que o capital industrial, parte deste se converteria em capital mercantil. Se o lucro médio fosse menor, haveria o processo oposto (*C, III*, p. 380).

O comércio, quando autônomo com relação ao capital produtivo, integra as relações de concorrência como um ramo específico da produção capitalista, ainda que não produza valor ou mais-valia. Assim, “é claro que a mais-valia que lhe cabe, na forma de lucro médio, constitui parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo” (*C, III*, p. 380). Também os capitais particulares investidos nos diferentes ramos da produção apropriam-se da mais-valia criada pelo capital produtivo social, na mesma forma de lucro médio: os capitais produtivos particulares não incorporam diretamente a mais-valia que produzem, mas parte alíquota da mais-valia social, por meio da taxa média de lucro. Por serem capitais produtivos, é evidente o modo como atraem para si essa parcela da mais-valia social, a saber, por meio da venda das mercadorias que produzem. O capital investido no comércio se valoriza igualmente pela taxa média de lucro, “Mas como consegue o capital mercantil puxar para si essa cota de mais-valia ou lucro?” (*C, III*, p. 380)

A atividade do capital comercial é “efetuar a venda iniciada pelo capitalista produtivo”, por meio da qual esse último realiza o lucro. Como essa é sua única atividade, “o objetivo do comerciante é não só realizar, mas, antes de mais nada, gerar o lucro na circulação e por meio dela” (*C, III*, p. 381), especificamente, na diferença entre o preço de compra e o preço de venda da mercadoria. Para o capital produtivo, essa diferença é a que existe entre o preço de custo (capital investido) e o preço de produção (custo acrescido do lucro médio, forma transfigurada da mais-valia), magnitude de valor engendrada no processo social de produção. Para que parte da mais-valia produzida afluja para o comerciante, o capital produtivo deve deduzir do preço de produção, pelo

qual vende a mercadoria para o capital comercial, o lucro do comerciante. Este compra a mercadoria abaixo de seu preço de produção – ou, considerando-se o conjunto das mercadorias produzidas, abaixo de seu valor – e vende-as para o consumidor por seu preço de produção integral. Assim, na venda para o comerciante, o capital produtivo não realiza o valor total do conjunto das mercadorias (ou o preço de produção de cada espécie de mercadoria), mas seu valor parcial, do qual se debita o lucro comercial. Quando a mercadoria é por fim vendida ao consumidor, realizando seu valor total, o comerciante incorpora a parcela não paga para o capital produtivo, e nisso consiste o lucro que valoriza o capital comercial.

No exemplo de Marx (*C, III*, p. 383), supõe-se um capital social (adiantado em um ano) de 1000, do qual 90% é produtivo e 10% comercial. Assume-se que a composição orgânica média do capital produtivo (900) é 720 capital constante e 180 capital variável, funcionando com taxa média de mais-valia de 100%. Assim, o produto total, ou capital-mercadoria social, contém um valor de 1080 ($720c+180v+180m$). Nessas condições e considerando-se apenas o capital produtivo, a taxa média de lucro é de 20% ($180/900$), e o preço de produção da mercadoria social é de 1080 (para o produto total, valor e preço de produção são iguais). Entretanto, o capital comercial é “um capital que participa do lucro, sem participar de sua produção” (*C, III*, p. 383), de modo que a mais-valia ou lucro social de 180 deve repartir-se não apenas pelo capital produtivo de 900, mas pelo capital total de 1000 e, assim, incluir o lucro comercial. Desse modo, a taxa geral de lucro reduz-se para 18% ($180/1000$). Para que o capital comercial de 100 se aproprie de taxa de lucro de 18% (18), o capital produtivo deve abater essa magnitude do preço de produção, vendendo o produto total por 1062 ($1080 - 18$). Ou, o que dá no mesmo, acrescentar 18% de lucro ao preço de custo do produto social ($900 + 162 = 1062$). Assim, ao vender a mercadoria para o capital comercial, o capital produtivo realiza apenas uma parcela da mais-valia contida no produto social. Com a venda final, o comerciante realiza de fato o valor total da mercadoria e se apropria da mais-valia restante, que não pagou ao capital produtivo, e que consiste na diferença entre o preço de compra (1062) e o de venda (1080). Essa diferença perfaz 18% do total do capital comercial adiantado de 100, lucro que se realiza por meio de compras e vendas sucessivas efetuadas por esse capital. Com a participação do capital comercial na formação da taxa de lucro, o preço de produção das mercadorias particulares também se reduz: se antes constituía-se do preço de custo acrescido de 20% de lucro, soma-se agora 18% ao custo, proporção que o lucro médio assume ao ser

repartido com o capital comercial. Assim, o preço de produção da totalidade do capital-mercadoria, ou valor total do produto social, compõe-se da soma do preço de custo com o lucro médio, mais o lucro comercial.

O capital comercial constitui o capital social e por isso está incluído na formação da taxa geral de lucro: é uma parcela do capital que nada acrescenta à mais-valia social, mas apropria-se dela como parte alíquota do capital social. Por isso, influi no sentido de reduzir a taxa média de lucro. Em outras palavras, se a taxa média de lucro é determinada pela soma das diversas magnitudes de mais-valia produzidas por cada parte alíquota do capital, que então se divide pelo número de partes alíquotas, constituindo uma média, o capital comercial é parte alíquota do capital social que contribui com uma magnitude de mais-valia igual a zero. Produz o lucro comercial na circulação, ao comprar a mercadoria social por valor inferior ao que contém e vendê-lo por seu valor, apropriando-se da diferença.

Há, entretanto, entre a compra e a venda da mercadoria, custos de circulação: para que a atividade mercantil se efetive, são necessários meios (escritórios etc.) e força de trabalho. A circulação requer, portanto, capital constante e variável, que ultrapassa a magnitude do valor necessário para a compra das mercadorias. Entre os custos pagos por esse capital adicional, encontra-se o salário do trabalhador improdutivo do comércio, e por isso interessa especialmente compreender de que modo o capital social paga esses custos.

Antes, porém, de abordar os custos do capital comercial, especificamente o trabalho improdutivo, trataremos brevemente do capital a juro, outra forma do capital mercantil. Para que se possa examinar a relação entre o capital improdutivo e o trabalho produtivo, cumpre abordar ainda os meios pelos quais o capital a juro, que como forma do capital mercantil não produz valor nem mais-valia, atrai para si uma parcela da mais-valia social.

O capital a juro é a função de valorização do capital financeiro. Do mesmo modo que o capital comercial, o capital financeiro é anterior ao modo de produção capitalista, mas trataremos de sua função social no interior desta forma específica de sociabilidade. O processo de reprodução do capital social exige que sejam efetivados movimentos técnicos do dinheiro, que consistem em pagamentos e recebimentos diversos. A contínua necessidade de realizar operações com o dinheiro exige que parte do capital industrial e comercial permaneça sob essa forma, na esfera da circulação, reservado especificamente para cumprir tais funções: “Parte do capital industrial, e também do

capital comercial, na forma dinheiro, existiria sempre não só como capital-dinheiro em geral, mas como capital-dinheiro empenhado apenas nessas funções técnicas” (*C, III*, p. 421). O valor, na forma de dinheiro, que permanece reservado para a efetivação das operações técnicas que o processo de reprodução do capital exige consiste em tesouro, mas tesouro capitalista, ou seja, capital-dinheiro potencial:

Parte determinada do capital deve existir constantemente como tesouro, como capital-dinheiro potencial: reserva de meios de compra, reserva de meios de pagamento, capital vadio na forma dinheiro à espera de aplicação; e, nessa forma, parte do capital reflui sem cessar. Além dos recebimentos, pagamentos e contabilidade, torna-se necessária a guarda do tesouro, que por sua vez é uma operação particular. Ela se caracteriza de fato pela transformação constante do tesouro em meios de circulação e em meios de pagamento e pela restituição dele com o dinheiro obtido com as vendas e com os pagamentos vencidos (*C, III*, p. 422).

Quando a efetivação dessas operações técnicas com o dinheiro bem como a guarda do tesouro tornam-se funções de um capital particular, por meio das quais esse capital se valoriza, estabelece-se o capital financeiro. Do mesmo modo que o capital comercial consiste em autonomização ou desdobramento de uma função determinada do capital produtivo, também o capital financeiro é a propriedade autônoma da parte do capital que socialmente deve permanecer na forma de dinheiro para a realização das operações técnicas. Essas operações requerem trabalho e meios de trabalho, ou seja, custo para o capital, que compõe os custos de circulação. Esses se reduzem quando concentrados como função de um capital particular, e é precisamente a redução dos custos de circulação requeridos pelas funções técnicas do dinheiro que impulsiona a autonomia do capital que se constitui como financeiro nessa autonomização. Ao tornarem-se função própria de uma espécie particular de capital, as operações técnicas do dinheiro originam o comércio de dinheiro: “As diferentes operações que, ao se tornarem autônomas convertidas em negócio especiais, dão origem ao comércio de dinheiro resultam das diversas destinações do próprio dinheiro e de suas funções, que também o capital na forma de capital-dinheiro tem de exercer” (*C, III*, 423). Do comércio de dinheiro e de suas funções constitui-se o capital a juro como forma própria de valorização do capital financeiro:

Quando, nessa mediação técnica da circulação de dinheiro, o capital-dinheiro for adiantado por categoria especial de capitalistas – um capital que representa, reduzindo a escala, o capital adicional que, não fora essa ocorrência, os próprios

comerciantes e os capitalistas industriais teriam de adiantar para esse fim –, temos, também aí, a forma geral do capital $D - D'$. Ao adiantar D , quem o desembolsa obtém $D + \Delta D$ (*C, III*, p. 429).

Examinemos, então, como se dá a valorização do capital na forma de capital a juro.

Ao relacionarem-se no mercado, por meio da concorrência, os capitais produtivos e comerciais constituem para si mesmos a taxa geral de lucro. Assim, realizam igual lucro percentual, e apropriam-se, portanto, da mesma proporção da mais-valia social. A distribuição da mais-valia realiza-se pelas relações concorrenciais no interior da esfera da circulação, e é indiferente à incorporação de mais-valia o ramo da produção ou da circulação em que o capital é investido. Também o capital a juro atrai para si parte da mais-valia produzida socialmente por meio da concorrência, mas não participa da formação da taxa geral de lucro, nem se remunera por meio dela. Por isso, sua valorização não toma a forma de lucro, mas de juro.

A atividade por meio da qual o capital a juro se valoriza é o empréstimo ou aluguel de capital, mais precisamente, de dinheiro por sua possibilidade de se fazer capital. O dinheiro, que em si mesmo é “expressão autônoma de certa soma de valor” (*C, III*, p. 453), surge historicamente para desempenhar a função de meio de circulação mercadorias, sendo esse seu valor de uso primeiro. No modo de produção do capital, o dinheiro, sem despojar-se desse valor de uso, mas antes, com base nele, desenvolve e generaliza outra utilidade, que consiste em sua capacidade de funcionar como capital. Dinheiro é capital quando o valor determinado que expressa “se transforma em valor que se acresce, que se expande” (*C, III*, p. 453). O desenvolvimento social desse valor de uso específico do dinheiro advém da generalização das relações sociais capitalistas de produção, em que a forma geral do trabalho livre assalariado capacita “o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago – produto excedente e mais-valia – e dela apropriar-se” (*C, III*, p. 453).

Esse é, pois, o valor de uso do dinheiro quando investido pelos capitais produtivo e comercial. Ambos levam seu dinheiro ao mercado e acrescentam à magnitude primitiva de seu capital-dinheiro a taxa média de lucro. Para que o capital comercial se valorize, são necessárias metamorfoses de seu capital-dinheiro em capital-mercadoria e vice-versa; para a valorização do capital produtivo, além das metamorfoses realizadas na esfera da circulação, é necessária a retirada para a esfera da produção, que gesta o lucro do capital social. Mas, independente das atividades

necessárias à sua efetivação, o valor de uso do dinheiro “consiste agora justamente no lucro que produz, uma vez transformado em capital (*C, III*, pp. 453-4).

A especificidade do capital a juro, sua atividade própria, é a de transformar o dinheiro, por sua função de fazer-se capital ou, mais precisamente, o capital, em mercadoria. O dinheiro, “Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria” (*C, III*, p. 454).

O proprietário que pretende alcançar a valorização de seu capital na forma de juro aliena-o para um terceiro por prazo determinado, em cujo termo deve ser reembolsado da mesma magnitude de valor acrescida de juro. Assim, o dinheiro, expressão de valor, se faz mercadoria por sua potencial condição de capital ou valor que se expande. Seu valor de uso consiste em ser valor e como tal, trazer em si a possibilidade de gerar lucro para aquele que o emprega como capital:

(...) é o valor-de-uso que o dinheiro adquire por converter-se em capital, poder funcionar como capital e assim produzir em seu movimento determinada mais-valia, o lucro médio (o que está acima ou abaixo deste considera-se aqui fortuito), ao mesmo tempo conservando a magnitude primitiva do valor (*C, III*, 467).

O capital a juro faz do capital em si – função do valor de expandir-se – mercadoria porque vende, ou aliena, esse seu valor de uso específico. Mas uma mercadoria peculiar, pois, por meio do consumo do valor de uso, ao contrário das outras mercadorias, não apenas mantém seu valor, como o acresce, por meio da incorporação dos juros. Por isso, tal mercadoria não é vendida. Se isso ocorresse, o capital não seria alienado como capital, mas trocado por dinheiro ou mercadoria de valor equivalente: consistiria, então, em um ato de circulação simples, e o capital alienado não se valorizaria. Além disso, o valor não se teria alienado: como qualquer outra mercadoria vendida, teria apenas transmutado sua forma útil, mantendo o valor. No entanto, sendo a mercadoria capital, não há outro valor de uso a alienar que o próprio valor. Nesse sentido, a venda, que implica equivalência de valor, seria irracional, porque impediria a alienação de seu valor de uso específico. O modo específico de realização da mercadoria capital é “O empréstimo de dinheiro como capital – a cessão condicionada à restituição após determinado prazo”, e a contrapartida da troca é o efetivo retorno do dinheiro tendo levado a cabo sua função de capital, isto é, expandido. O acréscimo que retorna conjuntamente com o capital emprestado é o juro: “(...) o capital de empréstimo,

embora categoria absolutamente diversa da mercadoria, torna-se mercadoria *sui generis*, e seu preço é o juro” (C, III, p. 486).

Mas, uma vez que não é o empréstimo ou sua restituição que fazem do dinheiro emprestado capital, o capitalista que tomou emprestado deve ser ativo, isto é, empregar de fato o dinheiro como capital produtivo ou comercial e reavê-lo acrescido do lucro médio relativo a determinado tempo. O juro é parte do lucro, porcentagem que deve então ser cedida ao prestamista como pagamento pelo empréstimo do capital, além de sua restituição. Como parcela do lucro realizado por esse capital, “o juro exprime a valorização do capital-dinheiro e aparece por isso como o preço que por esse capital se paga ao prestamista” (C, III, p. 471).

A atividade própria do capital a juro restringe-se ao empréstimo e ao retorno, mediados apenas pelo tempo: “Cessão, empréstimo de dinheiro por determinado prazo e devolução do dinheiro com juros (mais-valia) é a forma toda do movimento próprio do capital a juros como tal” (C, III, p. 464). No intervalo, o dinheiro emprestado, investido na produção ou na circulação, funciona de fato como capital e realiza todo seu ciclo de reprodução. Assim,

O mesmo capital aparece sob duplo aspecto, como capital de empréstimo nas mãos do prestamista e como capital industrial ou comercial as mãos do capitalista-empresário. Mas, uma vez só, funciona e produz lucro. No processo de produção, o capital na qualidade de capital de empréstimo não desempenha papel algum (C, III, pp. 483-4).

Como se torna realmente capital apenas por meio da atividade do capitalista ativo, as atividades próprias ao capital a juros “sucedem antes e depois do movimento efetivo do capital, sem ter com ele relação” (C, III, p. 464). “O movimento efetivo como capital do dinheiro emprestado é uma operação que transcende as transações entre prestamistas e prestatários” (C, III, p. 464). O que distingue o capital a juros dos capitais ativos “é a forma externa do retorno, dissociada do ciclo mediador” (C, III, p. 463) que produz esse retorno. Por conseguinte, o movimento do capital a juros não integra o ciclo de reprodução desse capital, não participa do processo que leva à sua valorização, e por essa razão não toma parte na composição da taxa geral de lucro. O juro que cada capitalista deve pagar pelo empréstimo deduz-se de seu lucro individual, e não altera, de modo imediato, as relações de seu capital ativo com os outros capitais.

A magnitude da taxa de juros, isto é, a porcentagem do lucro que deve retornar ao proprietário do capital emprestado a juro não se determina pelas leis econômicas que

regem o movimento dos capitais. Essas leis expressam formas de atividade e relação necessárias ao capital, intrínsecas à sua natureza. Assim, por exemplo, o movimento pela redução dos custos de produção e circulação é uma lei, pois se predica da necessidade constante de expansão do capital; também o é a do nivelamento da taxa de lucro, resultado necessário da concorrência que gera as migrações de capitais de um ramo a outro. Ao contrário, a magnitude média da taxa de juros não se define por lei econômica, e por conseguinte não é necessária:

A taxa média de juros dominante num país – distinta das taxas de mercado, sempre oscilantes – não é determinável por lei alguma. Não existe essa espécie de taxa natural de juro, no sentido em que os economistas falam de uma taxa natural de lucro e de uma taxa natural de salário (*C, III*, p. 482).

Contudo, ela deve se limitar pela magnitude do lucro social médio, do qual é parte. São as relações entre oferta e procura por capital como mercadoria que determinam, em conjunturas sociais específicas, a taxa de juros. Mas, quando oferta e procura se equilibram, anulando sua ação sobre a taxa de juros, não dão lugar a outra relação necessária entre os múltiplos capitais que possa delimitá-la. “E por que não se pode inferir de leis gerais os limites da taxa média de juro? A resposta está simplesmente na natureza do juro: não passa de parte do lucro médio” (*C, III*, p. 483).

Essas relações de oferta e procura, por sua vez, são condicionadas por diversas outras circunstâncias econômicas, como o momento do ciclo do capital industrial: “verificamos que, em regra, a baixa do juro corresponde aos períodos de prosperidade ou de lucros extraordinários; a alta do juro, à transição da prosperidade para o reverso dela, e o máximo do juro até o extremo limite da usura, à crise” (*C, III*, pp. 478-9). Na realidade, diversas relações conjunturais concorrem para determinar a taxa de juros, e ela pode inclusive ultrapassar momentaneamente a taxa de lucro. É possível obter a taxa média de juros examinando as reais taxas de lucro em intervalo de tempo determinado: “Para achar a taxa média do juro, é necessário calcular (1) a taxa média de juros correspondente às variações observadas nos grandes ciclos industriais e (2) a taxa de juros em investimentos em que o capital é emprestado por prazo longo” (*C, III*, p. 482). Mas, “nos casos em que a concorrência como tal decide, a determinação em si mesma é casual, meramente empírica” (*C, III*, p. 482).

Em sua forma de capital a juro, o capital se separa dos processos que o tornam capital de fato, estabelecendo

A relação do capital consigo mesmo, na qual se representa – quando consideramos o processo capitalista de produção em sua totalidade e unidade – e na qual é dinheiro que gera dinheiro, a ele passa a incorporar-se pura e simplesmente, sem o movimento mediador, como característica e vocação próprias (*C, III*, p. 460).

Se o dinheiro se faz capital por sua integração ativa no processo de produção, como pode sua valorização se dissociar, tal como ocorre na forma do capital a juro, dos processos reais que compõem o ciclo de reprodução do capital? Em outras palavras, como o dinheiro se faz capital-dinheiro em si?

A função de capital passa a compor a natureza do dinheiro devido à forma geral da produção, mediada pela acumulação capitalista:

Dinheiro e mercadoria são em si capital potencial – como a força de trabalho – pelas seguintes razões: (1) o dinheiro pode transformar-se em elementos da produção e é, como dinheiro, mera expressão abstrata deles, a existência deles em valor; (2) os elementos materiais da riqueza possuem a propriedade de já serem capital potencial, pois o contrário que os complementa, o que faz deles capital – o trabalho assalariado – existe no regime de produção capitalista (*C, III*, p. 472).

A constituição do modo de produção baseado no trabalho assalariado faz do dinheiro – expressão de valor – capital-dinheiro em si, cujo potencial se atualiza tão logo integre a produção social. É por ser empregado produtivamente (e também na atividade comercial, função do capital produtivo que adquire autonomia) que o capital pode generalizar socialmente sua forma de capital a juro: o valor carrega em si a possibilidade de apropriar-se de trabalho não-pago porque, ao consistir em propriedade privada do produto do trabalho social, repõe continuamente a condição assalariada do trabalho.

A apropriação privada dos meios de produção e de vida confere a esses mesmos meios a condição de capital, isto é, a possibilidade de comandar trabalho alheio. Com isso, transforma a própria força de trabalho em capital. Capital é, pois, um modo social específico de domínio sobre o trabalho: o capital comanda o trabalho privando seus agentes de meios de produção e de vida, e transformando-os com isso em “trabalhadores em sua nudez”, ou classe trabalhadora. Quanto maior a produção de riqueza realizada pelos trabalhadores, maior é o domínio da propriedade privada sobre o trabalho, pois mais ampla é sua privação:

Os meios de produção aos quais se incorpora a força de trabalho adicional e os meios de subsistência com os quais se mantém essa força não são mais do que

elementos integrantes do produto excedente, do tributo que a classe capitalista anualmente extrai da classe trabalhadora (*C, I*, p. 680).

Os elementos que compõem o processo produtivo, a saber, objetos e meios de trabalho, tornam-se capital de modo contínuo e progressivo, aprofundando o domínio que exercem. Cada nova valorização do capital, posto que consiste em incorporação de novo produto do trabalho social, aprofunda essas mesmas relações sociais de produção, isto é, aumenta a privação do trabalho, ou a magnitude dos meios objetivos de dominação. Todo capital é meio de produção de capital e, por isso, nas formas objetivas que assume de dinheiro e mercadoria, o capital traz em si a capacidade de expandir-se. Nas palavras do revolucionário alemão:

A predestinação social antinômica da riqueza material – sua oposição ao trabalho na condição de trabalho assalariado – já se expressa, dissociada do processo de produção, no direito mesmo de propriedade do capital. Esse aspecto particular, isolado do próprio processo capitalista de produção, deste sendo resultado constante e, como tal, condição permanente, revela-se na circunstância de o dinheiro e a mercadoria serem em si mesmos capital latente, potencial, de poderem ser vendidos como capital e nessa forma comandarem trabalho alheio, darem direito ao ato de apropriarem-se de trabalho alheio, sendo, portanto, valor que se expande. Está claro que esses elementos é que constituem o título e o meio de apropriar-se de trabalho alheio, e não trabalho algum efetuado pelo capitalista (*C, III*, p. 472).

O meio de apropriar-se do trabalho alheio e o título de propriedade sobre esse trabalho consistem na mera propriedade do capital, isto é, de dinheiro e mercadoria que, na condição de resultado de um modo de produção baseado no trabalho assalariado, adquirem a condição de capital latente, potencial. Podem ser vendidos como capital e *nessa forma* comandam trabalho alheio, não sendo necessária a exploração imediata do trabalho produtivo para obterem essa qualidade, pois “o que faz deles capital – o trabalho assalariado – existe no regime de produção capitalista”. Em outros termos, nessas relações sociais de produção qualquer magnitude de valor expressa em dinheiro ou mercadoria (inclusive na mercadoria subjetiva força de trabalho), como propriedade privada de produto do trabalho, é capital, isto é, pode, pela privação que contribui para estabelecer, comandar o trabalho social e assim apropriar-se de seu novo produto. Todo capital, desse modo, independente de empregar-se na exploração direta do trabalho produtivo, é resultado dessa exploração. Mas é também ponto de partida, na medida em que constantemente renova, aprofundando, o modo de produção social que se baseia

nesse tipo específico de comando sobre o trabalho determinado pela propriedade privada dos meios de produção.

Nesse sentido, o capital a juro expressa de forma pura as relações capitalistas de produção porque manifesta o poder de comandar trabalho alheio por meio da mera propriedade do capital, dissociada do comando efetivo da força de trabalho (capital produtivo) ou de seu produto concreto (capital comercial):

O juro em si expressa justamente que as condições de trabalho existem como capital, em oposição social ao trabalho (...). Representa a nua propriedade do capital como meio de apropriar-se de produtos do trabalho alheio. Mas representa esse caráter do capital como algo que lhe cabe fora do processo de produção e que não provém de maneira alguma da destinação especificamente capitalista do próprio processo de produção (*C, III*, p. 506).

Uma vez que, no atual modo de produção, o direito de propriedade do capital é em si mesmo o direito de comandar o trabalho, todo capital, empregado na produção, no comércio, ou emprestado efetivamente como capital a juro, torna-se capital portador de juros em si. Se, na realidade, o dinheiro se faz capital-dinheiro em si pela possibilidade efetiva de ser empregado na produção de mais-valia, o que a atividade do capital a juro apresenta é o inverso: autonomia para produzir juro, ou valorizar-se externamente ao processo de reprodução do capital.

Essa não é apenas a aparência do capital a juro, mas um fato empírico: na realidade, empresta-se capital a juro, cuja taxa é determinada juridicamente antes da produção e realização do lucro do qual é parte: “É que a taxa de juro – embora dependa da taxa geral de lucro – é determinada de maneira autônoma e, além disso, se revela – como o preço de mercado das mercadorias – relação fixa, uniforme e sempre dada, apesar de todas as oscilações” (*C, III*, p. 500). Se o lucro realizado com o capital emprestado superar em muito a taxa média, ou se esse não for sequer empregado como capital, deve-se a mesma taxa de juros pré-definida ao proprietário do dinheiro. Assim, por um lado, a magnitude da valorização do capital-dinheiro é estabelecida socialmente de forma jurídica, dissociada dos processos que a levam a cabo. Por outro, os capitalistas ativos que operam com capital emprestado devem deduzir os juros do lucro que realizam, e, por isso, parte desse lucro aparece como valorização própria ao capital-dinheiro emprestado. Não apenas aparece, mas de fato flui para o prestamista como rendimento de seu capital-dinheiro. O lucro do capitalista ativo se divide, desse modo, em duas parcelas originárias de funções distintas do capital: o juro, valorização própria

ao capital-dinheiro emprestado, e, em oposição, o lucro do empresário, valorização alcançada pelo emprego ativo do capital. E porque o lucro se manifesta assim dividido, para todo proprietário de capital apresenta-se a possibilidade de empregá-lo ativamente na produção ou na circulação, ou como capital a juros. Por conseguinte, “As duas partes se cristalizam e se tornam independentes uma da outra, como se a origem de uma fosse essencialmente diversa da origem da outra, e essa circunstância impõe-se então necessariamente à totalidade da classe capitalista e do capital” (*C, III*, p. 498).

É evidente, em primeiro lugar, que se todos os proprietários de capital quisessem emprestá-lo a juros, a queda na procura por capital como mercadoria obrigaria parte deles a empregá-lo novamente na produção e no comércio porque, em segundo lugar, o juro mantém-se como parte do lucro que o capital alcança no processo ativo de reprodução, que o valoriza por meio da extração de mais-valia. A opção de valorizar o capital-dinheiro apartado dos processos ativos, contudo, é verdadeira para cada capitalista isolado, já que não apenas ocorre empiricamente, como também a taxa dessa valorização – o juro – é um dado jurídico permanente, um fato econômico socialmente instituído, ainda que de magnitude variável. Dessa maneira,

(...) continua valendo para o capitalista isolado o que é verdadeiro apenas para ele. Mesmo quando emprega capital próprio, necessariamente considera a parte de seu lucro médio – igual ao juro médio – como fruto de seu capital de per si, fora do processo de produção; e, contrastando com essa parte autônoma que é o juro, considera o restante do lucro bruto como puro lucro do empresário (*C, III*, p. 501).

Essa divisão real entre juro e lucro do empresário produz uma diferença qualitativa entre essas partes do lucro bruto, em que uma é produto do capital-dinheiro em si, outra da atividade do capitalista em empregá-lo. Com essa autonomia do capital-dinheiro que traz em si a capacidade de se valorizar independentemente da atividade de reprodução do capital, todo capital faz-se portador de juros em potencial, e por essa razão a repartição do lucro bruto entre juro e lucro do empresário estende-se à totalidade do capital. Marx afirma que

O capital produtor de juros só se sustém como tal na medida em que o dinheiro emprestado se converte efetivamente em capital, produzindo um excedente de que o juro é fração. Mas isso não exclui que, fora do processo de produção, nele se insira a qualidade de render juros (*C, III*, p. 505).

As relações sociais de produção determinam também a finalidade social da produção e de cada um dos seus elementos. A função social constitui atributo dos elementos da produção, não em sua existência imediata, mas precisamente em sua existência socialmente determinada. Assim, o dinheiro não produz juros espontaneamente, mas, ao se tornar mercadoria, assume a função social de capital a juro. A capacidade de render juros, de multiplicar-se, mantém-se como atributo do dinheiro mesmo fora do processo ativo de reprodução capitalista. Nesse sentido, Marx compara o capital a juros com a força de trabalho:

A força de trabalho, por sua vez, só revela a propriedade de criar valor se atua e se realiza no processo de trabalho; mas isso não veda que seja, em si, potencialmente, como capacidade, a atividade geradora de valor, e nessa qualidade não provém do trabalho, sendo antes condição prévia dele. É adquirida pela capacidade de criar valor (*C, III*, p. 505).

Assim como é possível comprar força de trabalho para a realização de atividades diversas da produção de mais-valia ou de lucro, por exemplo, para serviços domésticos, mediante pagamento de salário, também se pode tomar dinheiro emprestado para consumi-lo como renda contanto que o juro seja pago: “O que ele paga, nos dois casos [utilizando ou não o dinheiro como capital], é a mais-valia em si, virtualmente contida na mercadoria capital” (*C, III*, p. 505). No modo de produção em que a forma social do trabalho é assalariada, a propriedade de dinheiro (a partir de determinado montante) identifica-se com a propriedade de mais-valia em si e, por conseguinte, lucro potencial. Daí o capital a juro ser a forma mais desenvolvida do capital, a expressão mais pura de sua natureza.

O capital traz em si a necessidade de contínua expansão, e isso impele o desenvolvimento tanto da produtividade do trabalho quanto das relações entre os múltiplos capitais, ou seja, da concorrência: “(...) a mais-valia que os capitalistas, individualmente, realizam depende do logro recíproco como da exploração direta do trabalho” (*C, III*, p. 61). Todo capital individual participa na circulação, que se efetiva no mercado. Assim, se o capital impele à redução dos custos de produção por meio do aumento da produtividade do trabalho, que torna desnecessária parte da força de trabalho antes empregada, também impõe a ampliação de mercados e o desenvolvimento da circulação de mercadorias para realizar a produção expandida. Essa imposição se efetua pelas relações de concorrência que impelem a todos para a máxima redução de custos, e assim separam as funções específicas do capital produtivo e do

capital-mercadoria no processo de reprodução, desdobrando-as em capital produtivo e capital comercial. Do mesmo modo, a concorrência que incita a todos concomitantemente à busca por maiores lucros exige a dinamização das alocações de capital, isto é, ao desenvolvimento das formas de transferência de capital de um investimento a outro. No processo de reprodução, o capital toma diferentes formas que permitem a efetivação de funções diversas: capital produtivo é a forma que o capital assume para gerar mais-valia, capital-mercadoria é a forma que assume para realizar a mais-valia, função que o faz capital comercial ao operar autonomamente. Capital-dinheiro é a forma que o capital assume para reiniciar o ciclo de reprodução, isto é, inverter-se novamente em empreendimento capitalista. Essa função do capital-dinheiro se autonomiza, respondendo à necessidade gerada pelo desenvolvimento da concorrência de dinamizar a transferência de capitais para diferentes empreendimentos. Funcionando com autonomia em relação ao capital produtivo e comercial, o capital-dinheiro gerado no processo de reprodução do capital se faz capital a juro.

A concorrência, como forma própria de relação entre os capitais, é motor da ampliação da produtividade do trabalho. Esse desenvolvimento produtivo não apenas possibilita, como impele à transformação contínua dessas mesmas relações entre os múltiplos capitais. É, portanto, o necessário desenvolvimento da concorrência, síntese das relações de distribuição do capital social, que o desdobra em produtivo, comercial e financeiro. Essas figuras do capital continuam a se desenvolver conforme o exige a contínua expansão do capital produtivo social. Assim, a autonomia dos capitais de circulação bem como as transformações subseqüentes dos capitais produtivos e improditivos e em suas relações resultam da expansão produtiva que desenvolve a própria forma capital da riqueza.

Todo capital individual toma parte nas relações de distribuição movimentando-se na esfera da circulação para concorrer à mais-valia social. Assim, o capital produtivo compra meios de produção e vende para o comerciante a mercadoria produzida, e só por esse meio realiza o lucro. O capital comercial compra e revende mercadoria, e essa atividade é meio de apropriar-se do lucro comercial. O capital a juro empresta dinheiro e apropria-se dos juros. O capital comercial e o capital a juros têm em comum o fato de se movimentarem apenas na esfera da circulação, de maneiras diferentes: no comércio, o capital dirige as metamorfoses formais da mercadoria, e por isso faz parte do ciclo de reprodução do capital; a atividade própria do capital a juro não compõe o ciclo de reprodução, mas dinamiza a transformação do capital dinheiro em produtivo ou

comercial, nas mãos do capitalista ativo. Essas atividades que o capital realiza na esfera da circulação compõem a forma de distribuição do produto social: a mais-valia social, lançada no mercado, se distribui por meio das relações de concorrência entre os múltiplos capitais nessas três formas. Como a finalidade da produção social – gerar mais-valia – é critério da determinação do predicado produtivo, os capitais que, retidos na circulação, não comandam a produção de mais-valia, são capitais socialmente improdutivos. Os capitais são, pois, considerados socialmente produtivos e improdutivos com referência à função principal da força de trabalho que diretamente comandam. Mas os capitais improdutivos funcionam como capital, e é desnecessário repetir que a sua valorização consiste na apropriação de parte da mais-valia social. E, dado que o desdobramento do capital social em produtivo e improdutivo decorre do desenvolvimento das relações de concorrência entre os múltiplos capitais que correspondente à sua expansão produtiva, sendo, pois, seu desdobramento necessário, o conjunto do capital social se apropria e distribui o produto excedente do trabalho gerado na forma de mais-valia.

Os resultados do trabalho produtivo são a substância da valorização de qualquer capital isolado. E como todo capital se valoriza, sendo essa a sua determinação primeira, não há capital que, para si mesmo, seja improdutivo. Além de suas atividades próprias, os capitais socialmente produtivos e improdutivos distinguem-se pelas diferentes mediações que permeiam a incorporação de mais-valia. Os capitais mercantis dependem da mediação do capital produtivo, que explora diretamente o trabalho produtivo e lança no mercado a mais-valia social na forma de mercadoria. Mas também o capital produtivo, depois de lançar a mercadoria, depende da mediação dos capitais que realizam a mais-valia aí contida e que concorrem para a determinação dos preços, dos juros e de todos os fatores que precedem a incorporação do lucro e colaboram para a definição de sua magnitude. E isso devido ao caráter necessário tanto das relações concorrenciais entre os múltiplos capitais, quanto da divisão do trabalho entre os capitalistas engendrada pela concorrência. Desse modo, não apenas os capitais produtivos exploram em conjunto o trabalho produtivo, ao repartirem a mais-valia social por intermédio das relações de concorrência e com a mediação dos capitais mercantis, mas também os capitais mercantis, com a mediação do capital produtivo social, explora o trabalho produtivo ao apropriar-se de fração da mais-valia. Por conseguinte, o capital social, como um todo orgânico, explora o conjunto do trabalho produtivo. Se o conjunto do trabalho assalariado empregado na produção engendra a

substância da expansão do capital social, é a concorrência que determina a forma e a magnitude da incorporação de mais-valia ou lucro pelos múltiplos capitais produtivos e improdutivos. Além da atividade inerente à expansão dos capitais mercantis, a própria concorrência impõe aos capitais singulares, em qualquer uma de suas formas, trabalhos específicos. Essas funções dos empreendimentos capitalistas impostas pela forma privada da propriedade são também improdutivas.

Uma vez explicitada a relação do capital improdutivo, ou antes, do capital social, com o trabalho produtivo, cumpre estabelecer a relação dos capitais produtivo e improdutivo com o trabalho improdutivo e expor a forma da exploração do trabalho assalariado empregado nessas funções.

3. O trabalho improdutivo como forma assalariada necessária à reprodução do capital

Como todo capital toma ativamente parte no mercado, há força de trabalho empregada pelo capital produtivo, comercial e financeiro executando funções na esfera da circulação. O capital em suas três formas emprega trabalho improdutivo para realizar as atividades próprias a essa esfera. O capital financeiro requer força de trabalho para realizar as duas espécies de operações mercantis que deve cumprir: para sua função técnica de operar os movimentos com o dinheiro alheio, bem como para os empréstimos de dinheiro que o fazem funcionar como capital a juro. O capital comercial concentra as atividades de compra e venda de mercadorias, sua função própria. Essas operações mercantis requerem meios e força de trabalho. O capital produtivo, ainda que não efetue a venda final da mercadoria que produz para o consumidor, vende-a para o comerciante, e compra meios de produção e força de trabalho, funções de circulação que requerem agentes específicos. Além das atividades de circulação, todo capital individual deve ser administrado para funcionar como capital, o que inclui o controle geral do processo coletivo de trabalho que efetiva as atividades próprias a cada um dos três tipos de capital, bem como a contabilidade privada. Essas atividades necessárias de gerência do capital não se realizam na esfera da circulação, isto é, nas relações com outros capitais, mas são exigências do funcionamento interno do capital singular. Assim, cada capital isolado requer trabalho improdutivo para a efetivação de operações mercantis, já que todos participam na circulação, mas também para a gerência e controle do processo coletivo de realização de suas atividades próprias como capital, inclusive a administração das relações do capital com o trabalho. A força de trabalho necessária para essas atividades é improdutiva e, como funções internas a cada empreendimento capitalista, não tomam parte nas relações entre os capitais que caracterizam a esfera da circulação.

Trataremos cada uma das funções do trabalho improdutivo que se troca por capital, necessárias à reprodução de cada uma das formas do capital. Interessa especificamente compreender a origem do capital que se constitui no salário do trabalhador improdutivo, em cada uma das funções em que se faz necessário, especialmente a do comércio, função improdutiva que ocupa maior tempo de trabalho social. Deixamos de abordar o trabalho improdutivo que se troca por renda, uma vez

que, por um lado, não compõe o ciclo de reprodução do capital, e por outro, seu salário advém de renda.

Partimos de dois fatos já considerados em pormenor nessa pesquisa. Em primeiro lugar, a magnitude do salário de qualquer trabalhador, que atua no interior do processo de reprodução do capital ou fora dele e que, consumido pelo capital, seja produtivo ou improdutivo, define-se exclusivamente pelo valor da força de trabalho. Assim, sua função, atividade concreta, bem como produto ou resultado que gera, considerado pelo ângulo do valor ou por seu caráter útil, não constituem fatores da determinação da magnitude do salário. Dada a condição geral do trabalho, livre e privado de meios de produção e de vida, a força de trabalho se transforma em mercadoria. Mercadoria subjetiva, pois existe apenas como potência do indivíduo, função de sua subjetividade, mas cujo valor é determinado pelo mesmo fator que define o valor das mercadorias objetivas. O valor das mercadorias se define pela quantidade, medida pelo tempo, de trabalho socialmente necessário para produzi-las. No caso da força de trabalho, sua produção consiste em reproduzir a vida do trabalhador, bem como de sua prole, como manutenção de sua condição de força de trabalho de função determinada. Assim, o valor da força de trabalho constitui-se da soma do valor de todos os valores de uso necessários à subsistência e à manutenção do trabalhador em determinada condição. Esse valor varia por diversas razões: historicamente, com o desenvolvimento da produção que transforma as necessidades sociais e altera o valor das mercadorias consumidas pelo trabalhador; de acordo com as lutas de classe, por meio das quais os trabalhadores impõem necessidades ao capital; e, especialmente relevante para nossa pesquisa, varia com relação ao caráter simples ou complexo do trabalho, pois a força de trabalho complexo exige maior tempo de trabalho, valor portanto, para ser produzida, já que o processo que conforma subjetivamente o trabalhador complexo requer tempo mais longo e mais meios de produção do que os necessários à formação do trabalhador simples. Essa última determinação do valor da força de trabalho será analisada no terceiro capítulo. Mas independente das características e funções específicas que o trabalho assalariado assuma no interior das relações capitalistas de produção, a magnitude do salário é sempre definida pelo valor da força de trabalho, e esse é o primeiro fato de que partimos.

Em segundo lugar, dada a generalização do modo de produção capitalista, isto é, assumindo que toda a produção de valores de uso se realiza sob as relações sociais do capital, o trabalho produtivo é a atividade geradora do conjunto do valor social. Por

consequente, o trabalho produtivo cria a substância não apenas de todo o capital e suas diferentes formas de valorização, como também de todas as formas de renda. Assim, o resultado do trabalho produtivo é também substância do salário do trabalhador improdutivo, em qualquer uma de suas funções. Mais precisamente, o salário do trabalhador improdutivo se constitui de uma parcela do valor excedente gerado pelo trabalhador produtivo, isto é, da mais-valia social. Contudo, parcela alguma da mais-valia flui diretamente para o trabalhador improdutivo, tampouco por meio da concorrência entre capitais, na forma de lucro ou juro, pois, na condição de trabalhador, não possui capital. A parcela da mais-valia social de que se apropria é salário, valor de troca da força de trabalho, e apenas nessa forma pode atraí-la. Como salário, é pago pelo capitalista. Nem poderia ser diferente: como a produção social de valores de uso é realizada sob a forma de mercadoria, substrato de valor e de mais-valia, o conjunto do produto social toma a forma de capital. Assim, a parcela do valor destinada a renda do trabalho é, antes, capital, ou seja, a forma *capital* é mediação necessária entre o valor como produto imediato do trabalho e a forma salário, tanto do trabalhador produtivo como do improdutivo. A mediação entre a produção do valor e a apropriação do salário, no entanto, é distinta nessas duas funções do trabalho empregado pelo capital.

É útil retomar brevemente como se constitui o salário do trabalhador produtivo para compará-lo ao do trabalhador improdutivo. O trabalho produtivo é meio de produção de valor. Engendra, sobre o valor constituído nos meios de produção, um valor novo por meio da produção de nova mercadoria. Desse modo, a mercadoria produzida contém, além do valor do capital constante, outra magnitude de valor. Esse valor novo se divide, conforme se distinguem na jornada de trabalho o trabalho necessário e o excedente, em capital variável e mais-valia. Quando a mercadoria se realiza na esfera da circulação, refluem para o capitalista produtivo, na forma de capital-dinheiro, o valor dos meios de produção anteriormente desembolsado, e parte³³ do novo valor contido na mercadoria. Em uma palavra, refluí seu capital expandido. Mas não pode apropriar-se de toda magnitude dessa valorização, pois há outros custos a serem pagos. Esses outros custos de produção são essencialmente formados pela força de trabalho do conjunto dos trabalhadores produtivos. Parte do valor que geram retorna para eles como salário, isto é, parte do capital produzido é desembolsada pelo capitalista

³³ Apenas parte do novo valor gerado volta para o capitalista produtivo porque se considera que o capital comercial reteve uma parcela desse valor. Abstrai-se da diferença imposta pela taxa média de lucro entre magnitude da mais-valia produzida e a do lucro incorporado individualmente, ou antes, considera-se o capital produtivo social.

para pagar o custo, ou repor o valor, desse meio de produção específico, subjetivo. Essa parcela é o capital variável. Assim, o trabalho produtivo produz capital. Seu salário é uma parcela do capital que cria como propriedade do capitalista: “(...) o salário, só assume a forma de renda, a renda do trabalhador, depois de ter enfrentado esse trabalhador na *forma de capital*” (C, III, p. 1154). Esse deve pagar as mercadorias que comprou, isto é, os custos de produção, e por isso, essa parcela do capital reflui para o trabalhador como salário, preço de sua força de trabalho, renda do trabalho. De capital, nas mãos do capitalista, torna-se renda nas mãos do trabalhador porque é magnitude de valor necessariamente consumida.

No interior do empreendimento produtivo, são necessárias atividades que transcendem a produção de valores de uso, pois que se trata não apenas de um processo de trabalho, mas de um processo de valorização. É preciso, pois, não apenas realizar compras e vendas, pagamentos em geral e contabilidade, como também executar a administração *capitalista* do processo de produção. Já distinguimos, no primeiro capítulo, a coordenação do processo coletivo de trabalho, cuja necessidade é imposta por esse mesmo processo, e a direção da produção requerida pela forma social capitalista da produção, isto é, o controle do conjunto dos trabalhadores, uma vez que, como assalariados, se opõem ao capital³⁴. O primeiro é trabalho produtivo, pois sua atividade se incorpora no produto final do trabalho coletivo, compondo seu valor. O segundo é necessário à forma da produção em que os meios de trabalho se opõem ao produtor, e de modo algum à produção de valor de uso, e é por isso improdutivo. Do mesmo modo, a contabilidade das empresas individuais³⁵, compras e vendas, e a administração geral do capital são atividades indispensáveis a essa forma específica da produção. Essas atividades que compõem o empreendimento produtivo capitalista, improdutivas de valor, requerem força de trabalho, bem como meios de trabalho, distintos dos meios de produção da mercadoria. Sua necessidade para o capital produtivo é indiscutível: dado o movimento inerente ao capital de redução de custos ao

³⁴ “(...) a direção capitalista é dúplice em seu conteúdo, em virtude da dupla natureza do processo de produção a dirigir que, ao mesmo tempo, é processo de trabalho social para produzir um produto e processo de produzir mais-valia” (C, I, p. 385). O primeiro caráter dessa direção é trabalho produtivo, e o segundo, improdutivo.

³⁵ A necessidade da contabilidade advém do caráter coletivo do trabalho, e não da forma capitalista da produção. É atividade que de qualquer modo não compõe a produção de valores de uso e portanto não gera mercadoria, sendo improdutiva para o capital. Mas a contabilidade privada, isto é, necessária a cada empreendimento capitalista isolado, inchada pela forma da concorrência capitalista (que deve contabilizar salários, preços, juros, impostos, moedas, e tantas outras cotações complexas), é exclusiva desse modo de produção, que, ademais, confere sua forma a todas as atividades necessárias ao processo de trabalho e intercâmbio sociais.

máximo, não compra mercadorias de que não necessite. A força de trabalho improdutivo, bem como os meios requeridos para a efetivação das atividades improdutivas, são custos de produção, que demandam capital constante e capital variável. Como esses custos improdutivos do capital industrial são pagos?

O valor da nova mercadoria gerada no processo produtivo é composto pelo valor dos meios de trabalho imprescindíveis à produção do valor de uso, que concretamente se tornam o novo produto, ou seja, o capital constante despendido exclusivamente na atividade produtiva, e um valor novo gerado pela incorporação do trabalho produtivo. A parcela constituída por esse novo valor deve ser suficiente para pagar todos os outros custos da produção e fornecer lucro. Assim, da magnitude de valor novo que retorna para o capitalista produtivo após a realização do valor da mercadoria, uma parcela se despende com salário da força de trabalho produtivo, o capital variável também estritamente despendido na produção, e a outra consiste em mais-valia. Mas há ainda os outros custos do capital produtivo referentes às imprescindíveis atividades improdutivas. Esses se dividem em salário da força de trabalho improdutivo e preço de seus meios de trabalho, ou seja, capital variável e capital constante adicionais. Essas duas parcelas de custos improdutivos também devem ser pagas pelo novo valor gerado na produção, deduzido o capital variável despendido em salário do trabalho produtivo. Devem ser pagas com a mais-valia. Assim, a mais-valia criada pelo trabalho produtivo reparte-se em capital variável despendido em força de trabalho improdutivo, e em capital constante gasto com meios de trabalho da atividade improdutiva, além do lucro. A parcela da mais-valia que retorna para o capital produtivo, antes de constituir-se em lucro, deve pagar esses dois custos improdutivos centrais, além de todos os outros, como por exemplo, impostos. Assim, o trabalho improdutivo, conjuntamente com seus meios, aumentam os custos improdutivos do capital produtivo, e devem ser descontados da mais-valia que para ele retorna – e aqui é indiferente se a magnitude dessa mais-valia é menor que a contida na mercadoria produzida. São, por conseguinte, custos deduzidos do lucro. Assim, concorrem para reduzir a taxa de lucro individual. A atividade improdutiva de valor requerida diretamente pelo capital produtivo é também improdutiva para cada capital isolado que a emprega, isto é, sobre esse custo específico não incide lucro, ao contrário, reduz o lucro gerado a partir dos custos produtivos. Como esses custos improdutivos são inerentes a todos os capitais produtivos individuais, compõem o capital adiantado para a produção, aumentando a parcela do capital que não se valoriza em cada capital produtivo isolado. Por isso, os custos

improdutivos concorrem socialmente para diminuir a taxa geral de lucro. Reduzindo a taxa de lucro médio, esses custos improdutivos dividem-se, ao repartir-se o lucro social, pelo capital social em suas partes alíquotas: o lucro médio é meio de repartir não apenas a mais-valia social, mas também os custos improdutivos diretos do capital produtivo social.

Os custos improdutivos mais significativos quantitativamente para o capital produtivo social não são, contudo, os custos diretos de cada capital isolado, mas os custos de circulação autonomizados no capital comercial, que reduzem ao mínimo as atividades improdutivas efetivadas diretamente pelo capital industrial. Como exposto acima, a autonomia do capital que indispensavelmente se retém na circulação, ao participar da concorrência, passa a gerar lucro para seus proprietários. Esse capital consiste na reserva monetária requerida para a compra de mercadorias que realiza o capital produtivo, bem como do valor social em estoque de mercadorias no mercado. Mas, para além desses, o capital comercial compreende os custos referentes aos meios e à força de trabalho necessários às suas atividades próprias. Ressaltamos novamente que esse trabalho é distinto daquele que, nas palavras de Marx, realizam as “atividades reais” (*C, III*, p. 362), de transformação de valores de uso. As atividades próprias à circulação levadas a cabo pelo capital comercial restringem-se às metamorfoses formais capital, de mercadoria em dinheiro e vice-versa, e geram os custos referidos acima. “Nenhum desses custos se faz para produzir o valor de uso das mercadorias, mas pra realizar o valor delas; são custos estritos de circulação” (*C, III*, p. 387). Esses custos demandam capital adicional, para além do capital de circulação propriamente dito. Desse modo, o capital comercial se reparte em capital principal, empregado na compra de mercadoria produzidas pelo capital produtivo (B), capital constante empregado na compra de meios requeridos pela atividade comercial (K), e capital variável destinado ao salário dos trabalhadores improdutivos do comércio (b).

Marx se pergunta se esses custos expressos pelos capitais constante e variável, especialmente esse último, destinado a salário do trabalho improdutivo, são deduções do lucro comercial, ou se, ao contrário, sobre esse capital adicional incide também a taxa de lucro médio:

A dificuldade está no seguinte: se o tempo de trabalho e o trabalho do próprio comerciante não criam valor, embora possibilitem participação em mais-valia já produzida, que sucede com o capital variável que ele desembolsa para adquirir força de trabalho comercial? É esse capital variável desembolso a ser incluído na conta de capital mercantil adiantado? (*C, III*, p. 393),

ou seja, a fração do capital comercial que compra força de trabalho improdutivo valoriza-se, como a que compra mercadoria para revender, à proporção da taxa média de lucro? “A hipótese contrária parece contradizer a lei do nivelamento da taxa de lucro; que capitalista adiantaria 150 se só pudesse contabilizar 100 como capital adiantado?” (*C, III*, p. 393). Como capital autônomo, o comerciante espera valorização à taxa média de lucro do total do capital adiantado. Se o lucro médio incidisse sobre uma parcela apenas do capital comercial, excluindo-se os custos referentes a salário do trabalho no comércio e seus meios, a taxa média do lucro comercial – o lucro dividido pelo total do capital adiantado – seria inferior à taxa geral de lucro. Isso contraria a lei do nivelamento da taxa de lucro: se a taxa de lucro comercial é menor que a industrial, a concorrência impele à migração de capitais aos ramos industriais, o que nivela novamente as taxas de lucro. Assim, essas taxas referem-se sempre ao adiantamento integral dos capitais isolados, que inclui o conjunto dos custos. No caso do capital comercial, os custos expressos no capital variável despendido em salário, bem como no capital constante empregado em meios de trabalho necessários às atividades comerciais, compõem o capital adiantado, e por isso também se valorizam à taxa média de lucro. Assim, não apenas o capital com o qual as mercadorias são compradas, mas também o capital empregado em custos de circulação, produzem, para seu proprietário, o lucro comercial. O comerciante lucra diretamente com o trabalho improdutivo que emprega, ou seja, invertendo capital em salário dos trabalhadores improdutivos.

O capital comercial é integralmente improdutivo, isto é, nenhuma das partes pelas quais se divide é empregada em trabalho produtivo, ou na produção de valor. Já expusemos de onde vem o valor em que consiste o lucro relativo ao capital B, diretamente empregado na compra e venda de mercadorias: o capital comercial compra a mercadoria social pelo preço de produção (preço de custo acrescido da taxa média de lucro), com o capital B. Na venda, acrescenta ao preço da mercadoria o lucro médio sobre B, ou sobre o preço de produção das mercadorias. Assim, no conjunto da produção social, atrai para si a parcela de mais-valia contida na mercadoria, mas que não compõe seu preço de produção. O capital constante e o capital variável adicionais requeridos pelas atividades comerciais são custos necessários à realização do capital produtivo, e por isso, parte do capital social de circulação deve existir sempre nessa forma – de meios de trabalho comercial e salário dos trabalhadores do comércio – para que o valor da mercadoria social se realize, independente de ser desembolsado

diretamente pelo capitalista industrial, compondo o capital produtivo, ou pelo comerciante, fazendo parte do capital comercial autônomo.

Quando pagos diretamente pelo capital produtivo, o capital referente a esses custos de circulação aumenta seu custo improdutivo, reduzindo a taxa de lucro: “Essa parte do capital constante adiantado [relativo às atividades de circulação] concorreria para reduzir a taxa de lucro, do mesmo modo que toda a massa de capital constante aplicada diretamente na produção” (*C*, *III*, p. 396). O mesmo ocorre com o capital variável despendido no salário dos trabalhadores em funções de circulação:

O que se paga a eles, embora na forma de salário, difere do capital variável empregado para adquirir o trabalho produtivo: aumenta os adiantamentos do capitalista industrial, o trabalho destinado apenas a realizar valores já criados. Como qualquer desembolso dessa natureza, diminui a taxa de lucro, por aumentar o capital adiantado sem acrescer a mais-valia. Se a mais-valia permanece constante, mas o capital adiantado C aumenta para $C + \Delta C$, a taxa de lucro m/C será substituída pela taxa menor $m/C + \Delta C$ (*C*, *III*, pp. 398-9).

Ambas as parcelas dos custos de circulação devem ser deduzidas do preço da mercadoria, ou ainda, da mais-valia contida na mercadoria, e assim reduzem a taxa geral de lucro. Esse fato não se altera quando o capital de circulação se autonomiza fazendo-se capital comercial, e passa a desembolsar, além do capital de circulação propriamente, os custos de circulação em lugar do capital produtivo: o capital constante e variável que corresponde a esses custos advém, do mesmo modo, da mais-valia contida na mercadoria. Assim, o comerciante compra a mercadoria do capital produtivo por seu preço de produção, mas a diferença entre esse e o preço de venda não inclui apenas o lucro médio relativo ao capital empregado na compra, mas deve repor ainda o capital adicional com que o comerciante pagou os custos de circulação e, além disso, o lucro médio referente a esse capital adicional.

A diferença que a autonomia do capital de circulação gera é a de que os custos sociais improdutivos da circulação passam a gerar lucro para o capital comercial quando esse os assume. Como já expusemos, essa condição mantém-se vantajosa para o capital produtivo porque, mesmo acrescido da taxa média de lucro, o capital de circulação torna-se proporcionalmente menor, com relação ao produtivo, quando se estabelece essa divisão de trabalho entre os capitalistas. Sobre o desembolso total do capital comercial $B + K + b$ incide a taxa média de lucro l' : $Bl' + Kl' + bl'$; portanto, a diferença entre o preço de produção, pelo qual o comerciante compra a mercadoria, e seu preço de venda é igual a $Bl' + K + Kl' + b + bl'$, ou seja, o lucro médio sobre o preço de produção das

mercadorias (capital principal B), somado aos capitais constante e variável com que o comerciante paga os custos de circulação e aos seus respectivos lucros médios. Com relação ao preço de venda da mercadoria, Marx afirma que “K acrescenta seu lucro, além de adicionar ele mesmo” (C, III, p. 396), e adiante:

O capital mercantil recupera b e, além disso, recebe o correspondente lucro. Isso resulta de fazer com que lhe paguem o trabalho por meio do qual funciona como capital *mercantil* e ainda que lhe paguem o lucro, por funcionar como *capital*, isto é, por executar o trabalho que lhe é pago no lucro obtido como capital em operação (C, III, p. 397).

Porque se autonomiza e passa a realizar as funções sociais improdutivas da circulação como seu meio de valorização, o capital comercial alcança lucro médio sobre o total do capital adiantado, no qual se inclui o salário do trabalho improdutivo do comércio. Por conseguinte, para o comerciante, o conjunto de seu capital, socialmente improdutivo, é produtivo:

Para o capital industrial, os custos de circulação se revelam e são custos necessários, mas não produtivos. Para o comerciante revelam-se fonte de lucro, que – suposta a taxa geral de lucro – está na proporção da magnitude deles. O desembolso a fazer nesses custos de circulação é, portanto, investimento produtivo para o capital mercantil. Pela mesma razão, o trabalho comercial que compra é para ele diretamente produtivo (C, III, p. 401).

O trabalhador improdutivo do comércio é diretamente produtivo para o comerciante, não apenas porque realiza a função que faz seu dinheiro capital, mas porque o capitalista lucra diretamente com o investimento que faz em salário do trabalho improdutivo.

Marx pondera, contudo, o fato de que

(...) aquela inclusão [do capital variável investido em trabalho improdutivo] na conta do capital mercantil parece contradizer a essência desse capital, que não funciona como capital por mobilizar trabalho alheio, como o capital industrial, mas por trabalhar ele mesmo, isto é, por efetuar as funções de compra e venda, e justamente para isso e por isso transferindo para si parte da mais-valia produzida pelo capital industrial (C, III, p. 393).

Com efeito, o capital produtivo funciona como capital por meio da exploração do trabalho, que permite a incorporação de valor novo, adicional, ao capital primitivo; mas o capital comercial cresce seu valor por meio de suas metamorfoses formais, ou seja,

dos movimentos de circulação próprios ao capital, que tornam possível a incorporação de mais-valia social na forma de lucro médio. A valorização do capital comercial, a natureza do processo que o faz capital, não está ligada à exploração direta do trabalho que cria mais-valia. Desse modo, valorizar-se por meio do emprego de trabalhadores comerciais parece contradizer a essência desse capital específico. Por que não o faz?

Para explorar de maneira capitalista a empresa comercial, ou seja, de modo a atrair parte da mais-valia social, é preciso, em primeiro lugar, que exista produção de mais-valia em magnitude suficiente para sustentá-la: “Em virtude apenas de sua função de realizar os valores, opera o capital mercantil no processo de reprodução como capital e, por isso, como capital que funciona, retira algo da mais-valia produzida pelo capital em seu conjunto” (*C, III*, p. 392). Além disso, é necessário que a autonomia do capital comercial represente redução dos custos de circulação para o capital produtivo. Essa redução requer a centralização das atividades de circulação. A fragmentação do comércio amplia os custos de circulação diretos do capital produtivo isolado ao impor a necessidade de relacionar-se com grande número de comerciantes, além de aumentar também os custos com as atividades produtivas requeridas pela circulação de produtos (transporte, estocagem etc.). Ademais, a descentralização na circulação implica menor produtividade do capital comercial, que nessas condições deve existir em maior quantidade para realizar mesmo montante de capital produtivo. “Assim, perder-se-ia grande parte das vantagens da autonomia do capital mercantil” (*C, III*, pp. 393-4). A centralização das atividades de circulação exige maior tempo de trabalho em uma mesma empresa, ou emprego de um conjunto de trabalhadores comerciais operando sob uma divisão do trabalho própria:

A divisão do trabalho confinada na atividade comercial (...) economiza tempo imenso de trabalho, de modo que, no comércio em grosso, o número de trabalhadores comerciais empregados está bem longe de manter proporção com a magnitude do negócio. É o que se dá, porque no comércio, muito mais do que na indústria, a mesma função exige a mesma quantidade de tempo de trabalho, seja executada em grande ou pequena escala (*C, III*, p. 394).

Desse modo, por um lado, a atividade comercial apresenta as condições, por sua característica própria, de centralizar-se. Por outro, essa atividade como momento da reprodução do capital social, ou seja, o capital comercial, implica a necessidade da centralização, que requer a reunião de maior tempo de trabalho social sob a mesma empresa, ou seja, o emprego de trabalhadores comerciais. Essa é a primeira

consideração que se contrapõe à aparente contradição entre capital comercial e trabalho assalariado: para existir como *capital* comercial, a atividade do comércio requer trabalho assalariado, e isto é tanto mais verdadeiro quanto mais a expansão produtiva exige a centralização das funções comerciais. Por conseguinte, hoje é necessária maior quantidade de trabalho assalariado nessas funções do que quando Marx a desvendou.

Em segundo lugar, é preciso demonstrar, com Marx, que o trabalho improdutivo é explorado, ou ainda, que a exploração é predicado de todo trabalho assalariado que se troca por capital. Ao examinar o processo de produção do capital, Marx define a exploração do trabalho como apropriação capitalista do valor excedente gerado pelo trabalhador, isto é, do tempo de trabalho materializado que, na jornada de trabalho, excede o tempo necessário à criação do valor da força de trabalho ou do capital variável. Assim, a relação do trabalho excedente com o trabalho necessário, do ponto de vista do trabalho operante, ou a relação entre a massa de mais-valia e do capital variável, da perspectiva do trabalho materializado, definem o grau de exploração do trabalho: “A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (*C, I*, p. 254). Ao assumirmos essa definição da exploração capitalista do trabalho, apresenta-se a questão de compreender como o trabalho improdutivo, que se define justamente por não produzir valor, é explorado. Marx o afirma em diversas passagens, e é útil acompanhar a caracterização da relação entre o trabalho improdutivo e o capital que o emprega desenvolvida por Marx. De início, reafirma o trabalho do comércio como trabalho assalariado que se troca por capital:

Sob certo aspecto o trabalhador comercial é um assalariado como qualquer outro. Primeiro, o comerciante compra o trabalho utilizando capital variável e não dinheiro que despende como renda; assim, não o adquire para serviço pessoal e sim para valorizar o capital adiantado nessa compra. Segundo, determina-se então o valor da força de trabalho e, por conseguinte, o salário, como acontece com todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução dessa força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho (*C, III*, p. 391).

Com isso, Marx situa o trabalho improdutivo da circulação na classe trabalhadora, que se define pela não-propriedade de meios de produção e de vida. Contudo, essa força de trabalho não é empregada na produção de valores de uso, sejam bens de consumo ou de produção, mas na realização da mais-valia gerada no processo produtivo: “Mas entre o empregado do comércio e os trabalhadores diretamente empregados pelo capital

industrial deve haver a mesma diferença que se dá entre o capital industrial e o capital mercantil e, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante” (*C, III*, p. 391). A atividade própria ao capital mercantil, efetivada pelos trabalhadores improdutivos, não produz valor, mas permite valorização por meio da apropriação de lucro. Por isso,

A relação que o capital mercantil estabelece com a mais-valia difere da que o capital industrial mantém com ela. Este produz a mais-valia apropriando-se diretamente de trabalho alheio não-pago. Aquele se apropria de parte dessa mais-valia fazendo que essa parte se transfira do capital industrial para ele (*C, III*, p. 392).

O montante de mais-valia que o capital mercantil incorpora na forma de lucro “depende do montante de capital que pode aplicar nesse processo” (*C, III*, p. 392) de circulação, isto é, na compra e venda de mercadorias. Quanto mais reduzidos os custos de circulação, maior o montante de capital que poderá despendar como capital de circulação efetivamente. Assim, “poderá aplicar tanto mais capital em compra e venda quanto maior o **trabalho não-pago** que extrai de seus empregados” (*C, III*, p. 392, grifo nosso). Compreende-se facilmente que a redução dos custos de circulação para o comerciante isolado aumenta o lucro, e dado que o salário do trabalho do comércio é parte desses custos, sua redução contribui para a ampliação do lucro. No entanto, não é imediata a compreensão das razões pelas quais o trabalho improdutivo de valor fornece trabalho em parte não-pago. Marx insiste nesse fato: “O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais-valia, o que para esse capital é a mesma coisa; esse trabalho não-pago é, portanto, fonte de lucro” (*C, III*, p. 392). Ou ainda, como na seqüência da argumentação: “Se o trabalho não-pago do trabalhador cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não-pago dos trabalhadores comerciais proporciona ao capital mercantil participação nessa mais-valia” (*C, III*, p. 393).

De acordo com Marx, não é apenas a atividade útil, ou trabalho concreto dos assalariados improdutivos que gera o lucro comercial. É certo que a atividade concreta desses empregados efetiva as metamorfoses formais do capital na circulação, e com isso realiza a valorização do capital comercial. Mas, para além da função concreta e não obstante a improdutividade da atividade, há trabalho não-pago, portanto tempo excedente de trabalho abstrato, extraído dos trabalhadores comerciais. Essa afirmação se funda no assalariamento social e na função social do trabalho improdutivo do comércio para o processo global de reprodução do capital, ou seja, na oposição de classe. Para

explicitá-lo, é importante distinguir entre as funções do trabalho improdutivo do comércio para o capitalista isolado que o emprega, por um lado, e para o capital social, por outro. As funções de circulação do capital, especificamente a realização de mercadorias, só podem constituir-se em empresas capitalistas autônomas devido ao emprego de trabalhadores assalariados que permitem a concentração dessas atividades, como exposto acima: “De outro modo, a empresa comercial nunca poderia ser explorada em grande escala, nem de maneira capitalista” (*C*, *III*, pp. 392). O trabalho concreto desses assalariados, funcionando em conjunto para uma determinada empresa capitalista, realiza a função que faz do dinheiro do comerciante, capital. Com isso, gera o lucro relativo ao capital de circulação propriamente dito, investido em compra e venda de mercadorias. Mas não apenas sobre o preço que paga pela mercadoria do capital industrial, como também sobre o capital investido em custos, incide lucro. Já expusemos que, se isso não ocorresse, implicaria contradição à lei do nivelamento das taxas de lucro. Contudo, é preciso ainda investigar como é possível ao capital social de circulação lucrar com seus custos improdutivos, especificamente com o capital variável despendido em salário do trabalhador improdutivo. Em outras palavras, o que torna possível e vantajoso ao capital social direcionar, do conjunto da mais-valia contida na mercadoria social, além da parcela que se constitui em lucro médio do capital de circulação propriamente dito, o montante que se constitui em capital constante e variável e, além desse, o lucro médio a ele relativo, para o capital comercial? Essa questão se esclarece com a análise da função social do trabalhador improdutivo, ou seu papel para o capital social:

O trabalhador comercial não produz mais-valia diretamente. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor da força de trabalho, pelo que custa produzi-la, portanto, enquanto o exercício dessa força, expresso em esforço, dispêndio de energia e em desgaste, conforme acontece com os demais assalariados, não está limitado pelo valor dela. Por conseguinte, não há relação necessária entre o salário e o montante de lucro que esse trabalhador ajuda o capitalista a realizar. São magnitudes diversas o que custa e o que proporciona ao capitalista. É produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando em parte trabalho não-pago (*C*, *III*, pp. 399-400).

A autonomia do capital comercial, ou a alocação de parte significativa do tempo de trabalho social para funções improdutivas de circulação, é, por um lado, produto do desenvolvimento produtivo e, por outro, gera uma economia nos custos de realização do capital produtivo social, além de ampliar o mercado. É evidente que as atividades do

comércio fazem parte do processo de reprodução do capital e existem sempre ao lado da forma capitalista do trabalho produtivo. Mas a ampliação da necessidade de trabalho nessa função improdutiva ao ponto de requerer trabalho assalariado sob o comando de capitais autônomos, ou tempo de trabalho social em proporções socialmente significativas, é resultado do desenvolvimento da produção capitalista que amplia a massa social de mais-valia e de lucro; ao contrário do trabalho produtivo, que é causa da produção de mais-valia:

Trabalho que consiste apenas nas operações intermediárias de calcular os valores, de realizá-los, de reconverter o dinheiro realizado em meios de produção, e cuja dimensão depende dos valores produzidos e a realizar, é trabalho que por seu conteúdo não é causa, como o trabalho diretamente produtivo, mas consequência dos montantes e das massas correspondentes a esses valores (*C, III*, p. 399).

Uma vez que se trata de trabalho improdutivo de valor, que não repõe portanto sequer o próprio salário, empregar capital nessa espécie de atividade requer a ampliação da mais-valia e do lucro social: “O lucro é condição primordial desses desembolsos conforme evidencia, entre outras, a circunstância de, ao crescer o salário comercial, ser parte dele paga mediante participação percentual no lucro” (*C, III*, p. 399).

Assim, o desenvolvimento da produção capitalista, ao impor a autonomização da esfera da circulação do capital na forma de capital mercantil, estabelecida em resposta à necessidade de realizar massas crescentes de mais-valia, também possibilita e exige a realocação de tempo de trabalho social para as atividades próprias a essa esfera. Possibilita, na medida em que o desenvolvimento produtivo libera tempo de trabalho social e amplia a produção; e exige, para dar conta da realização do capital em expansão. A autonomia do capital mercantil, ademais, contribui para impulsionar, como exposto acima, nova expansão capitalista. Além disso, uma vez que a necessidade da divisão de trabalho que confere autonomia ao capital mercantil origina-se do desenvolvimento produtivo pregresso, essa necessidade tem como condição o aumento do montante do capital social, e de cada capital singular: quando o capital se estabelece como modo de produção social predominante, o investimento de dinheiro como capital só é possível se existir como propriedade privada em quantidade suficiente para empregar trabalho assalariado; pois capital que, por sua magnitude restrita, pode funcionar com o trabalho de um ou poucos indivíduos proprietários, ainda que em atividade comercial, não sobrevive às relações de concorrência. Assim, o capital

considerado isoladamente, no interior do modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, requer exploração de trabalho assalariado.

O trabalho assalariado do comércio, como condição da autonomia do capital mercantil, é, pois, produtivo para o capital social na medida em que responde à expansão da produção de mais-valia e à conseqüente concentração de capitais: amplia os mercados e possibilita economia nos custos de circulação, ou seja, redução do capital social improdutivo, não de modo absoluto, mas relativamente ao capital produtivo. O emprego de trabalhadores assalariados improdutivos na circulação é aspecto necessário das transformações da relação entre os capitais geradas por um novo patamar de desenvolvimento do capital. Assim, o capital impõe as configurações funcionais da classe trabalhadora próprias a cada um de seus momentos.

O trabalho do comércio apenas pode ser produtivo de fato para o capital mercantil que o emprega, isto é, gerar não apenas o lucro relativo ao capital principal investido em mercadorias, mas relativo a seu próprio salário, porque é indiretamente produtivo para o capital social. Em outras palavras, essa configuração funcional do trabalho social, em que parcelas determinadas são alocadas para a produção e para a circulação, é necessária para o processo global de reprodução do capital no estágio de desenvolvimento em que ela ocorre. Por isso, não é apenas mais produtivo para o capital social repartir o trabalho em funções produtivas e improdutivas de valor do que destiná-lo todo para funções de produção imediata de mercadorias: é também condição para sua reprodução a partir do momento em que a expansão produtiva o impõe. Em outros termos, o modo de produção capitalista não seria possível se o conjunto do trabalho social fosse empregado na produção de mercadorias. Assim, o emprego de trabalhadores assalariados pelo capital comercial não o contradiz, ao contrário, constitui exigência para seu estabelecimento enquanto empresa capitalista autônoma.

Para compreender no que consiste o trabalho não-pago do trabalho improdutivo do comércio, é preciso ainda esclarecer uma aparente contradição entre classe e função social desses trabalhadores, que supostamente os colocaria em posição social ambígua. Os trabalhadores do comércio desempenham a função que faz do dinheiro do comerciante, capital, ao efetivarem a compra e a venda mercadorias, e assim, executam função própria do capital de realizar-se ao percorrer as metamorfoses formais. Mas, na divisão social capitalista do trabalho, em que o trabalho assalariado gera o produto social, apropriado e portanto distribuído pelo capital, as classes distinguem-se por suas funções de produção, por um lado, e distribuição, por outro, do capital social: ao

trabalho assalariado, cabe produzir valor, ao capital, distribuí-lo por meio das relações de concorrência. O trabalho na circulação parece desempenhar, portanto, função que cabe ao capital ao efetivar as metamorfoses formais do valor, realiza o lucro do capital social. Essa hipótese contribui para corroborar a concepção de que os trabalhadores improdutivos subordinam a parcela produtiva da classe trabalhadora, uma vez que esta produz, além do lucro do capital social, o salário do trabalho improdutivo.

Se o salário dos trabalhadores improdutivos compõe-se do valor gerado pelo trabalho produtivo, isso é possível apenas porque a expansão capitalista gera a ampliação também da esfera da circulação, o que torna, além de possível, necessário para o capital social alocar parte maior do valor social para os custos dessas novas atividades mercantis. Assim, não é correto afirmar que os trabalhadores produtivos sustentam os improdutivos: isso é verdadeiro apenas se não for considerada a mediação do capital, pois o que flui para o trabalhador improdutivo em forma de salário é parte do lucro, da mais-valia portanto, apropriada pelo capital. Afirmer que a parcela produtiva da classe trabalhadora subordina-se ou trabalha para a outra, improdutiva, na medida em que cria o valor contido em seu salário, implica abstrair da forma social especificamente capitalista da produção, e assumir o trabalho na produção capitalista e o trabalho do comércio como meros processos de trabalho e intercâmbio sociais. De fato, examinados abstratamente, a produção sempre sustenta o intercâmbio de produtos, embora, por outro lado, não possa se dar sem ele. Entretanto, nesse modo determinado da produção, em primeiro lugar, os trabalhos produtivo e improdutivo são assalariados, e, por conseguinte, apenas reprodutivos para o trabalhador. Por isso, em segundo lugar, o produto social é essencialmente capital, e o intercâmbio efetivado pelo trabalhador do comércio consiste na transformação da mais-valia em lucro, ou capital. O trabalhador improdutivo compõe, por conseguinte, a produção na forma social capitalista. O salário de todos os trabalhadores é produzido como capital: o do trabalhador produtivo é capital variável em sentido estrito, isto é, parcela do novo valor gerado no processo produtivo que se opõe à mais-valia; o do trabalhador improdutivo é também capital variável no sentido de que esse capital empregado em salário gera lucro para o proprietário do empreendimento capitalista isolado, mas, em sentido estrito, é parte da mais-valia. Todo o produto social é gerado na forma de capital, e por isso, com uma mediação ou outra, o salário é sempre parte do valor social com que o capital paga a força de trabalho necessária à sua reprodução.

O trabalho assalariado no interior do modo de produção capitalista tem, em seu conjunto, a função de reproduzir o capital social, por meio da produção e realização da mais-valia. Como exposto no capítulo anterior, o produto do trabalho não é valor em sua existência imediata, assim como a mercadoria não é imediatamente capital. O trabalho produtivo em sua acepção geral é aquele que cria produtos, valores de uso. Estes, ao serem produzidos para a troca, assumem a forma de mercadorias; por intermédio dessa forma, dão origem à mais-valia que, quando realizada, se transforma em capital. Assim, para que o produto social do trabalho se transforme em capital, é necessário um conjunto determinado de relações de produção que define a forma social da circulação. Essa forma se caracteriza pela concorrência de mercado, no interior da qual a mais-valia social é realizada: a circulação do produto social, no capitalismo, coincide com a realização da mais-valia. Produção e circulação (comércio) são momentos igualmente necessários para dar origem à mais-valia, que só existe efetivamente quando realizada, e, por conseguinte, para a produção e reprodução de *capital*. O conjunto do trabalho assalariado social, alocado pelo capital nas funções produtivas e improdutivas é, pois, necessário para reproduzir o capital social. Desse modo, embora empregados pelo capital mercantil em funções relativas à circulação, os trabalhadores do comércio participam na distribuição de capital apenas como trabalho: são remunerados por sua força de trabalho, e operam em função da distribuição do produto social apenas enquanto efetivam a realização da mais-valia para o capital, que então incorpora o lucro.

A distribuição do capital é função que se restringe à propriedade de capital. O trabalho improdutivo da circulação realiza função própria ao trabalho: contribuir para uma fase do processo de reprodução do capital. Sua atividade, bem como a dos trabalhadores produtivos, subordina-se ao capital e com isso contribui para a manutenção da condição assalariada do trabalho social. O capital, ao determinar as funções que o trabalho deve realizar e impor o assalariamento, realiza a distribuição tanto do tempo de trabalho social quanto do produto social. É o poder de determinar a distribuição, a partir da apropriação do produto social e da força de trabalho, que o define como classe oposta ao trabalho. Não há, pois, ambigüidade entre classe e função social dos trabalhadores improdutivos.

Com diferentes mediações determinadas pela forma produtiva ou improdutiva do capital que diretamente o emprega, o trabalho social valoriza o capital social. A definição marxiana de exploração fundada na expropriação de mais-valia esclarece a

razão pela qual o capital social, produtivo ou improdutivo, explora o trabalho produtivo, na medida em que, em conjunto, se apropria da mais-valia social: o lucro é sempre parcela mais-valia social e portanto todo capital, que como tal se valoriza, explora direta ou indiretamente o trabalho produtivo. A valorização do capital improdutivo depende da mediação do capital industrial que, ao lançar no mercado a mercadoria social, transfere, por meio das relações de concorrência, parcela da mais-valia para os capitais mercantis. Do mesmo modo, o trabalho improdutivo da circulação, empregado pelo capital comercial, serve ao conjunto do capital social, que, em resposta a seu próprio desenvolvimento, divide-se, autonomizando as funções produtiva e de circulação. O capital produtivo, ao direcionar parte do valor excedente ao capital mercantil, garante a realização da mais-valia social e a incorporação particular da taxa média de lucro. Por isso, sua valorização também depende da mediação do capital mercantil. As funções produtiva e improdutiva do trabalho assalariado subordinam-se à divisão do trabalho no interior da classe capitalista, que o desdobra em capital produtivo e improdutivo. O trabalho produtivo fornece a substância de valorização de todos os capitais isolados, e o trabalho improdutivo efetiva a transformação dessa substância – valor, tempo de trabalho contido na mercadoria social – em capital. Assim, o conjunto do trabalho social engendra, como produto coletivo, o capital social. Se contraposto ao capital social, produto coletivo do trabalho assalariado, o trabalho social tomado em seu conjunto, isto é, como classe que se define pela não-propriedade do capital, fornece trabalho não-pago.

O trabalho improdutivo da circulação, assim como o trabalho da contabilidade e da gerência dos empreendimentos capitalistas individuais³⁶, produtivos ou comerciais, concorrem para a produção de capital, embora não participem da geração de valores de

³⁶ O trabalho socialmente improdutivo de gerência capitalista da empresa industrial ou comercial é produtivo para o capital individual também em um sentido específico. Quando tem a função de integrar as diversas etapas que compõem a produção ou a atividade comercial e controlar o processo de trabalho, pode aumentar a produtividade do trabalho. Por outro lado, se tem a função de efetivar a relação com outros capitais, pode tanto economizar em capital constante, quanto alcançar maior preço para a mercadoria vendida. “Em suma, dada a mais-valia correspondente a determinado capital variável, ainda depende muito da capacidade profissional do próprio capitalista, ou de seus superintendentes e empregados, expressar-se a mesma mais-valia em taxa de lucro menos ou maior, e, portanto, obter ele montante menor ou maior de lucro” (C, III, p. 183). Esse é o caso do capital produtivo, mas, adequando-se as funções, o mesmo se aplica ao capital comercial: dependendo da capacidade profissional do comerciante e seus gerentes, pode economizar em capital constante e variável, otimizar o trabalho integrando da melhor maneira as várias etapas da atividade comercial e, com isso, fazer com que mesmo valor adquirido com a venda de mercadorias expresse-se em maior taxa de lucro. Desse modo, a qualificação profissional subjetiva do trabalhador improdutivo nas funções de gerência do capital individual apresenta produtividade específica, e variável, para o capital que o emprega ao efetivar as relações com o conjunto do trabalho subordinado a esse capital, por um lado, e com os outros capitais, por outro.

uso, e por conseguinte de valor. Contribuem para gerar o produto social nessa forma específica de capital, libertando a mais-valia das formas úteis de mercadorias e com isso efetivando sua transformação em lucro, forma própria à valorização dos capitais. A produção de capital, que se completa com a incorporação do lucro, fundamenta-se na produção de mais-valia, mas não se restringe a ela. Requer outro conjunto de atividades determinadas, sintetizadas nas relações de concorrência que realizam a mais-valia. Por isso, a magnitude da mais-valia social é sempre inferior ao lucro do capital social: moldar produto social em capital impõe custos ao próprio capital. A produção de capital é completada, desse modo, pelo trabalho improdutivo, tanto do comércio, como da gerência e contabilidade das empresas individuais. E é na forma de capital que o produto social se divide pelos múltiplos proprietários autônomos, em proporção a cada desembolso primitivo, por meio das relações de concorrência. Ao originar a taxa geral de lucro, essas relações impõem não apenas a repartição do lucro social, mas também a divisão dos custos sociais gerais da produção de capital, que envolve tanto as atividades produtivas quanto as improdutivas, ou ainda, o conjunto do trabalho assalariado que participa do ciclo de reprodução do capital social. Porque reduzem a taxa média de lucro, os custos improdutivos são repartidos, assim como a mais-valia social, pelo capital social. O salário social, dividido pelos capitais que tomam parte na determinação da taxa geral de lucro como custo de reprodução do capital social, opõe-se ao lucro social. Esse, como produto coletivo dos trabalhadores assalariados, constitui a parcela não-paga do trabalho social, pois, do mesmo modo que o capital social subordina o trabalho social, servindo-se, em conjunto, do resultado específico de cada uma de suas funções, seja este resultado a mais-valia ou sua transformação em lucro, o trabalho social em seu conjunto produz o capital funcionando como custo, isto é, em troca do salário social. Assim, embora o trabalhador da circulação não produza mais-valia em sua atividade individual, e isso o caracteriza como improdutivo, se tomado por sua função como parte componente do trabalho assalariado social cujo produto coletivo é capital, é explorado. O capital social explora o trabalho social assalariado.

Uma vez determinada a função social e a posição de classe dos trabalhadores improdutivos do comércio, da contabilidade e da gerência dos empreendimentos particulares, bem como as mediações pelas quais o capital social reparte os custos improdutivos de sua reprodução, nos quais o salário desses trabalhadores se incluem, é preciso ainda examinar o trabalho improdutivo empregado pelo capital financeiro, bem

como a relação do capital a juro com o trabalho assalariado, produtivo e improdutivo, empregado pelo capital ativo no interior de seu ciclo de reprodução.

Todo o trabalho empregado diretamente pelo capital financeiro é improdutivo, pois sua atividade própria restringe-se a movimentar o dinheiro. Esse trabalho improdutivo divide-se em dois tipos, conforme operem para uma ou outra das funções desse capital. Essas duas funções são orgânicas, e por isso inseparáveis no estágio plenamente desenvolvido do modo de produção capitalista em que o capital financeiro concentra-se nos bancos³⁷, mas podem ser distinguidas. A primeira é a função técnica de movimentar o dinheiro alheio. Esse dinheiro existe como renda, seja do trabalho, seja do capital, e a atividade bancária consiste em realizar os pagamentos por meio dos quais essa renda é gasta. É, desse modo, um serviço – operar os movimentos da renda privada – pelo qual se cobra um preço, expresso pelas taxas bancárias³⁸. Essa função se efetiva por meio de uma divisão do trabalho, de modo que diferentes atividades concretas compõem sua realização: inclui desde as atividades mais mecânicas até os serviços

³⁷ A partir do século XX, o movimento de dinamização paulatina do capital financeiro fez com que os bancos reduzissem o papel centralizador dessa forma do capital.

³⁸ Esse serviço é vendido, e por isso tem um preço, embora não gere valor. A atividade de transferir a propriedade do dinheiro não é capaz de gerar valor porque não se incorpora em valor de uso social, embora seja uma necessidade no interior do modo de produção em que a apropriação do produto social é mediada pela forma de dinheiro. É uma necessidade que advém exclusivamente da forma social capitalista da produção e do consumo, ou antes, é imposta pela forma capitalista da distribuição. Por isso, seu produto não consiste em valor de uso social. Há outros serviços que, do mesmo modo, são vendidos e consumidos individualmente, e assim têm um preço, mas não geram valor. É o caso dos serviços pessoais realizados por trabalhadores domésticos, cuidadores de crianças, acompanhantes etc. Essas atividades advêm da forma social capitalista da produção que gera um contingente de indivíduos excluídos do trabalho assalariado – que Marx denomina exército industrial de reserva – e assim a necessidade de vender serviços pessoais: “(...) a força produtiva extraordinariamente elevada nos ramos da indústria mecanizada, sincronizada com a exploração mais extensa e mais intensa da força de trabalho em todos os demais ramos da produção, permite empregar, improdutivamente, uma parte cada vez maior da classe trabalhadora e, assim, reproduzir, em quantidade cada vez maior, os antigos escravos domésticos, transformados em classe dos serviços, compreendendo criados, criadas, lacaios etc. Segundo o censo de 1861, (...) Se juntarmos os empregados de todas as fábricas têxteis com os da mineração de carvão e de metal, teremos 1.208.442; se juntarmos o pessoal de todas as fábricas têxteis com o das usinas e manufaturas metalúrgicas, obteremos o total de 1.039.605. Cada uma das somas é menor do que o número dos modernos escravos domésticos [1.208.648]” (*C*, I, pp. 508-9). Esse trabalho é improdutivo de valor na medida em que não cria valor de uso social. Além dos serviços consumidos individualmente, há também mercadorias e serviços sem valor consumidos pelo capital. Esses são comprados apenas pelo próprio capital, mas, ao contrário dos meios de produção, não são socialmente necessários, e sim inerentes apenas a essa forma específica de sociabilidade. É o caso das peças publicitárias, dos serviços jurídicos e de segurança. Assumem a forma de mercadoria por conta da autonomização dos capitais sob os quais essas mercadorias ou serviços são gerados, mas seriam de qualquer modo necessárias ao processo de reprodução do capital, e comporiam sempre o custo de produção dos capitais que as consomem. A incapacidade do trabalho de criar valor, em todos esses casos, provém da ausência de utilidade social, ou de existência enquanto valor de uso social para além da utilidade restrita à forma de sociabilidade do capital, do produto que geram. Quando realizado sob o comando do capital, as empresas capitalistas que empregam esse trabalho improdutivo gerador de mercadorias ou serviços sem valor tomam parte na distribuição da mais-valia social de modo análogo, embora não idêntico, ao capital comercial: ao vendê-los, apropriam-se da taxa média de lucro proporcional ao capital desembolsado para sua produção, incorporando mais-valia contida em outras mercadorias.

jurídicos necessários e a gerência. Por concentrar parte significativa do dinheiro social, o capital financeiro pode efetivar a função que o torna de fato *capital*, isto é, empregar o dinheiro como capital a juro. Daí o caráter orgânico de ambas as funções. Essa segunda função que expressa a forma particular de atividade do capital financeiro requer trabalho improdutivo para a realização dos empréstimos e alocações do capital a juros. Também essas atividades se efetivam sob uma divisão de trabalho que abrange funções de diversos níveis de complexidade, englobando serviços jurídicos, de análise de mercado, operações de bolsas de valores etc. Além disso, há trabalhadores empregados por bancos cuja atividade se vincula a ambas as funções do capital financeiro.

É relevante distinguir as funções do capital financeiro pois elas têm diferentes fontes de remuneração que explicam a origem do salário dos trabalhadores que emprega. A primeira cobra um preço pelo serviço financeiro, analogamente à venda de mercadorias, a segunda é função de capital que se valoriza por meio do juro. Os custos do capital financeiro, expressos tanto pelo capital constante quanto pelo variável, são pagos pelas taxas bancárias, pagamento pelos serviços financeiros cuja origem é essencialmente a renda do trabalho. Se os custos ultrapassam o valor incorporado com a venda de serviços, a diferença é paga com parte do juro, que se deduz da valorização particular do capital a juro. Dado que o juro é parcela do lucro alcançado pelo capital em sua função ativa, o capital a juro não toma parte diretamente nas relações de concorrência que geram a taxa geral de lucro, e portanto, não divide os custos de sua reprodução própria como capital financeiro com o conjunto do capital social, ao contrário do que ocorre com o capital comercial. O meio de que o capital financeiro dispõe para repartir socialmente os custos do trabalho improdutivo que emprega é a venda de serviços bancários. Essa é a forma de repartir o custo primordialmente com o trabalho social, e não com o capital, dado que os serviços são pagos com renda. Se há necessidade, contudo, de dispor de parte da valorização do capital para pagar custos, essa dedução da parcela dos juros é particular a cada empreendimento.

Além da relação que estabelece com o trabalho assalariado improdutivo que emprega diretamente, é importante mencionar brevemente a relação do capital financeiro, em sua função própria de capital a juros, com o conjunto do trabalho assalariado que compõe o ciclo de reprodução do capital. Expusemos acima o caráter externo dessa forma do capital com relação ao ciclo de reprodução do capital social: essa peculiaridade do capital a juro expressa o caráter geral do modo de produção do capital em sua pureza, qual seja, a forma de sociabilidade em que a mera propriedade de

capital implica poder sobre o trabalho social. Esse capital apropria-se de juro, que é parte do lucro. Assim, sua valorização é mediada não apenas pela empresa capitalista individual ativa, produtiva ou comercial, que tomou emprestado, mas pelo conjunto do ciclo de reprodução desse capital ativo que permite a incorporação do lucro. Após percorrer o ciclo produtivo ou comercial, e apropriar-se do lucro nas relações de concorrência, é que o capital ativo cede o juro para o prestamista. No caso de ser empregado produtivamente, deve antes de pagar os juros realizar-se na circulação; se comercial, deve comprar a mercadoria do capital industrial e realizar seu valor, transformando-o em capital, para então pagar os juros. Assim, embora externo ao movimento do capital propriamente dito, o capital a juro implica o conjunto do processo de reprodução. Sua valorização não é apenas mediada pelo capital industrial, como no caso do capital de circulação, nem apenas pelo capital comercial, como no caso do capital produtivo, mas pelo conjunto do ciclo de reprodução do capital, uma vez que consiste em parte do lucro previamente produzido. Portanto, a forma pura, própria ao capital a juro, que expressa a relação do capital consigo mesmo, isto é, com seu caráter de mera propriedade capaz de comandar o trabalho assalariado, implica mediação mais complexa entre valorização e exploração do trabalho.

Do ponto de vista social, o capital a juro incorpora parte do lucro depois desse ter sido gerado. Mas, da perspectiva dos capitais isolados, o capital a juro apropria-se de parte do lucro social independentemente deste ter sido de fato gerado pelo capital individual em sua forma ativa. Parte do lucro *social*, por conseguinte, flui necessariamente para o capital emprestado a juro ainda que não tenha rendido lucro algum no movimento real de reprodução. Assim, o capital a juro explora indiretamente, isto é, com a mediação do capital social ativo, o conjunto dos trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos cuja atividade compõe a produção, não apenas da mais-valia, mas do lucro, ou seja, desta forma em que a mais-valia se transmuta por meio da atividade dos trabalhadores improdutivos submetidos ao capital comercial. O capital a juro explora, pois, de forma mediada pelo capital social ativo, o conjunto do trabalho assalariado social cuja atividade compõe o ciclo de reprodução do capital social, na medida em que incorpora, como substância de sua valorização, parte do lucro social, resultado conjunto dos trabalhadores produtivos e improdutivos.

Com a presente exposição das relações entre os capitais produtivos e mercantis e das necessidades capitalistas que levam à alocação do trabalho assalariado nas esferas da produção e da circulação, intentamos explicitar as determinações centrais da classe

trabalhadora nas diferentes funções em que o trabalho serve à expansão do capital social. Além disso, objetivamos destacar que o modo de produção capitalista está em constante transformação: uma vez que se trata de um modo de organização social em que expandir a produção é meio para ampliar o comando de classe sobre o trabalho social, essa configuração da sociabilidade impele ao contínuo aprimoramento das forças produtivas e este, à progressiva complexificação da forma capital e do conjunto de mediações que se interpõem entre a produção social da riqueza e a incorporação singular do lucro. Como aspectos desse processo de complexificação, observamos a ampliação do tempo de trabalho social destinado a funções improdutivas, que deriva do desenvolvimento da produtividade do trabalho e da conseqüente expansão dos capitais mercantis. As transformações históricas nas funções do trabalho assalariado subsumido ao capital – tanto na esfera produtiva, em que o incremento tecnológico e a criação de novas mercadorias exigem a contínua adequação das funções parciais do trabalho produtivo, como na divisão do tempo de trabalho social entre os capitais produtivo, comercial e financeiro – devem se distinguir da relação social básica que cria o trabalho como trabalho assalariado e engendra a exploração capitalista. Assim, uma vez que abordamos as determinações do trabalho assalariado do capital como produtivo e improdutivo, passaremos, no capítulo seguinte, a analisar as determinações concretas do trabalho assalariado levando em consideração as transformações históricas no modo de produção capitalista. Essas determinações referem-se, a princípio, ao trabalho produtivo, mas estendem-se ao trabalho improdutivo conforme este se desenvolve e se torna uma categoria relevante do trabalho social assalariado.

CAPÍTULO III – TRABALHO IMATERIAL E COMPLEXIFICAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

1. A definição acessória de trabalho produtivo: trabalho material e imaterial

No primeiro volume de *Teorias da mais-valia*, Marx menciona uma segunda definição de trabalho produtivo, enunciada como “Definição acessória de trabalho produtivo: trabalho que se realiza em riqueza material” (*TMV, I*, p. 403). Afirmamos no primeiro capítulo que as características particulares dos valores de uso produzidos são irrelevantes à determinação do trabalho produtivo, pois este predicado refere-se apenas ao caráter abstrato do trabalho. Assim, sustentamos, com Marx, a irrelevância da distinção entre os serviços – trabalhos cujo produto é a própria atividade – e trabalhos que geram produto distinto de sua atividade, fixando-se em uma mercadoria vendável, bem como da diferença entre trabalho material e trabalho imaterial. Com efeito, com referência à definição de trabalho produtivo como aquele que produz mais-valia, essa distinção é inessencial, pois, que o capitalista “invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação” (*C, I*, p. 578); qualquer um dos dois investimentos é capaz de gerar mais-valia.

Decerto, esta é a definição geral. À primeira vista, a definição acessória parece contradizer a geral ao estabelecer como critério de determinação do trabalho produtivo um atributo concreto do produto. Para compreendê-la é mister levar em consideração o desenvolvimento histórico do trabalho produtivo que se expressa particularmente na distinção entre subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital.

Marx não pretende fazer da definição acessória um desenvolvimento ou caso específico da definição geral, mas propõe, por meio dela, um exame histórico do trabalho produtivo que explicita uma tendência do desenvolvimento concreto do modo de produção do capital. A definição acessória afirma que é produtivo o trabalho que se realiza em riqueza material. Isso não significa que o trabalho que resulta em produto imaterial é improdutivo, mas que *toda* a produção material tende a ser realizada por trabalho produtivo. Pela definição geral, que trata de uma relação, existe a possibilidade de produtos materiais do trabalho humano não serem criados por trabalho produtivo, pois não é esta determinação concreta do produto que define o trabalho que o gerou

como produtivo ou improdutivo. O que Marx ressalta com a definição acessória é a tendência própria às relações capitalistas de produção de abrangerem a totalidade da produção social:

Ao observar as relações essenciais da produção capitalista podemos portanto supor que o mundo inteiro das mercadorias, todos os ramos da produção material – da produção da riqueza material – estão sujeitos (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista (pois essa tendência se realiza cada vez mais, e é, por princípio, o objetivo, e só com aquela sujeição se desenvolvem ao máximo as forças produtivas do trabalho). De acordo com esse pressuposto, que denota o limite e assim tende a ser cada vez mais a expressão exata da realidade, todos os trabalhadores ocupados na produção de mercadorias são assalariados, e todos os meios de produção os enfrentam, em todas as esferas, na qualidade de capital. Pode-se então caracterizar os *trabalhadores produtivos*, isto é, os trabalhadores que produzem capital, pela circunstância de seu trabalho se realizar em *mercadorias*, em produtos do trabalho, em riqueza material. E assim ter-se-ia dado ao trabalho produtivo uma segunda definição, acessória, diversa da característica determinante, que nada tem a ver com o *conteúdo do trabalho* e dele não depende (TMV, I, p. 403).

O texto acima é a passagem integral em que Marx desenvolve sua definição acessória. Nosso autor aborda apenas a produção material, que não aparece contraposta a uma suposta produção imaterial ou aos serviços. Não afirma que há trabalhos realizados sob as condições capitalistas de produção que são improdutivos por não se configurarem em riqueza material; ao contrário, o sentido de sua argumentação é precisamente a abrangência crescente do trabalho produtivo de valor (ou das relações de produção capitalistas, que o definem): “o mundo **inteiro** das mercadorias” ou “**todos os trabalhadores** ocupados na produção de mercadorias são assalariados, e **todos os meios de produção** os enfrentam, em **todas as esferas**, na qualidade de capital” (grifo nosso). Uma vez que a expansão é própria à natureza do capital, tendente portanto a subordinar a si toda a produção social, o que Marx sustenta é que - no limite - *toda* essa produção pode ser vista como resultado de trabalho produtivo, ou que isto “tende a ser a expressão cada vez mais exata da realidade”. De fato, o texto imediatamente anterior a essa definição acessória diz respeito ao movimento de generalização das relações capitalistas de produção para toda a esfera da produção material:

(...) e o artesão e o camponês, que produz com seus próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção (de início, isso pode ocorrer, embora permaneça proprietário *nominal*, como no sistema de hipotecas) e se converterá em trabalhador assalariado. Esta é a tendência na forma de sociedade onde predomina o modo de produção capitalista (TMV, I, p. 403).

Marx destaca que não existe em quantidade socialmente significativa, ou tende a desaparecer, a produção de mercadorias levada a cabo por pequenos proprietários de meios de produção que são também produtores diretos, e daí, trabalho que se realiza em riqueza material ser exclusivamente resultado de “*trabalhadores produtivos*, isto é, os trabalhadores que produzem capital”, uma vez que, com a generalização das relações capitalistas de produção, o conjunto do trabalho produtivo de valor de uso paulatinamente se transforma em trabalho assalariado do capital e, assim, criador de mais-valia. Ao explicitar esta tendência histórica do capital de transformar todos os produtores em trabalhadores produtivos de valor, Marx reafirma a definição geral. Então, assumindo-se o pressuposto de que toda a produção material se realiza sob as relações sociais capitalistas, trabalho produtivo pode-se definir por trabalho que se realiza em riqueza material.³⁹

Marx tem razões, contudo, para não incluir, em uma abordagem do trabalho produtivo fundada na tendência de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, o trabalho imaterial: dado o movimento de expansão crescente do capital, Marx poderia ter proposto uma definição acessória de trabalho produtivo como aquele que se realiza em mercadoria, e assim abarcar nessa definição prática o serviço e o trabalho cujo produto é imaterial. Não o fez. Sem caracterizar o trabalho imaterial como improdutivo, tendo antes afirmado em várias passagens que se configura em trabalho produtivo de valor quando realizado sob as relações capitalistas de produção, Marx confere à produção material um lugar preponderante no que diz respeito à determinação desta categoria. Há, pois, na concepção marxiana uma diferença entre o trabalho que se realiza em riqueza material e aquele que se realiza em mercadoria não-material. Antes de explicitar no que consiste esta diferença, é importante esclarecer o que Marx denomina trabalho imaterial.

As categorias de trabalho material e imaterial não dizem respeito à atividade do trabalhador individual, e não se referem diretamente, por conseguinte, à distinção entre trabalho manual ou mecânico e trabalho espiritual ou intelectual. Trabalho material e

³⁹ I. I. Rubin confirma esta análise: “sobre a base destes dois supostos, isto é: 1) que a produção material como um todo esteja organizada sobre princípios capitalistas, e 2) que a produção não-material esteja excluída de nossa análise, pode-se definir o trabalho produtivo como trabalho que produz riqueza material” (*A teoria marxista do valor*, p. 285).

imaterial são, em Marx, categorias que se referem ao produto do trabalho; assim, trabalho material é aquele que se objetiva em produtos materiais, e trabalho imaterial é aquele que se objetiva em produto não-material, como os trabalhos puramente intelectuais, sejam artísticos, científicos, filosóficos, ou ainda, como a educação, a comunicação, a propaganda e diversas espécies de serviços que não ocorrem sobre objeto material. Esses produtos imateriais são indubitavelmente objetivos, e sua exteriorização se dá por meio da linguagem em suas várias formas. Não se pode esquecer que, ainda que o produto do trabalho imaterial seja cristalizado na matéria - em discos, livros, filmes, computadores - sua objetividade própria continua sendo a linguagem; o suporte material é produto de trabalho distinto, de modo que não se pode confundir o trabalho material que gera o CD, ou o livro, com o trabalho imaterial que cria o *software* ou o texto.

Dado que trabalho material e imaterial distinguem-se pela especificidade de seu produto, é necessário retomar o caráter coletivo da produção. No modo de produção capitalista, o produto é gerado por um trabalhador coletivo, isto é, um conjunto de trabalhadores individuais com funções distintas que cooperam em uma organização do trabalho que os antecede, e lhes é imposta externamente, de modo que cada trabalhador cumpre uma parcela da produção previamente concebida. O produto resulta deste trabalhador coletivo organizado pelo capital, que demanda produtores individuais com funções diversas - intelectuais, técnicas, mecânicas, acessórias etc. Os produtos individuais de cada trabalhador também diferem, mas têm em comum o fato de serem parciais. O produto social destes trabalhadores individuais é, portanto, comum, e resulta de sua produção coletiva. Assim, os indivíduos que contribuem para a produção de um objeto material, desempenhando uma atividade cujo resultado individual imediato é imaterial, *realizam trabalho material*, pois sua atividade só existe em função deste produto material. É o caso, por exemplo, do engenheiro de produção: o produto específico de seu trabalho individual - o projeto - é imaterial, mas como fração do trabalhador coletivo que em conjunto gera o produto material final, em função do qual sua atividade ocorre, seu trabalho é material. Todo trabalho individual que compõe a produção capitalista coletiva material é parte de um mesmo processo de trabalho e conta como trabalho material, pois o que o define é o produto do processo total, não a atividade individual. O valor de uso final requer o momento de pré-ideação e planejamento como uma atividade específica do processo global de produção. No primeiro volume de *Teorias da mais-valia*, em um item denominado “O problema do

trabalho produtivo visto do ângulo do processo global da produção material”, Marx explica e exemplifica a relação do trabalho coletivo com o trabalho imaterial:

Com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, onde muitos trabalhadores operam juntos na produção da mesma mercadoria, tem naturalmente de variar muito a relação que seu trabalho mantém diretamente com o objeto da produção. Por exemplo, os serventes de fábrica mencionados antes, nada têm a ver com a transformação da matéria-prima. Estão a maior distância os trabalhadores que supervisionam os que estão diretamente empenhados nessa transformação; o engenheiro tem por sua vez outra relação e em regra trabalha apenas com a mente etc. Mas o *conjunto desses trabalhadores* que possuem força de trabalho de valor diverso, embora a quantidade empregada permaneça mais ou menos a mesma, produz resultado que, visto como *resultado* do mero processo de trabalho, se expressa em *mercadoria* ou num *produto material*; e todos juntos, como órgão operante, são a máquina viva da produção desses *produtos*; do mesmo modo, considerando-se o processo global de produção, trocam o trabalho por capital e reproduzem o dinheiro do capitalista como capital, isto é, como valor que produz mais-valia, como valor que cresce (*TMV, I*, p. 404).

Assumindo-se, então, que toda atividade individual que compõe o processo de trabalho coletivo, produtor de riqueza material, configura-se socialmente como trabalho material, restringe-se o trabalho de fato imaterial àquele que não faz parte do trabalhador coletivo produtor de valores de uso materiais.

Destacamos em mais de um momento, contudo, que o conteúdo concreto do trabalho é irrelevante para a determinação do trabalho como produtivo, e portanto que qualquer atividade pode ser produtiva para o capital se, situada na esfera produtiva, é consumida sob as relações capitalistas de produção. Há, todavia, uma diferença importante para o caráter produtivo do trabalho entre o trabalho material que, coletivo, demanda variadas funções que concorrem para a produção do valor de uso, e o trabalho imaterial, produtor de objeto imaterial. Esta diferença reside mais na forma social em que este último trabalho se realiza do que na particularidade do produto, mas esta forma social é, em grande parte, determinada pela natureza imaterial do produto. O texto que se segue à definição acessória de Marx em *Teorias da mais-valia*, sob o título de “Presença do capitalismo no domínio da produção imaterial”, pode ser ponto de partida para a compreensão desta questão.

Nesse capítulo, Marx afirma que o produto imaterial, segundo sua determinação concreta, pode ser de dois tipos. O primeiro

Resulta em *mercadorias*, valores de uso, que possuem uma forma autônoma, distinta dos produtores e consumidores, quer dizer, podem existir e circular no

intervalo entre produção e consumo como *mercadorias vendáveis*, tais como livros, quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante (TMV, I, p. 403).

Esse primeiro tipo de valor de uso imaterial, caracterizado por sua forma de produto autônomo com relação à atividade produtiva, estabelece duas formas distintas de relação com o capital expostas por Marx como se segue:

A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita, por exemplo, quando um escritor numa obra coletiva - enciclopédia, digamos - explora exaustivamente um bom número de outros. Nessa esfera, em regra, fica-se na *forma de transição* para a produção capitalista, e desse modo os diferentes produtores científicos ou artísticos, artesãos ou profissionais, trabalham para um capital mercantil comum dos livreiros, uma relação que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista e não lhe está ainda subsumida, nem mesmo formalmente. E a coisa em nada se altera com o fato de a exploração do trabalho ser máxima justamente nessas formas de transição (TMV, I, p. 403).

A primeira relação social sob a qual se produzem mercadorias imateriais se efetiva como forma de transição para a produção capitalista, e não se subsume, portanto, ao modo de produção do capital nem mesmo formalmente: “Nessa esfera, em regra, fica-se na *forma de transição* (...)”. Consiste em *transição* porque o trabalho não se subsume, nem mesmo enquanto finalidade, ao capital: o produtor realiza seu trabalho conforme criar valores de uso determinados. Contudo, estes assumem a forma de mercadorias, vendidas para o capital comercial que as adquire como meios para a acumulação de riqueza que é capital potencial. O capital comercial as compra para vendê-las mais caro, e assim, “Transforma, de fato, dinheiro em capital, arrancando ao produtor direto trabalho não pago, trabalho excedente”. Por essa razão, Marx afirma que a exploração é máxima nessas formas de transição. “Mas, não se imiscui no próprio processo de produção, o qual (...) se desenvolve à margem dele”. Deste modo, “O produtor direto mantém-se sempre como vendedor de mercadorias, e ao mesmo tempo como **usuário de seu próprio trabalho**” (Cap. In., p. 54, grifo nosso). Assim, não se subsume ao capital, isto é, não se realiza como função do capital, embora sirva como elemento da concentração de riqueza ou formação do capital. Esta é, pois, uma relação característica da forma de transição, e não pode ser ainda categorizado como produtivo ou improdutivo. Marx exemplifica essa relação de transição em que o trabalhador “se mantém como usuário de seu próprio trabalho”, ou seja, em que a atividade responde

diretamente à sua necessidade, conquanto seu resultado se torne mercadoria e, por meio desta forma, componha o processo de constituição do capital:

Milton, por exemplo, que escreveu o *Paraíso Perdido* por 5 libras esterlinas, era um *trabalhador improdutivo*. Ao revés, o editor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um trabalhador produtivo. Milton produziu o *Paraíso Perdido* pelo mesmo motivo porque o bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade própria de *sua* natureza. Depois vendeu o produto por 5 libras (TMV, I, p. 396).

A outra forma das relações de produção de valor de uso imaterial que constituem mercadorias separadas da atividade da produção mencionada nessa passagem é a subsunção formal do trabalho ao capital, que se dá, por exemplo, “quando um escritor numa obra coletiva - enciclopédia, digamos - explora exaustivamente um bom número de outros”. Nesse caso, embora tanto os meios quanto a organização do trabalho sejam próprios ao trabalhador, a produção tem o propósito de incorporar valor e só existe na medida em que cumpre aquela finalidade. Assim, o capital – do livreiro, por exemplo - determina a produção desta mercadoria e emprega o trabalho coletivo (“um bom número de outros” escritores) para, sobre seu produto, efetivar a produção de mercadorias – neste caso, livros – e gerar mais-valia. Este trabalho imaterial é subsumido formalmente ao capital na medida em que existe sob a finalidade capitalista de gerar valor e é por isso produtivo. Marx fornece um outro exemplo de trabalho imaterial subsumido formalmente ao capital:

Mas o **proletário intelectual** de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplo, compêndios de economia), é um trabalhador produtivo; pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital, e só para acrescer o valor deste vem à luz (TMV, I, p. 396, grifo nosso).

Deste modo, conquanto o trabalho esteja subsumido ao capital, mesmo que esta subordinação seja apenas formal, este trabalho é produtivo, independente da forma material ou imaterial do valor de uso em que resulte. O trabalho, por outro lado, que não se realiza desde o princípio sob a finalidade capitalista, ainda que seu produto se configure em elemento da acumulação de riqueza comercial, não pode ser tomado por produtivo. Isso porque, indiferentemente ao caráter material ou imaterial da mercadoria, o trabalho excedente, neste caso, é apropriado por meio de uma relação que se situa na esfera da circulação, ao passo que a produção, inclusive em sua finalidade, se realiza de

modo tradicional ou pré-capitalista: o produtor “se mantém como usuário de seu trabalho”.

Até aqui, abordamos o primeiro tipo concreto de mercadorias imateriais, a saber, as que possuem forma autônoma “vendável”. A outra espécie de produto imaterial a que se refere Marx no capítulo acima citado são os serviços imateriais, ou aquela em que “A produção é inseparável do ato de produzir, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres etc”. (*TMV, I*, p. 404). Marx distingue esses dois tipos de produção imaterial do ponto de vista concreto, isto é, conforme a peculiaridade do valor de uso. Este segundo tipo de produção imaterial diferencia-se do primeiro porque não se realiza em “mercadorias vendáveis”, mas o produto “é inseparável do ato de produzir”, ou seja, configura-se em serviço. Do ponto de vista das relações sociais de produção, os trabalhos descritos por Marx na passagem supracitada se efetivam na forma da subsunção formal do trabalho ao capital:

Também aí o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida e, **em virtude da natureza dessa atividade**, só pode estender-se a algumas esferas. Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Este permuta seu capital pela força de trabalho deles e enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimentos de diversão etc. O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo (*TMV, I*, p. 404, grifo nosso).

Marx explicita, em primeiro lugar, que devido à “natureza da atividade”, isto é, sua determinação concreta, é possível ao modo capitalista de produção estabelecer-se apenas “em extensão reduzida”, ou seja, de modo limitado; só pode, portanto, subsumir formalmente as atividades cujos produtos são serviços imateriais. Em segundo lugar, Marx ressalta que, não obstante a limitação que o caráter concreto do trabalho impõe ao capital, as atividades que criam serviços como educação e peças teatrais são produtivas para o capital.

Em sua “definição acessória” e no capítulo sobre a “presença do capitalismo no domínio da produção material”, Marx aponta que a produção material tende a ser cada vez mais amplamente realizada na forma da subsunção real do trabalho ao capital, por conseguinte, sob o modo de produção efetivamente capitalista. Marx afirma também, entretanto, que o produto imaterial do trabalho, configurado em mercadoria ou serviço, permaneceria majoritariamente, “por sua própria natureza”, sob as relações sociais de

produção próprias à subsunção formal, ou ainda, à forma de transição. A natureza a que se refere Marx é a determinação intelectual da atividade, que faz com que o produto imaterial que dela resulta se produza primordialmente pelo trabalho individual, ao menos no período em que Marx escreveu. O produto material, por outro lado, é mais facilmente decomposto e, por conseguinte, coletivizado. O trabalho coletivo é determinação necessária à subsunção real ao capital e, por isso, é o trabalho produtivo para o capital por excelência. Marx não deixa de indicar, contudo, a possibilidade de coletivização do trabalho imaterial quando subordinado ao capital: “A produção capitalista só é aí aplicável de maneira muito restrita, por exemplo, quando um escritor numa **obra coletiva** – enciclopédia, digamos – explora exaustivamente **um bom número de outros**” (*TMV, I*, p. 403, grifo nosso). E destaca, na mesma passagem, que a produção imaterial não está “ainda subsumida” ao capital.

O trabalho imaterial não é, pois, improdutivo em princípio. Ao contrário, como explicitam as passagens acima citadas do texto de Marx, se subsumido ao capital, mesmo que formalmente, é produtivo, pois ocorre nas relações sociais que fazem do trabalho criador de valor de uso, produtor de mais-valia. A definição acessória do trabalho produtivo como aquele que se realiza em riqueza material não é, pois, excludente, e não diz respeito a uma suposta oposição entre produção material e imaterial, mas distingue entre subsunção formal e real ao capital. Os trabalhos, materiais ou imateriais, sob as relações capitalistas de produção, são produtivos, mas, se subsumidos formalmente ao capital, não são *plenamente* produtivos pois não se realizam sob o modo de produção plena, material ou efetivamente capitalista. O que Marx destaca é que as produções imateriais dos trabalhadores *individuais*, não são passíveis de subsunção real ao capital e que, ao contrário, a produção material, *coletiva*, tende a ser de modo cada vez mais amplo subsumida realmente ao capital. Daí Marx afirmar, a respeito do produto imaterial, que “A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita”, ou ainda, que “Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas” (*TMV, I*, pp. 103-4).

Para compreender a relação entre o caráter individual ou coletivo do trabalho e sua subsunção formal ou real ao capital, é necessário examinar, ainda que em linhas gerais, o processo histórico que estabelece o capital como forma determinante das relações sociais de produção. É este mesmo processo que transforma o trabalho produtivo de valor de uso, isto é, o trabalho produtivo em sua acepção geral, em

trabalho produtivo de valor ou produtivo para o capital. O exame histórico do desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz ainda mais importante quando observamos que, de fato, o capital deu conta de subsumir realmente parte significativa da produção imaterial. Assim, nem toda produção imaterial é, “por sua própria natureza”, impassível da subordinação real ao capital. Para citar alguns exemplos, as indústrias de diagnósticos médicos, de produção de softwares, do cinema e a ciência natural são produções imateriais subsumidas realmente ao capital. Seus meios técnicos foram e são constantemente revolucionados lançando mão das forças produtivas sociais, assim como a organização do trabalho é coletiva e continuamente aprimorada. Esses ramos da produção imaterial são, portanto, tão plenamente produtivos para o capital quanto a produção material. Por outro lado, uma gama de processos produtivos de valores de uso imateriais se comporta do modo como Marx os descreveu: as características concretas do produto o fazem pouco suscetível - até hoje - à subsunção real, especificamente aqueles levados a cabo pelo trabalhador individual. Podemos citar, por exemplo, serviços, como a educação, e produtos artísticos, como o teatro. Estas atividades, de fato, não têm o mesmo caráter produtivo do processo de trabalho coletivo cuja organização e meios materiais assumem a forma da produção especificamente capitalista e cujas transformações técnicas e organizacionais são empreendimentos do capital. Por essa razão permanecem, como Marx observou, no limite da subsunção formal ao capital.

Além disso, é preciso distinguir entre o caráter material ou imaterial da atividade individual e do produto coletivo. Os trabalhos material e imaterial do ponto de vista do produto são, no modo de produção plenamente capitalista, caracteristicamente coletivos e envolvem atividades individuais de diferentes qualidades concretas, efetivadas pelos trabalhadores parciais que os compõem. A produção material dispõe de atividades individuais imediatamente imateriais cujas funções são, por exemplo, a criação de tecnologia específica, a pesquisa científica que se dá no âmbito privado, a organização das diversas operações que constituem o processo de trabalho e, no caso da produção automática, a vigilância do processo de funcionamento das máquinas. Nos ramos em que a produção se automatiza, a própria operação das máquinas, que para o operário fabril da indústria que Marx examina exigia atividade mecânica, material, passa a ser realizada por intermédio da informatização, e com isso torna-se atividade individual de caráter imaterial. Assim, sob os níveis mais desenvolvidos da força produtiva, a produção material passa mesmo a requerer maior quantidade de trabalhos parciais

imateriais, do que materiais. Seu produto não deixa, entretanto de ser material, e o processo coletivo de trabalho que o criou, trabalho material. Inversamente, a produção imaterial, coletiva que se subsume realmente ao capital exige um conjunto de atividades materiais. Assim, na indústria do cinema, por exemplo, cada filme, produto imaterial final, exige a construção de estúdios e operação de aparelhos de iluminação, áudio e filmagem, atividades parciais de caráter material. Independente do trabalho necessário à criação dos meios de produção do cinema, bem como à reprodução do filme, como cópias e salas de projeção, a produção especificamente imaterial do filme exige um conjunto de atividades materiais individuais que compõem sua produção coletiva. Outro exemplo de produção imaterial que demanda atividades materiais parciais é a indústria de diagnósticos médicos, os laboratórios. O produto consiste em um conjunto de informações, mas o processo coletivo de trabalho necessário à produção dessas informações inclui o manejo de instrumentos e operação de máquinas para a coleta de material biológico, que então será materialmente tratado e analisado por outros trabalhadores parciais. Desse modo, por um lado, tanto a produção material exige atividades parciais imateriais, quanto, por outro lado, a produção imaterial requer atividades individuais de caráter material. A determinação material ou imaterial das múltiplas atividades que participam da produção coletiva de cada mercadoria não guarda, portanto, relação necessária com o caráter material ou imaterial do produto. Por essa razão, Marx não aborda as diferenças entre as atividades parciais dos trabalhadores por sua determinação material ou imaterial; mas examina-as por seu grau de complexidade, ou seja, por meio das categorias de trabalho simples e trabalho complexo. No interior do processo coletivo da reprodução capitalista, que envolve tanto o trabalho produtivo quanto o trabalho improdutivo da circulação e direção, as atividades parciais dos trabalhadores distinguem-se quanto ao nível de qualificação, podendo ser simples ou complexas.

Deste modo, antes de examinar o desenvolvimento histórico do modo de produção do capital, exporemos em traços gerais as categorias de trabalho simples e complexo conforme Marx as apresenta, com o intuito de distinguir essas determinações da atividade individual do processo histórico de complexificação do trabalho *social*. Seguindo esta exposição, apontaremos brevemente algumas determinações do trabalho produtivo em sua acepção geral, especialmente úteis para a compreensão do processo histórico que o transforma em trabalho produtivo de valor. Por fim, tomaremos as determinações centrais do desenvolvimento histórico em que o capital subsume

progressivamente o conjunto da produção humana, alterando as formas concretas do trabalho produtivo de valor.

2. Trabalho simples e trabalho complexo

Por trabalho simples Marx entende o trabalho social médio, ou seja, a atividade que pode ser realizada pela capacidade comum de trabalho, tanto física como espiritualmente. É o conjunto das formas em que a força social média de trabalho pode ser despendida sem que seja necessária qualquer formação subjetiva especial prévia, isto é, atividades em que a força de trabalho se forma na própria prática do trabalho. Essa capacidade média de trabalho muda historicamente ao transformarem-se a formação subjetiva média dos indivíduos sociais (e mesmo, em algumas conjunturas, sua conformação física⁴⁰), além das forças produtivas, que impõem a particularidade concreta das atividades de produção. Com isso, varia também o conjunto das atividades que se caracterizam como médias, ou seja, o trabalho simples. Nas palavras de Marx:

Trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O *trabalho simples médio* muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade (C, I, p. 66).

Assim, o trabalho simples se define como trabalho *social* médio, historicamente determinado. Uma vez que é condicionado pelas formas concretas da produção, apresenta-se empiricamente em cada sociedade. O trabalho simples em geral se caracteriza por ser realizado pela força de trabalho que determinado modo de produção social espontaneamente gera, e que pode ser imediatamente empregada na produção, durante a qual se forma como força de trabalho de função específica.

O trabalho complexo, superior ou qualificado é definido com relação ao trabalho simples, pelo caráter especial de sua atividade concreta, e portanto também da força de trabalho que a efetiva. É, por isso, trabalho socialmente definido. A força de trabalho complexo, diversamente da que realiza trabalho médio, não é formada espontaneamente pelo modo de vida comum em determinada sociedade, mas requer formação específica prévia à realização da atividade ou, em determinadas conjunturas, conformação física distinta da média. No modo de produção capitalista, que faz do processo produtivo um

⁴⁰ Marx menciona a condição física específica do trabalhador produtivo da indústria, condicionada pela prática do trabalho nessa forma: “Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada, como nos países de produção capitalista desenvolvida (...)”(C, I, p. 231).

processo de valorização, os trabalhos simples e complexo distinguem-se pelas diferentes magnitudes de valor que incorporam ao produto. Do mesmo modo, nessa forma social em que a força de trabalho se torna mercadoria, as forças de trabalho simples e de trabalho complexo se diferenciam pelas diversas magnitudes de valor que contêm. Essas duas distinções quanto à magnitude de valor que, de um lado, as atividades simples e complexa incorporam ao produto e, de outro, que as forças de trabalho simples e complexo contêm como mercadorias específicas decorrem de razões diversas, e por isso as abordamos separadamente. Tomemos inicialmente a variação no valor da força de trabalho simples e complexa:

Observamos anteriormente que não importa ao processo de criação de mais-valia que o trabalho de que se apossa o capitalista seja trabalho simples, trabalho social médio, ou trabalho mais complexo, de peso específico maior. Confrontado com o trabalho social médio, o trabalho que se considera superior, mais complexo, é dispêndio de força de trabalho formada com custos mais altos, que requer mais tempo de trabalho para ser produzida, tendo, por isso, valor mais elevado que a força de trabalho simples (*C, I*, p. 230).

A força de trabalho complexo é mercadoria que demanda maior tempo de formação e mais meios de produção do que a força de trabalho simples. Enquanto o valor da força de trabalho simples é determinado pela soma dos valores das mercadorias e serviços que bastam à reprodução física e à educação social média do trabalhador e de sua família, o valor da força de trabalho complexo se define pela soma das mercadorias e serviços necessários não apenas à sua reprodução física e educação média, mas também à sua formação como força de trabalho especial. Assim, a formação e reprodução desta força de trabalho peculiar requerem meios de produção adicionais, bem como maior tempo de trabalho social. Incorpora, portanto, maior valor, e custa mais para se reproduzir como força de trabalho especial. Por essa razão, o valor da força de trabalho complexo é maior que a de trabalho simples.

As categorias de trabalho simples e complexo não são fixas, e comportam diversas gradações. Assim, por exemplo, um separador de retalhos na indústria têxtil realiza trabalho simples em comparação com o de um motorista, que requer formação específica. Este, por sua vez, efetiva atividade menos complexa que a de um professor, cuja formação é mais longa e custosa. Desse modo, a atividade do trabalho individual é considerada simples ou complexa em cada formação social determinada de acordo com sua especificidade concreta e em comparação com o conjunto dos trabalhos sociais. É

essa determinação da atividade que deve ser levada em conta para que seja classificada como trabalho simples ou complexo: o trabalho simples envolve todas as atividades concretas que podem ser realizadas de modo imediato pelos indivíduos sociais, ao passo que o trabalho complexo abrange aquelas que demandam produção mais custosa, ou em outros termos, mais tempo de trabalho social para sua formação. Como mercadorias específicas, as forças de trabalho de diversos níveis de complexidade têm diferentes valores e, por conseguinte, são remuneradas por salário de magnitudes distintas. Na medida em que não são categorias fixas, conjunturas sociais específicas desempenham importante papel na determinação das atividades concretas como simples ou complexas. Marx afirma que

A diferença entre trabalho superior e simples, entre trabalho qualificado e não-qualificado decorre, em parte, de meras ilusões, ou pelo menos de distinções que cessaram de ser reais, mas sobrevivem convencionalmente, por tradição; em parte, se origina também da situação precária de certas camadas da classe trabalhadora, situação que as impede, mais que as outras, de reivindicarem e obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias fortuitas desempenham, no caso, papel tão importante que esses dois gêneros de trabalho chegam a trocar de posição. Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada, como nos países de produção capitalista desenvolvida, os trabalhos brutais que exigem muita força muscular são considerados superiores a muitos trabalhos mais refinados, que são rebaixados ao nível de trabalho simples. Na Inglaterra, um pedreiro ocupa uma posição superior à de um tecedor de damasco; já o trabalho de um aparador de veludo é considerado simples, embora exija grande esforço físico e seja nocivo à saúde (*C, I*, p. 231, nota 18).

Outra consideração importante para a compreensão da flexibilidade das categorias de trabalho simples e complexo diz respeito às variações de salário. A força de trabalho é mercadoria subjetiva cujo valor de uso só existe enquanto atividade. Assim, medem-se as diferenças de valor das forças de trabalho singulares de acordo com a atividade específica que são capazes de realizar. O salário, na medida em que é preço da força de trabalho, não é imediatamente idêntico ao valor, não apenas porque o preço das mercadorias difere de seu valor, mas também porque conjunturas específicas – concorrência entre trabalhadores, relações políticas etc. – definem, para cada ramo, sua magnitude. Se o salário desce a uma soma inferior ao mínimo necessário para que o indivíduo se mantenha como trabalhador de função específica, então é possível que este trabalhador perca a capacidade de efetivar sua função. Sobre o salário do trabalho simples, Marx afirma:

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensável para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, pelos meios de subsistência fisicamente imprescindíveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, baixa também seu valor, e ela só pode vegetar e atrofiar-se (C, I, p. 203).

Assim, o preço da força de trabalho, seu salário, na medida em que é condição para a manutenção da capacidade do trabalhador de realizar suas funções determinadas, interfere na magnitude do valor da força de trabalho. Isso não ocorre com as mercadorias objetivas: independente de seu preço estar acima ou abaixo do valor, este último se determina e se fixa no processo produtivo. No caso da força de trabalho, mercadoria subjetiva ou ativa, a reprodução é parte integrante de sua produção, e portanto do valor; ou ainda, em outros termos, o valor da força de trabalho depende da manutenção de sua capacidade de ser ativa, e, ademais, de realizar a atividade concreta determinada pela qual é paga. Assim, se um trabalhador que realiza atividade simples tem seu salário reduzido a magnitude inferior à mínima para a manutenção de sua condição física, deixa de ser capaz de realizá-la pelo tempo integral da jornada, por exemplo, ou não é mais capaz de efetivar o trabalho na intensidade social média. Com isso, seu valor diminui:

Se um trabalhador utiliza mais tempo na produção de uma mercadoria do que o socialmente exigido, (...) não poderá seu trabalho ser aceito como trabalho médio, nem sua força de trabalho, como força de trabalho média. Esta não se vende ou apenas se vende abaixo do valor médio da força de trabalho (C, I, p. 377).

O mesmo se dá com o trabalhador que realiza atividade complexa: se seu salário é inferior ao valor necessário para que se mantenha como trabalhador de função complexa determinada, perde a capacidade de realizá-la. Se não pode efetivá-la na qualidade média de sua função específica, não se vende como força de trabalho média desta função. Assim, por exemplo, se a remuneração de um médico é insuficiente para que se mantenha como médico, para que, digamos, aproprie-se do conhecimento novo necessário à sua profissão, então deixa de ser capaz de atuar como médico, e pode ser reduzido a trabalhador de função específica menos complexa. Desse modo, sua força de trabalho passa a conter menor valor. O preço da força de trabalho atua, pois, no sentido de transformar seu valor ao alterar as determinações concretas de sua capacidade ativa: com a redução do salário, tanto o trabalhador simples pode “vegetar e atrofiar-se”, quanto a força de trabalho complexo pode ser reduzida à de trabalho mais simples.

Na forma de sociabilidade do capital, os trabalhos simples e complexos distinguem-se, primeiramente, pelo valor de suas respectivas forças de trabalho. Essas variações de valor se devem aos diferentes custos de produção que as forças de trabalho demandam segundo a atividade concreta que devem efetivar no processo coletivo de trabalho. Essa primeira determinação é comum ao trabalho produtivo e improdutivo: para ambas as funções do trabalho que compõem o ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção quanto na da circulação, o trabalho coletivo inclui atividades parciais simples e complexas levadas a cabo por trabalhadores assalariados. Assim, há variação no valor da força de trabalho e, por conseguinte, nos salários do trabalho produtivo e improdutivo. Contudo, além de distinguirem-se pelo valor da força de trabalho, os trabalhos simples e complexos caracterizam-se pelas diferentes magnitudes de valor que incorporam ao produto. Na medida em que apenas o trabalho produtivo, definido como produtor de mercadorias, incorpora valor, essa segunda determinação se restringe à função produtiva do trabalho. Marx a apresenta:

Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. A experiência demonstra que essa redução sucede constantemente. Por mais qualificado que seja o trabalho que gera mercadoria, seu valor a equipara ao produto do trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples (C, I, p. 66).

Marx insere nesse ponto uma nota: “Repare o leitor que não se trata aqui de salário ou do valor que o trabalhador recebe por seu tempo de trabalho, mas do valor da mercadoria no qual se traduz seu tempo de trabalho (...)” (C, I, p. 66, nota 15). Trabalho complexo é atividade que incorpora ao produto valor maior do que o trabalho simples *durante o mesmo intervalo de tempo*. O tempo de trabalho complexo objetivado vale mais que o tempo de trabalho simples.

Entende-se facilmente por que a força de trabalho complexo tem maior valor que a de trabalho simples: a primeira requer custo mais alto de produção, e portanto é mercadoria que incorpora maior valor. Contudo, a compreensão das razões pelas quais o produto do trabalho complexo tem maior valor que o do trabalho simples não é imediata. Seria possível objetar que, se a substância do valor consiste em trabalho abstrato, isto é, trabalho inespecífico medido pelo tempo⁴¹, por que determinada

⁴¹ O valor é “objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida” (C, I, p. 60).

quantidade de tempo de trabalho complexo incorpora mais valor que a mesma quantidade de trabalho simples? Não parecem as categorias de simples e complexo, à primeira vista, caracterizações referentes à atividade concreta, específica do trabalho: este é operário, aquele cientista? Com efeito, a delimitação do trabalho simples com relação ao complexo envolve distinções entre as atividades concretas. Contudo, a determinação que os distingue quanto ao valor que incorporam ao produto não é a particularidade concreta do conjunto de atividades que participam de uma ou outra das categorias. É, ao contrário, uma diferença com relação ao caráter abstrato do trabalho: o trabalho complexo põe em ação, em um dado período de tempo, maior quantidade de tempo de trabalho do que o trabalho simples em mesmo tempo. Embora isto tenha a aparência de uma contradição, o trabalho complexo é atividade individual com grau mais elevado de produtividade: é expressão que designa a elevação da produtividade do trabalho do ponto de vista individual. Trabalho complexo expressa, então, a atividade do indivíduo que põe em ação, ou atualiza, o tempo de trabalho pregresso de muitos indivíduos. Isso é possível porque o trabalhador qualificado, por meio de sua formação específica, incorpora na subjetividade produtos do trabalho passado social, isto é, interioriza os resultados do trabalho pregresso de um conjunto de indivíduos sociais. Assim, enquanto a atividade do trabalho simples, efetivada pelos indivíduos sociais formados espontaneamente pelo modo de vida comum a um determinado modo de produção, põe em ação apenas a força de trabalho individual, média, do sujeito que trabalha, a atividade individual do trabalho complexo põe em ação o tempo de trabalho de muitos indivíduos, na medida em que atualiza o resultado de seu trabalho pregresso. Todo trabalho se dá sobre o resultado anterior do trabalho, mediado pelas transformações objetivas pregressas, mas a atividade complexa é trabalho mediado *subjetivamente* pelos resultados do trabalho social anterior. Entre a pré-ideação e a efetivação da atividade interpõem-se mais conteúdos ou mediações subjetivas, que devem ser construídas por meio de trabalho específico. O trabalho de conformação subjetiva é mediação entre a força de trabalho tal como espontaneamente é gerada na sociedade e a atividade que se caracteriza como complexa. Devido à incorporação subjetiva do produto do trabalho passado objetivado, o trabalho complexo se identifica com o aumento da produtividade do trabalho individual. Denomina-se complexo pois é o trabalho pregresso de muitos sujeitos sociais cujo resultado, estabelecido como mediação subjetiva entre o indivíduo e sua prática, é posto em ação por meio da atividade individual.

Uma vez que põe em atividade o trabalho pregresso de um conjunto de indivíduos sociais ao atualizar seu produto subjetivamente incorporado, a jornada de trabalho complexo é mais produtiva; é, pois, jornada multiplicada. Assim, do ponto de vista do valor que cristaliza no produto, o trabalho complexo é trabalho “*potenciado*, ou antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples”. Por sua maior produtividade alcançada com a incorporação subjetiva dos resultados anteriores de trabalho, ou formação específica do trabalhador individual, o tempo de trabalho complexo é tempo de trabalho de muitos indivíduos sociais, tempo multiplicado de trabalho. Por isso, o valor que insere no produto também é valor multiplicado: a atividade simples cristaliza em dada jornada de trabalho apenas sua força produtiva individual, ao passo que a atividade complexa realizada durante esse mesmo intervalo de tempo de trabalho corporifica um conjunto de jornadas sobrepostas, ou as forças produtivas de um conjunto de indivíduos sociais. O resultado do trabalho pregresso, *na medida em que se mantém ativo por meio do trabalho complexo do indivíduo*, continua a incorporar valor⁴². Assim, trabalho complexo e trabalho simples no processo de valorização do capital são distinções que dizem respeito ao caráter abstrato do trabalho: enquanto dispêndio inespecífico de força de trabalho humano, o trabalho se denomina simples porque objetiva a força de trabalho apenas do indivíduo que trabalha; o trabalho se caracteriza como complexo porque despende, por meio da atividade individual do trabalhador, a força de trabalho de um conjunto de indivíduos. O trabalho complexo não apenas é mais produtivo de valor de uso, como também é mais produtivo de valor⁴³.

O trabalho complexo não altera qualitativamente o processo de valorização do capital, ou a forma como o trabalhador é explorado:

Qualquer que seja a diferença fundamental entre o trabalho do fiandeiro e do ourives, a parte do trabalho desse artífice com a qual apenas cobre o valor da própria força de trabalho não se distingue qualitativamente da parte adicional com que produz mais-valia. A mais-valia origina-se de um excedente quantitativo de

⁴² Os meios de produção objetivos também cristalizam o tempo de trabalho do conjunto dos indivíduos sociais. Por meio deles, a produtividade do trabalho coletivo aumenta. Contudo, o valor criado pela força de trabalho simples que o utiliza não se multiplica, na medida em que apenas tempo de trabalho, ou seja, de atividade do indivíduo cria valor. No caso do trabalho complexo, o valor se multiplica porque o resultado do trabalho anterior se cristaliza na subjetividade, e não na objetividade, e assim, se torna *atividade multiplicada*. Abordaremos adiante a produtividade do trabalho coletivo, ou complexificação do trabalho social, em sua relação com o trabalho simples e complexo, categorias que dizem respeito exclusivamente à atividade individual.

⁴³ Quando a produtividade do trabalho aumenta por meio do incremento das forças produtivas objetivas, o trabalho se torna mais produtivo de valores de uso, mas não se torna mais produtivo de valor.

trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria (*C, I*, p. 230-1).

Assim como o trabalho simples, a jornada de trabalho complexo se divide em tempo necessário e tempo excedente, uma vez que o valor da força de trabalho complexa é também sempre inferior ao valor do produto que gera. Por isso, cria mais-valia para o capital, e parte de seu tempo de trabalho é gratuito. Embora o salário do trabalho complexo seja mais alto que o trabalho simples, o produto do primeiro também contém maior valor que o do segundo, e por essa razão é igualmente explorado:

Outras diferenças, no nível dos salários, por exemplo, decorrem em grande parte da existente entre trabalho simples e complexo, já mencionada no início do Livro Primeiro, p. 66, e, embora tornem bem desigual a sorte dos trabalhadores nos diversos ramos da produção, não alteram aí o grau de exploração do trabalho (*C, III*, p. 191).

Uma vez que se distinguem quantitativamente pela magnitude de valor que incorporam ao produto, isto é, na medida em que se diferenciam pelo caráter abstrato do trabalho, o produto de dado tempo de trabalho complexo tem maior valor que o produto de mesmo tempo de trabalho simples. Assim, é preciso determinar a proporção em que os produtos dessas diferentes categorias de trabalho são trocados. Nas palavras de Marx: “Ademais, em todo processo de produzir valor, o trabalho superior tem de ser reduzido a trabalho social médio, por exemplo, um dia de trabalho superior a x dias de trabalho simples” (*C, I*, p. 231). Essa redução do tempo de trabalho complexo a tempo maior de trabalho simples, isto é, a definição da proporção em que seus produtos devem ser trocados, se efetiva, de acordo com Marx, na prática das trocas:

As diferentes proporções em que as diversas espécies de trabalho se reduzem a trabalho simples, como sua unidade de medida, são fixadas por um processo social que se desenrola sem deles terem consciência os produtores, parecendo-lhes, por isso, estabelecidas pelo costume (*C, I*, p. 66).

O mesmo se dá com o valor das forças de trabalho simples e complexas: como são também mercadorias, as proporções entre seus diferentes salários estabelecem-se no mercado, na prática de compra e venda da força de trabalho.

Trabalho simples e trabalho complexo se distinguem, pois, por um lado, pelas diversas magnitudes de valor que contêm, e por outro, pela diferença no montante de

valor que incorporam ao produto. A primeira determinação tem origem no caráter concreto do trabalho: como mercadorias específicas que demandam custos de produção distintos, as forças de trabalho simples e complexo corporificam magnitudes diversas de tempo de trabalho e portanto têm valores diversos. Por conseguinte, seus preços ou salários também variam. A segunda determinação provém do caráter abstrato de trabalho: o trabalho complexo traz em si a capacidade de potencializar o tempo de trabalho que a atividade individual despende. Entretanto, ambas as determinações se relacionam. O trabalho complexo somente é capaz de potencializar seu tempo de trabalho e logo multiplicar o valor absorvido pelo produto porque o trabalhador que o efetiva incorporou resultados determinados de trabalho pregresso que não são imediatamente apreendidos pelo modo de vida comum dos trabalhadores, ou seja, que são assimilados por meio de formação subjetiva específica. Assim, é a especialidade concreta de sua atividade que confere ao trabalho a capacidade de criar valor multiplicado. Para essa conformação individual específica é imprescindível o dispêndio de tempo e meios de produção adicionais, isto é, tempo maior de trabalho social – valor – é incorporado à subjetividade no percurso dessa formação. Sua reprodução continua a absorver custos adicionais. Assim, a força de trabalho que vale mais necessariamente incorpora maior valor ao produto; ou ainda, os fatores concretos que determinam o aumento do valor da força de trabalho são os mesmos que imprimem ao trabalho a determinação abstrata de potencializar seu tempo de trabalho. Com efeito, Marx aborda ambas as determinações que caracterizam o trabalho complexo em conjunto: “Quando o valor da força de trabalho é mais elevado, emprega-se ela em trabalho superior e materializa-se, no mesmo espaço de tempo, em valores proporcionalmente mais elevados” (*C, I*, p. 230). Em outra passagem, Marx exemplifica: “Se o trabalho de um oficial de ourivesaria é mais caro que o de um jornaleiro, produz o trabalho excedente do primeiro, para a mesma proporção, mais-valia maior que a do segundo” (*C, III*, p. 191).

Em suma, trabalho simples e trabalho complexo são definições relativas à atividade individual dos trabalhadores que as categorizam de acordo com uma determinação concreta: todas aquelas que se realizam pelo indivíduo médio, de modo que a especificidade da atividade é apreendida pela prática, fazem parte da categoria de trabalho simples; todas as atividades, por outro lado, que demandam formação especial da força de trabalho e com isso maior custo de produção e reprodução, compõem a categoria de trabalho complexo. Essa determinação concreta particular que os distingue

engendra a diferença que os trabalhos simples e complexo apresentam em seu caráter abstrato. Por essa última diferença, as respectivas forças de trabalho criam diversas magnitudes de valor. Pela primeira, contêm diferentes montantes de valor. Se a formação subjetiva do trabalhador qualificado não custasse tempo de trabalho social, sua força de trabalho não teria valor maior que a de um trabalhador simples, mas seu produto continuaria valendo mais, pois sua atividade seria ainda objetivação de tempo de trabalho multiplicado, pois potencializado pela força produtiva de muitos indivíduos. É evidente que isto não é factível, pois o tempo de formação subjetiva é precisamente o tempo necessário para a apropriação individual dos resultados do trabalho pregresso que o trabalhador qualificado põe em ação.

3. O trabalho como categoria social em si mesma complexa: conhecimento e sociabilidade

Os trabalhos parciais simples e complexos não se identificam, respectivamente, com as atividades materiais e imateriais. O caráter imaterial da atividade não está intrinsecamente relacionado com sua complexidade, de modo que há atividades materiais mais complexas que outras imateriais. Para usar os exemplos já mencionados, a operação de um software simples, atividade imaterial, é menos complexa que a manipulação científica de material biológico. Como, com relação às atividades individuais, a determinação concreta da materialidade ou imaterialidade do trabalho, por um lado, e a determinação do trabalho como simples ou complexo, por outro, não mantêm relação necessária, Marx aborda as diferentes atividades parciais no interior da produção coletiva com referência apenas a esta segunda determinação, que explica as distintas magnitudes de valor que incorporam ao produto, bem como as diversas quantidades de valor que as respectivas forças de trabalho contêm. Contudo, embora não seja diretamente necessária, é comum a ocorrência na prática do trabalho produtivo de atividades a um tempo imateriais e complexas. Isso porque, para a constituição do trabalho complexo é imprescindível a formação subjetiva do trabalhador, que se dá por meio do conhecimento. Assim, ainda que o trabalhador qualificado realize atividade material, sua formação e a reprodução de sua força de trabalho específica requerem atividade imaterial: o conhecimento, como a forma própria de incorporação subjetiva dos resultados do trabalho social pregresso, é mediação necessária à atividade complexa. A incorporação subjetiva de conhecimento bem como a produção de novos conhecimentos são atividades imateriais, complexas, cujo produto consiste na transformação da subjetividade, e não, como no trabalho objetivo, a transformação da natureza exterior. O conhecimento é então trabalho de tipo particular. Sua peculiaridade consiste no objeto que é alvo de transformação, a saber, a natureza subjetiva dos indivíduos sociais. Se todo trabalho é atividade consciente de intercâmbio com a natureza, atividade de transformação da natureza direcionada a moldá-la com o objetivo de torná-la adequada à satisfação de necessidades humanas, o conhecimento é trabalho que se dirige a alterar a forma da subjetividade, isto é, da própria natureza humana, ou ainda, de um âmbito particular da natureza que consiste nos próprios sujeitos sociais. O objeto do conhecimento é o mundo exterior, tanto a natureza quanto as relações sociais.

Mas tem como finalidade a transformação do sujeito por meio da apreensão subjetiva da lógica própria aos objetos externos. A incorporação subjetiva ou interiorização dos nexos constitutivos dos objetos exteriores, sejam imediatamente naturais, objetivações do trabalho humano, ou ainda as relações sociais, é o que define o conhecimento. É, pois, trabalho imaterial na acepção marxiana, ou seja, do ponto de vista do produto: o resultado ou valor de uso que esse trabalho particular engendra é a conformação subjetiva, embora esse resultado só se produza por meio da relação do sujeito com o objeto do conhecimento, e ainda que para isso sejam necessárias atividades materiais. Cria, desse modo, como seu produto específico, a força de trabalho social adequada às finalidades da reprodução social.

A transformação subjetiva não é, no entanto, resultado exclusivo do trabalho de produção do conhecimento. O homem, em sua atividade prática, é ativo em dois diferentes âmbitos, de dois modos, quais sejam, a idealização e a efetivação. Para que seja possível a efetivação prática, é preciso que exista uma projeção, uma pré-ideação, uma antecipação ideal da efetivação prática. Se o conteúdo idealmente antecipado é, de fato, posto em prática nos objetos sensíveis do mundo, então isso quer dizer que a pré-ideação foi capaz de apreendê-los, o que só se dá porque *conhece* a lógica própria dos objetos. Além disso, se antecipou idealmente é porque se propôs uma finalidade. O sujeito conhece, pois, ao menos aqueles objetos sobre os quais age efetivamente. Assim, todas as formas que o trabalho assume na transformação da natureza objetiva resultam também na conformação subjetiva do indivíduo que produz e que consome o produto. Esta é a primeira determinação que faz do trabalho uma categoria em si mesma complexa: o trabalho envolve sempre dois momentos, ou seja, é necessariamente atividade de transformação objetiva e subjetiva. Marx afirma, em uma passagem exemplar:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui de formas instintivas, animais de trabalho (C, I, p. 211).

O homem é, pois, ser natural. Mas ser específico que ultrapassa, pela forma de sua atividade, o metabolismo próprio aos elementos meramente naturais. O que caracteriza sua atividade específica é o caráter teleológico de sua ação transformadora, que confere “forma útil à vida humana” à natureza exterior. Ao fazê-lo, assimila-se ao objeto externo, que se faz então natureza humanizada. A manipulação consciente da natureza, ou trabalho, acarreta a transformação do sujeito, na medida em que a atividade leva ao conhecimento das determinações do objeto e com isso permite sua manipulação e transformação. Além disso, o impulso de modificar a forma da natureza externa para adequá-la às suas próprias necessidades exige que a subjetividade se conforme à atividade, ou seja, a submissão do conjunto de suas forças ao seu domínio, ou à sua própria disciplina. Assim, o homem não apenas se assimila à natureza exterior por meio da transformação ativa, como se molda subjetivamente de acordo com a disciplina exigida pela atividade, cujo motor é a finalidade por ele mesmo estabelecida. O homem controla seu intercâmbio com a natureza na medida em que estabelece enquanto finalidade ou pré-ideação a forma específica que sua ação deve conferir à natureza externa. A possibilidade de efetivação dessa finalidade é dada pelo objeto cujas determinações, ao menos aquelas que concorrem para a ação de transformação, são apreendidas espiritualmente e delimitam a forma da atividade. Desse modo, o homem, em sua atividade sensível, não apenas imprime sua subjetividade na natureza exterior, como confere a si mesmo forma humana. Isto é, delimita-se enquanto ser que transforma a natureza para torná-la adequada à satisfação de necessidades cada vez mais elaboradas. Esse processo de conformação do mundo exterior é a produção. O desenvolvimento das necessidades é resultado do processo de produzir e consumir, satisfazendo necessidades antigas: nesse processo, o homem conforma sua subjetividade não apenas à disciplina da atividade, mas à forma do consumo imposta pelo produto. A produção do mundo exterior, ou seja, sua conformação em mundo humano, é também, em sentido geral, o desenvolvimento subjetivo dos indivíduos sociais. As capacidades subjetivas desenvolvem-se em sua objetivação. Assim, o trabalho, como atividade de transformação natural tanto objetiva como subjetiva, que impõe à natureza a finalidade humana, caracteriza essencialmente o homem, sobrepondo-se à sua determinação de ser natural. Marx resume:

Só através da riqueza objetivamente desenvolvida do ser humano é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjetiva *humana* (o ouvido

musical, o olho para a beleza das formas, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades *humanas*). De fato, não são apenas os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra, a sensibilidade *humana* e o caráter humano dos sentidos, que vêm à existência mediante a existência do *seu* objeto, através da natureza *humanizada*. A formação dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior (*Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, p. 99).

O conhecimento, enquanto apreensão espiritual do objeto e proposição subjetiva da finalidade da ação humana, é momento imprescindível da atividade do trabalho. O trabalho produz conhecimento em sua prática imediata, uma vez que transformar a natureza exterior é ao mesmo tempo incorporá-la subjetivamente e estabelecer-se em relação a ela. Ao longo do desenvolvimento histórico, as atividades de trabalho assumiram formas cada vez mais mediadas, isto é, com mediações cada vez mais elaboradas entre a objetividade material e a subjetividade, de modo que a transformação objetiva passou a demandar um conjunto cada vez maior de produção de conhecimento que intermedeia a manipulação material. A própria atividade prática impõe a necessidade de medições subjetivas, que consistem na apropriação espiritual do mundo natural e humano, para que as transformações objetivas se produzam. Esta primeira determinação que faz do trabalho uma atividade complexa, produtiva ao mesmo tempo de resultados objetivos e de conhecimento, pode ser compreendida na consideração do trabalho em geral, ou seja, sem que se leve em conta as relações sociais historicamente definidas que medeiam a atividade do trabalho. Essa complexidade é própria ao intercâmbio do homem com a natureza, independente da forma que assumem as relações dos indivíduos entre si. Mas as relações sociais são mediação necessária do intercâmbio que o homem estabelece com a natureza, pois o trabalho é atividade social. Nosso autor escreve:

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início, este aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meios de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar

selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si (ICEP, p. 110).

O intercâmbio com a natureza, a apropriação dos objetos naturais externos que é condição para o trabalho como atividade transformadora do mundo objetivo, implica a mediação da forma de relação entre os indivíduos sociais. A condição de membro de um grupo social determinado é pré-requisito para a apropriação do objeto externo, do mesmo modo que a própria natureza exterior é pressuposto da atividade que a transforma. Assim, a condição subjetiva em que o indivíduo se encontra, isto é, sua relação com grupo social, e que não é posta por ele, é tão determinante para a sua atividade produtiva quanto as condições objetivas, a natureza externa com que se depara.

Em outras palavras: as condições originais de produção surgem como pré-requisitos naturais, como *condições naturais de existência do produtor*, do mesmo modo que seu corpo vivo, embora reproduzido e desenvolvido por ele, não é, originalmente, estabelecido por ele, surgindo, antes, como seu *pré-requisito*; seu próprio ser (físico) é um pressuposto natural não estabelecido por ele mesmo. Essas *condições naturais de existência*, com as quais ele se relaciona como com um corpo inorgânico, têm caráter duplo: elas são (I) subjetivas e (II) objetivas. O produtor existe como membro de uma família, de uma tribo, um agrupamento de sua gente, etc. — o que adquire, historicamente, formas diversas resultantes da mistura e conflitos com outros. É como membro comunal, assim, que ele estabelece relações com determinada (parte da) natureza (chamemo-la de terra, solo), como seu próprio ser inorgânico, condição de sua produção e reprodução (*Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, p. 83).

As relações sociais que intermedeiam o intercâmbio do homem com a natureza são a possibilidade e o limite da produção. Assim como a linguagem, forma objetiva da consciência, não pode ser desenvolvida pelo indivíduo isolado, a produção, isto é, a transformação consciente da natureza dirigida à satisfação de necessidades estabelece-se apenas por meio do intercâmbio entre os indivíduos sociais.

Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando de uma determinada forma e trocando entre si suas atividades. Para produzirem, contraem determinados vínculos e relações mútuas e somente dentro dos limites desses vínculos e relações sociais é que se opera sua ação sobre a natureza, isto é, se realiza a produção. (“Trabalho Assalariado e Capital”, p. 69).

A natureza que o homem historicamente transforma no sentido de tornar mais adequada às necessidades humanas é tanto objetiva quanto subjetiva. O homem, sujeito da produção histórica da vida, é também objeto de si mesmo, e a transformação da natureza do homem é também produção de valor de uso. O homem é parte da natureza que transforma e por isso o conhecimento é produto útil de atividade humana que satisfaz necessidades, trabalho portanto, que têm como objeto a natureza do mundo (transformado ou não) ou do homem (suas atividades, relações objetivas, além da própria subjetividade), e, se separado da produção objetiva, tem como finalidade a transformação da natureza subjetiva. Assim, as próprias necessidades, quando ultrapassam seu caráter imediatamente natural, tornam-se necessidades sociais e históricas, impulsionadas pela presença do objeto socialmente constituído. A transformação das necessidades é o processo de constituição da natureza subjetiva:

Quando o consumo se liberta de sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato (...), o próprio consumo, enquanto impulso, é mediado pelo objeto. A necessidade que se sente deste objeto é criada pela percepção do mesmo. O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto (*ICEP*, p. 116).

A produção é, pois, social em três sentidos: em primeiro lugar, porque a transformação objetiva é mediada pelas relações entre os indivíduos; em segundo lugar, porque a atividade produtiva engendra os indivíduos sociais; e em terceiro lugar, porque a produção reproduz uma forma da sociedade, um modo determinado das relações sociais gerais de produção. A relação social de produção básica se expressa na forma geral da divisão do trabalho, isto é, na forma como os indivíduos cooperam para produzir. Qualquer que seja a forma do intercâmbio social, este abarca sempre algum grau de complexidade, posto que a criação dos valores de uso consumidos individualmente demanda a produção prévia dos instrumentos de trabalho, bem como do objeto sobre o qual recai, de modo que toda atividade específica de produção envolve muitas outras. As diversas funções produtivas concretas não existem isoladamente, mas sempre como múltiplas atividades que se realizam umas em função de outras, e por isso se complementam. Desde as organizações mais primitivas do trabalho, portanto, há divisão de funções, ainda que em princípio meramente sexuais, de modo que os indivíduos não realizam todas as mesmas atividades. A necessidade das relações sociais para a

produção imediata, expressas na divisão social do trabalho, é a segunda determinação que faz do trabalho categoria em si mesma complexa.

Quando se estabelece a divisão social do trabalho propriamente dita, aprofunda-se a separação entre as diferentes funções individuais. A divisão social do trabalho se define em termos gerais pela subordinação do grupo de indivíduos produtores à classe que determina a finalidade da produção. Esta se subtrai às atividades produtivas materiais, apropriando-se do produto excedente do trabalho. Com isso, a função social da classe dominante passa a abranger, além das atividades políticas que efetivam a coação da classe produtora permitindo a expropriação de produto excedente do trabalho, a produção de valores de uso específicos, separados da produção material, que satisfazem necessidades sociais determinadas. Nessas, inclui-se a produção imaterial, especificamente a produção de conhecimento nas diversas formas de arte, ciência e filosofia. Como conhecimentos separados da produção material, ou seja, não tecnológicos ou aplicados, tornam-se a forma específica do trabalho da classe dominante. Assim, não obstante seja sempre parte componente ou momento inalienável do trabalho humano que o faz complexo, o conhecimento se autonomiza, com o desenvolvimento histórico da produtividade do trabalho social, como valor de uso separado da produção material. Expressa-se dessa maneira a divisão social do trabalho que, por um lado, efetiva a produção material, e, por outro, realiza a produção intelectual, associada ao controle da produção social e possibilitada pela extração de produto excedente do trabalho da classe produtora.

A função social da produção imaterial de conhecimento varia conforme a forma histórica da sociabilidade. Nas formações pré-capitalistas, essa produção se desenvolve como papel específico da classe dominante, distinguindo-se da produção material direta. No modo capitalista de produção, essas atividades antes próprias à classe dominante são progressivamente subsumidas ao capital e efetivadas por trabalho assalariado. Isso ocorre por dois processos distintos. De um lado, o capital se apropria do conhecimento científico, tanto da natureza como das relações sociais, e o desenvolve em sentido tecnológico, para aumentar a produtividade do trabalho assalariado. De outro, a produção intelectual que, por sua determinação concreta não pode ser aplicada para ampliar a produtividade do capital, é progressivamente transformada em mercadoria, e torna-se assim veículo para a produção de mais-valia. Por conseguinte, à classe dominante na forma social do capital resta como atributo específico apenas o controle da produção e do intercâmbio sociais, mas deixa de compor a produção ativa dos

valores de uso sociais, inclusive os imateriais. Em qualquer forma social que se organiza sobre a divisão social do trabalho, entretanto, existe produção imaterial de valores de uso que respondem a necessidades sociais determinadas, independente da forma que a divisão do trabalho e a finalidade social da produção imprimam a tais necessidades. Sejam os valores de uso produzidos e consumidos apenas pela classe dominante, sejam eles incorporados à produção coletiva como força produtiva, ou ainda, tornados mercadorias, são sempre produtos do trabalho humano que satisfazem necessidades sociais definidas.

É preciso, pois, considerar o contínuo desenvolvimento histórico da produtividade do trabalho social e o conseqüente desenvolvimento das necessidades humanas que impulsionam o trabalho. O aumento da produtividade do trabalho, ou, o que é o mesmo, a progressiva complexificação do trabalho social, que resume o fundamento da história, faz surgir necessidades que não se satisfazem por meio de produtos materiais, mas de objetos úteis ou valores de uso imateriais. Além dessas necessidades, o incremento da produtividade do trabalho social, especialmente após o estabelecimento do modo de produção capitalista, amplia a necessidade do conhecimento como mediação da produção material e do intercâmbio social. Se este sempre fez parte da atividade do trabalho por compor seu momento subjetivo, na tecnologia, o conhecimento se apresenta como mediação objetiva da produção dos valores de uso que satisfazem o conjunto das necessidades sociais.

O necessário desenvolvimento histórico, isto é, o movimento de contínua transformação no sentido de sua complexificação, é a terceira determinação que faz do trabalho categoria complexa em si mesma. O trabalho não tem forma material ou social fixa, mas é categoria que se define por sua contínua transformação pela razão de que o sujeito, motor da transformação, é continuamente recriado por sua atividade prática, ou seja, redefinido nas relações sociais que estabelece e em sua subjetividade enquanto transforma a natureza exterior. Marx define o trabalho como “um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza” (*C, I*, p. 211). O processo em que a ação humana controla seu intercâmbio com a natureza, ou trabalho, abrange a complexidade de uma relação entre sujeito e objeto que se define como social e histórica, conforme expusemos brevemente.

É útil examinar em linhas gerais como o capital, ao se estabelecer como relação social básica de produção, transforma a divisão social do trabalho, e com ela o caráter

da atividade individual ou subjetiva do trabalho e o papel da produção imaterial. O capital é relação social que permeia a apropriação humana da natureza conferindo-lhe uma forma determinada, qual seja, a propriedade privada. Esta relação *social* com a natureza se expressa e se fundamenta em um modo definido da divisão do trabalho: a que se estabelece entre a classe produtora livre e assalariada e a classe proprietária dos meios de produção, ou seja, das forças produtivas geradas pelo trabalho social pregresso. Essa forma das relações sociais de produção introduz uma finalidade nova ao trabalho e ao produto do trabalho social, que consiste na produção de valor acumulado como capital pela classe proprietária, isto é, na expansão quantitativa privada. Fazendo das forças produtivas sociais objetivas e subjetivas, capital, o modo de produção que tem por pressuposto determinadas relações sociais aprofunda em seu desenvolvimento histórico estas mesmas relações. Isso porque a finalidade central do capital de produzir para acumular valor confere a esse modo de produção uma característica que o distingue de todos os anteriores. Marx afirma que todo modo de produção, como conjunto de relações sociais de produção, é determinado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. O aprimoramento objetivo da produção social imprime transformações nas relações sociais entre os indivíduos sociais, expressa pela reordenação da divisão do trabalho. Assim, cada forma de sociabilidade apresenta um limite para o desenvolvimento produtivo, a partir do qual as relações sociais se transformam ao ponto de acirrar as contradições próprias a esta forma social, levando-a à crise e à degeneração, que por fim constituem um novo modo de produção. O capital, por sua finalidade de impulsionar a acumulação de valor, traz em si a determinação de desenvolver as forças produtivas. Dado que o objetivo da produção é a ampliação *privada* de capital, que constitui a concorrência como forma de relação entre os proprietários, a redução dos custos privados da produção e da reprodução torna-se o motor para a consecução dessa finalidade. A ampliação da produtividade do trabalho se faz meio para a expansão do capital. Por essa razão, o capital parece não ter o limite que é comum às formas de sociabilidade que o precederam, uma vez que traz em si a capacidade de impulsionar o desenvolvimento produtivo ao mesmo tempo em que aprofunda as relações sociais que o caracterizam. Nosso autor o explicita:

A produção pelo valor e pela mais-valia, conforme também vimos, implica a tendência, sempre operante, para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, o valor dela, abaixo da média social vigente. O

impulso para restringir ao mínimo o custo de produção torna-se a mais poderosa alavanca para acrescer a produtividade social do trabalho (...) (C, III, p. 1157).

Contudo, o capital impulsiona o desenvolvimento da produção social de forma limitada à sua finalidade própria, isto é, restrita pelas relações de exploração do trabalho assalariado e de concorrência.

Só por existirem, antes, o trabalho na forma de trabalho assalariado e os meios de produção na forma de capital – por conseguinte só em virtude dessa configuração social específica desses dois agentes essenciais da produção –, parte do valor (do produto) configura mais-valia, e essa mais-valia, lucro (e renda fundiária), ganho do capitalista, riqueza adicional disponível que lhe pertence. Mas, só por configurar a mais-valia o *lucro dele* é que os meios de produção adicionais destinados a ampliar a reprodução, constituídos de parte do lucro, representam novo capital adicional, e a ampliação do processo de produção em geral, o processo de acumulação capitalista (C, III, p. 1157-8).

Assim, o capital, ao mesmo tempo que alavanca o desenvolvimento das forças produtivas, mantém-se como limite ao aprimoramento produtivo que não favorece a expansão capitalista, restrição cada vez mais evidente quanto mais o capital se expande e subsume o conjunto das forças produtivas sociais, aprofundando a exploração do trabalho assalariado sobre a qual se erige o incremento da produtividade do trabalho. A consideração do percurso histórico do capital é importante para a compreensão deste impulso e limite que confere à produtividade do trabalho, bem como a transformação que imprime ao processo de trabalho, às atividades individuais enquanto simples e complexas, e à produção imaterial do conhecimento; em suma, expressa a forma específica que a relação social do capital imprime ao trabalho produtivo de valores de uso.

4. O processo de complexificação do trabalho produtivo social sob a forma do capital

A complexificação do trabalho social identifica-se com o aumento da produtividade do trabalho. Por produtividade do trabalho entende-se a relação quantitativa entre a atividade concreta e seu produto, ou seja, entre o tempo de trabalho vivo e o montante de valores de uso que cria. O trabalho social se torna mais produtivo, isto é, amplia a quantidade de produtos gerados em mesmo tempo de trabalho vivo, quanto maior o acúmulo de trabalho pregresso incorporado às forças produtivas em funcionamento, objetivas e/ou ativas. O acúmulo de trabalho pregresso que complexifica o trabalho social se apresenta como meio de economizar tempo de trabalho, e isto define o aumento da produtividade. O aumento da produtividade é o aumento da economia, e “Toda economia se reduz em última instância a isto: economia de tempo” (*Grundrisse*, 89). A subsunção real do trabalho ao capital, em que a criação de valores de uso assume a forma de produção de capital, tem como pressuposto e resultado o incremento da produtividade do trabalho. Essa subsunção real, que historicamente abarca primeiro a produção de valores de uso materiais, e então, também a produção de valores de uso imateriais, tem início quando o capital se apropria das forças produtivas sociais previamente constituídas. O capital subsume o processo de trabalho ao concentrar os meios de produção sociais em propriedade privada, e com isso impor o trabalho assalariado *coletivo*. Assim, a primeira transformação que o capital empreende no processo social de trabalho, e que demarca a subsunção real do trabalho ao capital com relação à sua subordinação meramente formal, é precisamente a reorganização das forças produtivas já constituídas em processo coletivo de trabalho. O capital coletiviza o trabalho, e essa é a primeira nova força produtiva que cria ao reorganizar a produção de forma cooperativa com os meios técnicos pré-existentes. A transformação do trabalho em trabalho coletivo é, pois, o mecanismo primeiro por cujo intermédio o capital imprime sua forma à produção, e por essa razão consiste na passagem para subsunção real do trabalho ao capital. Sobre essa base, o capital empreende o desenvolvimento das forças produtivas objetivas. O aumento da produtividade do trabalho serve à expansão do valor, e por conseguinte do capital, mas não é idêntico à essa expansão. É útil examinar brevemente, por duas razões, as transformações que o capital empreende no processo de trabalho de modo a torná-lo

paulatinamente mais adequado à produção de capital, o que se realiza por meio da complexificação social do trabalho e o conseqüente aumento de sua produtividade. Primeiramente, para a compreensão da relação entre o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, ou aumento da complexidade do trabalho coletivo, e a divisão do trabalho em atividades individuais simples e complexas; e, em segundo lugar, para reunir elementos que elucidem a relação entre trabalho produtivo e trabalho imaterial. Exporemos em linhas gerais o processo em que o trabalho social se subsume ao capital.

O período de subsunção formal do trabalho ao capital se define por seu caráter transitório. Caracteriza-se por submeter a produção à finalidade capitalista ao mesmo tempo em que o processo de trabalho não se tornou processo de produção de valor. Não há venda de força de trabalho, e a submissão do trabalho à produção de capital se dá pela venda do produto para o capital comercial: embora o trabalho se processe sob as relações sociais tradicionais nas quais o produtor se mantém proprietário das condições de produção e do produto, este se incorpora ao capital comercial como meio de acumulação de riqueza abstrata. A incorporação ao capital é posterior à produção e se dá por intermédio do comércio: o capital compra as mercadorias do produtor direto e as vende por preço superior. Por essa razão, no período da subsunção formal, o capital existe sob a forma de capital comercial e a exploração do trabalho nesse período se dá pela troca, ou pela forma comercial da circulação do produto do trabalho. O capital comercial é uma forma de apropriação em ascensão no momento de transição em que as relações sociais tradicionais ainda predominam no processo efetivo de produção, isto é, em que o processo de trabalho não assumiu a forma do processo de valorização. A riqueza aí concentrada apenas assume forma de riqueza abstrata, valor, por sua finalidade privada, isto é, que visa à expansão quantitativa; contudo, não se *produz* como riqueza abstrata, precisamente porque o processo de trabalho não se fez processo de produzir valor. Por essa razão, Marx afirma que os trabalhos concretos não tomaram a forma real de trabalho abstrato, pois “O produtor direto mantém-se sempre como vendedor de mercadorias, e ao mesmo tempo como **usuário de seu próprio trabalho**” (*Cap. In.*, p. 54, grifo nosso). Por outro lado, o comércio, que se faz *capital* comercial por objetivar a acumulação de valor, não é tampouco produzido como capital, mas assume esta forma na atividade que a caracteriza, a saber, a circulação de mercadorias, pois “o capital não se imiscui no próprio processo de produção, o qual (...) se desenvolve à margem dele” (*Cap. In.*, p. 54). O capital comercial nesse período dá

origem ao capital propriamente dito, ou produtivo, e não é o mesmo que se desenvolve posteriormente como desdobramento da expansão produtiva capitalista que exige a autonomização da função de circulação do capital produtivo, conforme apresentamos no capítulo anterior.

O capital comercial que subsume formalmente o trabalho é, ao lado da expropriação da terra, que contribui para impulsionar, uma das formas principais de concentração de propriedade que possibilita o modo de produção capitalista, e se realiza por meio do acúmulo de valor proveniente de trocas desiguais de mercadorias. Este primeiro modo de existência do capital expressa a transformação da propriedade social, ou da forma social da distribuição. Essa nova forma da distribuição que se define pela propriedade privada e seu contraponto, a expropriação dos meios de produção e de vida, é condição do modo de produção do capital. Redefine a finalidade da produção social e, por conseguinte, exige transformações nas relações sociais de produção. O processo de trabalho é então reorganizado para se adequar à produção de valor, subsumindo-se realmente ao capital. O advento do capital produtivo estabelece a subsunção real do trabalho, e é capital propriamente dito porque conforma a produção social, a forma do trabalho gerador de valores de uso, à criação de capital. O trabalho produtivo em sua acepção geral, isto é, criador de valores de uso que satisfaçam as necessidades sociais, torna-se trabalho gerador de mais-valia, produtivo portanto para o capital, e que responde à determinação intrínseca ao capital de expandir-se. A subsunção real do trabalho ao capital transforma com isso os trabalhos produtivos sociais concretos em trabalho abstrato; cria, na realidade, a categoria de trabalho abstrato como forma social do trabalho concreto que se efetiva sob a relação social do capital.

A transformação do processo de trabalho que marca a subsunção real do trabalho ao capital, o advento do capital produtivo e da categoria social de trabalho abstrato, é o estabelecimento da manufatura. Esta se define em primeiro lugar pelo assalariamento coletivo, e é na coletivização que o capital se apodera do processo de trabalho, subsumindo-o realmente. O trabalho assalariado é a forma adequada do trabalho cuja função é gerar produto excedente na forma de valor excedente. A necessidade de ampliação do produto excedente nesta forma impõe a concentração de grande quantidade de trabalho sob o comando do mesmo capital e o aumento da produtividade do trabalho. A coletivização é necessária para essa concentração (que, por outro lado, também incrementa por si mesma a produtividade do trabalho):

(...) a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista. Nos seus começos, a manufatura quase não se distingue, do ponto de vista do modo de produção, do artesanato das corporações, a não ser através do número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital. Amplia-se apenas a oficina do mestre artesão (*C, I*, p. 375).

Expandir a riqueza de forma privada exige que esta se faça riqueza abstrata, pois a forma privada é incompatível com apropriação do produto do trabalho como valor de uso. O caráter privado da apropriação impõe como central a determinação quantitativa da expansão do produto social, ou processo de valorização. Desse modo, a primeira transformação empreendida pelo capital no modo de produção concreto é a ampliação da oficina, que implica o aumento absoluto da quantidade de trabalho, e portanto de produto do trabalho. “De início a diferença é puramente quantitativa” (*C, I*, p. 375). Mas esta diferença quantitativa, associada à condição assalariada, é suficiente para estabelecer o modo de produção do capital, isto é, transformar as relações sociais de produção, fazendo das relações capitalistas a forma social do processo de trabalho.

Sob a direção do capital, o trabalho na manufatura se faz trabalho assalariado produtor de mercadorias, e se subsume à criação de valor. O trabalho que se objetiva em valor define-se como dispêndio inespecífico de força de trabalho incorporada em mercadoria de qualquer espécie. É, pois, trabalho que submete sua especificidade concreta à sua determinação quantitativa, o trabalho por seu caráter abstrato. Mas os diversos trabalhos constituem-se em dispêndio de força de trabalho por meio de uma forma determinada, concreta de atividade. O trabalho, qualquer que seja a forma de sua organização social, é necessariamente atividade individual, por mais que os indivíduos trabalhadores componham um processo coletivo de produção. Para que o trabalho de indivíduos diferentes se apresente de fato como idêntico dispêndio de força de trabalho, as atividades têm de se tornar equivalentes na realidade. Como a ação é individual, o trabalho se efetiva em ação singular concreta e, por essa razão, requer forma determinada; não há, pois, trabalho apenas abstrato. A determinação abstrata do trabalho origina-se da forma social da propriedade e submete, pela finalidade de expansão quantitativa da produção, a determinação concreta, relativa a seu caráter útil. Mas não exclui seu caráter concreto. Desse modo, para que os distintos trabalhos se tornem

trabalho abstrato, as atividades produtivas devem efetivar-se como trabalho de qualidade social média: “O trabalho que se objetiva em valor é trabalho de qualidade social média, exteriorização de força de trabalho média” (*C, I*, p. 375).

A força de trabalho dos indivíduos sociais apenas adquire a qualidade de força de trabalho social média quando o trabalho se torna coletivo: “Em cada ramo de atividades, o trabalhador individual, Pedro ou Paulo, difere mais ou menos do trabalhador médio. Essas diferenças individuais, chamadas em matemática de erros, compensam-se e desaparecem quando se toma certo número de trabalhadores” (*C, I*, p. 376). No trabalho coletivo, a jornada individual é parte alíquota da jornada coletiva, na qual se dissolvem as diferenças entre os trabalhos individuais:

O dia de trabalho de 12 trabalhadores simultaneamente empregados constitui um dia de trabalho coletivo de 144 horas, e, embora o trabalho de cada um difira mais ou menos do trabalho social médio, e possa cada um precisar de mais ou menos tempo para executar a mesma tarefa, possui o dia de trabalho individual, como 1/12 do dia de trabalho coletivo de 144 horas, a qualidade social média (*C, I*, p. 376).

Essa qualidade social média que se confere às diversas forças individuais de trabalho se origina na prática do trabalho coletivo, e não existe na organização social em que os trabalhadores produzem em atividades isoladas:

Se, todavia, os 12 trabalhadores forem divididos em 6 grupos de 2 e cada grupo for empregado por um pequeno patrão, será mera casualidade a produção do mesmo valor por cada um desses pequenos patrões, com a conseqüente realização da taxa geral da mais-valia. Ocorreriam diferenças individuais (*C, I*, p. 376).

Enquanto os produtores isolados produzem quantidades distintas em dado tempo, os produtores coletivos geram quantidades muito próximas de produto em intervalo de tempo determinado. Assim, a determinação abstrata do trabalho é forma social que resulta da coletivização do processo de trabalho submetido à finalidade capitalista da produção, determinação histórica estabelecida na subsunção real do trabalho ao capital e restrita ao trabalho assalariado. A jornada individual de trabalho faz-se de fato, então, produtora de um valor médio. Por isso, Marx afirma que “A lei da produção de valor só se realiza plenamente para o produtor individual quando produz como capitalista, empregando, ao mesmo tempo, muitos trabalhadores, pondo em movimento, desde o começo, trabalho social médio” (*C, I*, p. 377).

O trabalho social médio é trabalho simples. A conformação do trabalho social em trabalho abstrato demanda, portanto, a princípio, a simplificação das atividades individuais⁴⁴. Por outro lado, exige ainda a ampliação da produtividade, uma vez que é meio de aumentar o valor excedente, reduzindo o tempo de trabalho necessário. A organização coletiva do trabalho na manufatura cria essas duas condições da produção capitalista, ao reunir os trabalhadores e assim dar origem à cooperação: “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (*C, I*, p. 378). A cooperação, como forma de organização do trabalho, é uma força produtiva em si mesma porque amplia, de diversos modos, a produtividade do trabalho em relação à soma dos mesmos trabalhos individuais realizados isoladamente. Marx resume esses modos:

A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço com relação à escala da produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los; ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho de continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio (*C, I*, p. 382).

A produtividade que a cooperação acrescenta ao trabalho é incorporada à produção sem resultar em aumento de custo com força de trabalho para o capital, uma vez que o salário do trabalhador coletivo é idêntico à soma dos salários dos trabalhadores parciais. Nosso autor escreve:

O capitalista paga a cada um dos 100 [trabalhadores] o valor da sua força de trabalho independente, mas não paga a força combinada dos 100. (...) A força produtiva do trabalho coletivo desenvolve-se gratuitamente quando os trabalhadores são colocados em determinadas condições, e o capital coloca-os nessas condições. Nada custando ao capital a força produtiva do trabalho coletivo, não sendo ela, por outro lado, desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente do capital (*C, I*, p. 386).

⁴⁴ “(...) o tecelão indiano realiza um trabalho muito complicado em comparação com a maioria dos trabalhadores da manufatura” (*C, I*, p. 395).

A primeira força produtiva que o capital imprime ao trabalho social, ampliando sua produtividade é, pois, a própria cooperação, a aglutinação de muitos trabalhadores em um processo produtivo planejado. Assim, “o *processo* de trabalho, do ponto de vista *tecnológico* se faz exatamente como antes, só que agora no sentido de processo de trabalho *subordinado* ao capital”, que impõe “grande continuidade e intensidade do trabalho e uma economia maior no uso das condições de trabalho, pois tudo é feito para que o produto represente apenas *o tempo de trabalho socialmente necessário*” (Cap. In., p. 57). A coletivização, incremento quantitativo do processo de trabalho, gera uma transformação qualitativa da produção que se revela como princípio da transposição dos limites individuais do trabalho e do desenvolvimento da força produtiva *social* do trabalho. Transformar o processo de trabalho em processo social de produção é a base do incremento da produtividade:

Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie (C, I, p. 382).

Na manufatura, o processo de trabalho é planejado e controlado pelo capital, que sob sua finalidade de produzir mais-valia incorporada em mercadorias estabelece a cooperação como forma de organização do trabalho. Mas essa força produtiva é própria e inseparável do trabalho coletivo em si mesmo, independente da subsunção ao capital. Contudo, a possibilidade histórica da cooperação na manufatura é posta pelo acúmulo prévio de capital. Esta concentração de riqueza abstrata é condição tanto do emprego de grande número de trabalhadores, pela necessidade de efetuar o pagamento dos salários, quanto para a apropriação de meios de produção suficientes para absorver a grande quantidade de força de trabalho que produz em cooperação. Nas palavras de Marx: “A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de cada capitalista é, portanto, condição material para a cooperação dos assalariados, e a extensão da cooperação ou escala da produção dependem da amplitude dessa concentração”, assim como “(...) o número de trabalhadores que cooperam ou a escala da cooperação depende, de início, da magnitude do capital que cada capitalista pode empregar na compra da força de trabalho, isto é, da proporção em que cada capitalista dispõe dos meios de subsistência de numerosos trabalhadores” (C, I, p. 383).

Desse modo, o pressuposto histórico da cooperação é a concentração de valor em quantidade suficiente para funcionar como capital constante e variável em um processo coletivo de produção. A cooperação na manufatura pressupõe, portanto, a propriedade privada e seu reverso, o trabalhador livre assalariado, uma vez que a concentração é levada a cabo por meio da expropriação. Assim, o modo de produção capitalista é forma social historicamente necessária da cooperação na manufatura e, por essa razão, a subsunção ao capital torna-se condição material para a realização do trabalho produtivo: “Com a cooperação de muitos assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção” (*C, I*, p. 383). O trabalho abstrato faz-se pressuposto do trabalho concreto, produtor de valores de uso. A subsunção real ao capital que o trabalho experimenta ao tornar-se coletivo engendra, portanto, a nova determinação ou forma social do trabalho produtivo que caracteriza o modo de produção do capital, a saber, a de trabalho abstrato cujo produto é valor. Nos termos de Marx:

A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimenta realmente ao subordinar-se ao capital. (...) Seu pressuposto, o emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Esse ponto de partida marca a existência do próprio capital (*C, I*, p. 388).

Os desenvolvimentos históricos da cooperação e as subseqüentes complexificações dos meios objetivos de produção resultam no incremento da produtividade do trabalho coletivo produtivo para o capital, e apenas por isso são levados a cabo. Marx afirma:

Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro (*C, I*, p. 388).

Na medida em que o trabalho produtivo organizado coletivamente apenas funciona na subordinação à necessidade do capital, o aumento da produtividade do trabalho se faz meio para a expansão do capital e, inversamente, a expansão do capital se faz motor para o incremento da produtividade do trabalho social. Esta se efetiva com o desenvolvimento da cooperação, processo de contínua complexificação do trabalho coletivo que aprofunda sua determinação de força produtiva social. Assim, a partir da cooperação origina-se natural e necessariamente a decomposição do processo de

trabalho em atividades parciais cada vez mais simples. Na manufatura, a cooperação desenvolve-se por meio da especialização dos trabalhadores parciais da oficina e por conseguinte também de suas ferramentas. A simplificação dos trabalhos individuais nivela-os, aprofundando sua determinação de trabalho social médio:

Redistribui-se então o trabalho. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência, elas são destacadas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos artífices cooperantes. Essa repartição acidental de tarefas repete-se, revela suas vantagens peculiares e ossifica-se, progressivamente, em divisão sistemática do trabalho. A mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza, ininterruptamente, a mesma e única tarefa parcial (C, I, p. 393).

A decomposição do processo produtivo amplia a produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que reduz os custos de reprodução da força de trabalho. Essa diminuição dos custos advém da simplificação, que torna dispensável parte do tempo de formação subjetiva do trabalhador:

Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação dos trabalhadores em hábeis e inábeis. Para os últimos, não há custos de aprendizagem, e, para os primeiros, esses custos se reduzem em relação às despesas necessárias para formar um artesão, pois a função deles foi simplificada (C, I, p. 405).

Contudo, o processo material de trabalho na manufatura se baseia na atividade manual, artesanal, e por isso Marx refere-se ao trabalhador no período manufatureiro como *artífice* do produto. Em seus próprios termos: “Complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal, dependendo, portanto, da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento. O ofício continua sendo a base” (C, I, p. 393). Determinado grau da hierarquia que caracteriza a corporação de ofício permanece na manufatura capitalista devido ao caráter artesanal do processo de trabalho. Mantém-se, pela mesma razão, em algum nível, a necessidade de formação subjetiva dos trabalhadores que realizam as funções produtivas mais complexas.

A decomposição e a conseqüente simplificação das atividades parciais ampliam a produtividade do trabalho coletivo, porque reduz por diversos meios o tempo da

produção: aperfeiçoa as funções parciais, diminui o tempo improdutivo entre elas e, de modo geral, intensifica o trabalho individual. Além disso, faz do trabalhador, independente do lugar hierárquico que cada função ocupa, um órgão específico do trabalho coletivo configurado em organismo. Cada produtor aperfeiçoa ao máximo uma única função limitada como resultado da exclusividade da atividade que desempenha: “(...) um trabalhador que, durante sua vida inteira, executa uma única operação transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação”. Por essa razão, “A manufatura produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado, ao reproduzir e levar sistematicamente ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade” (*C, I*, p. 394).

A cooperação é meio de concentrar, sob o controle do capital, os resultados progressos do trabalho social incorporados tanto nos meios objetivos de produção quanto subjetivamente, como conhecimento dos produtores. Na manufatura, o conhecimento do artesão é incorporado e aperfeiçoado pelo trabalhador coletivo. Dominando o trabalhador coletivo, o capital comanda os resultados do trabalho social progresso, antes incorporado subjetivamente pelos indivíduos. A partir da transformação na forma social do trabalho, o capital empreende o aprimoramento dos meios de produção. Em virtude da especialização das atividades, impõe-se a diversificação das ferramentas, aperfeiçoamento material levado a cabo em grande parte pelos próprios trabalhadores parciais. Este é o aprimoramento dos meios objetivos de produção empreendido no período manufatureiro. Marx afirma que

A manufatura se caracteriza pela diferenciação das ferramentas, que imprime aos instrumentos da mesma espécie formas determinadas para cada emprego útil especial, e pela especialização, que só permite a cada uma dessas ferramentas operar plenamente em mãos do trabalhador parcial específico (*C, I*, p. 396).

Com o estabelecimento e desenvolvimento da cooperação, o trabalho individual isolado, que não compõe o processo coletivo de produção, perde paulatinamente sua capacidade produtiva. Após a reordenação da forma social do trabalho em trabalho coletivo, subsumido ao capital, o trabalho produtivo em sua acepção geral, isto é, produtor de valores de uso, efetiva-se apenas enquanto função do capital, e por isso como trabalho abstrato criador de mais-valia. O trabalho produtivo para o capital não é, pois, outro com relação ao trabalho produtivo em geral, mas sim a forma social capitalista do trabalho produtivo em geral.

A manufatura cria as relações capitalistas de produção, transformando o trabalho produtivo em trabalho abstrato e o produto do trabalho em valor ou riqueza meramente quantitativa. Efetiva essas transformações nas relações de produção ao coletivizar o trabalho e decompor as atividades parciais, simplificando-as. A diversificação das ferramentas completa a divisão do trabalho, adequando seu instrumental técnico. A produção manufatureira, conquanto limite à expansão do capital – devido ao fundamento artesanal do trabalho produtivo que faz o capital dependente da técnica subjetivamente incorporada do artesão –, cria o fundamento da expansão capitalista ao estabelecer o capital no interior do processo de trabalho. A partir dessa base, a ampliação da produtividade do trabalho e a transposição dos limites à expansão capitalista estabelecidos pelo caráter artesanal da produção serão levadas a cabo por meio da transformação do instrumental técnico do trabalho, ou meios objetivos de produção.

A revolução nos meios de produção consiste na transformação da ferramenta manual em máquina. A máquina que se origina das ferramentas desenvolvidas na manufatura – máquina-ferramenta ou máquina de trabalho – incorpora as operações artesanais a um instrumento mecânico. A criação da máquina-ferramenta é a incorporação do produto do trabalho social progresso do artesanato e da manufatura em um meio de produção objetivo. Quando determinada operação parcial do trabalho produtivo da manufatura passa a ser efetivada por meio de uma máquina-ferramenta, o trabalho que a opera deixa de ser artesanal, uma vez que a técnica necessária à realização dessa operação transfere-se, da subjetividade do artesão, para a objetividade do instrumento de trabalho. Nas palavras de Marx, “(...) a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo (...)” (*C, I*, p. 430), e com isso, a atividade do trabalhador reduz-se à de força motriz da máquina.

A máquina-ferramenta possibilita o aumento da produtividade do trabalho ao ampliar o número de ferramentas com as quais o trabalhador pode operar ao mesmo tempo. No trabalho artesanal, o produtor realiza apenas uma operação por vez, mas, na condição de força motriz de uma máquina que congrega maior número de ferramentas, o trabalhador realiza ao mesmo tempo tantas operações quantas forem as ferramentas que compõem o instrumento mecânico:

O número de ferramentas com que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos

físicos. (...) O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar (*C, I*, p. 430).

A utilização de máquinas-ferramenta na organização do trabalho própria à manufatura caracteriza a maquinofatura, período de transição entre a produção manufatureira e a indústria moderna. Nesse período, o trabalhador é utilizado como força motriz da máquina, ao mesmo tempo em que assessora seu funcionamento, nova função do trabalho produtivo engendrada pela máquina como meio de produção. A introdução da máquina-ferramenta consiste na primeira transformação da composição orgânica do capital, em que a ampliação do capital constante, necessária à inclusão da máquina no processo produtivo, implica redução relativa do capital variável. Essa transformação torna a atividade do trabalhador, que na manufatura controla sua atividade por meio da técnica incorporada subjetivamente, em função acessória do instrumento mecânico no qual a técnica do trabalho foi objetivada. Por essa razão, Marx afirma que “A revolução industrial apodera-se primeiro dessa segunda parte da ferramenta [seu caráter artesanal] e deixa para o ser humano, no começo, a função puramente mecânica de força motriz, ao lado do novo trabalho de vigiar a máquina e corrigir com a mão seus erros” (*C, I*, p. 430-1).

Essa nova função concreta simplifica e indiferencia as atividades parciais, aprofundando o caráter meramente quantitativo, ou abstrato, do trabalho. Com a simplificação, torna-se dispensável a formação subjetiva ou qualificação específica do trabalhador, o que resulta em queda no valor da força de trabalho. A introdução da máquina-ferramenta no processo produtivo da manufatura não é suficiente, contudo, para superar completamente o caráter artesanal do trabalho ou, mais precisamente, a limitação ao desenvolvimento da produtividade do trabalho conferida pela barreira orgânica do trabalhador individual, por duas razões centrais. Em primeiro lugar, a produção das máquinas é efetivada sob o modo de produção manufatureiro, o que, ao encarecer o meio de produção, reduz o efeito do aumento de produtividade do trabalho que o consome sobre o preço de custo capitalista. Em segundo lugar, a utilização do homem como força motriz limita a possibilidade de ampliar o número de ferramentas que compõem a máquina. A necessidade de superar esta restrição à produtividade impele o desenvolvimento da máquina-motor e de seu sistema de transmissão de força. Novamente nos termos de Marx:

Quando o homem passa a atuar apenas como força-motriz numa máquina-ferramenta, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor etc., e torna-se accidental o emprego da força muscular humana como força motriz (*C, I*, p. 431).

Uma vez que a direção capitalista do processo produtivo impulsiona a produtividade do trabalho como meio de reduzir os custos de produção e assim ampliar o lucro privado ou expandir o capital, a diversificação das ferramentas na manufatura dá origem à máquina-ferramenta que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento da máquina motriz. Assim, foi “(...) a criação das máquinas-ferramenta que tornou necessária uma revolução na máquina a vapor” (*C, I*, p. 431) e, se “O aumento do tamanho da máquina-ferramenta e do número dos instrumentos com que opera ao mesmo tempo exige um motor mais possante” (*C, I*, p. 432), também o aumento da força do motor permite a ampliação do tamanho da máquina ferramenta, ou ainda, o desenvolvimento de um sistema de máquinas-ferramenta:

Um verdadeiro sistema de máquinas só toma o lugar das máquinas independentes quando o objeto de trabalho percorre diversos processos parciais conexos, levados a cabo por um conjunto de máquinas-ferramenta de diferentes espécies, mas que se completam reciprocamente. Reaparece então a cooperação peculiar à manufatura baseada na divisão do trabalho, mas agora sob a forma de combinação de máquinas-ferramenta parciais, complementares. As ferramentas específicas dos diferentes trabalhadores parciais – na manufatura de lã, por exemplo, a do batedor, a do cardador, a do tosador, a do fiandeirol etc. – transformam-se então nas ferramentas de máquinas especializadas, constituindo, cada uma destas, um órgão especial adequado a uma função especial no sistema (*C, I*, p. 436).

Cada máquina parcial fornece a matéria-prima para a máquina seguinte, e assim as operações parciais, que reproduzem a organização cooperativa da manufatura, contribuem sucessivamente para a produção da mercadoria.

A concorrência capitalista, ao impor a cada capital singular a necessidade de redução de custos e conseqüentemente impulsionar a produtividade do trabalho por meio da complexificação do instrumental de trabalho, gera a propagação do modo capitalista aos ramos da produção que fornecem matéria-prima e instrumental de trabalho, bem como àqueles ramos que utilizam a mercadoria produzida industrialmente como matéria-prima. Marx exemplifica:

Assim, a mecanização da fiação torna necessária a mecanização da tecelagem, e ambas ocasionam a revolução química e mecânica no branqueamento, na estampagem e na tinturaria. A revolução na fiação do algodão provocou a invenção

da descaroçadora de algodão, com que se tornava possível a produção de algodão na enorme escala então exigida. A revolução no modo de produção na indústria e na agricultura tornou sobretudo necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte (C, I, p. 440).

Mas a revolução no modo de produção social se completa quando a indústria se apodera da construção das máquinas-ferramenta, e, posteriormente, dos motores. Nas palavras de Marx,

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a maquinaria progressivamente da fabricação das máquinas-ferramenta. Mas só durante as últimas décadas (que precedem 1866), a enorme construção de ferrovias e a navegação transatlântica fizeram surgir as máquinas ciclópicas empregadas na construção dos motores (C, I, p. 441).

O advento do sistema de maquinaria como forma concreta do trabalho produtivo social, além de romper com os limites que a barreira orgânica do produtor confere à produtividade do trabalho, consiste em impulso contínuo também para o rompimento das restrições técnicas ao aumento da produtividade do trabalho. Isso porque a incorporação do produto do trabalho pregresso ao instrumental de trabalho é a base necessária aos subseqüentes aperfeiçoamentos das forças produtivas que conduzem à progressiva transposição dos limites naturais à produtividade.

A generalização da produção industrial muda a forma concreta do trabalho produtivo (na acepção geral), e por conseguinte sua forma social, tornando-a mais adequada à produção de capital. Do ponto de vista da atividade, a introdução da máquina como instrumento de produção suprime o princípio subjetivo do trabalho, isto é, as atividades parciais deixam de depender da competência individual do trabalho, expressa na técnica artesanal incorporada à subjetividade do trabalhador. O sistema de máquinas incorpora a produtividade tanto da técnica subjetiva do trabalhador, quanto da divisão do trabalho na manufatura, fazendo dos trabalhadores produtivos, cuja nova função concreta consiste em operar o funcionamento da máquina, órgãos subjetivos do mecanismo automático de produção primordialmente objetivo. Assim,

A máquina-ferramenta combinada, que consiste num sistema coordenado de várias espécies isoladas ou agrupadas de máquinas-ferramenta, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo é o processo em toda sua extensão, isto é, quanto menos for

interrompido o trânsito da matéria-prima da primeira à última etapa e **quanto mais o mecanismo elimina a interferência humana**, levando a matéria-prima de uma fase a outra. Na manufatura, o isolamento dos processos parciais é um princípio fixado pela própria divisão do trabalho; na fábrica mecanizada, ao contrário, é imperativa a continuidade dos processos parciais (*C, I*, p. 437, grifo nosso).

Na medida em que o sistema de máquinas suprime o princípio subjetivo do trabalho produtivo, aprofunda-se o caráter indiferenciado da força de trabalho à medida que a atividade à máquina se simplifica. Do ponto de vista do agente da produção, a maquinaria engendra diversas transformações. Em primeiro lugar, a simplificação da atividade individual reduz por si mesma o valor da força de trabalho ao prescindir de tempo de formação subjetiva. Mas, além disso, a maquinaria torna também supérflua a força muscular, o que permite o emprego de mulheres e crianças para a realização do trabalho produtivo. Ao estender o assalariamento ao conjunto da família, o valor da força de trabalho, composta pela soma do valor dos meios de subsistência do trabalhador e sua família, reparte-se pelo salário de todos os seus membros, reduzindo o valor da força de trabalho individual. Por outro lado, a introdução da máquina substitui tempo de trabalho. Por ambas as razões, a indústria moderna gera numerosa população excedente e a conseqüente concorrência entre os trabalhadores, dada a abundante oferta de força de trabalho, o que deprecia o salário. A redução do valor e do preço da força de trabalho impulsiona o aumento extensivo da produção capitalista:

Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes (*C, I*, p. 451).

Por conseguinte, o trabalhador isolado, separado da condição de assalariado da indústria, torna-se improdutivo na acepção geral, isto é, incapaz de produzir valores de uso no padrão social. Como explica Marx: “A maquinaria (...) só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho” (*C, I*, p. 442), ou ainda,

(...) o trabalho individual, agora improdutivo – a menos que seja precisamente um trabalho produtivo dentro da atividade coletiva que domina as forças naturais –

elevado à categoria de trabalho social, se vê de fato reduzido à impotência pela potência coletiva e concentrada do capital” (*Grundrisse*, 588).

Como instrumento de valorização do capital, a mecanização da produção amplia extensiva e intensivamente a forma social abstrata do trabalho, configurando a totalidade do trabalho produtivo em sua acepção geral, isto é, de criador de valores de uso, em trabalho produtivo de valor, ou produtivo para o capital.

Do ponto de vista do capital produtivo, o emprego da maquinaria altera significativamente sua composição orgânica, ampliando a parte constante do capital devido ao encarecimento dos meios de produção e reduzindo a parcela variável por meio da diminuição relativa do número de trabalhadores e do valor da força de trabalho. Essa diferença na composição orgânica do capital fornece o impulso e a possibilidade de se intensificar a exploração. Em primeiro lugar, para que o capital constante investido na maquinaria retorne ao proprietário, é necessária sua incorporação ao produto, o que se efetiva por meio do desgaste das máquinas. Além disso, o valor da maquinaria, como o de qualquer outra mercadoria, não é medido pelo tempo de trabalho contido, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Assim, os aperfeiçoamentos técnicos no ramo de produção das máquinas, quando generalizados, reduzem seu valor social. A maquinaria já empregada na produção pode, deste modo, ter seu valor depreciado em um intervalo de tempo mais curto do que o necessário para o seu desgaste total. A esta redução do valor de troca da maquinaria em funcionamento, ou obsolescência, Marx denomina desgaste moral. Conseqüentemente, por ambas as razões, as máquinas devem ser consumidas no menor intervalo de tempo possível. Essa necessidade capitalista conduz ao prolongamento desmedido da jornada de trabalho, que se faz socialmente possível devido tanto à população excedente gerada pela produção mecanizada, quanto pelo enfraquecimento que a simplificação da atividade – ao fazer o processo produtivo de mercadorias menos dependente da competência individual e possibilitar-lhe empregar todos os membros da família – confere à resistência dos trabalhadores ao capital. O prolongamento da jornada amplia a extração de mais-valia absoluta. Quando a duração da jornada é juridicamente fixada, o capital intensifica o trabalho por meio do aumento do ritmo da máquina e da imposição do salário por peça, mantendo o grau de exploração.

A substituição do capital variável por capital constante também amplia a mais-valia relativa por dois processos distintos, que se somam à depreciação da força de

trabalho originada pela simplificação das atividades parciais. Em primeiro lugar e em sentido social geral, o aumento da produtividade do trabalho gerada pela mecanização reduz o valor das mercadorias que são meios de subsistência do trabalhador e assim, ao diminuir o tempo de trabalho necessário, amplia o tempo excedente, que se objetiva em mais-valia. Em segundo lugar, o desenvolvimento produtivo que se dá no interior da concorrência, e por isso introduz aprimoramentos nas forças produtivas no âmbito privado, também é uma forma de ampliar a mais-valia relativa do trabalhador coletivo empregado por capitais produtivos singulares. A redução da quantidade de trabalho necessária à produção de determinada espécie de mercadoria, levada a cabo pelo capital singular em concorrência, reduz o valor contido em cada exemplar da mercadoria em questão sem que esta redução seja reconhecida socialmente no mercado, ou seja, sem que essa redução se reflita no preço. Durante o intervalo entre a introdução singular das forças produtivas superiores e a generalização social que as fazem expressão da produtividade social média de determinada espécie de mercadorias, o capital apropria-se de maior valor, sem que haja aumento de salário. Assim, o capital singular apropria-se de quantidade superior de valor excedente, ampliando-se, pois, a extração de mais-valia relativa durante este intervalo. Marx resume:

A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho; indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia⁴⁵, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário (*C, I*, p. 464).

No entanto, o fator concreto que determina a ampliação da mais-valia relativa, qual seja, o aumento da produtividade do trabalho alcançada com a complexificação dos meios objetivos de produção, impõe a redução da quantidade absoluta de trabalho requerido para a produção de dada massa de mercadorias. De acordo com Marx,

O número dos trabalhadores ocupados depende da proporção existente entre capital variável e capital constante. É claro que a produção mecanizada, por mais que amplie, aumentando a produtividade do trabalho, o trabalho excedente à custa do trabalho necessário, só obtém esse resultado diminuindo o número de trabalhadores ocupados por dado montante de capital (*C, I*, p. 464-5).

⁴⁵ Neste caso, o trabalho se faz trabalho potenciado com relação aos outros trabalhos produtivos sociais não porque os trabalhadores do processo coletivo realizem atividade complexa, mas devido à complexificação dos meios objetivos de produção que conferem maior produtividade ao trabalho simples.

A ampliação da mais-valia relativa é alcançada, pois, por meio da redução da mais-valia absoluta. Marx afirma, de fato, que “(...) em média, as mesmas causas que aumentam a taxa da mais-valia relativa diminuem a massa da força de trabalho empregada” (C, III, p. 309). O desenvolvimento histórico da produtividade do trabalho implica, para o capital produtivo, ascensão progressiva da composição orgânica média, isto é, redução na proporção que o capital variável perfaz no total do capital adiantado para a produção. Ou, em termos concretos, aumento da massa de meios de produção com relação à massa de trabalho assalariado necessários à produção. Transforma-se, pois, paulatinamente a composição técnica do capital social no sentido de ampliar a quantidade de trabalho materializado com relação à de trabalho vivo. A ampliação da quantidade de meios de produção com relação ao trabalho vivo não amplia o valor do capital constante na mesma proporção, dado o barateamento geral das mercadorias também engendrado pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho, que afeta as máquinas e as matérias-primas e auxiliares. Mas, a tendência histórica do capital é a de tornar sua composição orgânica superior:

Em outras palavras, o mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de força de trabalho, obtida por capital variável de valor determinado, em virtude dos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, mobiliza, emprega, consome produtivamente, no mesmo espaço de tempo massa crescente de meios de trabalho, de máquinas, de capital fixo de toda espécie, de matérias-primas e auxiliares, em suma, um capital constante com magnitude cada vez maior de valor (C, III, p. 282).

Se a magnitude da massa de mais-valia é determinada multiplicando-se o capital variável pela taxa de mais-valia, quando aquele se reduz com relação ao total do capital adiantado, necessariamente decresce a quantidade absoluta de mais-valia que determinada magnitude de capital é capaz de produzir. Assim, o aumento da composição orgânica, reduzindo a massa de mais-valia com relação ao capital adiantado, implica decréscimo na taxa de lucro (m/C), se a taxa de mais-valia sob a qual se valoriza o capital variável permanece a mesma: “A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade social do trabalho” (C, III, p. 283). Dada a magnitude do capital, a parte capaz de se valorizar é reduzida, “e a totalidade desse capital suga, portanto, relativamente à magnitude, quantidade cada vez menor de trabalho excedente, embora, ao mesmo tempo, possa aumentar a parte não-paga em

relação à parte paga do trabalho aplicado” (C, III, p. 286). A ampliação da taxa de mais-valia bem como a redução do valor do capital constante que necessariamente resultam do aumento da produtividade do trabalho amenizam a tendência a reduzir a taxa de lucro que a crescente ampliação da composição técnica do capital determina, mas não a anulam.

Uma vez determinado o montante de capital total desembolsado, a queda da taxa de lucro implica a redução da massa de lucro produzida pelo capital. Em outros termos, reduz-se a capacidade do capital de comandar trabalho, ou seja, diminui a massa de valor que o capital é capaz de produzir e assim, decresce a capacidade de valorização do capital. Marx exemplifica:

Seja um capital de 100, composto de $80c + 20v$, correspondendo ao último termo 20 trabalhadores. Seja a mais-valia de 100%, isto é, metade da jornada pertence aos trabalhadores e a outra metade ao capitalista. Imaginemos agora que, num país menos desenvolvido, a composição orgânica do capital seja de $20c + 80v$, correspondendo ao último termo 80 trabalhadores, que precisam de $\frac{2}{3}$ da jornada para si e trabalham $\frac{1}{3}$ dela para o capitalista. Igualando-se as demais condições, os trabalhadores, no primeiro caso, produzem um valor de 40, e, no segundo, de 120. O primeiro capital produz $80c + 20v + 20m = 120$, com taxa de lucro = 20%, e o segundo capital, $20c + 80v + 40m = 140$, com taxa de lucro = 40%. Esta, portanto, no segundo caso é duas vezes maior que no primeiro, embora neste a taxa de mais-valia = 100% seja o dobro da taxa do segundo, apenas de 50%. Em compensação, capital da mesma magnitude se apropria, no primeiro caso, do trabalho excedente de somente 20 trabalhadores, e, no segundo, do trabalho excedente de 80 (C, III, pp. 286-7).

A ampliação da taxa de mais-valia não dá conta, pois, de compensar a perda na massa de lucro, resultante da diminuição do capital variável, que um capital de dada magnitude é capaz de gerar. O capital de composição orgânica superior perde parcialmente sua capacidade explorar trabalho⁴⁶.

Marx aponta a contradição inerente ao progresso da produtividade do trabalho *para o capital*:

⁴⁶ Seria possível objetar, com razão, que o capital que se vale de maquinaria extremamente desenvolvida emprega trabalho complexo, ou seja, trabalho que incorpora valor multiplicado ao produto, cuja jornada vale como jornada multiplicada e que, ademais, dada a imensa quantidade de valores de uso que cria, a mais-valia que esse trabalho complexo produz corresponde virtualmente à totalidade do valor gerado em sua jornada. Contudo, o capital que emprega trabalho com tal produtividade é o mesmo que reduz drasticamente o número de trabalhadores e, por conseguinte, o capital variável em proporção à totalidade do desembolso. Assim, embora amplie a quantidade de valor e mais-valia que o trabalho individual produz, reduz a quantidade absoluta de valor e mais-valia gerados pelo capital. O trabalho complexo amplia a produtividade de valores de uso em proporção muito maior do que amplia sua capacidade de produzir valor. E a valorização do capital é medida não pela quantidade de valores de uso que gera, mas pela quantidade de valor, sempre vinculada à quantidade de trabalho que é capaz de comandar. Trataremos adiante do trabalho complexo subsumido ao capital.

Há, portanto, uma contradição imanente na aplicação da maquinaria para produzir mais-valia, pois, dos dois fatores da mais-valia obtida com um capital de magnitude dada, um fator, a taxa de mais-valia, só pode ser aumentado por essa aplicação se ela diminuir o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se patenteia quando, com o emprego generalizado da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida à máquina regula o valor de todas as mercadorias da mesma espécie⁴⁷, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capitalista, sem tomar consciência dela, a prolongar desmedidamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a redução do número relativo dos trabalhadores explorados com o aumento, tanto do trabalho excedente relativo, quanto do absoluto (*C, I*, p. 465).

Para responder a essa necessidade de ampliar a produção absoluta de valor, o capital não apenas prolonga a jornada e intensifica o trabalho, mas também amplia a quantidade de mercadorias produzidas, veículos de valor. Se esta ampliação da produção é própria à determinação auto-expansiva do capital, faz-se ainda mais necessária para responder ao desenvolvimento intensivo, que, mantida invariável a magnitude do desembolso, a seu mesmo tempo em que aumenta a quantidade de mercadorias, reduz o valor, ou a quantidade de trabalho social a elas incorporado. Por essa razão, o desenvolvimento intensivo da produção capitalista impele seu desenvolvimento extensivo: para compensar a redução paulatina da quantidade absoluta de trabalho que o capital é capaz explorar, amplia-se quantitativamente o capital investido. De acordo com Marx,

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou do decréscimo relativo do trabalho excedente extorquido, ao confrontar-se com a massa de trabalho materializado posta em movimento pelo trabalho vivo, não exclui de maneira alguma que aumente a massa absoluta do trabalho explorado e mobilizado pelo capital social, e, portanto, que cresça a massa absoluta do trabalho excedente de que se apropria, nem tampouco impede que os capitais sob o domínio dos diversos capitalistas comandem massa crescente de trabalho e, por conseguinte, de trabalho excedente, podendo este aumentar mesmo quando o número de trabalhadores comandados não aumente (*C, III*, p. 287).

A lei tendencial à queda da taxa de lucro é determinada pelos mesmos fatores que ampliam a magnitude absoluta de capital e impelem seu desenvolvimento extensivo. A redução do capital variável não se dá de maneira absoluta, mas apenas relativamente ao

⁴⁷ Essa generalização do nível superior das forças produtivas faz desaparecer a mais-valia relativa extraída pelo capital pioneiro, acima referido, com base nessa diferença de produtividade. Marx afirma: “Ao generalizar-se o uso da maquinaria no mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina ao nível do valor individual, impondo-se a lei segundo a qual a mais-valia não deriva das forças de trabalho que o capitalista substitui com a máquina, **mas das forças de trabalho nela ocupadas**” (*C, I*, p. 464, grifo nosso).

capital constante, sendo levada a cabo pelo aumento da magnitude dos meios de produção e não pela redução do número de trabalhadores que compõem o processo produtivo: “A relação muda não porque diminua a massa de trabalho vivo, mas porque aumenta a massa de trabalho já materializado, posta em movimento” (*C, III*, p. 288) por dada quantidade de trabalho. A expansão produtiva cria quantidades cada vez maiores de produtos do trabalho como capital, de modo que o capital social investido na produção aumenta historicamente. Com o aumento do montante absoluto de capital, cresce também a massa de mais-valia ou de lucro produzida pelo capital social. Contudo, a produção dessa massa não se amplia na mesma proporção do crescimento do capital social desembolsado precisamente porque o capital variável experimenta, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, redução progressiva com relação ao capital constante. Marx exemplifica:

Se a população de 2 milhões de trabalhadores aumenta para 3 milhões, se o capital variável que recebe em salários cresce da mesma maneira, indo de 2 para 3 milhões, e se, por outro lado, o capital constante sobe de 4 para 15 milhões, aumentará nas condições estabelecidas (invariáveis a jornada de trabalho e a taxa de mais-valia [esta de 100%, conforme determinou Marx anteriormente]) de metade, de 50%, indo de 2 para 3 milhões a massa de trabalho excedente, de mais-valia. Entretanto, apesar de crescer em 50% a massa absoluta do trabalho excedente e, por conseguinte, da mais-valia, a relação entre capital variável e capital constante cairia de 2 : 4 para 3 : 15 (...) (*C, III*, p. 288).

Com esta mudança na composição orgânica do capital, a taxa de lucro cai de 33 1/3%, no primeiro caso, para 16 2/3%, no segundo. Isso significa que, para alcançar um aumento de 50% na massa de lucro, o capital adiantado teria de aumentar, não em 50%, mas em 200%, isto é, triplicar: no primeiro caso somava 6 milhões, e no segundo, 18 milhões. (Um dos fatores apontados por Marx que atenua essa necessidade expansiva do montante de capital é a ampliação da taxa de mais-valia e da intensidade do trabalho, que geram aumento do trabalho excedente sem que se amplie o número de trabalhadores.)

Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução da taxa de lucro, o capital, não apenas para valorizar-se, mas para reproduzir como valor o valor previamente criado, deve aumentar “em razão inversa do decréscimo da parte variável” (*C, III*, p. 293). Pois, com o aumento relativo do capital constante, massa cada vez maior de capital torna-se necessária para “pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e extrair a mesma quantidade de trabalho excedente. (...) Para a

massa de lucro ficar invariável ao decrescer a taxa de lucro, é necessário que o multiplicador que indica o aumento do capital global seja igual ao divisor que indica a diminuição da taxa de lucro” (*C, III*, p. 294). Contudo, como a finalidade é a valorização do capital, o aumento do capital global deve ser ainda maior. Com efeito, a ampliação da produtividade do trabalho é gerada pelas relações de concorrência, que determinam também a concentração crescente de capitais e a ampliação crescente da escala da produção, de modo que o capital social de fato aumenta sua magnitude em proporção superior ao decréscimo da taxa de lucro. Assim, o desenvolvimento da produtividade do trabalho sob as relações capitalistas de produção resultam, ao mesmo tempo, em diminuição da taxa e aumento da massa do lucro social:

O desenvolvimento da produtividade social do trabalho – com as leis que se configuram na diminuição do capital variável proporcionalmente ao capital global e na conseqüente acumulação acelerada, enquanto a acumulação, reagindo, se torna ponto de partida de nova expansão da produtividade e de novo decréscimo relativo do capital variável – é o mesmo desenvolvimento que se expressa, excluídas flutuações temporárias, no acréscimo progressivo da totalidade da força de trabalho empregada, no crescimento progressivo da massa absoluta da mais-valia e, por conseguinte, do lucro (*C, III*, p. 291).

Se, para aumentar o capital variável em termos absolutos, o capital global deve crescer mais rapidamente do que decai a taxa de lucro, para que esse capital desembolsado produza sua valorização, isto é, crie mais-valia, o aumento da quantidade de mercadorias geradas deve ser ainda maior relativamente à ampliação do capital. Isso porque a redução do valor contido em cada unidade de mercadoria é outro resultado do incremento da produtividade do trabalho, ou ampliação da composição média do capital social. O trabalho de mais alta produtividade cria mais produtos em mesmo tempo, ou seja, incorpora magnitude determinada de valor em maior quantidade de mercadorias. Assim, dado montante de capital produtivo requer quantidades progressivamente mais vultosas de valores de uso para reproduzir seu valor e gerar mais-valia. Em suma, os mesmos fatores que fazem decrescer a taxa de lucro e impelem para a ampliação absoluta do capital social barateiam as mercadorias. Por essa razão, a proporção em que cresce a quantidade de mercadorias deve ser ainda maior que a ampliação do capital⁴⁸.

⁴⁸ Essa ampliação na quantidade de mercadorias impõe o desenvolvimento dos mercados, e portanto do capital comercial, como expusemos no capítulo anterior. Além disso, o aumento da escala da produção resultante do incremento das forças produtivas exige desembolsos de capitais individuais cada vez maiores para tornar possível a produção, ou seja, requer a concentração dos capitais produtivos. Nas relações de concorrência, esse processo destrói os capitais menores ou os impõe a forma de capital por

Como meio de aumentar o montante de mercadorias, a produção capitalista se diversifica. Essa diversificação parte da transformação progressiva de todos os valores de uso sociais tradicionalmente produzidos em mercadorias e estende-se para a criação de novos valores de uso, e com eles novas necessidades sociais, gerados desde o início como suporte do valor. O capital impulsiona a ampliação extensiva da produção de mercadorias tanto quantitativa quanto qualitativa, e o aumento qualitativo de valores de uso serve ao aumento quantitativo de mercadorias. Cria novos ramos de produção como formas concretas novas para a exploração do trabalho e sua conseqüente expansão. Essa diversificação das mercadorias resultante do desenvolvimento produtivo cria os produtos e serviços imateriais do trabalho como mercadorias, veículos de valor. Estes são então subsumidos realmente ao capital: seu processo produtivo emprega o trabalhador coletivo assalariado e faz-se passível de revoluções técnicas que ampliam a produtividade do trabalho. Como exemplos, citamos novamente a indústria do cinema e dos serviços de saúde. O capital subsume a produção imaterial que se realiza na forma de mercadoria. Com a subsunção real ao capital, o trabalho imaterial, na acepção marxiana, isto é, do ponto de vista do produto, transforma-se em trabalho plenamente produtivo para o capital. Assim, a tendência do capital, apontada por Marx em sua definição acessória do trabalho produtivo, de subsumir o conjunto da produção material, não apenas se verifica, como também se mostra tendência a subsumir o conjunto da produção social e desenvolvê-la no interior desta subordinação: “Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor” (*C, I*, p. 466).

A contradição ou paradoxo imanente à forma social do trabalho produtivo cujo produto é capital apresenta-se após a revolução industrial, pois é esta forma concreta que rompe os limites à produtividade do trabalho, na medida em que estabelece o domínio sobre as forças naturais. Esse domínio se efetiva na objetivação do produto do trabalho social progresso em meios de produção mecanizados, que suprime o princípio subjetivo do trabalho produtivo diretamente material e coletiviza definitivamente a produção social:

ações, o que os incorpora aos grandes capitais produtivos. Como desenvolvimento da produção capitalista, não apenas o trabalhador individual se torna improdutivo, incapaz de produzir, como também os pequenos capitais perdem a possibilidade de serem aplicados como capitais produtivos autônomos e, por conseguinte, de explorar diretamente o trabalho produtivo.

Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção (C, I, p. 442).

Mas esta objetivação da técnica do trabalho, que se realiza na criação da maquinaria e seus subseqüentes aperfeiçoamentos, requer uma atividade concreta específica, um tipo de trabalho produtivo que consiste no desenvolvimento da ciência e de suas aplicações técnicas. Marx afirma:

Na produção mecanizada, desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes, e **o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc.**, embora a teoria tenha sempre de ser aperfeiçoada pela experiência acumulada em grande escala (C, I, p. 436, grifo nosso).

A maquinaria impõe a separação radical, no interior do trabalhador coletivo, entre o trabalho produtivo direto, plenamente simplificado, e o trabalho cuja função é criar e aperfeiçoar o instrumental de trabalho. Este é o trabalho produtivo complexo que se objetiva em ciência e tecnologia, ou seja, em aprimoramento das forças produtivas. Quanto ao grau de complexidade, esta atividade concreta é muito superior à mais qualificada função parcial da manufatura. Este é o nível de complexidade do trabalho individual correspondente ao desenvolvimento objetivo. Por outro lado, o trabalho concreto direto na indústria é mais simples do que a função parcial menos complexa da manufatura, uma vez que esta última mantém caráter artesanal. Marx afirma a necessidade desta divisão do trabalho produtivo: “O instrumental do trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica, **pela aplicação consciente da ciência**” (C, I, p. 442, grifo nosso).

Assim, a indústria moderna revoluciona as formas concretas do trabalho produtivo e engendra, por isso, uma nova divisão do trabalho no interior do processo produtivo, caracterizada primordialmente pela separação entre as funções simples de operação direta do instrumental de trabalho e as funções complexas destinadas ao aprimoramento deste instrumental. Esta divisão específica do trabalho produtivo expressa, pois, a contradição imanente ao desenvolvimento capitalista da produção: quanto mais o capital produtivo absorve os resultados do trabalho complexo, mais se

reduz a quantidade, concretamente necessária, de força de trabalho simples para a produção.

Essas duas funções do trabalho produtivo estabelecem, a princípio, diferentes relações com o capital que as consome. O conjunto do trabalho simples que promove o funcionamento da maquinaria é em sua totalidade e desde o princípio subsumido realmente ao capital, uma vez que é forma concreta do trabalho que se origina da forma capitalista da produção. Do trabalho complexo, os mais técnicos, ou diretos – por exemplo, o trabalho dos mecânicos da maquinaria e do engenheiro de produção – são empregados como assalariados, subsumindo-se assim realmente ao capital. O trabalho científico, por outro lado, tem apenas seu produto apropriado pelo capital. Por essa razão, Marx afirma que “A ciência **nada custa** ao capital, o que não o impede de explorá-la” (*C, I*, p. 443, nota 108, grifo nosso). Assim, a ciência subsume-se formalmente ao capital, ou seja, passa a desenvolver-se de acordo com as necessidades capitalistas de expansão produtiva, subordinando sua atividade à finalidade capitalista, mas não se empregam ainda, à época de Marx, os trabalhadores científicos como assalariados dos capitais singulares:

(...) para que o maquinismo possa alcançar esse desenvolvimento, é necessário que a grande indústria tenha já alcançado um nível bastante elevado e que todas as ciências tenham se engajado a serviço do capital. E é necessário, além disso, que o nível a que chegou o maquinismo ofereça por si mesmo grandes recursos. Os inventos se convertem então em um negócio, e a aplicação da ciência à produção imediata passa a ser para o inventor um ponto de vista e um postulado determinantes. (*Grundrisse*, 591).

O interesse específico do capital nesses trabalhadores qualificados não é o valor que o dispêndio de sua força de trabalho diretamente incorpora no produto, mas o valor de uso que engendram. Este valor de uso consiste nos aprimoramentos tecnológicos dos instrumentos de trabalho que permitem economia na produção, isto é, redução de custos para os capitais produtivos por meio da substituição de força de trabalho direta: a força de trabalho complexa indireta destina-se a aperfeiçoar a maquinaria em que se objetiva o capital constante fixo, com a finalidade de reduzir o preço de custo capitalista. Para que este custo decresça, o trabalho deve tornar-se mais produtivo, já que este é o modo de baratear a unidade de mercadoria.

Entretanto, a mais-valia, substância da expansão do capital, é criada apenas pelo trabalho vivo, em que o capital variável se objetiva:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, ou, dito de outro modo, a determinação do trabalho social como forma da antítese de capital e trabalho assalariado, constitui o último desenvolvimento da *relação de valor* e do sistema de produção baseado nele. **Sua premissa é e não pode deixar de ser o volume de tempo de trabalho direto, a aplicação de trabalho empregado, como fator decisivo de produção da riqueza** (*Grundrisse*, 592, grifo nosso).

O tempo de trabalho é medida necessária da riqueza que se caracteriza pela determinação quantitativa, abstrata, ou seja, que se define como valor, dispêndio inespecífico de força de trabalho.

Mas, à medida que se desenvolve a grande indústria, a criação da riqueza real depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho invertido do que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho e cuja *power full effectiveness* não guarda por sua vez relação alguma com o tempo de trabalho direto que custou sua produção, mas que depende de fato do estado geral e do progresso da tecnologia ou da aplicação desta ciência à produção (*Grundrisse*, 592).

A potência das forças produtivas, medida pela quantidade de trabalho direto que permitem economizar, não guarda relação alguma, de acordo com Marx, com o tempo de trabalho despendido em sua produção. Com efeito, o aprimoramento qualitativo da maquinaria não se determina imediatamente pelo tempo de trabalho complexo despendido nessa atividade, mas depende do nível social de desenvolvimento da ciência e da tecnologia absorvido pelo trabalho complexo ativo.

Contudo, conforme a produção capitalista se desenvolve, a velocidade com que novos aperfeiçoamentos são implementados torna-se fator determinante nas relações de concorrência entre os capitais produtivos, ou seja, o papel dos trabalhadores qualificados que produzem ciência e tecnologia ganha cada vez maior importância. Isso porque, na concorrência, é imperativo reduzir o preço de custo com relação ao médio, o que os capitais singulares alcançam ampliando a composição orgânica do capital ou produtividade do trabalho, bem como o montante absoluto do capital social adiantado, que dela resulta. Assim, impõe-se progressivamente a subsunção real destes trabalhadores produtivos ao capital, que se tornam assalariados dos capitais produtivos singulares. Com isso, a força de trabalho complexo destinada a aprimorar as forças produtivas passa a compor o capital variável, e faz-se custo para o capital singular. A partir desse momento não se pode mais afirmar, com Marx, que a ciência nada custa ao capital. Por conseguinte, quando assalariado do capital, o trabalho científico ou

tecnológico se sujeita à necessidade de redução de custos do capital que o emprega, ou seja, à necessidade de ampliação da produtividade também de seu trabalho específico de desenvolver as forças produtivas. O processo de trabalho da própria produção científica e tecnológica faz-se processo coletivo e decomposto de trabalho, organizado cooperativamente, e passível de revoluções técnicas que substituem trabalhadores em funções acessórias. O capital subsume assim realmente a produção da ciência e da tecnologia, que se tornam meios diretos de produção de capital, incorporando valor multiplicado ao produto que criam. Esse assalariamento, ou subsunção real do trabalho complexo ao capital, potencializa, ainda, o aprimoramento tecnológico, uma vez que essa função social passa a desenvolver-se também sob as leis da concorrência.

O emprego de maiores quantidades de trabalho complexo voltado ao aprimoramento das forças produtivas tem por resultado, por um lado, a substituição da força de trabalho direta:

Na medida em que o volume de tempo de trabalho – a simples quantidade de trabalho – é postulado pelo capital como único elemento determinante [da produção], o trabalho direto e sua quantidade desaparecem como princípio determinante da produção – da criação de valores de uso – ou ficam reduzidos quantitativamente a uma proporção menor, ao passo que, qualitativamente, se convertem em um momento, sem dúvida indispensável, mas subalterno com respeito ao trabalho científico em geral, ao emprego tecnológico das ciências naturais e da produtividade geral que emana da organização social do conjunto da produção, revelada como um dom natural do trabalho social (ainda que se trate [realmente] de um produto histórico) (*Grundrisse*, 587-8).

Por outro lado, a ampliação do trabalho complexo indireto na produção resulta na complexificação das funções parciais diretas, conforme a operação de máquinas mais elaboradas passe a requerer formação subjetiva prévia⁴⁹. Com o crescente emprego de trabalho complexo indireto pelo capital, o próprio trabalho direto se complexifica e, além disso, se intensifica: o trabalhador passa ter de dar conta de parcelas cada vez maiores do processo produtivo. Ambos os fatores advém do desenvolvimento da maquinaria e contribuem para a redução da quantidade de trabalho requerida pela produção, ou ainda, impõem a queda da parcela que o capital variável significa no capital total. Isso ocorre mesmo considerando que o trabalho complexo incorpora valor multiplicado ao produto, funcionando sob taxa superior de mais-valia, ou de exploração,

⁴⁹ É o caso das máquinas CNC, ou computadorizadas, por meio das quais o produtor direto produz ao operar, e por vezes desenvolver, softwares específicos. O trabalho direto se torna complexo e, do ponto de vista da atividade individual, imaterial.

uma vez que se reduz, de fato, a quantidade de capital variável com relação ao constante, ou seja, a quantidade absoluta de trabalho que determinado montante de capital é capaz de comandar. Marx afirma: “O próprio conceito de capital implica que, ao aumentar a produtividade do trabalho, diminua a força própria deste, ainda que incrementando a força exterior a ele” (*Grundrisse*, 590).

Ao contrário do trabalho material direto, o trabalho científico não pode ser integralmente substituído pelo instrumental objetivo de trabalho. Isso porque, por mais desenvolvidas que sejam as forças produtivas, a ciência não pode produzir-se sem interferência humana, embora possa engendrar os meios que tornem possível a produção material sem essa interferência⁵⁰: a atividade de desenvolvimento científico e tecnológico é complexa, ou seja, é trabalho que tem por fundamento a incorporação subjetiva dos resultados anteriormente desenvolvidos pelo trabalho social. O trabalho concreto que se baseia na conformação subjetiva impõe sua determinação qualitativa como contribuição central à produção. No trabalho complexo, os resultados do trabalho social pregresso estão incorporados na subjetividade como conhecimento, de forma que as diferenças individuais se tornam o próprio cerne de sua força produtiva, inclusive para o capital. A determinação produtiva desta espécie de atividade concreta é seu aspecto qualitativo, daí denominar-se trabalho qualificado. Tendo como determinante o aspecto qualitativo ou distintivo de sua atividade, a forma concreta complexa do trabalho não é a mais adequada à determinação social abstrata do trabalho. Esta se define como dispêndio inespecífico de força de trabalho, por isso indiferenciado, que tem por base a indistinção das forças de trabalho individuais. O tempo é, pois, sua medida própria. Mas não é medida adequada para a produtividade do trabalho complexo, uma vez que sua determinação básica e sua utilidade para o capital não é o dispêndio indiferenciado, mas sim específico da força de trabalho com a finalidade de gerar um valor de uso particular, que consiste no aprimoramento produtivo.

No entanto, uma vez subsumido realmente ao capital, esta forma das relações sociais de produção imprime a determinação abstrata ao trabalho complexo cuja função é desenvolver a produtividade do trabalho direto, na medida em que se realiza no interior do processo produtivo cujo resultado essencial é capital. Além disso, é ele próprio assalariado e cria produtos objetivos que, pelo trabalho incorporado, valorizam

⁵⁰ Há processos produtivos parciais realizados por meio da robótica, sem outra interferência humana que a vigilância geral do processo e o controle de qualidade do produto. O trabalho produtivo, material, reduz-se aí ao aprimoramento do instrumental de trabalho e é composto primordialmente de atividades parciais complexas e imateriais.

diretamente o capital, embora não na mesma proporção em que indiretamente o desvalorizam. Ademais, o trabalho complexo indireto se torna produtor direto de mercadorias quando a própria ciência se faz mercadoria, o que se verifica nas formas jurídicas das patentes e direitos à propriedade intelectual, que garantem a circulação desses valores de uso imateriais como mercadorias e fazem do trabalho envolvido em sua criação trabalho abstrato produtivo de valor. O trabalho complexo direto, por outro lado, forma concreta do trabalho originada pelo desenvolvimento produtivo que tem na ciência sua fonte principal, realiza-se desde o início como trabalho abstrato em virtude de sua função imediata de criar mercadorias e, por conseguinte, incorporar mais-valia. Assim, impõe-se a determinação abstrata ao trabalho complexo, essencialmente qualitativo, quando subsumido ao processo de produção de capital, embora sua forma concreta não seja plenamente adequada à determinação quantitativa do trabalho abstrato. Por isso, o valor da força de trabalho complexo, bem como de seu produto, tem como medida o valor da força de trabalho simples, e é mensurado apenas enquanto ambos se comparam na prática das trocas. Marx afirma, com efeito, que o tempo de trabalho não é medida apropriada ao trabalho complexo indireto e, portanto, o valor não é forma social adequada ao seu produto:

O roubo de tempo de trabalho alheio, em que descansa a riqueza atual, se revela como um fundamento miserável, ao lado deste outro, criado e desenvolvido pela grande indústria; tão logo o trabalho em forma direta deixe de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixará e terá de deixar necessariamente de ser sua medida e, com ele, o valor de troca [a medida] do valor de uso. (Grundrisse, 593).

Do ponto de vista do desenvolvimento produtivo concreto, Marx afirma que “só com a indústria moderna aprende o homem a fazer o seu trabalho passado, o trabalho já materializado, operar em grande escala, gratuitamente, como se fosse uma força natural” (C, I, p. 444). Com isso, transforma-se a atividade concreta do trabalho produtivo:

O trabalhador [agora,] aparece junto ao processo de produção, em vez de ser seu agente principal. Nesta transformação, o que aparece como o grande pilar fundamental da produção e da riqueza não é mais o trabalho direto que o próprio homem executa, nem o tempo durante o qual trabalha, mas a apropriação de sua força produtiva geral, sua capacidade para compreender a natureza e dominá-la mediante sua existência como corpo social, em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social (Grundrisse, 593).

Mas esse domínio da natureza se efetiva com a mediação das relações capitalistas de produção, que fazem do desenvolvimento produtivo um processo contraditório. O caráter gratuito da produção mecanizada, que consiste em economia de tempo de trabalho, é, como explicitado acima, contraditório para o capital porque, se reduz o custo capitalista da produção singular, permitindo, por meio do barateamento relativo da mercadoria que produz, atração de parcela maior da mais-valia social, do ponto de vista do capital social reduz progressivamente a quantidade de trabalho que é capaz de consumir e faz com que o capital seja impelido a aumentar sua magnitude em velocidade crescente para alcançar a produtividade do trabalho, e assim evitar a redução da taxa de acumulação. Por essa razão,

O capital é uma contradição posta em movimento: tende a reduzir ao mínimo o tempo de trabalho, ao mesmo tempo em que faz dele a fonte única e a medida da riqueza. Diminui assim o tempo de trabalho sob sua forma necessária para acrescê-lo em sua forma supérflua, fazendo do trabalho supérfluo, em medida crescente, a condição – question de vie ou mort – do tempo de trabalho necessário. Por um lado, o capital põe em marcha todas as forças produtivas da ciência e da natureza, estimula a cooperação e o intercâmbio social para tornar a criação de riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho; mas, por outro, trata de medir em tempo de trabalho as imensas forças sociais assim criadas, **condenando-as com isso a permanecerem dentro dos limites necessários para manter como valor o valor já criado** (*Grundrisse*, 593, grifo nosso).

A contradição que o desenvolvimento produtivo engendra não tem, contudo, o poder de dissolver as relações capitalistas de produção, precisamente porque o capital condena as forças produtivas “a permanecerem dentro dos limites necessários para manter como valor o valor já criado”, isto é, em condições de incorporar quantidade de trabalho suficiente para reproduzir e expandir o capital. Não apenas pelo aumento da magnitude do capital de composição orgânica superior, mas também por manter parte do capital produtivo social funcionando com composição orgânica inferior, associada à redução dos salários. Isso se faz possível devido à população excedente crescente engendrada pela produção capitalista. De acordo com Marx,

Da natureza do processo de acumulação capitalista – que é apenas um aspecto do processo de produção capitalista, infere-se, evidentemente, que a massa acrescida dos meios de produção, destinada a converter-se em capital, encontra sempre um acréscimo correspondente, quando não excessivo, na população trabalhadora explorável (*C, III*, pp. 289-90).

O aumento do montante do capital social, que implica ampliação dos meios de consumo baratos, conjuntamente com o decréscimo relativo de sua necessidade de empregar força de trabalho, produz população excedente crescente. No modo de produção do capital, a redução dos custos de produção imposta pelas relações concorrenciais se efetiva não apenas pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas também por meio da exploração da força de trabalho cujo custo capitalista é inferior ao do instrumental que substitui esta força. Assim, o capital limita o desenvolvimento da produtividade do trabalho quando a exploração do trabalho é imediatamente mais rentável, ou menos custosa. Como o preço da força de trabalho é mais flexível do que o das mercadorias objetivas, e ademais, é sempre menor que o valor que incorpora ao produto, é freqüente a condição em que empregar trabalho é mais barato que introduzir a maquinaria para substituí-lo. Marx explica e exemplifica:

Uma vez que não paga o trabalho empregado, mas o valor da força de trabalho utilizada, a aplicação da maquinaria, para o capital, fica limitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho que ela substitui. (...) Por isso, pode variar muito a diferença entre o preço da máquina e o preço da força de trabalho a substituir, embora permaneça invariável a diferença entre a quantidade de trabalho necessária para produzir a máquina e a quantidade total de trabalho que ela substitui. **Mas é só a primeira diferença que determina os custos de produção da mercadoria para o capitalista e o influencia através das leis coativas da concorrência.** Por isso, máquinas hoje inventadas na Inglaterra só são empregadas na América do Norte (*C, I*, p. 449, grifo nosso).

Marx demonstra que determinados aprimoramentos não podem ser introduzidos na produção capitalista, apesar de ampliarem a produtividade do trabalho e reduzirem o valor da mercadoria, porque não diminuem o preço de custo capitalista da mercadoria. A quantidade de trabalho vivo pago substituída pela nova maquinaria apenas compensa o aumento do valor do capital constante, mas não faz decrescer a magnitude do capital adiantado. Vale reproduzir outro exemplo de Marx:

Admitamos que determinada indústria capitalista produza a unidade normal de sua mercadoria nas seguintes condições: desgaste do capital fixo, $\frac{1}{2}$ xelim ou marco; matérias-primas e matérias auxiliares, $17 \frac{1}{2}$ xelins; salários, 2 xelins, e mais-valia, com uma taxa de 100%, 2 xelins. Valor global = 22 xelins ou marcos (*C, III*, p. 341-2).

Marx supõe a coincidência da composição orgânica deste capital produtivo singular com a composição média, o que, dada a taxa geral de lucro, iguala a massa de mais-

valia e de lucro individuais: “Nessas condições, temos o preço de custo da mercadoria = $\frac{1}{2} + 17 + \frac{1}{2} + 2 = 20$ xelins, a taxa média de lucro = $2/20 = 10\%$, o preço de produção da unidade igual ao valor, a 22 xelins ou marcos” (C, III, p. 341-2). Para esse processo produtivo particular, Marx supõe a criação de uma máquina que altera a composição orgânica do capital produtivo em questão nos seguintes termos:

Imaginemos que se invente máquina que reduza à metade, para cada unidade, o trabalho vivo exigido, mas que, em compensação, triplique a fração do valor relativa ao desgaste do capital fixo. Teríamos então 1 $\frac{1}{2}$ xelins para desgaste, 17 $\frac{1}{2}$ xelins para matérias-primas e auxiliares, 1 para salários, 1 para mais-valia, ao todo, 21 xelins ou marcos. O valor da mercadoria diminuiu então de 1 xelim; a nova máquina aumentou, sem dúvida, a produtividade do trabalho. Mas o capitalista vê as coisas de maneira diferente. Seu preço de custo agora é: 1 $\frac{1}{2}$ xelins para desgaste, 17 $\frac{1}{2}$ de matérias-primas e auxiliares, 1 de salários, ao todo, 20 xelins, como dantes. Uma vez que a nova máquina não implica alteração automática da taxa de lucro [apenas o capital em questão não expressa mais a composição social média, mas funciona agora com composição superior à média; a taxa geral de lucro mantém-se 10%], terá ele de acrescentar 10% sobre o preço de custo, isto é, 2 xelins; não se modifica, portanto, o preço de produção = 22 xelins, ficando, portanto, 1 xelim acima do valor. Para uma sociedade que produz em condições capitalistas, a mercadoria *não* barateou, a nova máquina não trouxe aperfeiçoamento algum. O capitalista não tem o menor interesse de introduzir a nova máquina. E, uma vez que, introduzindo-a, simplesmente tornaria sem valor sua maquinaria atual, ainda não desgastada, transformá-la-ia em ferro velho e nada mais, experimentando, portanto, séria perda, abstém-se de praticar o que para ele não passa de disparate, de mera utopia (C, III, p. 341-2).

Neste caso, a restrição à produtividade se deve ao fato de que a redução no salário do trabalhador coletivo que a inovação geraria apenas compensa o aumento que produziria no valor do capital constante (abstraindo-se da perda devida ao desgaste moral da maquinaria antiga). Com isso, não se reduz o preço de custo capitalista. Quanto menores os salários, mais freqüente é esta situação, e os salários são mais baixos quando cresce a população excedente. Marx explicita o papel da população excedente na limitação do desenvolvimento da produtividade do trabalho:

Em velhos países civilizados, a aplicação da máquina em alguns ramos provoca tal excesso de força de trabalho (*redundancy of labour*, diz Ricardo) em outros ramos que, nestes, a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede a aplicação das máquinas, tornando-a muitas vezes impossível, supérflua, do ponto de vista do capital, cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado, mas da diminuição do trabalho pago (C, I, p. 450).

O modo de produção capitalista deprecia a força de trabalho com a ampliação da produtividade e da população excedente em consequência, e com isso a torna mais

apropriada à reprodução do capital, embora seja a espécie de força de trabalho mais irrelevante do ponto de vista do desenvolvimento produtivo concreto⁵¹. Marx oferece mais exemplos:

Os ianques inventaram as máquinas britadoras. Os ingleses não as aplicam, pois o pagamento recebido pelo desgraçado, *wretch* (*wretch* é o termo com que a economia política inglesa designa o trabalhador agrícola), que realiza esse trabalho, corresponde a uma parte tão ínfima de seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista. Na Inglaterra, em vez de cavalos, empregam-se ainda, ocasionalmente, mulheres para sirgar os barcos nos canais, pois o trabalho necessário para produzir cavalos e máquinas é uma grandeza matemática bem definida, e o necessário para manter as mulheres da população excedente não chega a merecer consideração (*C, I*, pp. 450-1).

A superpopulação relativa

(...) permite que, em muitos ramos de produção, perdure mais ou menos incompleta a subordinação do trabalho ao capital, e por mais tempo do que seria à primeira vista de esperar da situação geral de desenvolvimento; isto acontece por baratearem e se tornarem abundantes os trabalhadores desempregados ou liberados (...). Ademais, surgem novas indústrias, sobretudo no setor de consumo de luxo, as quais se baseiam justamente nessa superpopulação relativa, muitas vezes liberada pela predominância, noutros ramos de produção, do capital constante, e ostentam a predominância do trabalho vivo, só pouco a pouco realizando a evolução por que passaram os outros ramos (*C, III*, p. 312)

O fato de a força de trabalho ser mercadoria, e além disso, mercadoria que, como todas as outras, tem seu valor reduzido pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho, é fator que contribui para retardar esse desenvolvimento e manter parte da produção social efetivada sob composição orgânica inferior, utilizando grande volume de trabalho simples. Retarda-se, pois, a ampliação da composição orgânica média do capital social. É o que afirma Marx na seqüência:

Nos dois casos, o capital variável representa proporção considerável de todo o capital e o salário é inferior à média, de modo que a taxa e a massa de mais-valia são extraordinariamente altas em tais indústrias. E, uma vez que a taxa geral de

⁵¹ No interior do modo de produção do capital, a defesa do trabalhador consiste em defesa do emprego ou do assalariamento e, portanto, proteger o trabalho é limitar o desenvolvimento de sua produtividade. A legislação brasileira, por exemplo, determina um limite à ampliação da produtividade do trabalho como forma de proteção ao trabalhador (Constituição Federal, Artigo 7º - XXVII: “proteção em face da automação, na forma da lei”, regulamentada em cada setor). Assim, há processos produtivos parciais totalmente robotizados em outros países, mas que, no Brasil, são instalados com maquinaria menos desenvolvida. (Isto ocorre, por exemplo, com as fábricas da Volkswagen no Brasil, cujo instrumental é menos desenvolvido que o utilizado no país de origem, mas também na produção rural, em que se impõe limites à colheita mecanizada, como no ramo sucroalcooleiro).

lucro se forma pelo nivelamento das taxas de lucro dos ramos particulares de produção, a mesma causa que produz a tendência cadente da taxa de lucro gera uma reação contra essa tendência, mais ou menos paralisando-a (C, III, p. 312).

Essa “paralisação” é precisamente a restrição resultante da forma assalariada do trabalho ao incremento da produtividade do trabalho, e tem por efeito a manutenção de parte da força de trabalho social, de valor depreciado, como trabalho direto simples.

Assim, o desenvolvimento produtivo sob as relações capitalistas produz uma população excedente crescente, cuja força de trabalho se deprecia na mesma proporção em que este desenvolvimento se amplia. A constante ampliação da força de trabalho excedente, associada à sua também crescente depreciação, atrai capitais em busca de redução de custos e impõe restrições ao desenvolvimento produtivo nos ramos que a utilizam. A determinação auto-expansiva dos capitais em concorrência, forma inerente às relações de produção que se fundamentam na forma privada de apropriação, implica, por conseguinte, tanto o desenvolvimento produtivo, quanto o limite a este desenvolvimento: “Para o capital, não vige incondicionalmente a lei do aumento da produtividade do trabalho. Para o capital, aumenta essa produtividade quando, mais do que se acrescenta em trabalho pretérito, se economiza em trabalho vivo *pago*, e não em trabalho vivo em geral, o que já vimos sucintamente no Livro Primeiro, capítulo XIII, p. 450s⁵²” (C, III, p. 342). Deste modo, a própria propriedade privada na qual se baseiam as relações capitalistas de produção, se historicamente mostrou-se forma de apropriação necessária para o desenvolvimento produtivo, uma vez que permitiu a coletivização do trabalho da manufatura e, a partir dela, a objetivação das forças produtivas que as fizeram forças produtivas sociais, apresenta-se como forma que, conquanto não o interrompa, impõe restrições ao desenvolvimento produtivo. A forma de apropriação privada, ou relações sociais capitalistas de produção, estabelece limites, portanto, ao

⁵² Na Parte Quarta do *Livro I*, que abrange o capítulo XIII, Marx expõe o processo histórico de subsumção progressiva do trabalho ao capital, que transforma o trabalho produtivo em seu caráter concreto e conduz à ampliação sem precedentes na produtividade social do trabalho, ao mesmo tempo em que, dada a forma assalariada do trabalho, impõe restrições ao desenvolvimento produtivo. Baseamo-nos, pois, na Parte Quarta para expor brevemente esse processo histórico, e foram extraídos da passagem do *Livro I* a que Marx se refere os exemplos supracitados sobre o limite à substituição do trabalho vivo pelo instrumental de trabalho. Na Parte Terceira do *Livro III*, Marx analisa as transformações que esse processo de complexificação produtiva imprime ao capital, especialmente em sua composição orgânica, que resultam na lei de tendência a cair da taxa de lucro. A conexão entre a Parte Quarta do *Livro I* e a Parte Terceira do *Livro III* é indicada por Marx. Nos *Grundrisse*, na passagem que compreende as páginas 582 a 602 (do manuscrito), Marx opõe o desenvolvimento produtivo concreto levado a cabo pela subsumção do trabalho social à forma capitalista, à expansão do capital, e sustenta a obsolescência da forma capital das relações sociais para o desenvolvimento ulterior historicamente possível do trabalho. Baseamo-nos, pois, nestas três passagens da obra de Marx para compor o presente item deste capítulo.

desenvolvimento concreto do trabalho produtivo: “Sua missão histórica é o desenvolvimento implacável, em progressão geométrica, da produtividade do trabalho humano. Trai essa missão quando (...) estorva o desenvolvimento da produtividade. Assim, de novo demonstra que se torna senil, sendo cada vez mais superado pelo tempo” (C, III, p. 342). Esse caráter ultrapassado do capital que consiste no estorvo ao desenvolvimento da produtividade do trabalho não se estabelece pelo modo de produção capitalista em seu sentido técnico, material, como ocorre com as formações pré-capitalistas. Ao contrário, esse modo da produção foi justamente aquele que conduziu determinados processos produtivos (parciais) à robotização ou total automação, sem intervenção humana alguma senão a vigilância do processo. Contudo, as relações sociais de produção que visam à expansão do valor, ou do comando de quantidades de trabalho vivo cada vez maiores incorporadas ao produto social na forma de mais-valia, impedem que esse nível de desenvolvimento da produtividade se generalize para todos os ramos da produção, uma vez que a automação completa da produção social impossibilitaria não apenas a expansão do capital, mas a reprodução do produto social (o valor-capital) já criado *como valor*. Marx afirma:

A barreira efetiva da produção capitalista é o *próprio capital*: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o *capital*, ao invés de os meios de produção serem apenas meios de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a *sociedade* dos produtores. **Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital**, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os **métodos de produção** que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. **O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais –, em caráter permanente, conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente** (C, III, pp. 328-9, grifos nossos).

Além de restrições ao desenvolvimento da produtividade, a redução do custo capitalista de produção, imposição necessária da expansão do capital, engendra ainda a ampliação dos custos reais da produção social. Marx afirma:

Do ponto de vista social, a produtividade do trabalho aumenta com sua economia. Esta implica economizar meios de produção e evitar todo trabalho inútil. O modo capitalista de produção, ao mesmo tempo que impõe economia em cada negócio particular, produz, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade, além de

criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas (*C, I*, pp. 601-2).

As principais funções designadas por Marx como supérfluas em si mesmas, ou seja, supérfluas do ponto de vista da produção concreta, mas criadas pela forma capitalista das relações produtivas e indispensáveis a esta forma particular, consistem nas atividades que compõem a categoria de trabalho improdutivo para o capital. São as funções concretas do trabalhador do comércio e de criação dos produtos associados à forma comercial de intercâmbio, como a propaganda; as funções necessárias à garantia da propriedade privada, como a segurança e o controle dos trabalhadores; as funções bancárias; a contabilidade privada; a direção e administração privadas dos empreendimentos capitalistas. Estas atividades são supérfluas em si mesmas ou para produção concreta porque não criam valores de uso sociais. São improdutivas para o capital porque não engendram valor. Contudo, são atividades que já nascem subsumidas ao capital porque, mais do que isso, são desdobramentos necessários e exclusivos da forma capitalista do trabalho produtivo, em princípio efetivadas pelo próprio capitalista, como personificação do capital. O desenvolvimento da produção capitalista impõe, como exposto no capítulo anterior, a ampliação quantitativa dessas atividades, tornando-as função do trabalho assalariado. O assalariamento do trabalho improdutivo se torna possível devido tanto ao aumento da população excedente, quanto ao incremento da produtividade do trabalho que barateia as mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho. Por outro lado, é condição que permite o desenvolvimento dos capitais mercantis.

Do ponto de vista concreto, o trabalho improdutivo empregado como assalariado do capital é, em primeiro lugar, trabalho: atividade humana consciente de transformação, que produz um resultado socialmente útil. Contudo, não cria valores de uso sociais, materiais ou imateriais, e por isso Marx o caracteriza como supérfluo do ponto de vista concreto; mas o resultado que gera é útil especificamente para a forma social capitalista das relações sociais. O objeto sobre o qual opera o trabalho improdutivo das funções comerciais ou de circulação é o valor: as transformações que efetiva são as metamorfoses formais do valor, necessárias à realização da mais-valia social. Os empregados dos bancos e do capital financeiro em geral realizam os movimentos do valor, necessários aos pagamentos, ou do capital, requeridos quando de seu investimento como capital a juros. A contabilidade organiza e explicita a

movimentação do valor no interior da empresa capitalista, e a direção da empresa opera sobre as próprias relações entre os diversos agentes que participam de sua atividade. A propaganda comercial tem por objeto o sujeito social, que pretende conformar, tornando-o adequado, por meio do consumo de mercadorias e serviços, à expansão dos capitais em concorrência. Deste modo, à exceção da direção, cujo objeto são as próprias relações sociais de produção e intercâmbio, e da propaganda, que visa a transformação subjetiva, o objeto do trabalho improdutivo que se troca por capital é a própria riqueza em sua forma abstrata, a riqueza gerada essencial e especificamente pela forma capitalista do trabalho produtivo. As duas exceções são função da produção desta riqueza social específica. O trabalho improdutivo completa a produção do capital, mas não da riqueza concreta em que se baseia, cuja criação é levada a cabo pelo trabalho produtivo, e sim da forma abstrata que a riqueza necessariamente assume quando criada sob as relações de produção capitalistas. Dessa maneira, a finalidade do trabalho improdutivo assalariado do capital é a reprodução destas mesmas relações. Os objetos sobre os quais recai a atividade do trabalho improdutivo consistem na forma capital da riqueza social, nas relações entre os indivíduos sociais que produzem a riqueza sob esta forma, ou ainda, na própria subjetividade social, conformada a este modo das relações de produção. O trabalho improdutivo é, pois, função acessória, complementar do trabalho produtivo sob as relações capitalistas de produção. Como atividade concreta, é inerente à forma capitalista do trabalho produtivo, e existe sempre como função parcial da produção de capital. Ademais, as funções concretas do trabalho improdutivo também se complexificam com a expansão do capital. Assim, o trabalho improdutivo, como função do trabalho assalariado social, se origina do desenvolvimento capitalista do trabalho produtivo.

Ao se tornar assalariado de capitais singulares, o trabalho improdutivo do comércio, do mesmo modo que a produção imaterial e a ciência (que se torna componente do trabalho produtivo material), é subsumido realmente ao capital em seu desenvolvimento posterior à análise de Marx. Faz-se trabalhador coletivo, organizado sob a divisão do trabalho em funções parciais progressivamente simplificadas, reduzindo com isso o valor da força de trabalho assim empregada. Marx não deixou de prever essa subsunção:

O trabalhador comercial em sentido estrito figura entre os trabalhadores mais bem pagos entre os que efetuam trabalho qualificado, acima do médio. Entretanto, com

o progresso do modo capitalista de produção, seu salário tende a cair, mesmo em relação ao trabalho médio. Uma das causas é a divisão do trabalho no escritório: daí resulta um desenvolvimento apenas unilateral das aptidões de trabalho, em parte gratuito para o capitalista, pois o trabalhador torna-se competente exercendo a própria função, e tanto mais rapidamente quanto mais unilateral for a divisão do trabalho. Outra causa é a circunstância de a preparação, os conhecimentos de comércio e de línguas etc. se difundirem, com o progresso da ciência e a vulgarização científica, mais rápida, mais facilmente, de maneira geral e mais barato, quanto mais o modo capitalista de produção imprime aos métodos de ensino etc. um sentido prático. A generalização da instrução pública permite recrutar esses assalariados de camadas sociais antes à margem dessa possibilidade e que estavam habituadas a nível de vida mais baixo. Aumenta o afluxo desses trabalhadores e em consequência a competição entre eles. Por isso, ressalvadas algumas exceções, a força de trabalho dessa gente deprecia-se com o progresso da produção capitalista; o salário cai, enquanto aumenta a capacidade de trabalho (C, III, p. 400).

Como se torna custo para capitais mercantis singulares, impõe-se a ampliação da produtividade do trabalho como meio de redução de custo capitalista também nesses ramos. O trabalhador improdutivo do comércio, assim como o trabalhador bancário e as funções de contabilidade, faz-se passível de substituição pelo instrumental desenvolvido de trabalho, como, por exemplo, pela introdução dos computadores como meios de trabalho. O trabalho improdutivo, desdobramento da forma capitalista do trabalho produtivo, se faz, pois, função parcial do trabalho assalariado subsumido realmente ao capital.

As determinações concretas do trabalho são históricas e, historicamente, diversificam suas formas, tornando-o trabalho simples e complexo, material e imaterial, e, no interior do modo de produção do capital, a forma social de trabalho abstrato impõe-se às diversas funções do trabalho concreto. Como trabalho social abstrato, criador de riqueza abstrata, desdobra-se em trabalho produtivo e improdutivo. O primeiro, que em sua determinação concreta individual é simples, complexo, material e imaterial, cria o valor, substância do capital. O segundo, que em sua determinação concreta individual é simples ou complexo, mas sempre imaterial, opera as transformações necessárias no valor para que o produto social se faça efetivamente capital. O trabalho produtivo para o capital, definido como trabalho que cria os valores de uso sociais sob as relações de produção que os tornam essencialmente valor ou riqueza abstrata, transforma-se conjuntamente com as transformações históricas que alteram as formas concretas do trabalho produtivo em sua acepção geral. O processo de complexificação da produção social, ou desenvolvimento da produtividade do trabalho, ao transformarem as formas concretas do trabalho produtivo em geral, alteram também

as formas concretas do trabalho produtivo de valor, uma vez que se trata do mesmo trabalho, sob relações sociais de produção determinadas. Ao estabelecer-se e definir-se como resultado de uma relação social de produção, o valor não encontra limitação em nenhuma forma concreta do trabalho produtivo, mas restringe-se apenas pelas determinações da relação social capitalista que o cria como produto essencial do trabalho. O capital não é, em si mesmo, nenhuma das formas concretas em que existe, mas consiste objetivamente na dominação do trabalho que se realiza mediante a privação do indivíduo de seus meios de produção e de vida, isto é, pelo poder material da propriedade privada. A determinação auto-expansiva do capital, que se identifica com a ampliação da propriedade privada, impõe a criação de nova riqueza *para* essa forma de apropriação. Riqueza, contudo, é sempre o produto do trabalho humano. Para ampliar quantitativamente a riqueza privada, é necessário que o trabalho crie nova quantidade de riqueza, mas riqueza que sirva de substância à ampliação da propriedade privada. Por essa determinação quantitativa, o produto do trabalho se torna valor, riqueza abstrata. A ampliação do capital, produto crescente do trabalho sob apropriação privada, amplia também a privação social, que é a força própria de que o capital lança mão para dominar o trabalho social. A expansão do capital consiste na ampliação do poder de dominação sobre o trabalho social. O capital é, pois, objetivamente, a relação social que determina este domínio, não obstante só exista incorporado às formas concretas do produto social do trabalho, inclusive na força de trabalho. Por outro lado, o capital, relação social, não impõe definitivamente sua forma ao trabalho, ou seja, não absorve o trabalho às suas determinações. Em outras palavras, a forma privada de apropriação não se faz forma necessária, inescapável da efetivação da atividade produtiva. O capital mantém-se sempre como uma forma social das relações de produção, e por essa razão incorpora-se no produto trabalho social (valores de uso e força de trabalho individual) e apresenta-se como trabalho morto, cujo poder sobre o trabalho vivo consiste na forma de apropriação privada. O trabalho não é em si mesmo capital, mas o capital é trabalho sob uma forma definida das relações sociais. O trabalho, em si mesmo, é trabalho produtivo, atividade histórica de auto-constituição humana. Por isso, mantém sempre em si algum grau de liberdade que permite a transformação das relações estabelecidas entre os indivíduos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente exame da concepção de Marx sobre o trabalho produtivo, intentamos destacar as conexões e contradições entre o caráter concreto do trabalho produtivo (em sua acepção geral, portanto) e a forma de sociabilidade do capital, que faz deste trabalho produtivo de mais-valia ou capital. “As forças produtivas e as relações sociais – dois aspectos distintos do desenvolvimento do indivíduo social (...)” (*Grundrisse*, 594) – não podem ser apartados na realidade, uma vez que a produção é sempre social e que a sociabilidade é em si mesma relação de produção. A distinção, na análise, entre as necessidades da produção concreta e as que se referem à forma social das relações de produção, bem como as determinações que cada um desses aspectos da dinâmica social imprime sobre o outro, ou sua relação intrínseca, é necessária para destacar o caráter histórico do capital, bem como as formas do trabalho.

O capital confere ao trabalho produtivo concreto a forma social abstrata, que constitui a transformação essencial que impõe à produção social. Esta forma social do trabalho define o modo de produção capitalista. Embora nem todo o trabalho assalariado do capital contribua, em sua atividade individual, para a produção de valor, o conjunto do trabalho assalariado tem como função primeira efetivar a reprodução ampliada do capital social, ou seja, possibilitar a acumulação quantitativa de riqueza social em sua forma abstrata de valor. O trabalho assalariado, em suas diversas funções parciais, é empregado apenas para levar a cabo esta finalidade. Contudo, o capital não absorve (e esta é uma de suas determinações) o conjunto da força de trabalho social expropriada e, por essa razão, há trabalho assalariado que se troca por renda, isto é, força de trabalho trocada como mercadoria fora do ciclo de reprodução do capital. A forma abstrata conferida ao trabalho produtivo social engendra transformações na divisão do trabalho.

No interior do atual modo de produção capitalista podemos distinguir, em termos sintéticos, entre os trabalhos que produzem valores de uso consumíveis ou sociais, e aqueles que geram resultados úteis à forma social do capital, isto é, que operam exclusivamente sobre a própria forma das relações sociais. Entre os primeiros, diferenciam-se, quanto à sua relação com o capital, aqueles que geram mercadorias e se efetivam sob o modo capitalista de produção, e por isso caracterizam o trabalho produtivo, e aqueles que se realizam fora da produção de capital e são trocados por renda. Ainda entre os primeiros, podem-se diferenciar os trabalhos pelo caráter material

ou imaterial do produto que geram. Os que criam valores de uso materiais transformam a natureza exterior; os que criam valores de uso imateriais são mediações para a atividade prática, atividades parciais para a produção material, ou ainda, visam a transformações especificamente subjetivas como no conhecimento não aplicado, seja científico, filosófico ou artístico. Entre os trabalhos que não criam valores de uso socialmente consumidos, pode-se distinguir entre os que são assalariados diretos do capital, e que efetivam os movimentos do valor e do capital, bem como atuam sobre os próprios sujeitos das relações sociais, e o trabalho específico da organização social. Os assalariados do capital compreendem o trabalho da circulação e da direção capitalista dos empreendimentos privados, e compõem a categoria de trabalho improdutivo para o capital; o trabalho de organização social se realiza fora do ciclo de reprodução do capital e consiste nas atividades próprias ao âmbito político. Em todas as funções do trabalho, as atividades parciais diferenciam-se pelo grau de complexidade. Essa configuração da divisão do trabalho é produto histórico do desenvolvimento produtivo sob as relações sociais capitalistas. O impulso auto-expansivo do capital, inerente a essa forma das relações sociais, determina transformações históricas nas configurações concretas do trabalho social. Por outro lado, o capital determina esse desenvolvimento concreto por meio da subsunção das formas históricas novas do trabalho produtivo à sua lógica própria.

Após a consolidação da indústria moderna, apresenta-se como condição para a expansão do capital a subsunção do trabalho complexo – científico e tecnológico – destinado a aprimorar o instrumental de trabalho. A concentração dos capitais permite que a elaboração dos meios técnicos de aprimoramento produtivo seja efetivada pelos capitais singulares, tornando-se custo privado. Por outro lado, a incorporação deste custo específico com a criação de tecnologia é exigida pelas relações de concorrência, e se torna meio central da redução dos preços de custo da produção. A redução no valor das mercadorias relativa ao valor de mercado é o modo como os capitais produtivos atraem para si maiores montantes de lucro e podem ocupar maiores porções do mercado.

O capital subsume ainda o trabalho cujo resultado é imaterial, tanto aquele que se objetiva nos novos valores de uso sociais (mercadorias ou serviços), isto é, o trabalho produtivo imaterial, quanto o trabalho improdutivo que se desenvolve exclusivamente sob as relações capitalistas de produção e cujo resultado é útil apenas a essa forma de sociabilidade. A exploração do primeiro responde à necessidade de diversificação das

mercadorias, a subsunção do segundo resulta da progressiva necessidade de ampliação dos mercados e dinamização dos investimentos de capital.

Por conseguinte, nem o trabalho produtivo para o capital – cujo produto essencial é a mais-valia – deve resultar necessariamente em mercadoria material – já que a materialidade não é inerente ao valor, nem tampouco a ampliação da atividade imaterial do trabalho na produção social implica transformações nos fundamentos das relações sociais de produção. O aprisionamento teórico do capital, relação social de produção, em um de seus produtos particulares, vale dizer, em uma das formas por meio das quais essa relação social se efetiva, equivale a integrar essa determinação concreta à definição do capital. Significa abstrair a necessidade e capacidade do capital de transformar as bases concretas de sua expansão. Ambas as posições, tanto a que sustenta a determinação material do produto como inerente ao trabalho produtivo para o capital, quanto a que defende que a atividade imaterial do trabalho, ao integrar a produção social, por esta sua determinação concreta rompe com as relações capitalistas de produção, apresentam este limite. Da primeira se depreende que há um conjunto de atividades produtivas que o capital não é capaz de explorar porque seus produtos não servem à incorporação de capital, conquanto sejam atividades necessárias para sua reprodução e engendradas pelo próprio desenvolvimento capitalista; e da segunda, que a existência e ampliação das atividades imateriais introduzem uma nova forma das relações sociais, não-capitalista, porque o capital apenas se cria na produção material. Deste modo, são duas formas de apresentação da mesma concepção sobre o modo de produção capitalista, qual seja, a de que a forma valor do produto do trabalho, e também, por conseguinte, a forma abstrata da atividade do trabalho, restringem-se por uma determinação concreta particular. Isto é, dada a natureza necessariamente material do capital, este subsume apenas uma determinada parcela da produção social. O capital aparece, pois, nessas duas posturas teóricas, como uma relação que se efetiva apenas sobre um objeto particular da natureza, a saber, a matéria; apresenta-se como uma categoria que traz em sua definição essencial a determinação material.

Contudo, o capital é objetivamente a relação de domínio do trabalho, que se realiza com base na ampliação contínua do produto do trabalho subsumido à apropriação privada. É forma social das relações que tem como característica central o impulso à produtividade do trabalho, ainda que este desenvolvimento se efetive em meio a contradições para a própria expansão capitalista. Dado que é inerente ao capital impelir o incremento das forças produtivas, o trabalho que comanda caracteriza-se pela

continua transformação de seu caráter concreto. Essas mudanças progressivas são também variações nos valores de uso e, portanto, nas necessidades sociais e nas formas de consumo, e conduzem à ampliação da produção de valores de uso imateriais como mercadorias. É importante, pois, não perder de vista que o capital, como relação social de comando específico sobre o trabalho, imprime sua forma ao trabalho produtivo tomado em sua acepção geral, configurando-o como trabalho produtivo para o capital. Assim, se o trabalho concreto se modifica, e se, além disso, essa transformação origina-se da necessidade auto-expansiva do capital, o trabalho produtivo de valor assume as formas novas geradas pelo desenvolvimento concreto.

O progresso, não apenas concreto, mas das relações capitalistas, ou seja, do próprio capital, engendra ainda novas formas de atividade que se tornam necessárias para sua reprodução social, mas não dizem respeito à esfera da produção de valores de uso, e conseqüentemente, valor. Por isso se configuram como improdutivas para o capital. O trabalho produtivo para o capital é o trabalho produtivo concreto que comanda, e o trabalho assalariado improdutivo é apenas um desdobramento das novas formas do trabalho produtivo: funções que se tornam necessárias à subsunção do trabalho produtivo social ao capital, ou à configuração do trabalho produtivo como trabalho produtivo de capital.

É importante ainda reiterar que o trabalho produtivo, em sua acepção geral, é trabalho de transformação da natureza; por um lado, *natureza* é objeto mais amplo que a natureza *exterior* ao homem, uma vez que abarca a natureza humana, e, por outro, a atividade de transformação da natureza material é histórica e, portanto, se realiza sobre o produto pregresso do trabalho. Assim, natureza é também natureza transformada, isto é, humanizada ou social. Esta natureza histórica inclui a produção humana, e também por essa razão se mostra mais ampla que a natureza *anterior* ao homem. Deste modo, a própria transformação da natureza, que traz em si a mediação subjetiva, passa a requerer, a partir de determinado nível de desenvolvimento social da produção que se manifesta na indústria moderna, a mediação do desenvolvimento subjetivo específico cuja objetivação é a ciência. A produção material passa não apenas a exigir, mas a se fundamentar nas atividades imateriais que produzem o conhecimento, e este se torna inseparável do trabalho produtivo, ou ainda, torna-se o próprio trabalho produtivo, em sua acepção geral. E o trabalho em geral produtivo é o trabalho produtivo para o capital, quando este o subsume.

O fato de esta nova configuração da produção capitalista acirrar as contradições próprias à expansão do capital não desmente, mas antes corrobora o caráter produtivo, para o capital, do trabalho complexo e imaterial que se objetiva em conhecimento. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho reduz relativamente a massa de mais-valia social, isto é, faz com que decresça a capacidade relativa do capital de comandar trabalho; mas proporciona também o aumento absoluto do capital social em proporções ainda maiores: a produtividade do trabalho impulsiona também, em termos absolutos, a ampliação da massa social de mais-valia ou lucro. Além disso, é produto necessário da concorrência. Nesta, os capitais que alcançam a diminuição do valor de sua mercadoria são aqueles que, em geral, incorporam maior taxa de lucro, e portanto maiores parcelas da mais-valia social com relação às outras partes alíquotas do capital social; com isso, expandem-se mais rapidamente, concentrando-se. Assim, pode-se afirmar que os capitais que lançam mão de incrementos produtivos são os que produzem menor quantidade de valor (relativa ao desembolso), mas, ao mesmo tempo, incorporam maiores montantes de lucro e, por conseguinte, tendem a crescimento mais rápido. Os capitais que empregam as forças produtivas mais desenvolvidas são aqueles que mais bem expressam a contradição própria à expansão capitalista, porque a produzem de maneira mais acirrada.

A flexibilidade que o capital apresenta de adequar-se às novas formas concretas do trabalho produtivo advém do fato de que as relações sociais que o caracterizam trazem em si mesmas o impulso à transformação dessas formas concretas, mediante contradições. O capital parte da coletivização do trabalho e, sobre esta base, objetiva as forças produtivas no instrumental de trabalho, tornando-as passíveis de contínuos aperfeiçoamentos. Assim, como relação social de produção, o capital desenvolve a produtividade do trabalho, mas esse aprimoramento, embora subordinado à forma capitalista, é em si mesmo o desenvolvimento das forças produtivas sociais e, portanto, do trabalho produtivo social. A contradição que esse progresso envolve, e que o restringe pela necessidade de manter o trabalho produtivo cativo do processo de valorização, capaz de responder à necessidade de reproduzir seu produto como valor, é a própria forma capital da apropriação social e das relações de produção, que confere ao trabalho produtivo os estreitos limites impostos por sua natureza abstrata.

As relações sociais do capital promovem, com os métodos de produção que servem à sua expansão, a força produtiva do trabalho social, engendrando as condições

para que o trabalho produtivo social se desembarace da forma de trabalho produtivo de valor:

O trabalho excedente da massa deixará de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, do mesmo modo que a ausência de trabalho de poucos deixará de ser condição para o desenvolvimento das potências gerais da cabeça do homem. Com isso, cairá por terra a produção baseada no valor de troca e o processo direto da produção material se despojará de sua forma e de suas contradições miseráveis. A redução do tempo de trabalho necessário, que já não beneficiará o trabalho excedente, permitirá [então] o livre desenvolvimento da individualidade. Os ócios e os meios postos ao alcance de todos farão com que a redução ao mínimo do trabalho social necessário favoreça o desenvolvimento artístico, científico, etc., de cada qual (*Grundrisse*, 593).

Contudo, a flexibilidade que o capital apresenta para explorar o trabalho em suas formas concretas mais diversas, que se patenteia, ademais, no fato de que as próprias relações capitalistas engendram esta diversidade ou desenvolvimento, impede a transformação das relações sociais de produção. Em outras palavras, as forças produtivas engendradas não transformam por si mesmas as relações sociais capitalistas – senão se contrapostas ao nível de aprimoramento produtivo – devido à característica distintiva desta forma de sociabilidade, a qual traz consigo a capacidade de transformar o trabalho concreto e adequar, por conseguinte, a produção de valor às suas novas formas. Assim, explicita-se a importância da potencialidade revolucionária da classe trabalhadora. Nos termos do grande revolucionário alemão:

A realidade é que o capital se vale das máquinas com a única e exclusiva finalidade de que o trabalhador consagre ao capital uma parte maior de seu tempo, de que trabalhe mais tempo para o capital, de que uma parte cada vez maior de seu tempo deixe de pertencer ao trabalhador. Por meio desse processo, se reduz ao mínimo a quantidade de trabalho necessário para produzir um objeto, com o fim de que se possa empregar o máximo de trabalho para produzir o máximo de objetos. O primeiro desses dois aspectos tem sua importância, já que o capital – sem consciência alguma disso – reduz ao mínimo o trabalho humano e o esforço do homem. Coisa que beneficiará o trabalho emancipado e fará possível sua emancipação” (*Grundrisse*, 589).

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

MARX, Karl, *O Capital (Crítica da Economia Política), Livro I*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ *O Capital (Crítica da Economia Política), Livro II*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ *O Capital (Crítica da Economia Política), Livro III*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____ *Teorias da mais-valia – História crítica do pensamento econômico – Volume I*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____ *O Capital livro I – capítulo VI (inédito)*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____ *Grundrisse - Líneas Fundamentales de la Crítica de la Economía Política 1857-1858 – vols. I e II*, México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

_____ “Para a Crítica da Economia Política – Introdução”, in Marx, *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos, Col. Os Pensadores – XXXV*, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____ *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, Col. Textos Filosóficos, Lisboa: Edições 70, 1993.

_____ *Cuadernos de Paris – notas de leitura de 1844*, México: Ediciones Era, 1974.

_____ “Trabalho assalariado e capital”, in *A Nova Gazeta Renana* (anexo a COTRIM, Livia C. A., *Marx: Política e Emancipação Humana – 1848-1871*, tese de doutoramento, PUC-SP, 2007).

_____ “Trabalho Assalariado e Capital” in Karl Marx e Friedrich Engels, *Textos*, vol. 3, São Paulo, Editora Alfa Ômega, s/d.

_____ *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARX, K., ENGELS, F., *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Hucitec, 1984.

Bibliografia Complementar

ALTVATER, E., FREEKHUISEN, “Sobre el trabajo productivo e improductivo”, in *Crítica de la Economía Política 3 - Capitalismo e clases sociales*, Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

BARAN, Paul, *Economia política do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1964.

BERTHOUD, Arnaud, *Travail productif et productivité du travail chez Marx*, Paris: François Maspero, 1974.

BIANCHI, Marina, *A Teoria do Valor (dos clássicos a Marx)*, Col. Chaves da Economia, Lisboa: Edições 70.

BRAVERMAN, H., *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

CHASIN, José, “Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, in TEIXEIRA, F. J., *Pensando com Marx – uma leitura crítico-comentada de o Capital*, São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

COLLIOT-THÉLÈNE, C., “Notas sobre el estatuto del trabajo productivo en la teoría marxista”, in *Crítica de la Economía Política 3 - Capitalismo e clases sociales*, Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

COTRIM, Ivan, *Karl Marx - A determinação ontonegativa originária do valor*, tese doutoral, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2008.

DOBB, Maurice, *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*, Lisboa: Editorial Presença, 1973.

FINE, B. e HARRIS, L., *Para reler O Capital*, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

GORZ, André, *O Imaterial - conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Annablume, 2005.

GOUGH, Ian, “Marx’s theory of productive and unproductive labour”, in *New Left Review*, 70.

_____ “La teoría del trabajo productivo e improductivo en Marx”, in *Crítica de la Economía Política 3 - Capitalismo e clases sociales*, Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

_____ “On productive and unproductive labour: a reply” in *Conference of Socialist Economists Bulletin*, 1973.

GRESPLAN, Jorge, *O Negativo do Capital – o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*, São Paulo: Hucitec, 1998.

_____ “Marx, crítico da teoria clássica do valor”, in *Crítica Marxista n 12*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

KOGA, E., “Problemas teóricos de la organización de las clases y del trabajo productivo”, in *Crítica de la Economía Política 3 - Capitalismo e clases sociales*, Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

LAZZARATO, M., NEGRI, A., *Trabalho imaterial - formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

MANDEL, Ernest, “*El Capital*” – *Cien años de controversias em torno a la obra de Karl Marx*, México: Siglo veintiuno editores, 1985.

_____ *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx – De 1843 até a redação de O CAPITAL*, Col. Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____ *Tratado de Economia Marxista*, México: Ediciones Era, 1969.

MARINI, Ruy Mauro, “O conceito de trabalho produtivo – nota metodológica (1992-1997)” in TRASPADINI, R. e STEDILE, J. P. (orgs.), *Ruy Mauro Marini – vida e obra*, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NAGELS, Jacques, *Travail collectif et travail productif dans l'évolution de la pensée marxiste*, Bruxelas: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1974.

NAPOLEONI, Cláudio, *Lições sobre o Capítulo VI (inédito) de Marx*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

ROBSON, Joan, *Economia marxista*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

ROSDOLSKY, Roman, *Gênesis e estrutura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*, México: Siglo Veintiuno Ediciones, 1986, 5ª edição.

RUBIN, I. I., *A Teoria marxista do valor*, São Paulo: Polis, 1987.

SECCO, L. “Trabalho Produtivo e serviços educacionais” in *Universidade e Sociedade*, v. 8, 1995, pp. 59-67.

_____ “Trabalho produtivo em Marx” in *O Ensaíador*, São Paulo: Instituto de Física da USP, 1994, pp. 38-44.

SINGER, Paul, “Trabalho produtivo e excedente” in *Revista de Economia Política* – vol. 1, nº 1, São Paulo: Brasiliense, 1981.

SMITH, Adam, *A Riqueza das Nações*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TARBUCK, Kenneth, *Productive and Unproductive Labour in the Modern Capitalist Economy*

TERRAY, E., “Prolétaire, salarié, travailler productif” in *Contradictions*, nº 2, 1972.

_____ “Travailleurs productifs et improductifs” in *Contradictions*, nº 3, 1973.

TRONTI, Mario, *Operários e capital*, Porto: Afrontamento, 1976.

UREÑA, Enrique M., *Karl Marx, economista – o que Marx realmente quis dizer*, São Paulo: Edições Loyola, 1981.